

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Centro de Letras e Comunicação**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras**

**TESE**



**MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE O PRÉ-CONSTRUÍDO E O  
DISCURSO TRANSVERSO ATRAVÉS DA IRONIA EM *MAFALDA***

**Luciane Botelho Martins**

**Pelotas, 2020**

Luciane Botelho Martins

**MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE O PRÉ-CONSTRUÍDO E O  
DISCURSO TRANSVERSO ATRAVÉS DA IRONIA EM *MAFALDA***

Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
da Universidade Federal de Pelotas,  
como requisito parcial para a obtenção do  
título de Doutora em Letras.

Orientadora: Aracy Ernst (UFPEL)

Coorientadora: María Alejandra Vitale (UBA)

Pelotas, 2020

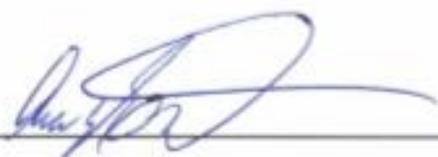
**Luciane Botelho Martins**

**"MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE O PRÉ-CONSTRUÍDO E O DISCURSO TRANSVERSO ATRAVÉS DA IRONIA EM MAFALDA"**

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutora em Letras, Área de concentração Linguística Aplicada, do programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, 28 de fevereiro de 2020.

Banca examinadora:



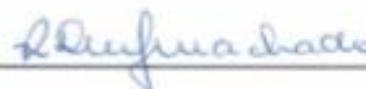
Profa. Dra. Aracy Graça Ernst  
Orientadora/Presidente da banca  
Universidade Federal de Pelotas



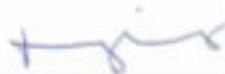
Profa. Dra. Eliane Teresinha do Amaral  
Campello  
Membro da Banca  
Universidade Federal do Rio Grande



Profa. Dra. Maria Alejandra Vitale  
Coorientadora/Membro da banca  
Universidade de Buenos Aires



Profa. Dra. Rosely Diniz da Silva  
Machado  
Membro da Banca  
Universidade Federal do Rio Grande



Profa. Dra. Luciana Iost Vinhas  
Membro da Banca  
Universidade Federal de Pelotas



Profa. Dra. Cristina Zanella Rodrigues  
Membro da Banca  
Instituto Federal Sul-Riograndense

**Dedico**

Aos que resistem aos governos autoritários,  
golpistas  
e repressores.

## Agradecimentos

À minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aracy Ernst, pelas disciplinas ministradas ao longo do curso, as quais foram essenciais para que eu compreendesse o funcionamento da AD e me apaixonasse cada vez mais pela teoria. Agradeço muito pela orientação que me permitiu ousar e superar meus próprios limites, e agradeço, sobretudo pela sabedoria, pela atenção, pelo carinho e pelo afeto com que me conduziu desde o mestrado em 2014.

À Universidade de Buenos Aires, ao Instituto de Letras da UBA e à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. María Alejandra Vitale pela calorosa acolhida durante os quatro meses que estive em Doutorado Sandúiche, pelo aceite na coorientação do trabalho, pela atenção e motivação nos encontros que me proporcionaram novas aprendizagens e por apontar caminhos na busca de novos materiais para a pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPEL pelo acolhimento durante o difícil processo de migração do PPGL, em especial à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Daiane Neumann que, na condição de coordenadora do Programa, foi incansável durante esse período, estando sempre atenta às demandas dos pós-graduandos.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Iost Vinhas pelos conhecimentos compartilhados na disciplina de “Tópicos Especiais em Discurso, Ideologia e Sentido” (em parceria com a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aracy Ernst), pelo carinho e atenção com que realizou a leitura do meu trabalho, trazendo contribuições, questionamentos e reflexões que visaram enriquecê-lo, e também por aceitar participar das bancas de qualificação e de defesa desta tese.

Ao Prof. Dr. Alexandre Ferrari Soares pelo aceite em compor a banca de qualificação e apontar questões que me conduziram a uma importante retomada do trabalho a fim de refiná-lo.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosely Diniz da Silva Machado e à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristina Zanella Rodrigues por gentilmente terem aceito o convite para integrar a banca de defesa desta tese.

À minha família por compreender minhas constantes ausências, especialmente aos meus filhos Kevin Martins Oleiro e Evelyn Martins Oleiro, que não pouparam abraços confortantes e palavras de incentivo para que o trabalho não parasse e o nosso sonho pudesse realizar-se, afinal a conquista é nossa.

Aos meus pais João Luiz (*in memoriam*) e Santa Ruth por terem me mostrado o valor da Educação e a importância do aprender, e por terem tido a sabedoria de

dizer a palavra certa na hora certa, mostrando que cada tentativa, seja ela bem-sucedida ou não, faz parte do processo que leva às maiores conquistas.

À minha irmã Leiliane Botelho Martins, por ter me mostrado o que é a força e o valor de um recomeço.

Ao meu cunhado Clecio Aleksandro Pereira da Silva, à sua irmã Maria do Socorro Pereira da Silva (tia Katinha), à minha tia Deloiva Elodina Araújo Botelho (dinda da Evelyn), e à minha tia Maria Elaine Botelho da Silva, pelo cuidado que tiveram com a Evelyn durante os quatro meses que estive em Buenos Aires, para aprimorar a pesquisa.

Aos professores do PPGL da UCPEL, pelas disciplinas ministradas ao longo do curso, em especial à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carmen Lúcia Barreto Matzenauer, ao Prof. Dr. Wilson José Leffa e à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Terezinha do Amaral Campello que me acompanha desde a graduação e gentilmente aceitou fazer parte da banca examinadora desta tese.

Aos colegas de LEAD, pelas discussões e aprendizagens compartilhadas.

À CAPES pela bolsa concedida neste último ano.

À Prefeitura Municipal de Rio Grande, nas pessoas do Chefe de Gabinete do Prefeito Alexandre Reinaldo Protásio e do Prefeito Alexandre Lindenmeyer que não mediram esforços em atender minha solicitação concedendo minha licença para estudo no exterior, e por acreditarem na pesquisa e na qualificação profissional dos educadores como medida indispensável na construção de uma educação libertadora.

Aos meus colegas professores e funcionários da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bento Gonçalves, em especial à Prof<sup>a</sup> Fabrícia Rabassa Brahm, à Prof<sup>a</sup> Maristela Machado da Silveira, à Prof<sup>a</sup> Carla Rosana Botelho da Silva e à Diretora e Prof<sup>a</sup> Vera Maria Silveira dos Santos pelas constantes palavras de apoio e incentivo a minha pesquisa.

À amiga Ana Paula Vieira de Andrade Assumpção, pela parceria na escrita e na apresentação de trabalhos em AD, pelas viagens, pelas longas conversas e trocas que as pesquisas proporcionaram. E, ao amigo Fábio Bortolazzo Pinto, por compartilhar comigo a mesma curiosidade em relação aos quadrinhos e à história da Argentina.

Às amigas Letícia Ferreira e Maria Drell, por terem gentilmente cedido parte de seu tempo na leitura do *abstract*, dada a minha insegurança.

O poder da burguesia tende ao invisível, para se exercer com mais eficácia; ao mesmo tempo, ele se encarrega sistematicamente de *observar* as classes dominadas, para melhor assujeitá-las.

(MICHEL PÊCHEUX, 1990, p. 12)

## RESUMO

Criada inicialmente como garota-propaganda de uma empresa de eletrodomésticos, Mafalda, a personagem de Quino, depois de ser rejeitada e guardada por dois anos, ganha a admiração do público leitor argentino e passa a circular em revistas e jornais de 1964 a 1973, período de forte repressão impetado pela Ditadura Militar Argentina, marcado por três golpes de estado – 1966, 1970 e 1971. A emergência da personagem dá-se nesse contexto político de regime de exceção, colocando em pauta, num movimento de resistência através da ironia, temas como democracia e direitos humanos sem interdição da censura. O presente trabalho visa à compreensão dos processos discursivos em funcionamento na ironia, considerando o papel da memória e da história e atentando, sobretudo, para dois funcionamentos do interdiscurso: o pré-construído e o discurso transversal. A reflexão desenvolve-se sobre um arquivo formado por seis tirinhas e um cartaz, cuja seleção obedeceu à relação do discurso da personagem com o Aparelho Repressivo de Estado (ALTHUSSER, 1983), representados nas figuras do policial e do militar, em consonância com o propósito da pesquisa.

**Palavras-chave:** Mafalda. Resistência. Memória. Pré-construído. Discurso Transverso. Ironia.

## ABSTRACT

Initially created as a poster girl for an appliance company, Mafalda, Quino's character, after being rejected and kept for two years, gains the admiration of the Argentine reading public and starts circulating in magazines and newspapers from 1964 to 1973, a period of strong repression by the Argentine Military Dictatorship, marked by three coups d'état - 1966, 1970 and 1971. The emergence of the character takes place in this political context of an exceptional regime, putting on the agenda, in a resistance movement through irony, themes as democracy and human rights without prohibiting censorship. The present work aims to understand the discursive processes at work in irony, considering the role of memory and history and paying attention, above all, to two functions of interdiscourses: the pre-constructed and the transversal discourse. The reflection is developed on an archive formed by six comic strips and a poster, whose selection followed the relation of the character's speech with the State Repressive Apparatus (ALTHUSSER, 1983), represented in the figures of the police and the military, in line with the research purpose.

**Keywords:** Mafalda. Resistance. Memory. Pre-constructed. Transverse Discourse. Irony.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: RESISTÊNCIA .....	17
FIGURA 2: MAFALDA.....	19
FIGURA 3: AVÓ .....	21
FIGURA 4: MELHOR PAI .....	24
FIGURA 5: O PAÍS.....	25
FIGURA 6: VESTIDO X CULTURA .....	26
FIGURA 7: A VIDA COMEÇA AOS 40 .....	28
FIGURA 8: PICA-PAU .....	28
FIGURA 9: QUEM, DEUS MEU? .....	29
FIGURA 10: QUE IMPORTA? .....	30
FIGURA 11: OS PAIS.....	31
FIGURA 12: MANOLITO .....	32
FIGURA 13: FELIPE .....	32
FIGURA 14: SUSANITA .....	33
FIGURA 15: MIGUELITO .....	34
FIGURA 16: GUILLE .....	35
FIGURA 17: LIBERDADE .....	35
FIGURA 18: DESPRESTÍGIO.....	57
FIGURA 19: EFEITO-SUJEITO.....	80
FIGURA 20: QUADRO DAS RELATIVAS .....	89
FIGURA 21: SEQUÊNCIA DISCURSIVA 1 - MILITARES X PRESIDENTES.....	129
FIGURA 22: SEQUÊNCIA DISCURSIVA 2 - FRASCO DE VITAMINAS.....	133
FIGURA 23: SEQUÊNCIA DISCURSIVA 3 - CRESCIMENTO TRUCULENTO .....	138
FIGURA 24: SEQUÊNCIA DISCURSIVA 4 - O CAMINHÃO .....	144
FIGURA 25: SEQUÊNCIA DISCURSIVA 5 - VITAMINAS .....	148
FIGURA 26: SEQUÊNCIA DISCURSIVA 6 - O "PALITO" DE APAGAR IDEOLOGIAS .....	152
FIGURA 27: O CARTAZ.....	155
FIGURA 28: SEQUÊNCIA DISCURSIVA 7 - A CENA DO CRIME .....	157

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: PRESIDENTES DA ARGENTINA DE 1946 A 1974.....	51
TABELA 2: ÍNDICE DA REVISTA PRIMERA PLANA.....	54
TABELA 3: SUMÁRIO DA REVISTA SIETE DIAS .....	65
TABELA 4: PERIÓDICOS .....	68
TABELA 5: PRESIDENTES E PERIÓDICOS DE 1963 A 1974 .....	68
TABELA 6: SÍNTESE DO TEXTO DE LEVÍN .....	71
TABELA 7: QUADRO DOS CONCEITOS DE IRONIA.....	115

## SUMÁRIO

<b>PALAVRAS INICIAIS .....</b>	<b>13</b>
<b>1. O MUNDO DE MAFALDA: QUEM? QUANDO? ONDE?.....</b>	<b>18</b>
1.1. MAFALDA – A PERSONAGEM E SEUS AMIGOS .....	19
1.2. MAFALDA – O CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO NA ARGENTINA .....	36
1.3. MAFALDA – A CIRCULAÇÃO EM PERIÓDICOS.....	52
<b>2. O DISCURSO E A OPACIDADE EM MAFALDA .....</b>	<b>69</b>
2.1. A PERSONAGEM COMO <i>EFEITO-SUJEITO</i> DO GÊNERO TIRINHA.....	70
2.1.1. <i>A tirinha como gênero discursivo</i> .....	70
2.1.2. <i>A personagem Mafalda como efeito-sujeito</i> .....	76
2.2. O TRABALHO DA MEMÓRIA NO DISCURSO .....	80
2.2.1. <i>Os processos de identificação, contraidentificação e desidentificação nas</i> <i>Formações Discursivas</i> .....	84
2.2.2. <i>O pré-construído: de Henry a Pêcheux</i> .....	88
2.2.3. <i>O discurso transverso</i> .....	96
<b>3. A IRONIA ATRAVÉS DO PRÉ-CONSTRUÍDO E DO DISCURSO</b> <b>TRANSVERSO .....</b>	<b>103</b>
3.1. A IRONIA – CAMINHO A PERCORRER.....	103
3.1.1. <i>A ironia em dois conceitos</i> .....	104
3.1.2. <i>A ironia a partir do séc. XIX</i> .....	106
3.1.3. <i>A Ironia em Hutcheon – pontos &amp; contrapontos</i> .....	111
3.2. IRONIA EM AD – DA CONTRADIÇÃO AO EFEITO DE DISSONÂNCIA .....	116
3.2.1. <i>A ironia como lugar da contradição</i> .....	116
3.2.2. <i>A ironia como disputa de sentidos</i> .....	119
3.2.3. <i>A ironia como efeito de dissonância</i> .....	123
<b>4. A LEITURA DA IRONIA EM MAFALDA .....</b>	<b>126</b>
4.1. O EFEITO DA TENSÃO ENTRE VOZ E PODER.....	127
4.2. O EFEITO DO “GOVERNO FORTE” NO DISCURSO DA REPRESSÃO .....	131
4.3. O EFEITO DA DISSONÂNCIA NO DISCURSO DA DENÚNCIA .....	136
4.4. O EFEITO DE “REGAR” NO DISCURSO IRÔNICO.....	143
4.5. O EFEITO DE RESISTÊNCIA NA METÁFORA DAS “VITAMINAS”.....	146
4.6. O EFEITO DO GESTO COMO RESISTÊNCIA .....	150
4.7. O EFEITO DE “APAGAR” E A MEMÓRIA QUE RESISTE .....	153
<b>“PALAVRA FINAL” .....</b>	<b>160</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>164</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>171</b>

## PALAVRAS INICIAIS

... a ironia não é o *desvio* e não é um sentido *a mais*. É um sentido *diferente* que se instaura porque as condições do discurso irônico são diferentes de outros tipos, de outros funcionamentos do discurso.

Eni Orlandi

“A ironia não é o *desvio* e não é um sentido *a mais*” (ORLANDI, 2012c, p.39). Eis o ponto de partida deste trabalho de pesquisa: ironia como um efeito de sentido diferente que, pelo que nos foi dado observar, produz resistência. Devemos considerá-la como um fenômeno opaco e/ou equívoco, inerente à língua, mas que cria uma espessura semântica e um funcionamento próprios em determinados processos discursivos. Nessa perspectiva, ao propor um estudo da/sobre ironia em tirinhas de Mafalda, estamos focalizando-a não como figura de linguagem, mas como um efeito de sentido na perspectiva da Análise de Discurso, de filiação francesa, tal qual vem sendo desenvolvida no Brasil. Trata-se, pois, de um estudo teórico-analítico que toma a ironia como um lugar em que operam o pré-construído e o discurso transversal, funcionamentos do interdiscurso, na produção contraditória de efeitos de sentido.

A Análise de Discurso, definida por Orlandi (2012b) como uma “disciplina de entremeio”, configura-se como espaço marcado pela constante tensão entre forças. Essa tensão ou contradição que se faz presente nos três campos de conhecimento (na linguística, no materialismo histórico e na psicanálise) constitui a teoria do discurso. A saber, a língua se faz contraditória, porque todo dizer “é suscetível de tornar-se outro”, segundo as palavras de Pêcheux (2008, p. 53); a psicanálise, porque concebe um sujeito “dividido”, uma vez que nele, “os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’” (PÊCHEUX, 2009a, p. 277), mas permanecem, podendo escapar à simbolização; e o materialismo histórico, porque nele encontramos o princípio básico da luta de classes. Juntas, essas áreas do conhecimento permitem-nos afirmar que a contradição é o princípio que rege os estudos do discurso e, conseqüentemente, o desenvolvimento deste trabalho, cujo ponto nodal está no processo de constituição e circulação das tirinhas de Mafalda.

Isso posto, nossa inquietude teórica dá-se frente ao descompasso entre a posição assumida por Mafalda em seu discurso, inconformada com a sociedade de sua época, contrapondo-se à ideologia dominante, – fato que se verifica nos questionamentos que realiza sobre os conflitos, as guerras e as desigualdades sociais, por exemplo – e sua livre circulação em território argentino, mesmo durante governos golpistas. Ou seja, entre tantas questões que o *corpus* suscita, uma delas deriva-se do caráter contraditório que se estabelece entre o que é formulado nas tiras e sua circulação autônoma dado o contexto político da época. Ressaltamos que a publicação das tirinhas de Mafalda deu-se em periódicos (revistas e jornais) de grande circulação no país, entre eles *Primera Plana*, revista criada com o fim específico de construir, junto aos seus leitores, as condições necessárias para o golpe de 1966 que destituiu um presidente legitimamente eleito, Illia, para instalar um governo militar golpista, na figura do General Onganía.

Ao tratar do discurso de Mafalda, partimos da premissa geral de que as fronteiras entre uma formação discursiva (FD) e outra, não sendo fixas/estáveis, abrem caminho para a inserção, e conseqüente ressignificação, de elementos de outras FDs. Nesse trabalho da FD com os sentidos é que ocorre a inscrição ou filiação do sujeito, afetado pelo inconsciente e pela ideologia. Um dos meios para observar essa inscrição consiste na identificação de pré-construídos, e de discursos transversos. Desse modo, a presente pesquisa busca, por meio dos conceitos, propostos por Michel Pêcheux, compreender o funcionamento do discurso irônico na materialidade significativa das tirinhas da Mafalda, bem como entender a relação que se estabelece entre a(s) posição(ões)-sujeito(s) assumidas e identificadas com diferentes formações discursivas.

Concebida em 15 de março de 1962, Mafalda foi pensada como objeto-propaganda para uma empresa que vendia eletrodomésticos. Entre as exigências do pedido feito pelo empresário que vendia os produtos da marca *Mansfield* estava que a protagonista contivesse em seu nome as letras M e A. Quino, então, inspirou-se na personagem feminina do romance de David Viñas, “Dar la cara”, para construir a sua. Como é possível observar, o berço de Mafalda foi criado pelo Mercado, segundo princípios capitalistas, que também deram sustentação à sequência de golpes de estado instaurados na Argentina, assim como em outros países da América Latina. Contudo vale observar que, diferentemente da personagem de

Quino, a personagem de Viñas é uma princesa alegre, filha do rei da Itália – Vitório Emanuel III que termina seus dias no campo de concentração de *Buchenwald*<sup>1</sup>. Quino, entretanto, negou ter conhecimento sobre o enredo e desfecho do romance, quando fez a escolha do nome de sua personagem.

O que é relevante destacar é que as oito tiras criadas por Quino para a promoção da empresa dos produtos *Mansfield* não foram ao encontro das expectativas do empresário que as encomendou, ficando, portanto, guardadas por alguns anos até ganharem espaço no periódico *Primera Plana*, em 1964, na Argentina. A partir das publicações nessa revista, Mafalda ganha admiração do público leitor argentino, sobretudo pela criticidade que desenvolve frente aos problemas sociais e políticos vividos no país e no mundo, associado ao tom irônico que perpassa seu modo de dizer. É, pois, esse modo de dizer, produzido há mais de 50 anos, e que continua produzindo sentidos não só na Argentina, mas também em outros países da América Latina, como o Brasil, o que torna a obra um instigante objeto de pesquisa. Diante disso, o presente trabalho justifica-se por discutir como as questões sociais e políticas, próprias da época, são discursivizadas através do funcionamento da ironia – em sua relação com o discurso transversal e o pré-construído –, aqui considerada como forma de resistência ao sistema repressivo instaurado pela ditadura. Tomamos como objeto um texto de gênero híbrido, cuja circulação ultrapassou fronteiras, sendo traduzido para mais de trinta idiomas, além disso, não sofreu qualquer tipo de censura, até mesmo durante a vigência de regimes autoritários na Argentina.

Acreditamos que há muito a explorar na obra de Quino, no entanto, o tema desta pesquisa restringe-se ao discurso irônico/político e seu funcionamento ideológico presente no dizer de Mafalda. Nesse sentido, o estudo apresentado será conduzido a partir do seguinte problema central: Como o dizer político/irônico de Mafalda que tem como tema democracia e direitos humanos se apresenta discursivamente num contexto marcado pela interrupção de governos legítimos, que

---

<sup>1</sup>*Buchenwald* foi um campo de concentração localizado no leste da Alemanha, destinado ao trabalho forçado, torturas e testes de vacinas em humanos. O número de vítimas entre 1937-1945 pode ser superior a duzentas e cinquenta mil pessoas, entre as quais estariam: judeus, ciganos, comunistas, testemunhas de Jeová, homossexuais, entre outros que se colocavam contra os ideais alemães nazistas.

resultaram nos golpes de estado na Argentina (1966, 1970, 1971)? Daí decorrem as seguintes questões:

- a. O que há entre a formulação e a circulação que impediu a censura das tirinhas no período compreendido entre 1964 e 1973?
- b. Como se dá o funcionamento do discurso irônico, protagonizado por Mafalda, na materialidade significativa?
- c. Como se dá a relação entre a(s) posição(ões)-sujeito(s) assumida(s) no discurso das tirinhas da Mafalda e os elementos pré-construídos e discursos transversos?
- d. Que tipo de relação se estabelece entre a ironia e a memória do dizer via pré-construído e discurso transverso?

Diante disso, procuramos atender às questões elencadas acima, apresentando os seguintes objetivos específicos:

- a. compreender o papel da história e da memória no funcionamento discursivo das tirinhas;
- b. constituir um conceito teórico que possibilite a interpretação do discurso irônico sob a perspectiva da Análise de Discurso de filiação pècheuxtiana;
- c. identificar pré-construídos e discursos transversos no dizer irônico da personagem Mafalda;
- d. estabelecer a relação entre o discurso irônico e as modalidades de funcionamento do interdiscurso;
- e. identificar, por meio de pistas linguísticas e imagéticas da materialidade significativa, efeitos de sentido produzidos por pré-construídos e discursos transversos.

Para atingir tais objetivos, o presente trabalho organizou-se da seguinte forma: logo após as primeiras palavras, no primeiro capítulo, apresentamos a personagem Mafalda, cujos dizeres são problematizados nesta pesquisa, os periódicos em que originalmente circulou na Argentina, bem como o contexto histórico e político em que a obra foi produzida. No segundo, buscamos refletir sobre alguns conceitos caros ao processo teórico-analítico, tais como: sujeito discursivo e interdiscurso/memória, com especial atenção para o pré-construído e o discurso

transverso. No terceiro, abordamos o estudo estrito da ironia, focalizando desde as primeiras concepções da antiguidade clássica, até a elaboração de um conceito específico, concebendo-a como processo discursivo. Na sequência, no capítulo quarto, engendramos nosso gesto de leitura do *corpus*, trabalhando o conceito de ironia, sob o ponto de vista discursivo. Por fim, e a título de fechamento do trabalho, procuramos refletir sobre possíveis respostas dadas ao problema proposto, ou seja, buscamos compreender como funciona o discurso político/irônico de Mafalda, cujos temas, democracia e direitos humanos, ao emergirem sob as formas de pré-construídos e discursos transversos, resistem ao movimento de censura característico dos três golpes (1966, 1970 e 1971), circulando diariamente/semanalmente em revistas/jornais argentinos, no período compreendido entre 1964 e 1973.

**Figura 1: Resistência**



Fonte: Toda Mafalda, 2010, p. 411.

## 1. O MUNDO DE MAFALDA: QUEM? QUANDO? ONDE?

...os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística.

Eni Orlandi

Refletir sobre tirinhas (um sub-gênero dos quadrinhos), sobretudo as de Mafalda, tendo como fundamento teórico-metodológico, a Análise de Discurso pècheuxtiana parece uma missão aparentemente simples, tendo em vista que os dizeres da personagem, por apresentarem como um de seus vieses o comprometimento frente às desigualdades sociais, fruto de uma sociedade dividida em classes, encontra-se em consonância com os princípios do materialismo histórico-dialético. Ocorre que tal aproximação não diminui a complexidade do trabalho que nos dedicamos a desenvolver, pelo contrário, torna nossa empreitada ainda mais desafiadora, sobretudo porque os dizeres da protagonista, mesmo estando na contramão do sistema da época, resiste a censura durante pelo menos três governos instaurados via golpe de estado (1966, 1970 e 1971). Diante disso, nosso primeiro desafio diz respeito à compreensão do “universo” que compõe a produção das tirinhas, isso porque estamos frente a uma figura que é simultaneamente produto de um país outro, com uma língua diferente, mas que, ao cruzar fronteiras e atravessar oceanos, rompe os limites e alcança admiradores do mundo todo. Como afirmam seus leitores: Mafalda tornou-se “cidadã do mundo”.

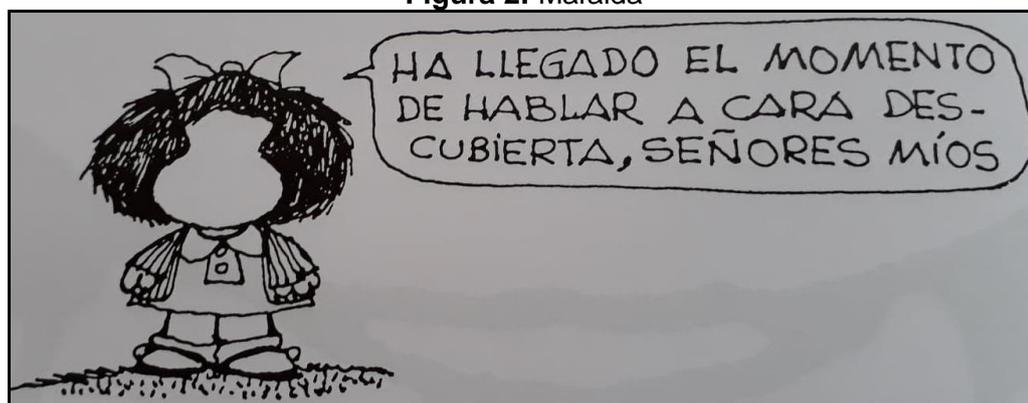
O segundo desafio, não menos importante, reside na busca de respostas também, para o incômodo gerado pela circulação massiva de Mafalda em periódicos argentinos em um período tão conturbado, como foi o do governo autoritário, instaurado pelo Golpe de 66, em que jornais foram fechados, jornalistas perseguidos e impedidos de continuar o trabalho que vinham desenvolvendo. Nesse contexto, marcado por perseguições aos opositores do regime e interdições de sentidos, surpreende-nos, o fato de uma personagem ousar resistir, sem calar-se, e também o fato de a censura não a ter atingido. Isso instigou-nos a refletir sobre o dimensionamento, a ser dado aos efeitos de sentido produzidos no discurso irônico das tirinhas de Mafalda. Perguntamo-nos: como se configuraram discursivamente as tirinhas de Mafalda, ante a prescrição, determinada pelo governo autoritário, dos

sentidos permitidos e sentidos proibidos? A ironia seria "o fiel da balança" a equilibrar o jogo dos sentidos nas tirinhas frente às condições históricas dos Golpes de 66, de 70 e de 71, na Argentina?

Diante desses desafios, neste capítulo, nosso propósito é, primeiramente, conhecer a protagonista da obra de Quino, bem como as demais personagens que, com ela, estabelecem uma relação de interlocução. Nesse sentido, faz-se necessário também, explorar o contexto político e histórico da Argentina, especialmente aquele que possibilitou as condições de produção dos dizeres da protagonista e, finalmente, estudar os periódicos (revistas e jornais) que acolheram as produções originais do cartunista Quino. Nossa pesquisa parte de um estudo sobre a personagem e as condições de produção de seus dizeres, pois, entendemos que é a partir da definição de condições de produção como a relação “entre lugares objetivamente definidos em uma formação dada, e a representação subjetiva desses lugares, em uma situação concreta de comunicação” (COURTINE, 2009, p.49), que podemos pensar o funcionamento ideológico nas práticas sociais.

### 1.1. Mafalda – a personagem e seus amigos

Figura 2: Mafalda



Fonte: Quino. Toda Mafalda, 2013b, p. 46<sup>2</sup>.

Desafiado a criar a personagem-propaganda dos produtos (eletrodomésticos) da marca *Mansfield*, os quais eram de responsabilidade da empresa Siam Di Tella<sup>3</sup>,

<sup>2</sup> É chegado o momento de falar de cara limpa, meus senhores (tradução de responsabilidade da autora desta tese).

<sup>3</sup> A empresa metalúrgica Siam Di Tella foi fundada pelo engenheiro Torcuato Di Tella em sociedade com os irmãos Allegrucci, em 1910, na cidade de Buenos Aires. Entre os produtos desenvolvidos na época, destaca-se o misturador mecânico para padarias, geladeiras, motonetas e até automóveis – Siam Di Tella 1500 –, por exemplo. A falta de experiência dos gestores, somada a concorrência com empresas estadunidenses como a Ford, levaram a Siam Di Tella a falência em 1967.

Quino constrói, em 1962, com base no estereótipo de família tradicional de classe média argentina e branca, a tríade pai-mãe-filha. O pai, Pelicarlo, é referido, ao longo de toda a obra, como *papá*; a mãe, Raquel, como *mamá* e a filha, como Mafalda (uma menina de aproximadamente 6 anos), sendo, a protagonista da série de tirinhas produzidas e publicadas, a partir de 1964, que se manteve em circulação em periódicos por aproximadamente 9 anos.

É curioso pensarmos na imagem de uma criança (do sexo feminino) como garota-propaganda de produtos, cujo objetivo é facilitar a vida da mulher dona de casa, isso porque ao mesmo tempo em que a propaganda apresenta uma tecnologia que invade o espaço doméstico para facilitar tarefas, há por meio da utilização da imagem de Mafalda um sentido que determina o espaço doméstico como exclusivamente feminino. Vale lembrar que, apesar de termos a década de 60 como marco da Revolução Feminista, o ideal feminino de modernidade veiculado na imprensa continuava reproduzindo a imagem de mulher moderna como sinônimo daquela que contava com a “ajuda” de artefatos para cumprir as mesmas tarefas. Adamovsky explica que, naquele tempo, “la publicidad fue uno de los principales canales por los que se difundió este nuevo ideal femenino” (2012, p.84). Diante disso, podemos dizer que Mafalda foi concebida num contexto que teve início na década de 30, estendendo-se até a década de 60, quando o processo de enfrentamento aos padrões tradicionais movimentou a segunda fase do Movimento Feminista<sup>4</sup>, produzindo, sobretudo, questionamentos sobre o papel histórico-social de homens e mulheres. Conforme aponta Cosse,

Mafalda surgió en los años sesenta, una época signada por las contiendas generacionales y de género. En esos años, las personas jóvenes y las mujeres quedaron colocadas en el centro de la trama histórica, y en ella se convirtieron en sujetos sociales, políticos y económicos decisivos. Las contiendas generacionales y de género de los años sesenta y setenta -como han mostrado numerosos estudios-exigen considerar que la edad y el género no son producidos por la naturaleza sino resultado de procesos históricos y sociales (2016, p. 1551).

Dando continuidade às reflexões sobre a protagonista, chama-nos atenção o fato de não haver membros familiares ascendentes ao longo das produções da tira,

---

<sup>4</sup> É importante resgatar que na primeira fase do movimento feminista a luta das mulheres estava focada na conquista de direitos políticos, enquanto a segunda fase compreendida entre as décadas de 60 e 80 visava a igualdade de gênero, sobretudo no que concerne as condições de trabalho.

seja por meio de palavras, seja por meio de imagens. Essa reflexão tem como base duas questões. A primeira diz respeito ao fato de estarmos frente a um ideal de família tradicional na Argentina e segundo porque, embora as produções em tirinhas tenham característica autônoma, o fato de serem veiculadas com periodicidade cria um efeito de narrativa entre uma tira e outra. Narrativas pressupõem rotinas de família (passeios de férias, visitas de parentes, encontros familiares) e, em nenhuma delas, há qualquer tipo de referência a outros membros familiares, incluindo os avós. A única referência que encontramos, mas que é negada pelo gesto da personagem na própria tirinha, está em uma produção em que Miguelito estranha a semelhança na aparência entre Mafalda e Periquita<sup>5</sup> (personagem de um quadrinho estadunidense), conforme imagem a seguir:

Figura 3: Avó



Fonte: QUINO. *Diário El Mundo*, 16/12/1967, p. 32<sup>6</sup>.

De acordo com Hernández, em Mafalda, “encontramos con una familia perfectamente constituida con padre, madre, hermanos. A su vez, los amigos de la pequeña pertencen a hogares de semejante conformación” (1976, p. 22). Frente ao exposto pelo autor, em concerto com o que é verificado ao longo da obra como um todo, pode-se dizer que ao “apagar” os membros familiares ascendentes, o efeito produzido é o de apagamento da memória da colonização europeia. Isso nos permite inferir que a constituição de uma família tradicional, sem a marca da presença dos avós e demais membros familiares, constitui um projeto com o qual a

<sup>5</sup> Periquita, como Nancy é chamada na América Latina, é uma personagem infantil de aproximadamente 8 anos que faz parte de um quadrinho estadunidense. Ela foi criada em 1933, por Ernie Bushmiller, época em que Hitler ascendia ao poder na Alemanha. Como Mafalda, Periquita foi uma personagem que rompeu com estereótipos de sua época, sobretudo aqueles ligados ao corpo feminino. Periquita compõe o grupo de tiras que dividiu espaço com Mafalda no *Diario El Mundo*. Bushmiller, o criador de Periquita, faleceu em 1982, mas as tirinhas só deixaram de circular em fevereiro de 2018, conforme informações de *Infobase*, disponível em: <<https://www.infobae.com/america/cultura-america/2018/03/13/adios-periquita-la-primera-y-ultima-nina-de-las-tiras-comicas/>> Acesso em: 14/05/2019.

<sup>6</sup> A tradução da tira encontra-se no anexo 01.

sociedade da época estava comprometida: o projeto de construção de uma *identidade argentina*<sup>7</sup>. Todos nós sabemos que o processo de colonização europeia na América foi um processo marcado pela violência física e social (aculturação de valores que produziram irreparáveis perdas nos campos étnico, moral e territorial) em praticamente todos os países latinos. Assim, omitir os antecedentes, ao mesmo tempo que se configura como um gesto de identidade própria, também estabelece ilusoriamente uma ruptura com o passado colonial em prol da construção de uma sociedade independente.

Ao tratarmos de identidade, não podemos deixar de pensar sobre o nome da protagonista. De acordo com Quino (2013a), o nome Mafalda teve duas motivações: a primeira, cumprir com a exigência da empresa que a encomendou (conter a letra inicial da *Mansfield*) e, a segunda veio do romance de David Viñas, “*Dar la cara*”. Definido o nome da protagonista e construído um contexto familiar segundo o modelo da época, Quino partiu para a produção das oito tiras solicitadas.

Para a frustração do autor, as peças não foram aceitas pela empresa que as encomendou, permanecendo guardadas por algum tempo. Quino (2013a) conta que algumas tiras foram entregues ao jornal *Clarín*, mas o jornal recusou a publicação assim que percebeu a propaganda encoberta dos produtos *Mansfield*. Somente em setembro de 1964, é que Mafalda passou a compor, com duas tiras semanais, um quadro da *Primera Plana*, uma revista que se dirigia a um público masculino de classe média e que, de acordo com estudos de mercado, atingia cerca de 250 mil leitores. Segundo Cosse (2014), a linha editorial do periódico era contraditória, pois simultaneamente defendia o desenvolvimento, sob o ponto de vista econômico, ao incentivar as vanguardas literárias e a modernização na esfera social e no campo cultural, e também a intervenção militar sob o ponto de vista político, como veremos adiante. Vale também lembrar que, nessa época, havia uma luta por espaço entre os periódicos. Tratava-se de uma disputa entre um público leitor masculino de *Primeira*

---

<sup>7</sup> Utilizamos a expressão identidade argentina porque Mafalda ao ser lida no mundo inteiro extrapola as fronteiras de seu país, mas carrega consigo características de uma sociedade que lhe deu origem, isto é, Mafalda transmite ao mundo, através das versões traduzidas em diversas línguas, incluindo a língua guarani, uma imagem de sociedade argentina.

*Plana* e um público leitor feminino da revista feminista “*¡Qué! sucedió em 7 días*”<sup>8</sup>, revista que também posicionou-se contra a gestão do presidente Illia<sup>9</sup>.

É importante destacar que a variedade de revistas e jornais em circulação na Argentina, nesse período, deu-se em função do crescimento do público leitor, consequência do aumento no número de matrículas no ensino superior, fato decorrente, também, do aumento na oferta de vagas no ensino médio ao longo da década anterior. Segundo Cosse (2014), entre os anos 50 e 60 o número de estudantes universitários dobrou e uma década depois, esse número novamente duplicou.

O crescimento de estudantes no meio acadêmico somou-se ao crescimento no número de trabalhadores, especialmente nas áreas de serviços e comércio, decorrendo daí uma demanda maior de produtos que facilitassem a vida da mulher. Para Cosse (2014), Mafalda situa-se num espaço de contradição entre três campos: o cultural (dado pela ironia), o mercado (agência de publicidade onde é veiculada) e a realidade social que afetava a classe média.

Outro ponto importante que merece destaque em Mafalda, especialmente nas primeiras tirinhas, é a expressão de fúria da protagonista e as atitudes “grosseiras”, as quais contrariavam a suavidade característica do estereótipo feminino da época, Mafalda apresentava características que a aproximavam muito mais do estereótipo masculino. Nos termos da autora:

...en Primera Plana, la malicia, la picardía y el interés (y uso) por las “malas palabras” de la “niña intelectualizada” prefiguraban caracteres concebidos socialmente como masculinos. [...] Mafalda asumía actitudes varoniles que habían determinado – y seguían haciéndolo – la construcción social de las diferencias de género. La niña/joven

---

<sup>8</sup> Não há muitas informações sobre o periódico feminista “*Qué!*”. O que se sabe é que foi criado em agosto de 1946, por Rogelio Julio Frigerio e Baltazar V. Jaramillo e, que um ano depois foi censurado pelo governo de Juan Domingo Perón. O motivo da censura teria sido uma entrevista com uma atriz famosa que revelou detalhes de seu conflito com Eva Perón (esposa de Juan Domingo Perón). O fechamento da revista teria motivado o suicídio de Baltazar Jaramillo, amigo e sócio de Frigerio. A revista só voltou a circular em 1956, quando Frigerio e Arturo Frondizi assumiram, juntos, a direção do periódico. A nova fase da revista enfatizou os ideais de desenvolvimento para o país, destacando-se principalmente pela edição comemorativa em virtude da vitória de Frondizi como presidente da nação Argentina.

<sup>9</sup> Filho de imigrantes italianos, Illia fez parte do movimento estudantil que deu origem a Reforma Universitária, estabelecendo os princípios para uma Universidade gratuita (modelo que estendeu-se também, a outros países da América Latina), formou-se médico pela Universidade de Buenos Aires e exerceu a medicina antes de tornar-se político. Como político, priorizou a saúde para os pobres e a educação.

representaba, entonces, en si misma las redefiniciones de género y las discusiones que ellas abrían (COSSE, 2014, p. 47).

As duas tirinhas que seguem, correspondem às duas primeiras produções publicadas no mesmo dia – 29 de setembro de 1964. Na primeira, temos enunciados produzidos em forma de pergunta. A injunção característica da pergunta coloca o pai na obrigação de responder, no entanto, o imaginário de Mafalda admite apenas uma resposta. Podemos notar que, diante da quebra de expectativa criada pelo enunciado do pai (enunciado que põe em dúvida o ser ou não “o melhor pai”), a frustração de Mafalda manifesta-se, tanto no gesto ríspido de dar as costas e enrijecer os braços, quanto no seu dizer “¡Lo suponía!” que é expresso através de uma expressão de raiva e descontentamento.

Figura 4: Melhor pai

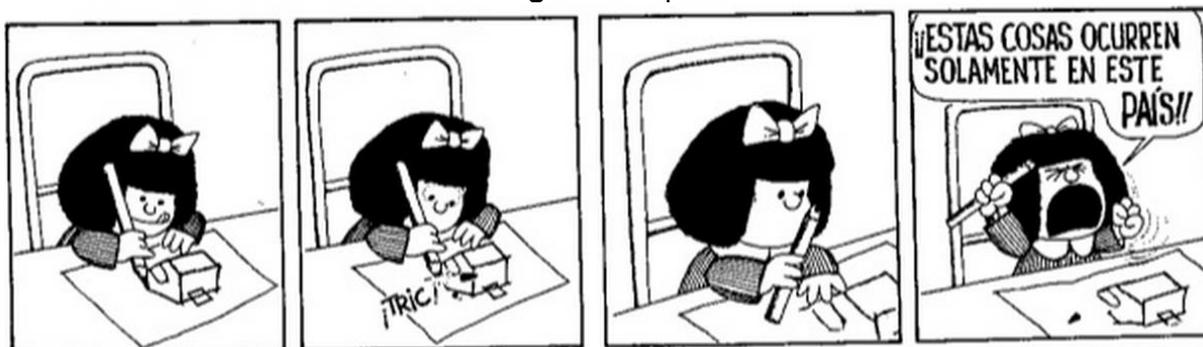


Fonte: QUINO. Revista *Primera Plana*, 29/09/1964. p. 22<sup>10</sup>.

Na segunda tirinha, publicada no mesmo dia, temos, nos três primeiros quadros uma cena que aparentemente faz parte do universo infantil: desenhar. O que não faz parte desse universo é o modo como a personagem reage tanto no gesto quanto no dizer, diante da constatação de que a ponta do lápis quebrou. Ainda na segunda tira, merece nossa atenção o enunciado produzido: “¡Essas cosas ocurren solamente en este país!!”, pois além de ter sido grafado em negrito e com fonte maior do que a usada nas demais tiras, notamos que Mafalda assume a posição de quem rejeita o modo como o país é gerido e coloca-se como vítima de um sistema. Isso implica dizer que, quando o país e sua gestão falham, ela (enquanto indivíduo que integra o país) é quem sofre as consequências dos atos.

<sup>10</sup> A tradução da tira encontra-se no anexo 02.

Figura 5: O país



Fonte: QUINO. *Primera Plana*, 29/09/1964, p. 64<sup>11</sup>.

Como fora dito anteriormente, Mafalda foi pensada segundo um modelo de família tradicional e, como podemos observar nas duas primeiras tirinhas, a interlocução de Mafalda deu-se, na tira em questão, exclusivamente com seu pai – figura central, no conceito de família tradicional argentina. Vale registrar que esse modelo permaneceu vivo por pelo menos três anos, quando um novo membro passa a fazer parte da família – o irmão caçula Guille.

Sobre o lugar social ocupado por Mafalda – a classe média – é relevante refletir a partir do que nos diz Hernandez (1976). Segundo o autor, Mafalda e sua comunidade de amigos representam uma parcela da sociedade argentina em uma dada época. O protagonismo de Mafalda enquanto criança (estatura pequena, mas em crescimento) produz metonimicamente um sentido de crescimento de uma classe. Mafalda seria, então, a representação imagética da constituição da classe média (nem classe proletária, nem classe dominante). Nas palavras do autor,

Mafalda nos muestra sólo un sector de la realidad nacional, el que a pesar de no estar en óptimas condiciones, es privilegiado con respecto a cientos de miles de connacionales. Y presentar esta realidad parcial como una totalidad y más, sin cuestionarla, permite deducir una absoluta complacencia con el actual esquema de vida (1976, p. 62).

Adamovsky (2012) percebe diferente. Para o autor, a veiculação da imagem de uma família de classe média funcionava como um “ideal” de cidadão argentino, um ideal que vinha sendo construído desde o século XIX. Para o autor, a personagem Mafalda

... tenía una mirada moderadamente autocrítica de su familia, a la que inmediatamente se asoció a la clase media. Se trataba, sin

<sup>11</sup> A tradução da tira encontra-se no anexo 03.

embargo, de uma crítica piadosa, más orientada a estimular la reflexión que a provocar una condena de sus personajes, que terminaban resultando adorables incluso en sus defectos” (2012, p. 397).

O autor leva-nos a pensar que as “reflexões” propostas em Mafalda se constituem em “evidências” que precisam ser desconstruídas pelo processo analítico reflexivo dos processos discursivos, como Pêcheux defende ao longo do desenvolvimento de sua teoria. Entendemos que, no discurso de Mafalda, os sentidos produzidos remetem, sobretudo, aos pressupostos ideológicos de uma classe, a classe média. Vejamos a tirinha a seguir:

Figura 6: Vestido X cultura



Fonte: QUINO. El Mundo, 10/10/1965, p. 8<sup>12</sup>.

Através da interlocução entre Susanita e Mafalda, podemos observar que há um embate entre duas posições antagônicas: de um lado, o valor atribuído aos bens materiais e de outro, aos bens culturais. Notamos ainda que o embate é “resolvido”, quando Mafalda reconhece o prestígio dos bens de consumo em relação ao desprestígio da cultura e resiste através do gesto físico de bater em Susanita. Em outros termos, o enunciado “Es muy triste tener que pegarle a alguien que tiene razón” aponta um movimento de *contraidentificação*<sup>13</sup> com a FD dominante. Ainda sobre o lugar de Mafalda, Azcurra afirma que

Es posible que esta apropiación política de Mafalda se deba a la construcción de un personaje con programa propio, cuyas consignas va declamando cada vez que puede y quiere; [...] programa que se refuerza en la contradicción de dos de los personajes secundarios que representaban las clases conservadoras y de derecha. Estamos hablando, por supuesto, de Susanita (clase media con aspiraciones

<sup>12</sup> A tradução da tira encontra-se no anexo 04.

<sup>13</sup> O conceito de *contraidentificação* será desenvolvido em seção posterior.

de clase alta de élite) y Manolito (pequeña burguesía comercial), quienes a su vez se enfrentan por cuestiones de clase (2014, p.11).

Dando continuidade às características de Mafalda, passemos agora para a descrição de alguns “gostos culturais” que merecem nossa atenção, são elas: leituras, personagens preferidas, ídolos e preferências musicais. Sobre as leituras, é frequente encontrarmos a protagonista portando jornais, os quais faz questão de comentar, sobretudo as notícias que envolvem política mundial e relações internacionais (há pouquíssima referência às notícias que envolvem política local ou questões que compreendem a Argentina e, talvez isso, somado ao fato de a protagonista ser uma criança, tenha contribuído para a manutenção das tiras em circulação). Entendemos que o exercício da leitura de jornais, praticada por Mafalda, funciona como incentivo ao consumo desse produto cultural pela classe média, reforçando um modelo de sociedade “letrada” e “bem informada”.

No campo da Literatura, também encontramos algumas tirinhas em que Mafalda dialoga com clássicos da Literatura Infantil, a fim de desprestigiá-los por meio de críticas de cunho político-social. Hernández (1976) afirma, que Mafalda seria uma apreciadora da literatura estadunidense, pois segundo o autor haveria tirinhas em que a protagonista valoriza as produções que compõem as *Seleções Reader's Digest*, uma revista infantil que tem como objetivo estimular o apreço literário, mais especificamente, o norte-americano. Nos termos de Hernández, “Mafalda [...] prefiere nutrirse culturalmente en ejemplares redactados directamente por escribientes del imperio” (1976, p. 42). Sobre as palavras do autor, merece ser lembrado que o período em que Mafalda circulou nos três periódicos, a Argentina havia entrado em um processo de globalização, assim como os demais países latinos. As revistas e os jornais estavam muito empenhados em fazer chegar às massas não só as notícias, mas também a cultura através da Literatura, da Música, do Teatro e do Cinema. As décadas de 60 e 70 foram as décadas que deram o pontapé inicial para o processo de globalização que temos hoje, com suas contradições.

Na tirinha que segue, podemos observar, por meio da expressão satisfeita da protagonista, que realmente é uma apreciadora da revista *Seleções*. É importante também atentarmos para o enunciado produzido no último quadrinho. A pergunta de Mafalda não questiona a veracidade do “dito” na revista: *A vida começa aos*

quarenta, mas “o porquê” da existência de um período que antecede “os quarenta”. Isso implica dizer que a posição assumida no discurso é de quem compartilha com seu interlocutor, o saber de que a vida começa com a maturidade, em outros termos, ambos compartilham a mesma Formação Discursiva; o questionamento, em termos enunciativos, conforme podemos observar, busca compreender o sentido da vida antes da maturidade chegar.

**Figura 7:** A vida começa aos 40



Fonte: QUINO. *El Mundo*, 11/05/1967, p. 16<sup>14</sup>.

Ao longo das tirinhas, também é possível observar que Mafalda tem uma enorme admiração por uma personagem de animação infantil – Pica-pau. Essa personagem foi diariamente veiculada na televisão, na década de 60. O Diário *El Mundo* chegou a fazer publicidade sobre o desenho animado, conforme imagem a seguir:

**Figura 8:** Pica-pau



Fonte: Diário *El Mundo*, 10/11/65, p. 13.

Essa admiração nos inquieta, pois de acordo com Lamas (2012), Pica-pau, além de ser uma personagem, cujas cores são as mesmas da bandeira norte-americana: azul, branca e vermelha, também se mostra como uma das personagens infantis mais violentas criadas até hoje, já que possui uma conduta politicamente

<sup>14</sup> A tradução da tira encontra-se no anexo 05.

incorreta, sendo capaz de qualquer coisa (agressão física) para garantir o exercício de seus direitos. Assim, se pensarmos em Mafalda como um sujeito identificado com uma posição humanista (que busca justiça social) e é resistente ao capitalismo, estamos diante de um paradoxo, pois Pica-pau, ao apresentar-se como individualista, materialista e defensor do capital privado, revela-se plenamente identificado com a Formação Discursiva Capitalista<sup>15</sup>. Na tirinha a seguir, temos um exemplo da relação que se estabelece entre Mafalda e Pica-pau:

**Figura 9: Quem, Deus meu?**



Fonte: QUINO. El Mundo, 29/10/1966, p.12<sup>16</sup>.

Mas além de Pica-pau, Mafalda também declara sua paixão pela banda britânica The Beatles<sup>17</sup>. Sobre essa manifestação explícita nas tirinhas, Hernández chama atenção para o fato de que “para ella no existen folklore ni tango” (1976, p. 42). Isso implica dizer que Mafalda não demonstra em seu gosto musical, uma identificação com a cultura de seu país. Novamente, a personagem aponta sua identificação com um modelo que não está ligado à sua nação e à sua cultura, mas a um modelo europeu de ser. Na tirinha a seguir, quando questionada sobre a compreensão da letra da música, por Manolito (um capitalista assumido), Mafalda afirma não se importar com os significados. Entendemos que o discurso de Mafalda, nesse caso, brinca com os sentidos de ingenuidade, pois se língua e poder estão intrinsecamente ligados, ignorar os sentidos produzidos por uma língua é, no mínimo, um gesto contraditório.

<sup>15</sup> A afirmação de que Mafalda e Pica-pau estabelecem uma relação contraditória entre si (a primeira identificada com a Formação Discursiva Anticapitalista e o segundo com uma Formação Discursiva Capitalista) encontra sustentação em pesquisa anterior, a qual resultou na Dissertação de Mestrado de Martins (2015) intitulada “Mafalda: gestos de leitura a partir do funcionamento discursivo da interrogação”.

<sup>16</sup> A tradução da tira encontra-se no anexo 06.

<sup>17</sup> The Beatles foi uma banda de rock britânica que fez muito sucesso na década de 60.

Figura 10: Que importa?



Fonte: QUINO. El Mundo, 05/11/1966, p. 12<sup>18</sup>.

É importante destacar ainda que a concepção de Mafalda, na década de 60, tem como cenário um momento histórico marcado por contradições, por lutas em prol de direitos sociais e políticos na América Latina, bem como por conflitos decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Para Cosse (2014), uma nova ordem mundial é idealizada a partir das lutas travadas contra a hegemonia estadunidense, o que segundo ela, produz um sentido de resistência. Mafalda, para Cosse, “es una figura y una tira con una significación social, política y subjetiva ineludible a la hora de entender el país y a los argentinos” (2014, p. 17).

Nosso estudo sobre Mafalda leva-nos a concordar com a autora no que se refere ao surgimento de uma nova ordem mundial, de resistência à hegemonia americana e a afirmar que Mafalda é constitutivamente contraditória, sobretudo nas tirinhas em que imita a estátua da Liberdade com uma lâmpada apagada na mão direita e um livro de contos na mão esquerda. De acordo com Azcurra, o fato de Mafalda correr da direita para a esquerda e da esquerda para direita, configura-se em uma crítica “a la manera en la que nos construimos la libertad, sobre una base política vacía” (2014, p. 11) e acrescenta, “las ideas más progresistas y de izquierda de Mafalda tienen que ver con sus aportes humanistas y transformadores. Sueña efectivamente con cambiar el mundo, y sabe que los jóvenes son el motor” (2014, p. 11). Apesar do protagonismo de Mafalda, não podemos esquecer que os sentidos ao longo de toda obra são produzidos nas relações que Mafalda estabelece com seus interlocutores que são, seus pais, seu irmão Guillermo (referenciado na obra como Guille) e o grupo de amigos formado por: Manolito, Felipe, Susanita, Miguelito

<sup>18</sup> A tradução da tira encontra-se no anexo 07.

e Libertad. Passamos agora a algumas características de cada uma das personagens, a começar pelo casal, pais de Mafalda.

**Figura 11: Os pais**



Fonte: Toda Mafalda, 2013b, p. 127<sup>19</sup>.

Pelicarpo e Raquel formam juntos os pais de Mafalda e são referidos, ao longo de toda obra, como papá e mamá. As duas personagens representam o modelo tradicional de família da classe média argentina. O casal se conheceu na faculdade, Raquel e Pelicarpo chegaram a estudar juntos, mas, ao casarem-se, Raquel desistiu do curso para cuidar da família e do lar. Em vários momentos, ao ser questionada por Mafalda sobre o abandono da faculdade, Raquel demonstra tristeza.

Desse modo, e de acordo com as convenções tradicionais da época, o pai é quem trabalha para sustentar a família. Ele ocupa a vaga de corretor de seguros em um escritório, não muito próximo de casa, pois depende de transporte público para deslocar-se de casa para o trabalho e vice-versa. Pelicarpo é uma personagem bastante estressada e recorre com frequência ao calmante *Nervocalm*. Os problemas que mais lhe afligem são o transporte público e a falta de dinheiro. No início de sua trajetória, a personagem parece crítica em relação ao consumo, pois resiste em adquirir seu primeiro aparelho de TV, no entanto, dada a pressão do sistema e de Mafalda, acaba adquirindo-o. Vale observar que a resistência do pai na aquisição do aparelho de TV, aponta uma crítica não só aos meios de comunicação de massa, mas também à modernidade e ao crescimento tecnológico. A figura do pai é apresentada como de um homem dedicado à família e à natureza, pois, dedica-se ao cuidado das plantas, nas horas vagas.

---

<sup>19</sup> “Que alegria que Mafalda comece a ir à escola!” (Tradução de responsabilidade da autora da tese).

Já Raquel está constantemente atarefada com a rotina do lar. Aos olhos de Mafalda, a mãe representa uma vida de submissão, principalmente por ter abandonado a faculdade para cuidar dela e do lar.

**Figura 12: Manolito**

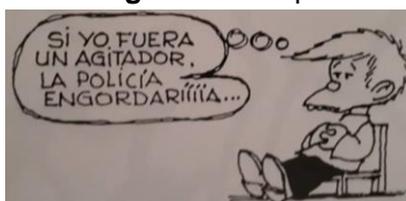


Fonte: Toda Mafalda, 2013b, p. 173<sup>20</sup>.

Manolito ou Manoel Goreiro teve sua primeira aparição registrada em 29 de março de 1965 e, de acordo com Quino, “foi inspirado no pai de Julián Delgado, proprietário de uma padaria em Buenos Aires, situada na esquina de Cochabamba com Defesa, no bairro histórico de San Telmo” (2013a, p. 29).

Manolito é filho de um imigrante espanhol dono de uma mercearia, decorre daí seu interesse pelo comércio. A personagem sonha em ter uma rede de supermercados, inclusive em países comunistas e, por essa razão, espelha-se no próprio pai. Manolito pode ser caracterizado como uma personagem que visa única e exclusivamente o lucro, tem como ídolos os Rockefeller e os norte-americanos, por sua riqueza. Nesse sentido, está sempre em busca de estratégias para igualar-se a eles. Entre as principais estratégias, está o poder de persuasão que exerce sobre seus amigos, principalmente Miguelito, a quem paga com caramelos vencidos, pelo trabalho de divulgação das mercadorias de seu armazém. Além disso, revela repúdio à Susanita, aos hippies e aos Beatles.

**Figura 13: Felipe**



Fonte: Toda Mafalda 2013b, p. 17<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> “Vocês acreditam que a única coisa que me interessa é o armazém do meu pai e que sou uma besta sem sensibilidade! Não?” (Tradução de responsabilidade da autora desta tese).

<sup>21</sup> “Se eu fosse agitador a polícia engordaria!” (Tradução de responsabilidade da autora desta tese).

A aparição de Felipe está registrada em 19 de janeiro de 1965. Segundo Quino, a fonte inspiradora para a construção da personagem foi Jorge Tamossi, “um jornalista argentino que se radicou em Cuba há muitos anos e participou da fundação da agência de notícias ‘Prensa Latina’ (2013a, p.11). Entre as qualidades de Jorge Tamossi, Quino conta que manteve os “dois engraçados dentes de coelho”.

Felipe é o oposto de Mafalda, pois é muito introvertido. Filho de engenheiro, é um garoto de imaginação fértil, cuja musa inspiradora é Brigitte Bardot. É preguiçoso, confuso, às vezes romântico, mas sobretudo, muito ingênuo, pois crê em tudo que lê nos jornais ou ouve. Em algumas tirinhas, Felipe apresenta-se amargurado ao ter suas ideias frustradas pelos amigos. Além disso, ele não gosta de fazer as tarefas da escola, nem de frequentá-la, mas é leitor e fã de histórias em quadrinhos, especialmente do Lone Ranger. Ao longo das produções, é comum nos depararmos com performances de Felipe como o Cavaleiro Solitário, um de seus personagens favoritos.

Gociol e Rosemberg, ao retomar Sasturain [1995], afirmam que,

Felipe es quizá el más flexible de los personajes: se desdobra en contradicciones, traumas, debilidades, frustraciones: es el único que lidia constantemente consigo, el más verdadero en el fondo, sin certezas bien pensantes ni voluntad dócil como Mafalda (2003, p. 179).

Em outros termos, Felipe é a personagem que reflete um mundo interior imenso, onde guarda todo tipo de sentimento e angústia.

**Figura 14:** Susanita

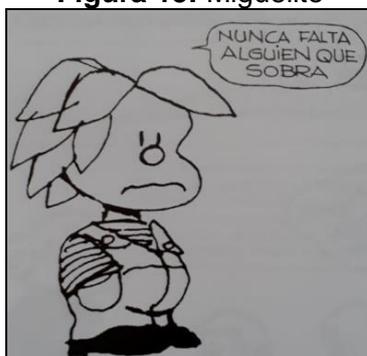


Fonte: Toda Mafalda, 2013b, p. 323<sup>22</sup>.

<sup>22</sup> “Filhinhos!...! Isso é a única coisa que eu peço à vida! (Tradução de responsabilidade da autoras

Susanita ou Suzana Beatriz Chirusi, entrou para o quadro de personagens de Quino em 6 de junho de 1965 e, segundo o autor, ela não correspondia a nenhuma figura em especial. Trata-se de uma personagem conflitiva, conservadora e ambiciosa. Susanita tem vergonha de seus pais: do pai, porque ele é vendedor de uma fábrica de embutidos e da mãe, principalmente quando ela fala ao telefone com as amigas. Susanita é uma personagem que preza a aparência, crê que sua maior vocação é a maternidade, é egoísta e tem o péssimo hábito de fazer fofoca. Trata-se de uma personagem que sonha em ter um casamento bem-sucedido com um homem rico e muitos filhos – a verdadeira representação da mulher burguesa da época. A ela não importa o futuro do país e do mundo e, por ser esnobe, declara sua repugnância à pobreza. Susanita e Mafalda são amigas, mas as ideias entre as duas não convergem, elas vivem em conflito. O mesmo acontece entre Susanita e Manolito. Dadas as características conservadoras de Susanita, ela é a personagem que mais interage e contrasta com Mafalda.

**Figura 15:** Miguelito



Fonte: Quino.Toda Mafalda, 2013b, p. 614<sup>23</sup>.

Miguelito, um dos últimos personagens a compor o grupo. Segundo Gocil e Rosemberg (2003), a personagem tem como avô, um fascista. Além de ser uma figura cuja principal característica é o narcisismo, também reflete muita insegurança, pois é profissional em ter dúvidas e, às vezes, até se parece com Guille que é bem mais novo. Miguelito também desfruta de um egoísmo inofensivo e de certa inocência, pois busca compreender o porquê de tantas proibições no mundo para ser feliz, sendo uma das personagens mais impulsivas do grupo e, por isso, às vezes, se arrepende de seus atos. É movida, sobretudo, pela curiosidade de compreender o mundo. As contradições existentes no mundo deixam Miguelito perplexo às vezes, principalmente porque não consegue explicá-las. Miguelito e

---

desta tese).

<sup>23</sup> “Nunca falta alguém que sobra” (Tradução de responsabilidade da autoras desta tese).

Mafalda começaram a amizade na praia, durante as férias de verão e, a partir de então passam a ser bons parceiros.

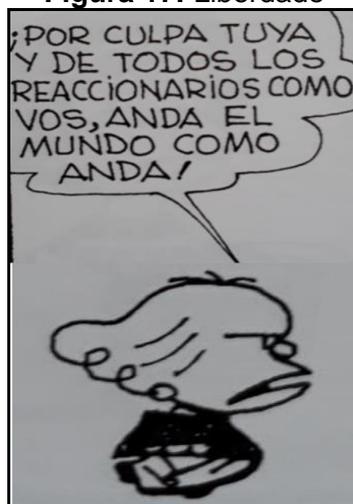
**Figura 16:** Guille



Fonte: Quino.Toda Mafalda, 2013b, p. 403.

Guille, apelido construído a partir de Guillermo, é o irmão caçula de Mafalda. Ele teve sua entrada nas tirinhas junto à estreia em *Siete Dias*. De acordo com Quino (2013a), a personagem foi inspirada em seu simpático e atrevido sobrinho. Guille é o mais rebelde da turma, às vezes é atrevido, pois responde aos pais sem o menor constrangimento. Sofisticado, exigente e inconformista, Guille carrega algumas características da irmã mais velha com uma “pitada” de rebeldia, principalmente quando desrespeita as regras impostas pelos pais. Para Mafalda, o nascimento de Guille representou um marco, pois ela passa a responder ao irmão aquelas perguntas que antes, ela mesma fazia aos pais. A partir de então, Mafalda não está mais sozinha, pois conta com o irmão para dividir suas inquietações. Embora parceiros, Mafalda e Guille possuem características distintas, pois ele ocupa uma posição mais ofensiva, às vezes até agressiva, tanto no dizer quanto no agir.

**Figura 17:** Liberdade



Fonte: Quino. Toda Mafalda, 2013b, p. 515<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> “Por culpa tua e de todos os reacionários como tu, o mundo está como está!” (Tradução de

Libertad/Liberdade é o nome que Quino deu a última personagem a compor a obra. Com entrada registrada em 15 de fevereiro de 1970. Simbolicamente de menor tamanho, é Liberdade que exerce o papel de contestar o sistema e convocar seus interlocutores para a Revolução Social. Sobre a relação da personagem com Mafalda, há o registro de que elas também se conheceram durante as férias na praia. Entre os momentos mais significativos da aparição de Liberdade nas tirinhas, está o momento em que ela envia um presente a Guille e a seu pai Pelicarlo, uma tartaruginha que se chama Burocracia. Segundo Azcurra (2014), o nome dado à tartaruga é uma crítica à lentidão do sistema burocrático argentino.

Feitas as apresentações das personagens e descritas suas características, encerramos esta seção com uma pergunta, que é também comum a Cosse (2014): diante dos períodos em que a Argentina teve presidentes interventores, o que permitiu que Mafalda continuasse circulando mesmo depois de dois suportes (*Primera Plana* e *El Mundo*) terem sido encerrados em 1969?

## 1.2. Mafalda – o contexto histórico e político na Argentina

20 de setembro de 1955. Juan Domingo Perón<sup>25</sup>, após um mandato de seis anos e de ter sido reeleito em 1951, assina sua renúncia. De acordo com Rouquié

---

responsabilidade da autora desta tese).

<sup>25</sup> Perón era amado por alguns e odiado por outros, isso se explica porque segundo Romero (2006), o governo peronista foi um governo militar marcado por contradições e ambiguidades. O gabinete de Perón era formado exclusivamente por militares e o Ministério da Guerra era controlado por um grupo de oficiais da maçonaria – o GOU (Grupo de Oficiais Unidos). O governo peronista também perseguia sindicatos da oposição e impunha intervenção na CGT (Confederação Geral do Trabalho) e nas universidades. Além disso, estabelecia a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Perón era muito hábil com as palavras e sua perspicácia levou-o a dedicar-se ao social (operário), elemento ignorado por seus antecessores. Assim, criou vínculos com sindicatos, propôs a solução de conflitos “por meio de contratos coletivos e supervisionados pela Secretaria, ampliou o regime de aposentadoria, férias remuneradas, acidentes de trabalho; foram ajustadas as categorias profissionais e, em geral equilibrou as relações entre patrões e trabalhadores, inclusive na própria atividade das fábricas” (2006, p. 93). Outro feito de Perón foi a sanção do Estatuto do Peão, estendida também ao trabalhador do campo. Em seus diálogos com os empresários, Perón ressaltava o perigo do comunismo e das massas operárias desorganizadas. O discurso peronista tinha como tema a *justiça social* por isso suas ações continuavam durante o segundo mandato através: do congelamento de aluguéis, estabelecimento de salário mínimo e preços máximos para os produtos, melhoria na saúde pública, construção de escolas primárias e secundárias e, organização de um sistema de aposentadoria ligado à previdência social. Perón ordenou o fim dos grupos que o apoiaram entre eles o Partido Trabalhista e criou o Partido Peronista. Eva Perón (sua esposa) assumiu a Secretaria do Trabalho e atendia ao setor não sindicalizado. A administração autoritária de Perón apresentava pontos obscuros, os quais ficaram mais evidentes durante a crise em 1952, entre os pontos, Luna destaca as fortunas mal adquiridas, as irregularidades administrativas e os abusos oficiais,

(1986), desde 1952 a Argentina vinha sofrendo dificuldades econômicas que provocavam mudanças na política do regime peronista. Frente a crise interna e principalmente externa, o governo vinha agindo de forma autoritária em relação às forças opositoras, o que só fazia aumentar o descontentamento destes frente ao governo. Assim, às vésperas da renúncia de Perón, segundo o autor,

La marina rebelde anunció que si Perón no renunciaba, sus unidades bombardearían el 19 los depósitos de combustible de Mar del Plata, luego la destilería de La Plata y finalmente los objetivos militares de la Capital. [...] El crucero General Belgrano estaba en posición para bombardear la destilería de La Plata, cuando cundió la noticia de que el presidente Perón había delegado el poder en el ejército (ROUQUIÉ, 1986, p. 119).

Luna (1974) explica que entre 15 e 16 de setembro do corrente ano, Lonardi – chefe da Revolução Antiperonista ou Revolução Libertadora, como alguns chamavam, se apoderou da Escola de Artilharia, em Córdoba e atacou a Escola de Infantaria, uma vez que o chefe dessa escola se recusara a aderir ao movimento contra Perón. Durante a tomada de poder, a recomendação de Lonardi era que, se necessário, usassem de violência. Até o aeroporto foi tomado. Enquanto o exército avançava em direção à cidade, o governo não demonstrava nenhuma resistência porque o esquema pela tomada de poder já estava armado, segundo Luna (1974). Naquelas circunstâncias, qualquer resistência resultaria em derramamento de sangue. Hernández ao tentar descrever a lógica de pensamento de Perón destaca que,

Una y otra vez, pese a las persecuciones, los atentados, el silenciamiento o los fusilamientos, Perón volvería a convocar a la pacificación. Una y otra vez, pese a la exaltación y a la energía de algunos de sus partidarios, Perón volvería a convocar a la pacificación. Una y otra vez, pese a su propia exaltación canalizada en encendidos discursos, Perón volvería a convocar a la pacificación (1997, p. 168).

A descrição de Hernández aponta a figura do ex-presidente como alguém que não se identifica com enfrentamentos violentos e que, portanto, não arriscaria a sua segurança e a de seu país com uma resistência. Rouquié, por outro lado, explica

---

declarados no relatório de Raúl Prebisch, solicitado pelo governo interventor do General Lonardi. De acordo com Luna, o relatório “assinalava a dilapidação de divisas e a descapitalização que o país sofrera durante a década peronista e aconselhava a desvalorização da moeda argentina, o desestímulo ao consumo interno e uma ativa promoção das exportações como meios para evitar uma inflação que, caso não fossem aplicados aqueles paliativos, não se poderia conter” (1974, p. 99).

que a expectativa de Perón era que o povo se unisse e lutasse para trazê-lo de volta ao poder. Por acreditar nisso, foi grande a frustração do ex-presidente quando, um dia depois de sua renúncia, a CGT<sup>26</sup> (Confederação Geral do Trabalho) convocou os trabalhadores para uma desmobilização. Nos termos do autor, a orientação da CGT era “confiar en el ejército y olvidar a Perón” (ROUQUIÉ, 1986, p. 121). Assim, em setembro de 1955, depois de confirmada a renúncia, feita através de uma carta lida pelo Ministro do Exército via rádio, o então ex-presidente refugia-se na embaixada do Paraguai. Em 23 de setembro do mesmo ano, o general Eduardo Lonardi, líder da Revolução Libertadora, assume a presidência da República Argentina, sob a forma de governo provisório, tendo como aliados, grupos católicos e militares da frente nacionalista. Nos termos de Adamovsky,

Irónicamente, el fin del gobierno de Perón vendría de la mano de dos instituciones que habían estado entre sus principales apoyos aquel año: las Fuerzas Armadas y la Iglesia [...]. Los católicos, por su parte, fueron los que consiguieron finalmente volver a poner en marcha el vasto movimiento social de oposición que preparo el camino de los militares (2012, p. 307).

Como estratégia de governo, Lonardi tentou alianças com os sindicalistas (classe que apoiava Perón), mas era inexperiente na política e não obteve sucesso. De acordo com Romero, “os partidários de Lonardi dividiam o governo com representantes dos grupos antiperonistas mais tradicionais, respaldados pela Marinha, a mais homogênea das três Forças Armadas” (2006, p. 125).

Os conflitos que levaram a substituição de Lonardi, antes mesmos que completasse dois meses de governo, tiveram início em um embate: ele não aceitava qualificar como antipatriotas aqueles que, por um motivo ou outro, eram apoiadores de Perón. Soma-se ao fato a forma como Lonardi exerceu sua autoridade, ele, decididamente, negou a proposta de governar em conjunto com a Junta Militar causando desconfiança. Essa tomada de posição de Lonardi serviu de motivo para seu afastamento. Ele foi, então, substituído pelo general Pedro Eugenio Aramburu, sem que tivesse tempo de oficializar sua demissão.

---

<sup>26</sup> A CGT (Confederação Geral do Trabalho) foi criada em 1930, durante o governo provisório do general José Félix Uriburu. A Confederação reuniu um grupo de sindicalistas e de socialistas, até então divididos, segundo Romero (2006). No início, a CGT enfrentou muitos desafios: um governo autoritário, altas taxas de desemprego no setor industrial e grande queda nos salários, os quais só seriam recuperados em 1942.

Após um período conturbado, consequência da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), Perón já havia começado, em 1952, uma reorganização de suas políticas. Sua queda deixou inúmeros obstáculos para seus sucessores, os quais se viam pressionados, também, por lideranças mundiais. Segundo Romero,

Para se adaptar a esse mundo do capitalismo reconstituído, do liberalismo e da democracia, não bastava restaurar a ordem constitucional e eliminar os vestígios de um regime que tinha origem nos autoritarismos do período entre guerras. Era necessário modernizar e adequar a economia, transformar o aparato produtivo (2006, p. 127).

O problema na Argentina não era a modernização, mas as ferramentas dessa transformação, as quais, conforme Romero (2006), geravam “polêmica entre os que confiavam no capital estrangeiro e aqueles que”, filiados à tradição nacionalista peronista ou à esquerda anti-imperialista desconfiavam. Havia, portanto, uma divisão entre os setores empresariais locais, que ascenderam durante o governo de Perón e haviam conquistado estabilidade, e aqueles que encontravam alguma vantagem na associação com órgãos internacionais.

Com o apoio da Marinha, o novo presidente provisório, o general Pedro Eugenio Aramburu, dissolveu o Partido Peronista e a Fundação Eva Perón; promoveu a intervenção das Forças Armadas na CGT; afastou peronistas da administração pública e das universidades; e submeteu os meios de comunicação a um rígido controle. Além disso, revogou por decreto a Constituição de 1949 e moveu um processo contra Perón, segundo Luna (1974), por “traição à pátria” e acúmulo de fortuna ilícita. Soma-se a isso, a forma violenta como foram reprimidos os movimentos liderados por alguns civis juntamente com um grupo de oficiais peronistas, em 1956. Entre as ações cometidas contra os manifestantes está o fuzilamento dos líderes do movimento. Nas palavras de Luna, os acontecimentos revelam a constatação de uma contradição pois,

Na década anterior se havia prendido arbitrariamente cidadãos, torturava-se e violava-se a liberdade de expressão em nome da Justiça Social: agora se fuzilava em nome da liberdade... Novos motivos, selados com sangue, acrescentaram-se à longa lista de divisão do país (1974, p. 103).

Na economia, os depósitos bancários, instrumento utilizado pelo Estado foi banido e a moeda local desvalorizada. Em vista desses problemas, a Argentina tem

sua entrada aprovada no FMI (Fundo Monetário Internacional) e no Banco Mundial, os quais resolveram problemas imediatos do país, sob a “imposição” de algumas condições. De acordo com Adamovsky, “el Fondo Monetario Internacioall (FMI) colaboró con el gobierno militar sin hacer preguntas, brindando créditos millonarios que endeudaron de manera irreversible al país” (2012, p. 410).

Em 1956, a autoridade nas fábricas foi retomada; os acordos entre trabalhadores e patrões foram suspensos; e os salários tiveram acentuada queda, no ano seguinte. A identificação da classe operária com o peronismo, mesmo banido, só vinha a fortalecer o poder simbólico que Perón ainda mantinha.

As forças políticas dividiam-se entre a direita formada pelos nacionalistas e conservadores populares que buscava aproximar-se do peronismo e a esquerda formada por uma política repressiva do governo libertador. O partido socialista também se dividiu entre aqueles que mantinham uma posição antiperonista, ligados à direita e aqueles que “acreditavam que o partido devia construir uma alternativa de esquerda para os trabalhadores, mais atraente que a do peronismo” (ROMERO, 2006, p. 131).

Em 1956 a UCR (União Cívica Radical) anunciou a candidatura de Arturo Frondizi para a Presidência da República, o que provocou a divisão do partido em UCR Intransigente e UCR do Povo (partido governista). Frondizi ressaltava a importância das forças produtivas e os deveres dos empresários. Após negociar com Perón, Frondizi venceu a disputa eleitoral contra Balbín e governou a Argentina de 1958 a 1962. Entre as principais ações da política econômica estavam “as leis de permanência de capitais estrangeiros e de promoção industrial” (ROMERO, 2006, p. 133), o que acarretou em um regime especial de investimentos em certos setores da economia, tais como: siderúrgico, petroquímico, de celulose, automotor, energético e petrolífero. De acordo com Luna, foram aprovadas leis importantes no Congresso, entre elas: “leis de anistia e de liberdade de ensino, o estatuto do docente, a lei de associações profissionais, – que consolidou o movimento sindical – a de nacionalização do petróleo” (1974, p. 119). Mas, com a expansão, veio também a crise e o país precisou pedir (novamente) ajuda ao FMI para lançar um Plano de Estabilização. Segundo Romero,

O Plano de Estabilização pôs fim em uma convivência precária entre o governo e os sindicatos peronistas, que, até então, tinham apreciado as medidas governamentais como o fim das proscricções e, principalmente, a lei de Associações Profissionais, que estabelecia o sindicato único e o desconto em folha. Mas os efeitos da política de estabilização e a dureza com que o governo reprimiu os protestos, [...] puseram os sindicatos em pé de guerra (2006, p. 134).

O enfraquecimento das negociações entre governo e setores trabalhistas fortalecia o sindicato. Foram mais de 32 greves ao longo dos quatro anos de mandato de Frondizi. Outro mal-estar no governo de Frondizi foi provocado pela divulgação de uma carta assinada por Perón e que teria sido entregue às vésperas da eleição de 1958. Segundo Luna, “o presidente desmente sua autenticidade, mas o documento levanta uma tempestade militar que culmina com uma intentona revolucionária encabeçada por um dos chefes da Revolução Libertadora” (1974, p. 124). O fato é que, a credibilidade em relação ao governo Frondizi foi fortemente abalada após a divulgação dessa carta, chegando a pôr em dúvida qualquer decisão que o presidente tomasse a partir de então.

Contudo, em março de 1962, após a vitória de candidatos peronistas em grande parte das províncias e a tentativa frustrada de Frondizi de dialogar com esses representantes eleitos, o que definitivamente motivou a ação de militares a sua deposição da presidência. De acordo com Luna, no dia 29 de março,

Pouco antes das 8 hs, um avião militar conduzia Frondizi para a ilha de Martín García, no Rio da Prata, a mesma onde foram confinados Yrigoyen em 1930 e Perón em 1945. Deveria permanecer preso ali durante quase um ano. (1974, p. 136).

Assim, naqueles 29 de março de 1962, a Argentina amanhecia sem presidente. Mas, antes do fim do dia, o Senador José María Guido, filiado à UCR Intransigente, não tardaria em apresentar-se a Corte Suprema Argentina para declarar-se o novo presidente.

Guido chegou a tentar uma política inclusiva para os peronistas, mas em menos de três meses de trabalho, “os militares, que haviam assumido completamente sua função tutelar, impuseram um gabinete definitivamente antiperonista” (ROMERO, 2006, p. 137). Sobre as eleições provinciais, a maioria dos candidatos eleita fazia parte ou identificava-se com o partido peronista. Em meio a este misto de ilegitimidade e legalidade, em 15 de abril, segundo Luna, “Guido,

cumprindo o compromisso assumido com os comandantes-chefes na noite de 29 de março, decreta a nulidade de todas as eleições anteriores” (1974, p. 141).

A instabilidade política, na época, dividiu opiniões entre diferentes setores das Forças Armadas. “Enquanto os grupos de oficiais antiperonistas mais duros controlavam o poder” (ROMERO, 2006, p. 138), outro grupo – grupo do Campo de Mayo – assumia uma posição alternativa, defendiam o respeito às autoridades constitucionais e “acreditavam que a associação do peronismo com o comunismo era simplista e exagerada” (ibid., p. 138). A divergência entre os grupos resultou em uma disputa militar entre o exército “Azul” (força legalista, que em teoria eram os rebeldes) e os “Vermelhos”. A vitória “Azul” se consolidou com a nomeação de Onganía para o cargo de comandante-chefe do Exército.

Grupos simpatizantes com o grupo de Campo de Mayo lançaram o periódico *Primera Plana*, com o propósito de defender sua posição e o nome do general Carlos Onganía, que assumira uma função importante no exército e que, muito em breve, viria a ser o novo presidente. Com Onganía, políticos da democracia cristã e do nacionalismo, identificados com a ideia de integrar os peronistas seriam levados para o governo. Nos termos de Romero, a criação do periódico *Primera Plana* visava “servir de porta-voz dos grupos que começavam a se aglutinar em volta do general Onganía e da evanescente ideia de uma ‘frente’” (2006, p. 151). Tendo como público-alvo os novos setores profissionais e executivos, o periódico divulgava também, as novidades no campo das ciências, no campo da literatura latino-americana e, claro, ditava modelos de comportamentos de uma “vida moderna”. É de extrema relevância destacar que a personagem Mafalda começa a ser lida e admirada a partir das publicações nesse periódico, em 1964.

A divisão política, na época, ainda era grande. Romero (2006) destaca que grande parte dos empresários temia as políticas liberais e os peronistas; os peronistas desconfiavam dos frondicistas e a UCR do Povo denunciava a nova alternativa como ilegítima. Diante disso, a Marinha, que não havia participado dos conflitos anteriores, entrou em confronto com o exército e foi derrotada. Tais acontecimentos resultaram na retomada de uma posição antiperonista, por parte do governo.

Em 1963, a candidatura da chapa do político conservador Vicente Solano Lima (próximo ao peronismo) foi vetada em função da legislação de 1955 que proibia o peronismo (a lei da proscricção do peronismo). E assim, em julho de 1963, como ocorreu em 1957, os peronistas votaram em branco e Arturo Illia, candidato da UCR do Povo vence a eleição contra Oscar Alende, candidato do partido UCR Intransigente e Aramburu, candidato da DELPA (União do Povo Argentino), representante da Direita. Illia<sup>27</sup> governou de 1963 a 1966. Seu governo teve como meta política a distribuição e proteção do capital interno, com isso, o Congresso votou a lei do salário mínimo, a renda dos trabalhadores aumentou, e o governo conseguiu controlar os preços, especialmente os preços dos medicamentos. No que concerne o capital estrangeiro, Illia anulou e renegociou os contratos de petróleo, o que rendeu ao país um desprestígio incalculável, frente aos outros países.

Quanto aos sindicatos, uma mobilização que resultou na ocupação de 11 mil fábricas e envolveu cerca de 4 milhões de trabalhadores buscava junto ao governo o fim da pressão sofrida pelos sindicatos. Augusto Timoteo Vandor (líder sindical, na época) aproveita a mobilização e juntamente com os sindicatos reorganiza o Partido Justicialista. De acordo com Romero (2006), o número baixo de filiados ao partido favoreceu seu controle absoluto e um crescente enfrentamento com Perón, “a disputa entre ambos não podia superar certos limites, pois nem Perón podia prescindir dos sindicalistas mais representativos, nem estes podiam renegar a liderança simbólica de Perón” (p. 141).

Após uma tentativa de retorno frustrada, Perón envia à Argentina, sua esposa María Estela que, mais tarde, ficaria conhecida como Isabelita Perón. Ela reúne grupos sindicais contrários a Vandor, tanto de direita quanto de esquerda e provoca uma divisão entre as 62 Organizações. A divisão provocada não foi suficiente para a proposta de uma nova orientação sindical. Vandor só foi vencido mais tarde, nas eleições a governador pela chapa de Mendonza que era apoiada por María Estela.

Segundo Romero (2006), uma transformação que merece destaque diz respeito à economia. Se por um lado houve crescimento de setores novos como as

---

<sup>27</sup> De acordo com Romero, “o partido vencedor, UCR do Povo, tinha obtido um percentual baixo de votos, e, apesar de ter maioria no Senado, controlava pouco mais da metade dos governos provinciais, e não tinha maioria na Câmara dos Deputados, onde, devido ao sistema de voto proporcional, um amplo espectro de forças políticas estava representado” (2006, p. 140).

indústrias de petróleo, aço, celulose, petroquímica e de veículos automotores, por outro lado houve a retração dos setores tradicionais, tais como da linha têxtil, de calçados e de eletrodomésticos. Com isso, as pequenas empresas ocupavam um lugar de desvantagem em relação às grandes e o Estado, mesmo com autonomia para isso, era incapaz de traçar políticas para solucionar o problema.

As transformações e a modernização no campo econômico provocaram mudanças na sociedade, entre as quais podemos destacar: a migração do campo para a cidade, consequência da crise agrícola e a chegada de imigrantes de países vizinhos. A maioria dessas pessoas estava em busca de oportunidades na indústria, setor que, durante o período peronista, foi o motor da economia, mas que agora havia estagnado e, em alguns casos, até havia retrocedido. A falta de empregos na indústria cedia espaço para oportunidades na construção civil. Vale salientar que os trabalhadores da construção civil ou eram autônomos ou eram empregados sem representação sindical, o que tornava inviável qualquer tipo de negociação entre patrão e empregado. O resultado desse processo não poderia ser outro, houve um crescimento desordenado no entorno dos grandes centros urbanos, refletido através da miséria nas/das favelas.

Além das mudanças na economia, foi possível também observar mudanças culturais: o consumo passou a ser explorado através da propaganda e, o acúmulo de bens, assim como a “boa aparência” (nos moldes americanos) funcionavam como passaporte na ascensão social da classe trabalhadora como classe média<sup>28</sup>; a TV passou a ser o objeto de desejo das pessoas em geral; e o automóvel passou a ser o sonho de consumo da classe média.

---

<sup>28</sup>A partir de Adamovsky (2012), podemos definir a classe média como uma classe forjada, isto é, uma classe que se estabiliza durante o primeiro mandato do governo Perón, quando o então presidente aposta em melhorias nas condições/relações de trabalho, dividindo o proletariado em classe trabalhadora e classe média. Perón compreendia que o trabalho era o motor do país, sinônimo de desenvolvimento e prosperidade e que, portanto, deveria ter a classe trabalhadora ao seu lado. Por essa razão investiu nela e na “higienização dos costumes” dessa classe, pois seu projeto era a formação de uma identidade nacional argentina. Isso promoveu uma divisão: nativos, negros e imigrantes mestiços de poucas posses formaram a classe operária. Já os imigrantes portadores de algum bem, pequenos proprietários, comerciantes, docentes e profissionais ascenderam e formaram uma outra classe (a classe média). Adamovsky (2012) destaca ainda que o projeto que deu origem a classe média não foi um projeto social, mas sim um projeto político. Vale destacar que essa classe média, que “ganhou corpo” ao longo do governo de Perón, foi a mesma que fez frente no processo que o levou a renunciar ao segundo mandato.

Ainda no que concerne o campo cultural, Romero (2006) destaca que as instituições oficiais e todo o campo da cultura passaram a ser dirigidas por intelectuais antiperonistas e que o processo de “desperonização” tinha como alvo a universidade, que estava sob a administração do reitor José Luiz Romero, desde 1955. O reitor contava com o apoio do movimento estudantil. Já no campo das ciências, houve investimento nas áreas de biologia, bioquímica e física, os laboratórios foram equipados e havia um grande empenho na pesquisa e na extensão. E, no campo das ciências sociais, surgiram duas novas carreiras: a sociologia e a psicologia. Romero destaca que,

A radicalização dos setores progressistas e a formação de uma nova esquerda, cuja trajetória foi reconstruída por Oscar Terán e Silvia Sigal, tiveram na universidade sua esfera privilegiada antes de partir, em 1966, para espaços mais amplos (2006, p. 155).

Assim, a nova esquerda surge inspirada no peronismo e na Revolução Cubana, a partir da qual o pensamento marxista ganhou adeptos. Romero (2006) destaca que a releitura do peronismo foi o caminho encontrado para formação de uma nova esquerda. Contudo, a sociedade apresentava-se novamente dividida entre aqueles que acreditavam que a democracia poderia ser um obstáculo ao combate comunista e por isso preferiam um Estado autoritário com capacidade para disciplinar seus agentes e, aqueles que defendiam um Estado democrático.

O desempate veio com os frequentes ataques da revista *Primera Plana* ao governo de Illia, o periódico acusava o governo de ineficiente por não apresentar propostas políticas de mudanças estruturais. Aliadas ao periódico estavam as propagandas, que se dedicavam a desprestigiar o governo de Illia. Nos últimos seis meses do governo de Illia, segundo Romero, “tinha-se a impressão de que boa parte do país – que ‘estava do lado do golpe’ – trilhava, sem qualquer dissimulação, com paciência e confiança, o caminho que levaria a redenção” (2006, p. 159). Um fato que contribui para a constatação do autor ocorreu no dia 29 de maio de 1966 – Dia do exército – quando Onganía, comandante-chefe do Exército, fez um discurso oficial

...que era, em síntese, um capítulo de acusações contra a falta de autoridade e de iniciativa do governo e de sua ineficácia quanto aos aspectos básicos relativos ao desenvolvimento do país. O discurso manifestou o surdo mal-estar das Forças Armadas e ninguém teve dúvidas sobre o próximo passo (LUNA, 1974, p. 173).

As coincidências entre o pensamento exposto no discurso e o pensamento oficial somadas ao compromisso assumido por Guido de instituir a obediência aos comandantes-chefe agravavam ainda mais a situação de Illia, e assim, desenhava-se um cenário propício para uma nova intervenção, a de Onganía.

Em 28 de junho de 1966, a imprensa e as Forças Armadas vencem a batalha. Illia é deposto por comandantes-chefe que colocam em seu lugar, como presidente, o general Onganía. O novo golpe, segundo Romero,

...foi acompanhado por um amplo consenso entre grandes empresários (e também pequenos e médios), entre a maioria dos partidos políticos – exceto os radicais, socialistas e comunistas – e até entre muitos grupos de extrema esquerda, satisfeitos com o fim da democracia “burguesa” (2006, p. 160).

O governo de Onganía dá início à Revolução Argentina<sup>29</sup>. Ele toma o poder sem limitações e segundo Luna, “os primeiros atos do novo governo deram a impressão que havia, realmente, uma decisão revolucionária em marcha [...]. Mudou-se inteiramente a composição da Suprema Corte de Justiça” (1974, p. 180). Um aspecto importante a considerar é que o primeiro período de governo de Onganía foi marcado pelo autoritarismo através da repressão, da censura e da violência. Entre as ações desse governo, destacamos: a dissolução do Parlamento; os partidos políticos foram confiscados e vendidos; os militares foram afastados das decisões políticas; os ministérios foram reduzidos; e os conselhos de Segurança, Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia foram integrados formando uma espécie de estado-maior da presidência.

Como estratégia de combate ao comunismo, a universidade, novamente, foi o principal alvo, pois era vista como berço do comunismo, lugar de desordem e do pensamento crítico. Como ação para coibir o desenvolvimento do pensamento, o governo retirou a autonomia acadêmica e impôs intervenções. Na noite de 29 de julho de 1966, conhecida como *La Noche de los Bastones Largos*, “a polícia invadiu algumas faculdades da Universidade de Buenos Aires e espancou alunos e professores” (ROMERO, 2006, p. 161), a ação fez com que muitos professores e

---

<sup>29</sup> A denominação *Revolução Argentina* é, como alguns historiadores, sujeitos identificados com uma posição a favor da intervenção militar, assim como o próprio militar (autor da ação interventora) justificavam a tomada de poder. Para os contrários à intervenção militar, o período é referido como Golpe. No texto, optamos por manter a denominação do historiador utilizado como referência/fonte histórica para não encobrir seu posicionamento ideológico.

pesquisadores pedissem demissão e saíssem do país até que a onda de repressão cessasse.

A censura também se estendeu à cultura, através da proibição do uso de minissaias e cabelos longos. A justificativa para essa censura era que essa “moda” se configurava em sintoma da presença comunista. De acordo com Luna “o povo vivera pacificamente a experiência da Revolução Argentina e suportava pacificamente o plano Krieger Vasena<sup>30</sup>” (1974, p. 188). O plano Krieger Vasena tinha como objetivo alcançar a estabilidade monetária, reduzir a inflação e nivelar o orçamento. Esse plano, entretanto, falhou por não levar em conta os riscos sociais e políticos.

Além dessas medidas, outras como a redução de pessoal na administração pública, o fechamento de engenhos até então subsidiados pelo Estado e o silenciamento de protestos sindicais por meio da violência, contribuíram para que o governo pudesse criar políticas, com tranquilidade. De acordo com Romero,

...tratava-se de um projeto próprio e específico da alta burguesia, que só podia ser proposto nessas circunstâncias sociais e políticas. Apoiado pelos que gostavam de se chamar de liberais, na verdade, era uma política que apesar de reduzir as funções do Estado de bem-estar, conservava e ainda expandia as do Estado intervencionista (2006, p. 165).

Contudo, a CGT, como órgão que organizava todos os sindicatos, mostrava alguns sinais de resistência. Mas, alguns movimentos foram silenciados por meio de ameaças e ofertas. A divisão interna na CGT (formada pelos “vandonistas”, que não tinham espaço para agir e pelos “participacionistas” que acatavam as decisões impostas pelo governo, sem reagir) não foi obstáculo para que o novo dirigente Raimundo Ongaro encabeçasse protestos que, embora sem sucesso, repercutiram como demonstração de descontentamento da categoria.

O *Cordobazo*, em maio de 1969, foi o ápice de uma série de movimentos de massa liderados por estudantes e operários das fábricas automotivas da província de Córdoba. Os movimentos foram fortemente reprimidos pela polícia e pelo exército. Segundo Romero (2006), o saldo final do movimento teve em média 20 –

---

<sup>30</sup> O plano Krieger Vasena previa uma redução de 40% na moeda local, congelamento dos salários por 20 meses, aumento de incentivos para empresas estrangeiras instalarem-se no país, parcerias público-privada e controle dos preços dos produtos após um “pequeno” aumento.

30 mortos<sup>31</sup>, 500 feridos e 300 detidos. É importante ressaltar que a onda de movimentos que iniciou em 1969 prolongou-se até 1975, assim o *Cordobazo* tornou-se um marco histórico de luta e resistência ao autoritarismo que havia se solidificado no país, em nome da ordem.

No que concerne ao campo do discurso é importante registrar que o termo "Cordobazo", cujo recurso à morfologia possibilita a formação do novo vocábulo a partir da anexação do sufixo "azo" ao nome próprio<sup>32</sup> "Córdoba", passa a constituir-se como acontecimento discursivo, na medida em que esse processo linguístico encontra-se afetado pelo acontecimento histórico da sublevação e resistência e pela produção de uma agitação das filiações sócio-históricas de identificação (cf. Pêcheux, 1983). Esse processo de identificação passa a designar outros movimentos de rebelião na Argentina com características similares. Dito de outro modo, o acontecimento marcado linguisticamente pelo acréscimo do sufixo formador originariamente de aumentativo em espanhol ao substantivo próprio de natureza topográfica e, conseqüentemente, pelo efeito de sentido daí resultante, ligado à luta e à resistência dos oprimidos frente à dominação atua nas redes de memória e passa a designar outros eventos, tais como: Rosariazo, Viborazo, por exemplo.

Esse cenário histórico originou-se do descontentamento no campo e na cidade e estendeu-se. Um aumento de tarifa ou de um imposto era como gatilho para a população que, cada vez mais, vinha ganhando as ruas, unindo suas vozes, pois,

...todos os males da sociedade se concentravam em um ponto: o poder autoritário e os grupos minoritários que o apoiavam, responsáveis voluntários e diretos por todas as formas de opressão, exploração e violência contra a sociedade (ROMERO, 2006, p. 169).

O povo ergueu-se. O descontentamento que percorria uma sociedade que pedia o fim do autoritarismo também acontecia em Praga, no México, em Berkeley e

---

<sup>31</sup> A imprecisão no número de mortos chama atenção e nos permite interpretar como uma tentativa de diminuir a importância desse dado em comparação com o número de feridos e detidos.

<sup>32</sup> Gramaticalmente, os nomes próprios identificam um referente único com identidade distinta dos demais referentes e também não trazem uma descrição de seus referentes como os substantivos comuns. (cf. NEVES, 2000) Portanto, os nomes próprios topográficos aí se enquadram, na medida em que denominam um determinado lugar e não o descrevem. Entretanto, seu emprego junto com o sufixo "azo", dadas as condições históricas de emprego, tomam uma configuração particular, não apenas de identificação de um lugar específico, mas de luta antiditatorial organizada pelos sindicatos de Córdoba com o apoio de estudantes universitários, de partidos políticos e do povo.

teve seu auge em Paris. Soma-se a esses fatos a resistência do Vietnã, a Revolução Cultural na China que apontava um novo comunismo (nacional e antiautoritário) e uma nova leitura das propostas da Igreja, iniciadas por João XXIII e documentadas a partir do Concílio Vaticano II, sob o título de “Teologia da Libertação<sup>33</sup>”. Como podemos observar, foi o conjunto desses fatos que moveu o processo de conscientização das massas.

Em 1968, os religiosos argentinos se reuniram no Movimento de Sacerdotes do Terceiro Mundo (MSTM), cujo trabalho era promover a formação de organizações solidárias de combate à pobreza. Nos termos de Romero, “a linguagem evangélica rapidamente foi se tornando política” (2006, p. 170), pois assumiram um compromisso com os pobres e com o peronismo. O autor destaca ainda que “os trabalhadores de Córdoba seguiam os classistas no nível sindical, mas, em política, continuavam sendo peronistas”. Isso implica dizer que, em nome de uma luta “homogênea” contra o autoritarismo, os discursos políticos misturavam elementos do marxismo, com o nacionalismo e com o catolicismo do terceiro mundo, para se fortalecer.

Em meio a esses acontecimentos, as Forças Armadas passaram a perder espaço e a sentir necessidade de negociar seus termos com forças sociais e políticas diferentes daquela com a qual estavam acostumadas. Os sindicalistas estavam menos ingênuos e os empresários muito desconfiados em relação aos populistas.

Passado um ano do *Cordobazo* (junho de 1970), o general Aramburu<sup>34</sup> é encontrado morto após ter sido vítima de um sequestro, por Montoneros. Dias depois, Onganía é deposto da presidência e substituído pelo general Roberto Marcelo Levingston. Levingston tinha ideias próprias, era incapaz de dialogar e negociar com os sindicatos e os demais partidos políticos e por isso era hostilizado.

---

<sup>33</sup> Por volta de 1989-1990, esta pesquisadora teve seu primeiro contato com a Teologia da Libertação, fruto da vertente esquerda da Igreja Católica. Na época fez curso de formação que tinha como propósito uma nova forma de ler e entender a Bíblia. A proposta previa quatro passos no processo de Evangelização, entre os quais estava o agir, através de ações concretas de transformação na sociedade. A Teologia da Libertação no Brasil funcionou como base teórica em encontros ecumênicos e romarias (Romaria da Terra, por exemplo) com vistas a intervir a favor da justiça social.

<sup>34</sup> De acordo com Luna, “comunicados divulgados dias depois pelo grupo *Montoneros* davam conta de seu julgamento e execução” (1974, p. 200), isso significa que os *Montoneros* assumiram o crime e justificam-no como ato de justiça em resposta ao fuzilamento de manifestantes, que ocorreu em 1956, por ordem de Aramburu.

Em 1971, uma nova mobilização em Córdoba – o *Viborazo* – onde as organizações armadas se fizeram presentes, decidiu a substituição de Levingston pelo general Lanusse. Segundo Romero, Lanusse “na época, parecia o único chefe militar com envergadura política para conduzir o difícil processo de retirada” (2006, p. 178).

Entre as ações de Lanusse podemos destacar: a convocação para as eleições gerais, a criação de um fórum antissubversivo e tribunais para julgar guerrilheiros, houve repressão ilegal por parte de alguns setores do Estado e das Forças Armadas, tais como sequestro, tortura e assassinatos. Mas, o que Lanusse queria mesmo, estava no Grande Acordo Nacional (GAN), que inicialmente propunha: I. condenação à subversão; II. garantias sobre a política econômica; III. respeito à democracia; IV. garantia de um lugar institucional para as Forças Armadas; V. um acordo sobre a questão da candidatura a presidente, em que Lanusse propõe a Perón que desista de concorrer à presidência e, em troca ele próprio Lanusse, também abriria mão.

Assim, a Frente Justicialista de Libertação (ou Partido Peronista) lança seu candidato – Héctor J. Cámpora para presidente e Vicente Solano Lima (conservador que seguia o peronismo desde 1955) para vice-presidente. Tratava-se de uma estratégia: “Cámpora no governo, Perón no poder” (ROMERO, 2006, p. 179). O candidato peronista venceu as eleições com 50% dos votos e sua posse foi assistida pelos Presidentes Salvador Allende (Chile) e Osvaldo Dorticós (Cuba), dois presidentes socialistas. De acordo com Romero, “em 11 de março de 1973, a Argentina votou em massa contra os militares e contra o poder autoritário, e acreditou que eles partiriam para nunca mais voltar” (2006, p. 181). Ao assumir a presidência, Cámpora libertou, da prisão, os presos políticos condenados por subversão e, em seu governo, o Congresso promulgou a lei de anistia.

Romero, ao descrever o que a figura de Perón representava para sociedade argentina, na época, afirma que,

Perón expressava um sentimento geral nacionalista e popular, de reação contra a recente experiência de desnacionalização e privilégio. Para alguns – os peronistas de sempre, sindicalistas e políticos –, isso se encarnava no líder histórico, que, como em 1945, traria a antiga bonança, distribuída pelo Estado protetor e generoso. Para outros – mais jovens, ativistas de todas as correntes –, Perón era o líder revolucionário do Terceiro Mundo, que eliminaria os

traidores de seu próprio movimento e conduziria à libertação, nacional ou social, potencializando as potencialidades de seu povo (2006, p. 180).

Diante disso, a pergunta que fica é: seria Perón um político ideologicamente comprometido com os ideais de esquerda ou os de direita, segundo as duas identidades de cultura política europeia. Sobre essa questão, Adamovsky dirá que,

La irrupción del peronismo, sin embargo, causó una profunda interferencia en este modo de distinguir las inclinaciones políticas, ya que combinó el compromiso con los trabajadores y los más humildes típico de la izquierda con algunos elementos más propios de la derecha, como el nacionalismo, el restablecimiento de la enseñanza religiosa en las escuelas, el culto a la lealtad a un líder y, sobre todo, una actitud hostil hacia todo lo que viniera de las tradiciones socialistas y comunistas (2012, p. 483).

Incapazes de responder a essa questão, salientamos que nossa proposta, nesta seção foi apresentar o contexto histórico argentino em que se deu o processo de formulação e circulação das tirinhas de Mafalda (1964-1973), mas devido às constantes intervenções militares e à luta ideológica em que o pensamento peronista se fez presente, decidimos descrever o período compreendido entre 1955-1973. Isso posto, apresentamos um quadro, contendo os nomes dos presidentes legítimos e ilegítimos, período em que cada um governou o país, partido ao qual cada um pertencia e a condição de legitimidade: eleito ou por intervenção, a fim de que possamos ter uma visão geral do período ao qual se dedica este estudo.

**Tabela 1:** Presidentes da Argentina de 1946 a 1974

<b>Presidente</b>	<b>Período</b>	<b>Partido</b>	<b>Condição</b>
Coronel Juan Domingo Perón	1946-1951	Partido Justicialista	Eleito
Coronel Juan Domingo Perón	1951-1955	Partido Justicialista	Eleito
General Eduardo Lonardi	1955-1955 (2 meses)	<b>Militar</b>	<b>Intervenção</b>
General Pedro Eugenio Aramburu	1955-1958	<b>Militar</b>	<b>Intervenção</b>
Advogado Arturo Frondizi	1958-1962	UCR Intransigente	Eleito
Senador José María Guido	1962-1963	<b>UCR Intransigente</b>	<b>Intervenção</b>
Médico Arturo Illia	1963-1966	UCR	Eleito
General Juan Carlos Onganía	1966-1970	<b>Militar</b>	<b>Intervenção</b>
General Roberto Marcelo Levingston	1970-1971	<b>Militar</b>	<b>Intervenção</b>
Comandante do Exército Alejandro Agustín Lanusse	1971-1973	<b>Militar</b>	<b>Intervenção</b>
Odontólogo Héctor José Cámpora	1973-1973 (2 meses)	Partido Justicialista	Eleito
Coronel Juan Domingo Perón	1973-1974	Partido Justicialista	Eleito

### 1.3. Mafalda – a circulação em periódicos

Mafalda foi veiculada em três periódicos diferentes: *Primera Plana*, de 29 de setembro de 1964 até 09 de março de 1965; *El Mundo*, de 15 de março de 1965 até 22 de dezembro de 1967 (data em que o jornal é fechado); e, *Siete Dias Ilustrados* de 2 de julho de 1968 a 25 de junho de 1973, data em que o próprio cartunista decide parar de produzi-la.

Tendo em vista as diferentes características dos periódicos em que a personagem circulou, julgamos necessário estudar um pouco mais sobre a imprensa argentina da época, e também cada um dos três suportes que deram visibilidade à protagonista de Quino. Salientamos que há importantes contribuições, já publicadas, sobre pelo menos dois deles: *Primera Plana*, que foi estudado por Daniel Mazzei (1997) e *El Mundo*, por Marcelo Maggio (2012).

Passamos, então, a algumas reflexões sobre a imprensa argentina. Ao tratar sobre comunicação como um todo, Zarowsky (2017) destaca que a partir dos anos sessenta, os meios de comunicação e a cultura argentina passaram a ser tomadas por uma série de discursos os quais na visão do autor configuravam-se como um problema. O motor para a produção de discursos tão heterogêneos, segundo o autor era “una heterogeneidad de trayectorias provenientes de distintas tradiciones disciplinares y político-culturales” (p. 13). O autor acrescenta ainda que essas tradições eram reflexo de dois fenômenos: as condições sociais de produção de conhecimento sobre o local e os movimentos nos campos político e cultural que eclodiram na década de 60. Nos termos de Adamovsky, “la ‘cultura’ tenía gran valorización como manifestación del status social, incluso más que el dinero” (2012, p. 366).

Somam-se a esses dois fenômenos, a derrubada de Perón que desencadeou um amplo debate sobre a existência nacional, consequentemente instaurando uma “contradicción profunda entre dos Argentinas antagónicas”, nos termos de Zarowsky (2017). Nessa época, havia duas posições de direita, mais ou menos distintas, uma mais liberal e outra mais conservadora, em que a primeira, ao buscar compreender sua própria condição de existência, refletia possíveis alternativas de *desperonización*. De acordo com Zarowsky, a *desperonización* consistia em “disociar el contenido – la

experiencia de participación de las masas en la vida social – de su forma política efectiva – el peronismo – y reunir ese contenido con otra forma” (2017, p. 29).

Essa divisão que era visível, principalmente, nos meios de comunicação, apresentava duas preocupações distintas: uma com a cultura de elite que era tratada como CULTURA e outra com a cultura de massas, voltada para o comércio e para a diversão. Contudo, segundo o autor, apesar da divisão, havia um processo que permitia o acesso à cultura de elite, pois devido aos meios (tecnológicos) alguns elementos dessa cultura tornavam-se acessíveis, também, à cultura de massas. É relevante destacar que, a expansão dos meios: rádio, imprensa periodista, cinema e televisão, embora fossem “meros instrumentos” traziam consigo uma preocupação com relação à compreensão da informação. Outra questão importante e, que merece ser comentada é que na época, havia a crença de que seria possível uma ação pedagógica a partir da socialização dos meios. O objetivo, segundo Zarowsky (2017) era orientar e homogeneizar a cultura de massas. Nesse processo, a produção acadêmica exercia um papel fundamental, pois era através da Universidade que a literatura especializada e elaborada nos principais centros de produção intelectual entrava em circulação.

O fato é que, se por um lado, houve maior acessibilidade aos meios de comunicação, por outro, “não houve” a democratização da informação nesses meios, ou seja, a Literatura e a cultura geral ganharam espaço nos periódicos, na mesma proporção em que o movimento ideológico de homogeneização das massas (uso da literatura e da cultura como ação pedagógica) era desenvolvida. Segundo Mazzei, “la importancia de los medios masivos reside en su función señalizadora: dirigen nuestra atención. No nos dicen qué pensar sino sobre qué hacerlo” (1997, p. 66). É interessante destacar que esses meios jamais assumiram que estivessem funcionando dessa maneira, pelo contrário, “defenderán su objetividad, según la cual las noticias que su audiencia recibe son reportes puntuales de la realidad. Las noticias serian -de ese modo- una imagen reflejada de la verdad” (1997, p. 65). Isto posto, passamos então, às características da **Revista Primera Plana**.

A revista que tinha como subtítulo: “la revista de actualidad mejor informada” foi criada a pedido de oficiais conhecidos como “*azules*”, por Jacobo Timmerman (que assinava como diretor da revista), conforme Mazzei (1997). A publicação que

era de periodicidade semanal teve seu primeiro número impresso e posto em circulação em 13 de novembro de 1962 e trouxe como imagem de capa a foto do presidente americano John F. Kennedy, seguida da legenda: “*Kennedy no tiene complejos*”. O semanário, produzido segundo os moldes da Revista *Time*, apresentava notas da revista *Newsweek* (EUA), da revista *Vita* (Roma) e da revista *L’Espress* (Paris), todas com exclusividade.

Através do índice da revista, podemos observar que ela é dirigida a um público leitor específico da época – homens de negócios, profissionais liberais da classe média-alta, políticos e militares.

**Tabela 2:** Índice da Revista Primera Plana

<b>Índice de la Revista</b>		
1. Política Nacional	5. Los presidenciables	9. Investigación
2. Universitarias	6. Religión	10. Ciencia y Técnica
3. Política Internacional	7. Bohemia	11. Economía
4. <i>John F. Kennedy</i> (Reportaje de capa - variable)	8. Espectáculos	

Fonte: a autora da tese.

Ao examinar a primeira publicação da revista, observamos a seção "Política Nacional" dedicada à descrição das preocupações de Onganía, comandante do exército das Forças Armadas, em relação à aprovação do Estatuto dos Partidos Políticos e à convocação para as próximas eleições; na seção Universitarias, o destaque foi para os slogans de campanha das eleições universitárias, dentre os quais se destacava “No al comunismo en la Universidad”, dirigida contra o candidato de oposição: Risieri Frondizi; na seção Religión, o enfoque é dado às expectativas do então Papa João XXIII, com Concílio Vaticano, cujo objetivo é a renovação da igreja através de uma Teologia Nova. A revista apresenta ainda sugestões de leituras literárias, de atividades artísticas (cinema, espetáculos e atividades culturais diversas), além de um espaço dedicado à divulgação de pesquisas realizadas no campo da ciência tecnológica mundial.

No que concerne à publicidade, a maioria dos anúncios dita um modelo a ser seguido pelo público masculino, pois apresenta as últimas tendências de moda – do

estilo esportivo ao social (ternos, camisas, casacos, sapatos e produtos de beleza masculino) –, há também publicidade de bebidas alcoólicas (whisky, conhaque e vinhos finos), de móveis para o ambiente de trabalho (escritórios), além de anúncios da indústria automobilística e de linhas aéreas, o que representa uma oferta de produtos para quem usufrui de um alto poder aquisitivo. Publicidades dirigidas à mulher não é prioridade em *Primera Plana*, as poucas que podemos encontrar trazem dicas de beleza para um corpo perfeito e a praticidade na utilização de alguns utensílios domésticos recém-criados.

Mazzei (1997) destaca que *Primera Plana* (1962-1966) apresenta duas posições distintas em relação aos presidentes em exercício no período. Com relação a Guido (1962-1963) assume uma posição de conformidade com a “*Frente Nacional y Popular*”, já em relação a Illia (1964-1966), a revista assume a posição do exército Azul, ou seja, uma posição de enfrentamento ao governo. O interessante é que, segundo o autor, o exército Azul se autodenominava como grupo de profissionais, intocáveis e legalistas preocupados com o exercício da democracia e, apontava os Colorados como golpistas, incompetentes, *antiperonistas* implacáveis e, responsáveis por um exército deliberativo, “seguiendo esta línea manique a *Primera Plana* representaba a toda la clase política dividida entre azules y colorados” (MAZZEI, 1997, p. 72). Rouquié explica que a posição de azuis e colorados diante do peronismo é que se constitui o cerne da disputa de poder. Ambos, azuis e colorados são *antiperonistas*, no entanto, essa posição é defendida de maneira diferente por cada um dos grupos. Para os colorados,

...el peronismo es un movimiento de clase sectario y violento que da lugar al comunismo. Los azules consideran, por el contrario, cualesquiera que sean su itinerario personal y su pasado, que a pesar de sus excesos, de sus abusos de poder, de su demagogia insoportable, el peronismo es una fuerza nacional y cristiana que permitió salvar a la clase obrera del comunismo y que constituye por ende un bastión contra la subversión (ROUQUIÉ, 1986, p. 213).

O autor explica, ainda, que o que levou os azuis a se assumirem como *antiperonistas* foi o projeto de Perón de “politizar” o exército e colocá-lo a seu serviço. Já a posição dos colorados surgiu como ressentimento da classe trabalhadora com a hierarquia social, ou seja, com a divisão da classe trabalhadora e o surgimento da classe média durante o governo de Perón. Segundo Adamovsky, “Perón hizo grandes esfuerzos por movilizar a la ‘clase media’, de modo de no

dependen sólo del apoyo de los trabajadores” (2012, p. 245), o que Perón não podia imaginar é que a mesma classe média “produzida” por ele foi a que, mais tarde, uniu-se à Igreja para derrocá-lo em 1955.

Apesar de posições distintas, *Azules* e *Colorados* tinham em comum o fato de serem *antiperonistas*, e isso contribuiu para que se colocassem do mesmo lado em relação ao governo Illia. Mazzei (1997) destaca que *Primeira Plana* foi um dos meios de comunicação mais importantes no processo que desqualificou o governo de Illia, ao mesmo tempo em que não media esforços para construir uma imagem positiva de Onganía, única capaz de assegurar a democracia, a segurança nacional e retomar o desenvolvimento da Argentina. Mazzei (1997) salienta ainda que o processo que construiu o golpe de estado institucional de 1966 passou por três fases: na primeira fase, a revista apostou na produção de textos e notícias sobre “países-modelo”, aqueles que, aos olhos da nação, eram bem-sucedidos em contraste com países comunistas como China e Rússia, a fim de que o leitor estabelecesse comparações e tirasse “suas próprias” conclusões. Mafalda foi publicada durante essa primeira fase. De acordo com Azcurra,

Durante la primera parte del gobierno radical, la tira muestra un raro humor infantil para adultos; tres niños que juegan al gobierno, chistes sobre la clase media y su pavoroso terror a la China comunista (que en ese momento iniciaba la revolución cultural), una izquierda marxista acechando, y como telón de fondo la disputa tecnológica URSS-USA por la conquista del espacio. En pocas tiras se despliega una crítica política aguda, que se ubica en el espacio de la lucha democrática legal, sin mención alguna del peronismo (2014, p. 5).

Na segunda fase, as críticas a Illia foram mais fortes, pois o acusavam de irresponsável e incapaz de tomar decisões, isso, principalmente, porque o presidente resistiu em enviar tropas a Santo Domingo. Para Illia, a mídia exagerava na descrição do que estava acontecendo na capital Dominicana e, segundo ele, seria precipitado enviar tropas para lá. Tal atitude funcionou como argumento para que os opositores ao governo produzissem textos jornalísticos que destacavam, sobretudo, o perigo da passividade e omissão de Illia na garantia da segurança nacional<sup>35</sup>. Na terceira e última fase, a instabilidade econômica e as greves, somadas às questões

---

<sup>35</sup> Na época, a ameaça à ordem e segurança nacional residia no perigo que, segundo os articuladores do golpe, representavam o pensamento marxista e as possíveis “invasões comunistas”, no país, já que havia um país de bandeira comunista na América Latina, conquistada por meio da Revolução Cubana.

anteriores, alimentavam o discurso de oposição que indicava como única solução para o país, a intervenção de Onganía e a Revolução Argentina, conforme ocorreu em 30 de junho 1966. Nos termos de Mazzei, *Primera Plana* funcionava “como amplificador de rumores –a veces disparatados– sobre a instabilidad del gobierno, cuya función era generarla sensación que el gobierno se encontraba en un callejón sin salida” (1997, p. 73).

O fato é que o período em que Mafalda foi veiculada em *Primera Plana*, ela também se identificou com o movimento de desqualificação pela imprensa do governo Illia, conforme podemos observar na tirinha a seguir:

Figura 18: Desprestígio



Fonte: *Primera Plana*, 2/3/1965, p. 44<sup>36</sup>.

A tirinha foi publicada na Revista *Primera Plana* de nº 121<sup>37</sup>. Chamamos a atenção para a formulação: “Ah! Um papelão! O pre-si-den-te toma mate! E se desprestigia por isso? É?”<sup>38</sup> O hábito de tomar mate, bebida típica da cultura argentina, tem origem indígena e está ligada à cultura dos *gauchos* (pessoas simples - tropeiros) que viviam em *La Pampa argentina*, portanto é um hábito que constitui a cultura popular, não a cultura de elite. Tal fato contraria a ideologia da revista que é difundir uma cultura segundo o modelo norte-americano e europeu. Assim, o enunciado que afirma que o presidente toma mate o aproxima da cultura popular ao mesmo tempo em que o afasta daquela defendida pela revista, pela elite e por aqueles que formam oposição ao governo Illia.

<sup>36</sup> A tradução da tira encontra-se no anexo 08.

<sup>37</sup> Neste Nº (121) ocorreu a penúltima aparição de Mafalda em *Primera Plana*, depois disso, um desentendimento entre Quino e a revista resultou na rescisão de seu contrato. A partir daí, Quino passou a publicar Mafalda em *El Mundo*.

<sup>38</sup> A tradução da tirinha em espanhol da Mafalda, nesse caso, é de responsabilidade da autora desta tese.

Quanto à formulação do último quadro: “Bueno... Não especialmente por isso...”, temos um discurso implícito que aponta para outras formas possíveis de desprestígio do presidente, sustentado no emprego dos advérbios: “não” (negação) e “especialmente” (modo). Vale ressaltar que os sentidos produzidos pelo discurso de Mafalda em complemento ao produzido por Felipe apontam uma ação do sujeito sobre si mesmo, dito de outro modo, o discurso sugere que o próprio presidente age em favor de seu desprestígio. Diante disso, podemos dizer que, na tomada de posição assumida por Mafalda, confirma-se o que nos esclarece Azcurra (2014) quanto ao acordo entre Julián Delgado, chefe da redação de *Primera Plana*, e Quino, tendo em vista as circunstâncias de um peronismo proscrito e um presidente radical no poder. Ou seja, Mafalda, assim como a revista como um todo funcionavam com vistas a desqualificar o governo na pessoa do presidente Illia. A ideia era construir uma protagonista contestatária, segundo uma posição democrática liberal. Embora as tiras tenham circulado em *Primera Plana* por um curto período – cinco meses –, elas também contribuíram para que se gerasse, na Argentina, um sentido de instabilidade e, conseqüentemente, de insegurança em relação ao governo<sup>39</sup>.

Nesse cenário, vale lembrar que a imagem de uma ameaça comunista, tão presente nas tiras de Mafalda, era uma ideia duplamente alimentada pelos EUA, porque sempre temeu e ainda teme perder sua soberania capitalista sobre a América e pela imprensa golpista que tinha o propósito de derrubar o presidente democraticamente eleito após a intervenção militar de Guido. De acordo com Mazzei,

Uno de los objetivos fundamentales de la prensa golpista era destruir los dos pilares en los que se basaba el prestigio del gobierno radical ante la opinión pública. Semana a semana, desde las páginas de la sección *El País*, *Primera Plana* ponía duda que el gobierno respetara la libertad de expresión, así como la honestidad del presidente Illia y sus colaboradores (1997, p. 83).

O autor explica que *Primera Plana* acusava o governo de ser contra a liberdade de imprensa e de incentivar o monopólio estatal nos meios de

---

<sup>39</sup> Gociol & Rosemberg (2003) retomam um recorte da entrevista de Quino, publicada em: Walger, Sylvina. “Mafalda Inédita”, Toda Mafalda, 1996, onde ele explica que: “Tanto por la ignorancia que teníamos acerca de las reglas del juego democrático como por la misma precariedad de esas democracias nos convertimos, sin desearlo, en los mejores aliados del enemigo”. Trata-se de um desabafo em que o autor reconhece o engano ao qual ele e todos os membros da revista *Primera Plana* foram submetidos.

comunicação, isso porque o Ministro da Justiça, na época, acusou a revista de estar instigando a rebeldia e criando um *clima psicológico* para um golpe de estado, o que de fato era o que estava acontecendo. Convém lembrar que o governo, mesmo ciente do que a revista vinha fazendo, não impediu que continuasse circulando, sobretudo porque acreditava na liberdade de expressão como uma prática democrática. Diferentemente do que ocorreu quando Onganía tomou o poder através do golpe civil-militar de 1966. De acordo com Mazzei,

Onganía, a quien habían ensalsado y elevado con su adjetivación, clausuró la revista en su edición 345. Primera Plana terminó devorada por el monstruo que había ayudado a crear. Los integrantes de aquella fantástica experiencia lo comprendieron sólo entonces (1997, p. 98).

Como podemos observar através da colocação do autor, a lucidez chegou tarde demais para *Primera Plana* e o fechamento da revista em 5 de agosto de 1969 foi apenas mais uma, entre outras ações autoritárias do governo de Onganía.

Passemos agora às reflexões sobre o ***Diario El Mundo***, cujo subtítulo é – *diario ilustrado de la mañana*. Maggio (2012) conta que, em 14 de maio de 1928, o inglês Albert Haynes lançou o primeiro tablóide portenho, já com um formato reduzido em relação ao que era costume na época em outros países. Segundo o autor, o formato com dimensões reduzidas atendia à demanda de um público leitor com vida profissional intensa e que aproveitava a viagem de trem ou ônibus, de casa para o trabalho e vice-versa, para atualizar-se sobre as notícias locais, nacionais e internacionais. Outro elemento que contribuiu para a imagem de um periódico moderno foi a passagem de vários jornalistas formados na redação do diário *Crítica* de Natalio Botana para *El Mundo*, pouco antes de Haynes, idealizador do periódico, falecer em 1929. Entre os jornalistas que passaram a compor *El Mundo*, Maggio (2012) destaca Robert Arlt. O diário que circulou até 22 de dezembro de 1967 (Año XL, Nº 13.956), também foi fechado por ordens de Onganía, depois de uma publicação em que o presidente interventor foi caricaturado, na capa do diário, como uma *morsa bigoduda*, pelo chargista Landrú.

É válido destacar que o diário teve duas grandes fases: a primeira ocorreu do lançamento em 1928 até 1967, com duas interdições/paradas (uma em 1955 e outra em 1967, por governos golpistas) e a segunda fase, bem mais curta, teve início em

28 de agosto de 1973 e encerrou em 13 de março de 1974, também por intervenção golpista. A divisão em fases deve-se ao fato de que, na segunda, o jornal foi comprado pelo *Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo* [PRT – ERP] que deram ao diário o subtítulo “*de frente hacia las masas*”. De acordo com Maggio, o diário da segunda fase foi “impulsado por la guerrilla marxista de Argentina” (2012, p. 2), como estratégia de resistência ao governo opressor desde 1973, tratava-se de uma ferramenta para ação política das massas, cuja frente eram: a *Frente Antiimperialista por el Socialismo* [FAS] e o *Movimiento Sindical de Base* [MSB].

Mas, voltemos a primeira fase, a qual corresponde às publicações de Mafalda. Algumas características do jornal merecem nossa atenção, sobretudo aquelas relacionadas a sua organização interna. Nesse sentido, destacamos algumas seções que se mantiveram mais ou menos estáveis durante o período em que Mafalda circulou no periódico: na página 8, sempre podíamos encontrar o caderno *El Mundo*, com as notícias internacionais, seguidas de notícias nacionais e locais (Capital Federal Buenos Aires); havia também o caderno *El Mundo Económico y Financiero*; *El Mundo – Literatura, Plástica, Ciencia y Espectáculo*; *Mundo Femenino*; programação da TV; página de esportes (especialmente competições de jôqueis); guia do espectador; classificados; editais e licitações; além de um informativo sobre o movimentos nos aeroportos *Ezeiza* e *Aeroparque* (horário de partidas e chegadas).

Mafalda estreia no diário, compondo o caderno intitulado “*El Mundo*”. Em dezembro de 1965, ela passa a compor outro caderno, “*Mundo Femenino*” e, pouco antes do jornal ser encerrado, Mafalda passa a ocupar a contracapa do jornal. Esse movimento entre as seções do jornal foi um elemento que chamou atenção durante o processo de pesquisa, é como se ela fosse perdendo prestígio dentro do jornal. Além de Mafalda, outras tirinhas e charges faziam parte do diário, mas ocupavam espaços diferentes no interior do periódico. As primeiras publicações de Mafalda, no caderno *El Mundo*, tinham como temas: Guerra no Vietnã, o desejo de uma classe de argentinos de mudar para outros países, a crise inflacionária, as relações sociais através do jogo de xadrez, desenvolvimento de alguns continentes, cultura e racismo.

Ao passar para o caderno *Mundo Femenino* (dezembro de 1965), Mafalda passa a fazer questionamentos ligados à pobreza, ao que a escola ensina, à igualdade social, papel da mulher, futuro do país e trabalho doméstico. E, ela encerra sua trajetória no periódico, compondo a contracapa, a partir de agosto de 1967, com temas ligados aos preparativos para a chegada do irmãozinho– Guille, chegada da primavera, armas/desarmamento, regime político, filosofia e férias. Azcurra explica que

Durante la denominada “Dictablanda”, aparece una Mafalda más precavida (pero no menos aguda) con respecto a la sátira política. Las limitaciones angustiaban a cualquier autor que tuviera la intención de llegar a las masas con un mensaje profundo. Si bien a la censura se la impusieron desde el comienzo (“de entrada nomás la tuve, me decían: ‘pibe, chistes contra la familia no, militares no, desnudo no”), Quino reconoce que hubo un alto componente de autocensura (2014, p.5).

Em conversa com Azcurra, Quino explica que, sendo cartunista, vivia de seus desenhos e publicações, nesse sentido, a autocensura era uma forma de manter-se e de manter seu trabalho em circulação. Ele ainda lembra que, com Ziraldo – cartunista brasileiro –, era diferente, os desenhos voltavam com um “X” vermelho, o que significava a censura do material produzido. Quino acrescentou, em entrevista a Azcurra, que, na Argentina, ninguém dizia nada porque não era necessário dizer, todos entendiam, ou seja, havia sim um controle do estado sobre a imprensa, mas Mafalda resistiu, sobretudo quando se valeu do silêncio, no processo de produção dos sentidos. É por essa razão também que, no período em que circulou em *El Mundo*, Mafalda apresentou-se como uma personagem triste e desanimada frente o caminho que a humanidade estava tomando.

Ao refletirmos sobre censura, sobretudo a que ocorreu nos meios de comunicação periodistas, vale destacar que *El Mundo* vinha passando, já há algum tempo, por dificuldades financeiras acumuladas desde 1965. Somadas às questões financeiras, Maggio acrescenta que as perseguições ao diário faziam parte de uma história que envolvia posições políticas assumidas. Nos termos do autor,

La editorial Haynes había mantenido una actitud hostil hacia el gobierno del Farrell y luego hacia las movilizaciones populares de 1945. Sin embargo el año 1955 – cuando fue derrocado el gobierno Perón – encontró tanto a El Mundo como a las revistas que manejaba la editorial en la vereda peronista. Este alineamiento

provocó que las autoridades golpistas designaran una intervención sobre la empresa. Con la llegada del gobierno de Arturo Frondizi en 1958 y el fin de la intervención apareció la oportunidad de relanzar el diario. Comenzó aquí ese auge periodístico que lo hace ser recordado... (2012, p. 63).

Como podemos observar através da fala de Maggio, *El Mundo* se identificou com o governo peronista. Vitale ainda complementa: *El Mundo* “fue un diario adepto al régimen, por lo que fue intervenido por el gobierno militar luego del golpe de Estado de 1955” (2015, p. 54), em outro termos, durante o governo interventor de Aramburu (1955-1958) *El Mundo* foi impedido de circular, as instalações do diário foram expropriadas e alguns de seus colaboradores tiveram que exilar-se. O retorno do periódico às bancas só veio a ocorrer após a vitória eleitoral de Frondizi (1958) que pôs fim às intervenções na imprensa. Vale destacar que o diário *El Mundo* foi um dos poucos, senão o único periódico que defendeu Illia ao longo do movimento que grande parte da imprensa golpista construiu para tirá-lo do poder. Contudo, foi a posição assumida pelo jornal durante o governo Illia, somado ao trabalho crítico de Landrú, chargista companheiro de Quino, que também publicava diariamente no mesmo jornal, os principais motivos para seu fechamento definitivo em 1967.

Para Maggio (2012), o auge de *El Mundo* deu-se ao constante intento de agradar aos diversos setores da classe média *bonaerense*. Era possível encontrar no diário, crônicas de Jorge Masetti enviadas de *Sierra Maestra* em Cuba durante o período em que se desenvolvia a Revolução Cubana, ao mesmo tempo em que a direita se fazia representar através da redação de Bernardo Neustadt. Outro importante elemento que contribuiu para o auge do diário, segundo autor, foi o trabalho com o humor político através das tirinhas de Mafalda (03/1965–12/1967) e da produção humorística de Landrú. É relevante destacar que, além estampar a capa do diário, Landrú também contribuía com um suplemento dominical chamado *Tía Vicenta*<sup>40</sup>, através do qual tecia crítica aos governos “tiranos”. *El Mundo* chegou a vender 400 mil exemplares, segundo informações cedidas por Sivak a Gilbert (2007 apud Maggio, 2012, p. 66), mas às vésperas de ser fechado, em 1967, não vendia mais que 160 mil exemplares.

---

<sup>40</sup> Nas edições de 22/07/66 (p.5) e de 24/07/66 (p.6), o diário *El Mundo* publicou notas explicativas justificando a “falta” do suplemento *Tía Vicenta*, proibido por ordem do governo Onganía.

Passemos agora às reflexões sobre ***Siete Dias Ilustrados***. O semanário, cujas publicações iniciaram em 15 de dezembro de 1964 como suplemento do jornal *La Razón*, também foi dividido em épocas. A primeira época foi dirigida por Ricardo Peralta Ramos e César Civita (irmão de Vitor Civita – dono do Grupo Abril/Brasil) e, a segunda época, de acordo com informações do *Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas* – CEDINCI, teve início em 14 de novembro de 1967 (Año I, Nº 27) e foi publicada até 8 de julho de 1988 (Año XXI, Nº 1091), sob direção de Norberto Firpo, Guillermo Mártire, mais tarde, ela ficou a cargo do Diretor interino: Raúl Horacio Burzaco.

De acordo com Gamarnik (2016), ao tornar-se independente de *La Razón*, *Siete Dias* passa a contar com os direitos exclusivos das revistas: *Life*, *Paris-Match*, *Réalités*; com os direitos da primeira seleção das revistas: *Epoca*, *Oggi*, *L'Europeo*, além de contar com os serviços de: *AP*, *DAN*, *EFE*, *UPI*, *TELAM*, *Europa Press*, *Keyston*, *Inter-Prensa*, *Agencia Panamericana de Prensa*, *Hearst Corporation Reporteros Asociados*, *Tizón*, *Marie Claire*, *Corriere della Sera*, e *Realidade*, do Brasil.

*Siete Dias* podia também contar com uma sólida equipe de fotografia. Segundo Gamarnik (2016), Vera ocupava o cargo de chefe do grupo de fotógrafos formado por onze profissionais: Carlos Abras, Bernardo Acuña, Pablo Alonso, Oscar Burriel, Jorge Díaz, Osvaldo Dubini, Carlos Dulitzky, Eduardo Frías, Gianni Mestichelli, Isidoro Rubini y Osvaldo Varone.

A autora destaca que as revistas ilustradas, em geral, era o que havia de melhor na época no âmbito gráfico e apresentava um crescimento significativo no mercado desde o início da década de 20. Acontecimentos, tais como: “La Revolución Cubana, la descolonización africana, la guerra de Vietnam, la invasión norteamericana a Santo Domingo, la rebelión antirracista en los EE.UU., el Mayo francés, el asesinato del Che Guevara, la masacre de la Plaza de Tlatelolco en México, el fenómeno del hipismo” (2016, p. 5), só puderam ser acompanhados no país e no mundo através das revistas ilustradas.

Gamarnik (2016) salienta também que as revistas ilustradas “en algunos casos colaboraron con una toma de conciencia y favorecieron la movilización social”

(p. 5), pois trabalhavam como imagens impactantes, diferente do que a TV podia apresentar dados os recursos da época. As revistas trabalhavam os temas de forma profunda e exploravam sobretudo o carácter espetacular dos acontecimentos, seguindo os moldes da Alemanha dos anos 20 e dos Estados Unidos a partir de 30.

A primeira aparição de Quino em *Siete Dias* deu-se na edição de Nº 43, do dia 5 de março de 1968. Em duas páginas, foram publicadas uma matéria sob o título “Quino humorista e algo mas” e uma historieta em seis quadros sob título *Patraña* (p. 46 e 47). Até a edição de Nº 58, de 18 de junho de 1968, Quino publicou historietas sob títulos diversos: *La lectura*, *Humor mezclado*, *Humor Griz Oscuro*, *Responsabilidad*, *Mimetismo*, *La Justicia*, entre outras. Em 25 de junho de 1968, na edição de Nº 59 é que foi feito o anúncio de que *Mafalda* passaria a compor a revista. Vale destacar, que em *Siete Dias*, *Mafalda* ganha uma página inteira, ou seja, a cada edição pode-se contar com quatro tirinhas na mesma página. E assim, *Mafalda* dá início ao mais longo período de circulação em um mesmo periódico (Año II, Nº 60 de 2 a 8/7/1968 até Año VII, Nº 319 de 25/6 a 1º/7/1973).

A revista chegou a ter uma tiragem de 166.400 exemplares por número e atendia a um público um pouco diferente daquele atendido pela *Primera Plana*. A primeira observação que fazemos diz respeito às imagens de capa. Quase todos os exemplares pesquisados, senão todos, trazem como imagem de capa, mulheres sedutoras ou rostos femininos que expressam sensualidade. Algumas dessas mulheres são atrizes (principalmente internacionais) famosas da época, entre elas, destacamos: Claudine Auger<sup>41</sup> e Ursula Andress<sup>42</sup>. Isso implica uma chamada que trabalha uma dupla apelação ao público. Ao público feminino atrai pelo desejo das leitoras de “ser como” as imagens retratadas na capa da revista e, ao masculino, a atração se dá pelo desejo sobre o sexo oposto simbolicamente materializado nessas capas. Vale ressaltar que, dadas as características da revista, ela circulou em diferentes espaços: salões de beleza, consultórios médicos, escritórios, repartições públicas, além do espaço privado, atingindo a massa da população, sobretudo como formadora de opinião.

---

<sup>41</sup>Claudine Auger foi Miss França (1958) e atuou como atriz no filme “007 contra a Chantagem Atômica” e “007 - Operação Relâmpago”, ambos de 1965.

<sup>42</sup>Ursula Andress é suíça e atuou como atriz de cinema. Foi destaque no primeiro filme de James Bond, “007 Contra o Satânico Dr. No” de 1962.

O sumário da revista, a seguir, permite-nos observar que o periódico é dirigido à “família tradicional moderna argentina”, pois apresenta assuntos que, segundo à cultura da época, interessariam à mulher, tais como: moda, cuidados com o corpo, facilidades para o lar, decoração e receitas e aqueles que interessariam ao homem de negócios, tais como: cuidados com o corpo, moda para o trabalho, anúncios de bancos, agências de viagem e automóveis. A revista também traz reportagens sobre comportamento para jovens casais, principalmente através de textos produzidos por autoridades da igreja ou profissionais. Quanto às reportagens nas seções *Actualidad Nacional* e *Actualidad Internacional*, a revista se destaca pelo trabalho de fotojornalismo. Algumas imagens chegam a ocupar mais de uma página, muitas delas são imagens impactantes, como já dissemos, principalmente aquelas que cobrem os conflitos/guerras e as destruições causadas pelo homem, sejam no país ou fora. Além disso, podemos encontrar muitas sugestões de programas culturais e de lazer para a família, especialmente no campo da Literatura, do Cinema e do Teatro.

**Tabela 3:** Sumário da Revista Siete Dias

Sumário		
Actualidad Nacional	Testimonios Serie Verdad	Deportes
Actualidad Internacional	Ciencia	Espectáculos
Catástrofes	Mundo Moderno	Secciones Fijas

Fonte: a autora da tese.

É importante destacar que o final da década de 60 é marcado por uma série de acontecimentos que, de forma indireta, afetam a estabilidade dos países do mundo todo: o Maio Francês na Europa, o governo socialista de Salvador Allende no Chile e os preparativos de uma guerrilha por Che Guevara na Bolívia são alguns exemplos. Enquanto isso, na Argentina, de acordo com Azcurra,

La violencia crecía al calor de los despidos, la caída salarial y la organización obrera. Casi en medio de la balacera con sus manitos, Mafalda empieza su ciclo en Siete Dias entre un fuego cruzado: por un lado, una feroz dictadura y por el otro, estallidos sociales, como el Cordobazo, y la aparición en cena de la lucha armada (2014, p. 7).

Em meio a esse contexto, a nova trajetória de Mafalda em *Siete Dias* tem como marco inicial o nascimento do irmão Guille. Uma personagem bem diferente

das anteriores, pois é a mais rebelde de todas. Os temas abordados por Mafalda também mudam e são focados no “ser humano”. Nessa época, segundo entrevista realizada por Azcurra (2014), Quino explica que enviava as tirinhas com quinze dias de antecedência da data prevista para publicação, isso porque o material produzido passava por um comitê que poderia aprová-lo ou não. Diante disso, vale salientar que, segundo Quino, nenhuma de suas tirinhas foi impedida de ser publicada.

A decisão de parar a produção de novas tirinhas deu-se exatamente cinco dias depois do Massacre em *Ezeiza*, sabendo, pois que as tirinhas passavam por um comitê de aprovação, cremos que a decisão do cartunista tenha sido motivada pelo acontecimento que marca, de forma trágica, a história argentina – o massacre e, sua insatisfação com o retorno de Perón.

O massacre em *Ezeiza* foi o resultado de um confronto entre a Triple A (Aliança Anticomunista Argentina<sup>43</sup>) e os Montoneros (que representavam a juventude peronista socialista). De acordo com o documentário “Documenta – Ezeiza, la masacre<sup>44</sup>”, o evento organizado para celebrar o retorno de Perón após o exílio de dezoito anos, em 20 de junho de 1973 e que, na ocasião, reunia cerca de três milhões de jovens e trabalhadores organizados, acabou tendo um desfecho trágico. O documentário explica que, ao tentar uma maior aproximação do palco, lugar onde Perón discursaria, o grupo de estudantes identificados como *Peronistas Socialistas Montoneros* foi surpreendido por tiros disparados por um grupo armado da *Triple A*, grupo esse que fazia parte da organização do evento e que, no momento, ocupava o palco. Não há dados oficiais do número de mortos e feridos até hoje, mas estima-se que foram muitos, um verdadeiro massacre. O documentário destaca ainda que havia pessoas armadas atirando de pontos estratégicos do espaço destinado ao evento, e isso configura-se como um forte indício de que o ato teria sido planejado. A partir disso, Azcurra ao retomar Borges infere que

---

<sup>43</sup> A Triple A, que tinha como líder o General José López Rega era uma organização paramilitar oficializada, pois contava com o apoio do *Ministerio do Bienestar Social*, onde López era comissário da Polícia Federal. Entre as principais atividades da organização está a repressão dos movimentos de oposição ao governo. De acordo com o “Documenta – Triple A” (disponível no link <[https://youtu.be/p\\_OICEhYMaE](https://youtu.be/p_OICEhYMaE)>, do ciclo de Román Lejtman, o movimento que contava com a participação efetiva de ex-militares e civis radicais foi responsável pela maior onda de violência no país, chegando a três mortes por dia. Entre as vítimas, militantes de esquerda, intelectuais marxistas e montoneros.

<sup>44</sup>O documentário “Documenta – Ezeiza, la masacre”, faz parte do Ciclo de Román Lejtman (periodista argentino), disponível no link <<https://youtu.be/2Zaoq-nrM00>>

Ezeiza e Mafalda no establecen una simetría, pero sí una relación temporal demasiado cercana como para no sostener que hubo una influencia del terror de la naciente Triple A en el abandono que la niña hace de la escena argentina (2014, p. 7).

Em outro trecho, Azcurra discorre sobre a dificuldade de Quino, em lidar com os horrores que a violência política vinha cometendo no país e, para justificar tal dificuldade, o autor recupera um desabafo de Quino, em entrevista ao jornal *La Nación* da Costa Rica, quando ele diz

...hay cosas que me hacen sufrir tanto que no soy capaz de volcarlas sobre un dibujo. Eso me pasa con los desaparecidos. Me parece que si la gente ve que hay algo de humor en un tema tan trágico va a pensar que en realidad no lo es tanto (QUINO *apud* AZCURRA, 2014, p. 7).

Podemos perceber na fala do cartunista que a produção das tirinhas, ao longo da década de 70, impôs-lhe um grande desafio. É em meio a um cenário político em que o país caminha cada vez mais rápido rumo à repressão que Mafalda encontra dificuldade para resistir, e sua trajetória chega ao fim em *Siete Dias*, em 25 de junho de 1973. De acordo com Azcurra, “Mafalda no podía afrontar el terror que se desata ese día<sup>45</sup> y que continuaría hasta al proceso genocida de los matarifes del 76” (2014, p. 7). O Massacre em Ezeiza funcionou como instrumento silenciador da voz de Mafalda, pois era cada vez mais difícil resistir à violência e à censura que há muito tempo já vinha ocorrendo nos meios de comunicação, então, antes que a censura chegasse, “Mafalda se autocensurou”.

Dadas as considerações sobre os três periódicos, apresentamos dois quadros-síntese, o primeiro contendo os nomes das revistas e do jornal, período em que Mafalda circulou, bem como o número de tirinhas publicadas em cada um deles, para que possamos ter uma visão geral do que apresentamos nesse subcapítulo e no segundo, retomamos o quadro (Tabela 1), composto pelos nomes dos presidentes argentinos, período em que cada um esteve no poder, condição de legitimidade e o nome do periódico em que Mafalda circulava no respectivo período, a fim de que possamos visualizar com maior clareza os períodos históricos em que cada periódico circulou.

---

<sup>45</sup> Esse dia refere-se ao dia 20 de junho de 1973, quando houve o Massacre em Ezeiza.

**Tabela 4:** Periódicos

<b>Periódico</b>	<b>Período</b>	<b>Identificação dos exemplares</b>	<b>Número de publicações</b>
Revista <i>Primera Plana</i>	29/09/64 a 9/03/65	Nº100 a Nº 122	<b>22</b> (2 tiras por publicação)
Jornal <i>El Mundo</i>	15/03/65 a 22/12/67	Año XXXVII – Nº 12.973 até Año XL – Nº 14.006.	<b>1.033</b> (1 tira por publicação)
Revista <i>Siete Dias Ilustrados</i>	2/07 - 8/07/68 a 25/06 - 1º/07/73	Año II – Nº 60 – Año VII – Nº 319	<b>259<sup>46</sup></b> (4 tiras por publicação)

Fonte: a autora da tese.

**Tabela 5:** Presidentes e Periódicos de 1963 a 1974

<b>Presidente</b>	<b>Período</b>	<b>Condição</b>	<b>Mafalda em periódicos</b>
Médico Arturo Illia	1963-1966	Eleito	Revista <i>Primera Plana</i> seguido do Jornal <i>El Mundo</i>
General Juan Carlos Onganía	1966-1970	<b>Intervenção</b>	Jornal <i>El Mundo</i> seguido da Revista <i>Siete Dias Ilustrados</i>
General Roberto Marcelo Levingston	1970-1971	<b>Intervenção</b>	Revista <i>Siete Dias Ilustrados</i>
Comandante do Exército Alejandro Agustín Lanusse	1971-1973	<b>Intervenção</b>	Revista <i>Siete Dias Ilustrados</i>
Odontólogo Héctor José Cámpora	1973-1973 (2 meses)	Eleito	Revista <i>Siete Dias Ilustrados</i>
Coronel Juan Domingo Perón	1973-1974	Eleito	-----

Fonte: a autora da tese.

<sup>46</sup> Entre os Nº 259 e 267 da Revista *Siete Dias Ilustrados*, não foram publicadas tiras inéditas, isso deu-se porque o Quino precisou viajar para a Europa para tratar de assuntos pessoais, permanecendo aproximadamente dois meses fora. Durante esse período, a Revista republicou algumas tiras já publicadas em *El Mundo*.

## 2. O DISCURSO E A OPACIDADE EM MAFALDA

...as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os 'processos discursivos'.

Michel Pêcheux

Um estudo sobre o discurso e a opacidade em *Mafalda* pressupõe uma reflexão sobre a história, a língua e o sujeito. No capítulo anterior, discorreremos sobre as condições de produção da obra de Quino, ou seja, reconstruímos os caminhos que levaram à concepção da personagem. Tratamos de revisitar a história cronológica da Argentina, os principais acontecimentos políticos que funcionaram a favor dos golpes de estado enquanto *Mafalda* circulava e, principalmente, tratamos de explorar o contexto ideológico que compunha cada um dos periódicos que acolheram as tirinhas, durante sua produção original. Agora, passamos a compreensão teórica do que entendemos por discurso, sujeito e sentido, pensando-os a partir da materialidade a qual nos dispomos a trabalhar/interpretar. Vale ressaltar que é diante do desafio apresentado pelo *corpus* de análise que nosso trabalho de observação sobre a relação língua-história é construído, história aqui tomada como evidência de um processo que é por si só ideológico.

Por entendermos o funcionamento ideológico como processo que naturaliza e/ou "apaga" alguns sentidos em detrimento de outros, refletimos sobre o conceito de opacidade discursiva, cujo ponto nodal é o sentido. Assim, ao afirmar que é a ideologia que produz o efeito de evidência/transparência, Orlandi explica que, no processo de naturalização da história,

... há transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulação (e não ocultação de "conteúdos") em que são construídas transparências (como se a linguagem não tivesse sua materialidade, sua opacidade) para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas (2012b, p. 31).

Decorre daí a afirmação da autora de que a ideologia é o trabalho da contradição entre o mundo e a linguagem. Contudo, sabemos que essa contradição não é exclusiva na relação língua- exterioridade, mas também constitutiva do sujeito. A partir disso, trava-se um novo desafio nesta pesquisa: compreender como se dá a

constituição do sujeito das tirinhas, visto que nosso *corpus* de análise advém de uma obra de ficção.

Tendo em vista esse desafio e, inspirados pela tese de Milner que toma a língua como lugar do impossível “impossível de dizer, impossível de não dizer de uma determinada maneira” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 52), é que propomos, neste capítulo, um estudo sobre o sujeito da obra ficcional como *efeito-sujeito* e as duas categorias de análise: pré-construído e discurso transversal interpretados como discurso-outro, aquele que, na materialidade discursiva em Mafalda, produz a contradição – a ironia.

Assim, com o propósito de aprofundar teoricamente o que, aqui, brevemente expomos, passamos às seções que discutem, num primeiro momento, o *efeito-sujeito* na/da tirinha, para só então pensarmos a relação desse sujeito com o interdiscurso sob as formas de pré-construído e discurso transversal – princípios teórico-analíticos trabalhados por Pêcheux – que são, para nós, essenciais no processo de leitura da ironia.

## **2.1. A personagem como *efeito-sujeito* do gênero tirinha**

Para que possamos trabalhar as tirinhas como *corpus* de análise e Mafalda como um *efeito-sujeito*, julgamos necessário partir da compreensão da tirinha como gênero discursivo, uma vez que estamos tratando de uma personagem de ficção como elemento constitutivo de um texto híbrido. Essa compreensão passa pela necessidade primeira de conhecer algumas características, bem como o percurso histórico da tirinha, principalmente porque há semelhanças e diferenças entre esse gênero e outras produções gráficas; e, segundo, pela necessidade de entendermos a direção de um trabalho que toma a tirinha como gênero discursivo, reflexão que terá como aporte teórico o estudo sobre as tipologias de discurso de Orlandi (2011).

### **2.1.1. A tirinha como gênero discursivo**

Partindo do princípio de que a clareza sobre o conceito de tirinha é um elemento fundamental para que se evitem equívocos teóricos conceituais, propomos a partir de Levín (2015) um quadro que não só sistematiza as características de três

produções gráficas distintas como também revela como cada uma é designada nas línguas: Inglesa, Espanhola e Portuguesa.

**Tabela 6:** Síntese do texto de Levín

<b>Tiras cómicas (AR) Tirinha (BR)</b>	<b>Comic (EUA)/Historieta (AR) Quadrinhos (BR)</b>	<b>Cartoon (EUA) Viñeta (AR) Charge (BR)</b>
Efeito cômico	Séria	Efeito cômico
Incorporada aos periódicos	Desenvolvimento autônomo em <i>comic books</i>	Incorporada aos periódicos
Único autor	Elaborada em conjunto (roteirista e desenhista)	Único autor
Cartunista ou humorista	Roteirista e Desenhista	Cartunista ou humorista
Autoconclusiva	Se organiza em continuidade	Autoconclusiva
Subgênero intermediário do <i>comíc</i>	_____	Subgênero intermediário do <i>comíc</i>
Humor gráfico como categoria analítica	_____	Humor gráfico como categoria analítica
_____	_____	Categoria sistemática, conserva a estrutura de <i>comíc/historieta</i>
Linguagem narrativa	Linguagem narrativa complexa	Linguagem narrativa em um só quadro
Gênero híbrido	Gênero híbrido	Gênero híbrido

Fonte: Adaptação a partir do texto de LEVÍN, 2015, p. 21-22.

Como podemos observar na nomenclatura de cada gênero, o reconhecidamente pioneiro nas produções gráficas foram os Estados Unidos, onde a expansão e aperfeiçoamento de técnicas de cor e impressão contribuíram muito no processo de produção dos textos híbridos.

Já na Argentina, de acordo com Trillo e Saccomanno (1980), o caminho que levou às produções gráficas e sua circulação foi um pouco mais lento. Os autores destacam que as primeiras produções tiveram como principal veículo de circulação as revistas periódicas, onde muitas vezes, os quadrinhos apareciam como suplemento. Já nos jornais/diários, “la historieta moderna surgió como el recurso bajo destinado a ganar lectores al competidor” (STEIMBERG, 2013, p. 35), ou seja, nos diários e revistas, os quadrinhos foram utilizados como estratégia para atrair leitores, gerando maior competitividade entre os mesmos.

É interessante observar que aquelas produções que resistiram à censura circularam em diários e revistas, submetendo-se ao viés ideológico de cada suporte. Esse alinhamento entre as produções gráficas (charges e tirinhas) e seu suporte era visível não só no que concerne aos temas, mas também no que concerne ao tempo.

Nos termos de Levín, “en las tiras de humor insertas en las páginas de los diarios es frecuente la incorporación de alusiones contextuales más o menos directas” (2015, p. 37). E isso é o que justifica a necessidade do estudo das tirinhas de Mafalda, objeto desta pesquisa, nos suportes em que originalmente circulou.

Refletindo sobre os motivos que levaram à incorporação de tirinhas em diários e revistas, além de um maior impulso ao consumo de jornais/diários e, conseqüentemente à extensão a um público leitor mais abrangente e diverso, Levín (2015) ao retomar Steimberg, explica que há também razões sociológicas e semiológicas para essa inclusão. A hipótese levantada pelos autores é a de que, ao documentar a vida nos bairros humildes, as tirinhas permitiam por meio de chistes e sátiras um certo distanciamento da realidade, além disso, a autora destaca que as tirinhas funcionavam como uma espécie de ponte entre as notícias e os signos icônicos, facilitando o trabalho dos meios de comunicação sobre as massas. Nos termos de Martignone & Prunes, “las tiras funcionan en el diario como paliativo de las noticias y deben predisponer positivamente al lector para su rutina cotidiana” (2010, p.24).

Martignone & Prunes (2010), quando comparam Mafalda a outras produções locais, destacam que ela revolucionou o mundo dos quadrinhos argentinos porque rompeu com a modelo tradicional da época, que repetia a estrutura em que havia uma única protagonista, cuja característica era “la caricatura descarnada de un estereotipo porteño incorrigible e inmodificable” (p. 34), tal característica refletia em um humor da ordem do previsível. Em Mafalda, por outro lado, os autores destacam que,

Quino optó por presenta una galería de personajes más variada y compleja, donde cada personaje representara una o varias ideas o tipos. El mecanismo, o la gracia de la tira, aquí ya no consiste en la burla-celebración del estereotipo, sino en los conflictos que surgen a causa de las diferentes filosofías de vida de los protagonistas, de sus diferentes actitudes hacia el mundo y las personas que los rodean y con los cuales tienen que ingeniar selas para convivir (MARTIGNONE & PRUNES, 2010, p. 34)

Em outros termos, podemos dizer que Quino apresenta, através de Mafalda, uma nova forma de “fazer tirinha”, pois suas personagens refletem as diferentes formas de pensar da sociedade, seus conflitos, angústias e inquietudes. Tais

personagens são abordadas pelo cartunista tanto sob o ponto de vista psicológico quanto sob o ponto de vista social e acabam refletindo a realidade argentina, mesmo que essa realidade corresponda a de uma parcela dessa sociedade – a classe que se autodeclarava como classe média. Martignone & Prumes acrescentam ainda que Quino,

...al tratar mayormente de temas, costumbres y personajes del propio país, establece una diferencia de base con las tiras norteamericanas y posibilita una mayor identificación por parte del lector nacional al que está dirigida, de esta manera, puede explicarse en parte la enorme repercusión de Mafalda, que tan inteligentemente retrató nuestras costumbres y lenguaje. Aun cuarenta años más tarde, frases, personajes y chistes siguen siendo perfectamente reconocibles dentro de la cultura argentina (2010, p. 77).

Nesse sentido, os autores reforçam que Mafalda representa um marco no processo que renovou a tirinha argentina, sobretudo, como já dissemos, pelo “novo” instaurado no estilo e caráter estético, na variedade de personagens e nos temas de relevância locais. Diante disso, podemos pensar a tirinha como um gênero discursivo específico que trabalha com a produção e circulação de sentidos, constituindo-os discursivamente não somente pelo que diz, mas pelo modo como diz e valendo-se do entrelaçamento de recursos verbais e não-verbais.

Fortemente marcado pelo caráter ideológico, os quadrinhos em geral estiveram vinculados não só à competência periodista, mas também à propaganda comercial e eleitoral, e, não podemos esquecer, Mafalda nasceu como objeto-propaganda. Levín (2015) destaca que a politização dos quadrinhos teve início durante a Segunda Guerra Mundial, quando as personagens militarizadas se converteram em uma poderosa ferramenta de propaganda.

Em sua crítica a Hernandez (1976), Cirne (1982) explica que Mafalda é uma tira progressista “dentro do limite tolerado pelo sistema” (p. 58). Com base no exposto pelo autor, isso significa dizer que, para ele, Quino trabalha com o liberalismo humanista (conhecimento e respeito às características individuais) a partir de uma visão progressista de mundo. Nos termos de Cirne, é possível situar o mundo de Mafalda como “um discurso artístico liberal<sup>47</sup> de esquerda, desde que

---

<sup>47</sup> Cirne explica que “o quadrinho liberal responde politicamente aos anseios existenciais da classe média; é preciso responder aos anseios políticos do proletariado e das parcelas revolucionárias da sociedade” (1982, p. 57), logo, entendemos que um discurso artístico liberal seria aquele que busca

compreendamos seus limites políticos enquanto discurso liberal-humanista ou liberal-progressista” (1982, p. 59). O autor acrescenta ainda que ser progressista é algo próprio tanto da pequena-burguesia identificada com a esquerda quanto com o pequeno-burguês humanista.

Gociol & Rosemberg refletem sobre a natureza do gênero e das personagens e esclarecem que

Quino tomó de los chicos lúcidos y críticos de *Peanuts* pero hizo más concretos los personajes y gráfico el mundo de los adultos al que el comic de *Schulz* alude, pero no muestra directamente. El humorista argentino dejó de lado la tradición estadounidense del humor abstracto en la que la tira yanqui está inscripta, para realizar – también en clave humorística – un registro minucioso de los tics de la clase media argentina de los años 60 (2000, p. 174).

Como podemos ver, os autores, retomam Steimberg [1977], para explicar que a natureza do gênero em *Peanuts*<sup>48</sup> e Mafalda é distinta, uma vez que a produção de Quino distancia-se do humor abstrato estadunidense, centralizando-se nas particularidades caricatas da classe média argentina da década de sessenta. Quanto a sua configuração material, Mafalda tem por natureza uma formação mista localizada entre o quadrinho e a charge. Isso porque nas produções de quadro único (charge), gênero também muito presente em diários e revistas, a principal característica observada é o trabalho da ironia sobre um tema, característica que atravessa toda a produção de Mafalda. Apesar da relevância das reflexões do autor, não temos, enquanto objeto empírico, um gênero específico para esse lugar de entremeio que ele propõe (nem genuinamente tirinha, nem charge). Nessa perspectiva, optamos em continuar tratando Mafalda como tirinha.

Como é possível notar, as discussões sobre o gênero tirinha, desenvolvidas até o momento, não só descrevem o objeto, como buscam defini-lo por meio de um conjunto de características que o difere de outras produções gráficas. Em outros termos, as discussões propostas tratam da forma, da história e da função social do gênero. Contudo, é válido lembrar que a abordagem adotada nesta pesquisa ao

---

“atender” aos anseios de todos os setores da sociedade. E o mundo de Mafalda nos possibilita, por meio da representação das diferentes personagens, um conhecimento sobre cada setor que forma a sociedade argentina. De acordo com Cirne (1982), temos: Mafalda como humanista; Manolito como mercantilista; Susanita como uma mulher integrada e hipócrita; Felipe como um exercitador do sentido comum; Miguelito como “projeto” de intelectual fascista, entre outros.

<sup>48</sup> *Peanuts* é uma tirinha clássica (segundo os moldes americanos), a partir da qual estudiosos descrevem as características que pertencem ao gênero tirinha.

tomar a tirinha como gênero discursivo leva em conta seu funcionamento, atentando para seus elementos constitutivos, ou seja, as condições de produção e sua relação com os (efeitos de) sentidos. Isso nos desafia pensar sobre a tipologia de discurso engendrada por Orlandi (2011).

Segundo a autora, há duas características que determinam a distinção entre os três tipos de discurso (polêmico, autoritário e lúdico): a interação e a polissemia. A interação, para a autora, corresponde ao grau de reversibilidade (troca de papéis) entre os interactantes, enquanto a polissemia corresponde ao grau (à forma) como os sujeitos se relacionam com o objeto do discurso. Seguindo essa linha de pensamento, podemos dizer que o gênero discursivo em Mafalda é predominantemente, não exclusivamente constituído pelo Discurso Lúdico, “aquele em que a reversibilidade entre interlocutores é total, sendo que o objeto do discurso se mantém como tal na interlocução, resultando disso a polissemia aberta. O exagero é o *non sense*” (ORLANDI, 2011, p. 154). Isso significa dizer que há presença de outros dois tipos (polêmico<sup>49</sup> e autoritário<sup>50</sup>), já que os objetos do discurso, os quais perpassam temas como democracia, direitos humanos, por exemplo, muitas vezes, são problematizados por interlocutores diferentes, apontando um grau maior de reversibilidade, num momento e uma reversibilidade menor em outro, oscilação que também ocorre em relação ao grau de polissemia, caracterizando ora um discurso polêmico, ora um discurso autoritário. Segundo Orlandi, isso ocorre porque

...não há nunca um discurso puramente autoritário, lúdico ou polêmico. O que há são misturas, articulações de modo que podemos dizer que um discurso tem um funcionamento dominante autoritário, ou tende para o autoritário (para a paráfrase) etc (2012d, p. 87).

Essa tensão entre o processo parafrástico e o polissêmico é o que define cada tipo de discurso como uma tendência, não uma essência. Nas palavras de Orlandi, “o lúdico tende para a polissemia, o autoritário tende para a paráfrase, o

---

<sup>49</sup> De acordo com Orlandi, “o discurso polêmico é aquele em que a reversibilidade se dá sob certas condições e em que o objeto do discurso está presente, mas sob perspectivas particularizantes dadas pelos participantes que procuram lhe dar uma direção, sendo que a polissemia é controlada. O exagero é a injúria” (2011, p. 154).

<sup>50</sup> “Discurso autoritário: é aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso e a polissemia contida. O exagero é a ordem no sentido militar, isto é, o assujeitamento ao comando” (2011, p. 154).

polêmico tende para o equilíbrio entre polissemia e paráfrase” (2011, p. 155). A autora ainda salienta que há um contraponto entre o lugar ocupado pelo discurso lúdico em relação aos discursos autoritário e polêmico, ou seja, em uma formação social em que o lúdico representa o desejável, ele se coloca em contraste ao caráter prático dos discursos autoritário e polêmico. Decorre daí, a afirmação de que é no discurso lúdico que são construídos os processos de ruptura. Nos termos da autora, “o lúdico é o que “vaza”, é a ruptura” (ORLANDI, 2011, p. 154-155). E, é essa ruptura o que nos interessa nesta pesquisa, pois, entendemos que a ruptura no plano dos sentidos, tal qual é produzida nas tirinhas de Mafalda, constituem uma forma de resistência.

### 2.1.2. A personagem Mafalda como efeito-sujeito

Um dos princípios básicos da Análise de Discurso, referente à noção de sujeito, é que “não há um discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia” (PÊCHEUX, 2009a, p. 135). Isso posto e diante do fato de que, ao tratar do sujeito da AD, não estamos visando a um indivíduo ou sujeito empírico, mas a um sujeito sob o ponto de vista discursivo, colocamos-nos frente ao desafio de pensar Mafalda, personagem de ficção, como sujeito. É importante lembrar que, desde as primeiras reflexões sobre o sujeito, a análise de discurso vem se posicionando contra duas concepções há muito tempo sedimentadas no campo da ciência da linguagem: a concepção formalista de sujeito (sujeito universal) e a concepção subjetivista (sujeito consciente e intencional), sustentada pela relação/identificação sujeito-indivíduo. É válido recordar também que simultaneamente à clara refutação a essas duas concepções de sujeito Pêcheux somava os questionamentos a saber:

Como separar, nisso que continuamos a chamar “o sujeito da enunciação<sup>51</sup>”, o registro funcional do “ego-eu” estrategista assujeitado (o sujeito ativo intencional teorizado pela fenomenologia) e a emergência de uma posição sujeito? Que relação paradoxal essa emergência mantém com o obstáculo, a irrupção imprevista de um discurso-outro, a falha no controle? O sujeito seria aquele que surge por instantes, lá onde o “ego-eu” vacila? (PÊCHEUX, 1997, p. 317).

Assim, tendo como ponto de partida as questões elencadas, o autor construiu o conceito de sujeito na perspectiva materialista, um sujeito que é constituído por

---

<sup>51</sup> Para Pêcheux, a enunciação é o processo através do qual o enunciador converte a língua em discurso, considerando nesse processo não só o ato de enunciar, mas também a situação em que se realiza esse ato.

forças materiais. Dito de outro modo, com base na relação proposta por Althusser sobre sujeito e ideologia, Pêcheux (1997[1969]) explica que o sujeito da AD é o da ideologia e não outro porque ele jamais poderia ser origem, mas sim efeito. Nos termos de Grigoletto,

Tem-se na análise do discurso, uma teoria não-subjetiva da subjetividade. Contudo, o assujeitamento a uma estrutura sobredeterminante, nas primeiras fases, resulta num conceito de sujeito como efeito-sujeito (isto é, a forma-sujeito como puro efeito ideológico) (2002, p. 38).

Sobre a questão do sujeito como efeito, retornaremos mais adiante. Antes, é necessário compreendermos que, na primeira fase da AAD, embora tivéssemos uma compreensão materialista de sujeito, ainda se acreditava que as condições de produção dos discursos eram homogêneas, ou seja, a teoria ainda não compreendia o caráter dialógico do sujeito (sujeito construído pelo discurso do outro). De acordo com Grigoletto,

É a partir do refinamento da noção de interdiscurso, que tem como consequência a postulação do primado da alteridade, que o sujeito da análise do discurso tornar-se-á um sujeito atravessado pelo inconsciente, um sujeito no qual “ça parle” (2002, p. 37).

É, pois na segunda fase, ao postular a relação entre os esquecimentos nº 1 e nº 2 com o interdiscurso e a enunciação, respectivamente, que Pêcheux (1997 [1975]) resolverá o problema da interpelação-assujeitamento do sujeito à ideologia. Segundo Orlandi, “por aí é que entendemos numa noção discursiva de ideologia o fato de que ela não é consciente: ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história na sua necessidade conjunta, na sua materialidade” (2012b, p. 39-40). Nesse processo, podemos observar que a subjetividade é um efeito da relação do sujeito com os “dois outros” (o outro da interlocução e o Outro do inconsciente – a forma-sujeito). Em outros termos, conforme aponta Orlandi 2012b, o sujeito é uma “posição”, visto que o modo como ele se constitui é um efeito ideológico elementar. Nas palavras da autora,

Esse sujeito que se define como “posição” é sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do dizer (o interdiscurso), definindo-se em função de uma formação discursiva na relação com as demais (2012b, p. 49).

Frente ao exposto, nosso trabalho realiza-se por meio de um gesto de leitura dos sentidos produzido por um sujeito (enquanto posição-sujeito) historicamente determinada pelo discurso. Daí a importância da relação língua-história, cujo conjunto e funcionamento, segundo Orlandi (2012b), constitui a *ordem do discurso*. À vista disso, é importante lembrar: se o que importa na teoria do discurso é o sujeito enquanto posição e não o sujeito empírico ou o da imaginação (de um autor), a dicotomia real e ficção prefigura-se, no nosso caso, como característica prescindível.

Entretanto, parece-nos salutar, visando a uma melhor compreensão da natureza do sujeito-suporte-empírico a partir do qual se desenvolvem os processos discursivos, passarmos a alguns autores que trabalham a relação realidade-ficção e conseqüentemente a personagem. Destacamos primeiramente o estudo de Ranciére (2005). Para o autor, o ponto de partida para o estudo da relação realidade-ficção vem da literatura Aristotélica que, tomando os termos "ficção" e "falsidade" como sinônimos, fez ecoar o sentido de literatura como arte pela arte. O autor contrapõe-se a esse pensamento clássico, ao refletir sobre estética e política e propõe a distinção entre essas duas nomenclaturas (ficção e falsidade). Ou seja, ele parte do movimento instaurado pela Revolução estética para explicar que, nessa perspectiva, a concepção de ficcionalidade se desdobra entre dois polos: "entre a potência de significação inerente às coisas mudas e a potencialização dos discursos e dos níveis de significação" (2005, p.55); dito de outro modo, a revolução estética passa a olhar para o testemunho (dito como real) e para a ficção, como instâncias pertencentes a um mesmo regime de indistinção no que concerne os fenômenos do mundo histórico e social. Para o autor,

Não se trata de dizer que tudo é ficção. Trata-se de constatar que a ficção da era estética definiu modelos de conexão entre apresentação dos fatos e formas de inteligibilidade que tornam indefinida a fronteira entre a razão dos fatos e razão da ficção, e que esses modos de conexão foram retomados pelos historiadores e analistas da realidade social. Escrever a história e escrever histórias pertencem a um mesmo regime de verdade (RANCIÈRE, 2005, p. 58).

Podemos notar que a aproximação (regime de verdade) descrita pelo autor, pode ser relacionada ao conceito de formações imaginárias e seus desdobramentos, desenvolvidos por Pêcheux (1997[1969]), segundo o qual o "objeto imaginário" corresponde ao ponto de vista do sujeito e não à realidade física. Soma-se a isso,

segundo o autor, o fato de que a posição dos protagonistas do discurso constitui o elemento que intervém a título de condições de produção no processo que motiva os efeitos de sentidos. Orlandi (2012d), por sua vez, levanta outra questão, a de que o discurso como representação contém como base um projeto totalizante de sujeito, projeto esse que se converte em autor. E, assim, “como o lugar da unidade é o texto, o sujeito se constitui como autor ao constituir o texto em sua unidade, com sua coerência e completude” (2012d, p. 73). Notamos que há um processo inverso ao que se tem como estabilizado, ou seja, a autora defende que é o sujeito que se produz autor e não o contrário. Com vistas nisso, a autora destaca a importância da articulação necessária entre o real e o imaginário para explicar a distinção, mas relação necessária entre discurso e texto, sujeito e autor. Isso posto, conforme Orlandi (2012d), o real do discurso ao se caracterizar por sua descontinuidade, dispersão, incompletude, falta, equívoco e contradição (elementos constitutivos do sentido e do sujeito enquanto representação) coloca-se em oposição ao imaginário, caracterizado, sobretudo, por sua unidade, completude, coerência, clareza e não-contradição. Considerando a perspectiva psicanalítica lacaniana, podemos, de um lado, ver a dispersão do texto e do sujeito como ordem do real, de outro, ver a unidade do discurso e a identidade do autor como elementos da ordem do imaginário.

Em face do exposto, temos duas questões importantes para aprofundar: a primeira diz respeito à indefinição de limites entre razão e ficção o que nos leva a pensar que não existe um lugar isento ao processo de interpelação ideológica, o processo sempre ocorre, porque se dá pela inscrição do sujeito na língua. Sobre essa relação, Orlandi descreve que

O sujeito se submete à língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se. E o faz em um gesto, um sócio-historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia. A ordem da língua e a da história, em sua articulação e seu funcionamento, constituem a ordem do discurso (2007, p. 12).

A segunda questão diz respeito à relação unidade/imaginário – dispersão/real, próprios da constituição do discurso e do sujeito. Sobre essa relação, optamos por descrevê-la a partir do diagrama a seguir:

**Figura 19: Efeito-sujeito**



Fonte: a autora da tese

Ao considerar que a direção dos sentidos é efeito discursivo regido pelo imaginário, Orlandi considera “a unidade (imaginária) na dispersão (real)” (2012d, p. 74). A partir daí e da afirmação de Pêcheux (1997[1969]) de que o sujeito da AD é efeito, porque é sujeito da ideologia é que propomos pensar Mafalda (personagem de ficção) como efeito-sujeito.

## **2.2. O trabalho da memória no discurso**

Ao reconhecermos o sujeito como dividido e o discurso como heterogêneo, não podemos nos furtar de discorrer sobre o conceito de interdiscurso e suas implicações no processo teórico analítico da análise de discurso. Em poucas palavras, podemos dizer que interdiscurso é o nome dado ao lugar que compreende todos os enunciados dizíveis de uma língua e, daí vem a afirmação de que o interdiscurso comporta diferentes FDs. Courtine, ao definir interdiscurso nos diz que,

... se nomeamos “interdiscurso” esse todo complexo com dominante das FDs, então é preciso admitir que o estudo de um processo discursivo no interior de uma dada FD não é dissociável do estudo da determinação desse processo discursivo por seu interdiscurso (2009, p. 73).

Ou seja, o autor nos chama atenção para o caráter de determinação do interdiscurso sobre a FD. Isso porque os dizeres que comportam uma FD só são possíveis devido à preexistência desses dizeres nesse conjunto maior denominado interdiscurso. Nas palavras de Pêcheux (1975), o interdiscurso surge como um modo para designar o exterior de uma formação discursiva - FD. Desse modo, ele é o meio pelo qual uma FD irrompe para constituir-se como um lugar de evidência. Com base nisso, Pêcheux (2009a) define o interdiscurso como o complexo de dizeres já-ditos e

esquecidos, ou seja, trata-se do processo de assujeitamento que se dá por meio da identificação do sujeito com dizeres preexistentes. Segundo Pêcheux (1975[1997]), a relação entre o sujeito e esses dizeres preexistentes tem como base dois esquecimentos. No primeiro – esquecimento nº 1 – segundo Pêcheux (2009a), o sujeito acredita que é origem e fonte do dizer, o que se configura uma ilusão já que é a FD que sustenta dizer, determinando o que pode/deve ser dito. Quanto ao segundo – esquecimento nº 2 – o autor explica que esse diz respeito à ilusão de transparência do sentido e controle do dizer, ou seja, o sujeito “seleciona” dizeres que constituem a FD que o domina, sem que se dê conta disso. E, esse esquecimento que encobre o funcionamento da FD no sujeito.

É importante salientar que os dizeres ditos e esquecidos é que emergem sob a forma de pré-construído ou de discurso transversal, revelando as posições/lugares de onde advêm. Isso significa dizer, ainda, que as palavras adquirem sentidos pela relação que estabelecem com as formações ideológicas inscritas pelas posições ocupadas pelo sujeito, isto é, em qualquer discurso há a assunção de uma posição-sujeito determinada. Todavia vale lembrar que, assim como os “lugares” FDs não são lugares absolutos, também os efeitos de sentidos não possuem natureza fixa e homogênea, estando, portanto, sujeitos a rupturas pontuais, conforme aponta Orlandi (1993).

Diante disso, temos o discurso fundador que funciona, assim, como um “marco” que instala condições para a formação de “novos” discursos, “filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação” (p. 24) para um determinado grupo social. Contudo, vale lembrar que não podemos confundir o discurso fundador com a origem do dizer, pois os dizeres constituem um conjunto de *já-ditos*, os quais ocupam lugares relativos, não fixos das Formações Discursivas.

Ao tratar desses “lugares” não absolutos, Orlandi (1993) explica que “essa questão do ‘lugar’ fica assim re-significada a partir do fato de que há uma história de constituição dos sentidos, ou seja, eles não são considerados em sua ‘essência’” (p. 7), até porque a ideia de um sentido fixo é inadmissível na teoria discursiva com a qual estamos trabalhando. Em outro momento, a autora explica ainda que a relação

dos sentidos com o lugar ocupado “não é nem direta, nem automática, nem de causa e efeito, e nem se dá termo-a-termo” (ORLANDI, 1995, p. 113), mas se constitui a partir de uma “necessidade do sentido no universo simbólico”, ou seja, a historicidade, como esse processo é chamado, é a função que coloca em jogo a história do sujeito e do sentido, pois não há sentido sem história (a história provê a linguagem de sentidos). Resulta daí que historicidade não é história, essa última é fixa, absoluta e dada. A historicidade diz respeito a um processo de constituição de sentido que, ao longo do tempo, pode estabilizar um sentido, mas jamais fixá-lo, pois dado o caráter não-absoluto, um sentido X pode, a qualquer tempo, sofrer deslizamentos e deslocamentos passando a constituir um sentido-outro. Vale registrar que, para a autora, “a organização dos sentidos é trabalho do ideológico” (1993a, p. 7). A autora explica ainda que a ruptura no/do sentido só é possível porque segundo Pêcheux (2009a) “ Não há ritual sem falhas”, ou seja, o discurso como fundador, “cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra” (ORLANDI, 1993b, p. 13).

A partir disso, é importante descrever como estamos entendendo memória, visto que há diferentes perspectivas e compreensões sobre a mesma. A memória da qual estamos falando nesta pesquisa é a memória discursiva. Um conceito de extrema importância para os estudos do discurso. Esse conceito foi introduzido na Análise de Discurso por Courtine, ao longo de sua pesquisa de doutorado. Nesse trabalho, o autor parte do conceito de memória cognitiva para mostrar que o campo da memória discursiva é outro, é distinto. Além da memória cognitiva como ponto de partida, Courtine também recorreu a Foucault, principalmente quando o autor fundamenta que,

...o campo enunciativo compreende o que se poderia chamar um *domínio de memória* (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica) (FOUCAULT, 2013, p. 69).

Com base nisso, Courtine opera uma reformulação, qual seja, a de que o domínio da memória não deve se caracterizar pela busca de uma sequência “natural” do antes, mas “caracterizar as repetições, as rupturas, os limites e as transformações de um tempo processual” (2009, p. 111). O autor defende que certas

formulações emergem no enunciado, produzindo efeitos não só “de lembranças, de redefinições, de transformações, mas também efeitos de esquecimento, de ruptura, de denegação do já-dito” (2009, p. 112). Diz o autor,

É a partir do domínio de memória que poderemos apreender os funcionamentos discursivos de encaixe do pré-construído e de articulação de enunciados (no sentido dado a estes termos): isso equivale a dizer que o domínio da memória representa, num plano de organização do *corpus* discursivo, o interdiscurso como *instância de constituição de um discurso transversal* que regula para um sujeito enunciador, produzindo uma sdr em CP determinadas, o modo de doação dos objetos: é a partir do domínio da memória que se poderá aproximar os processos que garantem a referência dos nomes por um sujeito enunciador e autorizam, assim, a predicação e a correferencialidade (COURTINE, 2009, p. 112).

Ou seja, na perspectiva de Courtine, a memória discursiva diz respeito à delimitação de um já-dito como elemento do saber de uma dada Formação Discursiva - FD. Segundo Pêcheux,

Essa heterogeneidade discursiva, feita de trechos e fragmentos, interessa na medida em que nela podem ser determinadas as condições concretas de existência das contradições pelas quais a história se produz, sob a repetição das memórias “estratégicas”. Tal determinação também implica a construção dos meios de análise linguística e discursiva e supõe uma reflexão sobre o que trabalha na e sob a gramática, à margem discursiva da língua (2009b, p. 25).

Dito de outro modo, a memória discursiva é o nome dado ao processo que possibilita no intradiscurso a atualização de elementos de saber de uma FD, constituídos no interdiscurso, ou ainda, a identificação do sujeito com elementos de saber de uma dada FD. De acordo com Cazarin,

A estreita relação entre interdiscurso e intradiscurso, na ocasião em que uma "formulação-origem" retorna, na atualidade de uma "conjuntura discursiva", coloca em jogo um efeito discursivo particular - trata-se do efeito de memória (1998, p. 61).

Pensar em memória discursiva é pensá-la como efeito, isto é, como o lugar onde a materialidade discursiva é estruturada, um lugar de repetição e regularização de dizeres. Para Pêcheux (2010), pensar a memória discursiva é pensar a “condição do legível em relação ao próprio legível” (2010, p. 52).

É válido lembrar ainda que, diante de um processo de ruptura com um dado sentido, é na memória discursiva que o *já-dado* intervém no “novo”, trata-se do que

Orlandi (1993b) designou como “filiação”, ou seja, o “novo” instala-se e produz o efeito de permanente – o discurso fundador. Conforme aponta Orlandi (1993b), o discurso fundador é capaz, em si, de muitos sentidos entre os quais estão aqueles que dão origem a uma nova ordem do discurso.

### 2.2.1. Os processos de identificação, contraidentificação e desidentificação nas Formações Discursivas

Ao pensarmos sobre formação discursiva, é fundamental compreender o percurso teórico da expressão desde sua concepção em Foucault até sua ressignificação em Michel Pêcheux. Para Foucault (2013), a formação discursiva caracteriza-se como resultado de uma regularidade entre objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. O autor complementa o conceito de formação discursiva dizendo ainda, que essa é de uma aspereza múltipla, espaço de diferenças, que pode ser definido à medida que pudermos estabelecer nela um conjunto de semelhanças, se pudermos apontar o lugar do objeto do discurso e se mostrarmos que este objeto pode dar origem a outros sem que para isso precise se modificar. Dessa forma, o autor define a prática discursiva como um conjunto de regras indissociáveis. A partir disso, Foucault propõe um estudo sobre as formas de repartição das FDs e a descrição dos sistemas de dispersão<sup>52</sup>. Segundo ele, a

... dispersão – com suas lacunas, suas falhas, desordens, superposições, incompatibilidades, trocas e substituições – pode ser descrita, em sua singularidade, se formos capazes de determinar as regras específicas segundo as quais foram formados objetos, enunciações, conceitos, opções teóricas: se há unidade, ela não está na coerência visível e horizontal dos elementos formados; reside, muito antes, no sistema que torna possível e rege sua formação (2013, p. 85).

Desse modo, o autor defende que um sistema de formação não está na justaposição de elementos heterogêneos, mas na relação estabelecida por uma prática discursiva que se realiza na verticalidade. Nos termos do autor

... existe um sistema vertical de dependências: todas as posições do sujeito, todos os tipos de coexistência entre enunciados, todas as estratégias discursivas não são igualmente possíveis, mas somente as que são autorizadas pelos níveis anteriores (2013, p. 86).

---

<sup>52</sup> Nos termos de Foucault, dispersão diz respeito ao que permite ao discurso “ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros” (2013, p. 31).

À vista disso é que o autor define formações discursivas como um conjunto de regras aos que estão submetidos os “objetos, modalidades de enunciação, conceitos, escolhas temáticas”. Segundo o autor,

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade” (FOUCAULT, 2013, p. 47).

É a partir do conceito de discurso como “regularidade de uma prática que os autores Maldidier, Normand e Robin apontam algumas reduções (preocupação exclusiva com regras internas que regem o discurso numa dada FD; o fato de situar-se “aquém ao pré-discursivo e além das correlações de enunciados já formados” [2014, p. 83]) e, até certo ponto, algumas ambiguidades (sujeito como descontinuidade e texto como espaço de múltiplos conflitos) na forma como o conceito é desenvolvido. Destacamos que essas reduções associadas ao funcionamento da ideologia no discurso serão consideradas no processo de ressignificação dos conceitos em Pêcheux.

Malidier, Normand e Robin (2014), ao retomarem a definição inicial de Foucault sobre as formações discursivas, apontam três conceitos importantes a serem pensados para uma teoria do discurso. A primeira diz respeito à definição de discurso como conjunto de enunciados pertencentes a uma formação discursiva; a segunda diz respeito à prática discursiva e ao seu caráter extralinguístico, elemento fundamental na teoria, e a terceira sobre as formações discursivas como instância reguladora. Sobre essa última, a crítica recai no que concerne às regras, pois se entende que no discurso nada é fixo. Diante disso, as autoras afirmam que:

Dessas três definições que retivemos de modo mais especial, guardaremos essencialmente a noção de discurso como uma prática, resultante de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não discursivas. Esse complexo de relações para nós deve ser estabelecido no quadro do conjunto articulado dos conceitos do materialismo histórico. (2014, p. 86)

Nesse sentido, pensar sobre o materialismo histórico significa pensar sobre o funcionamento da ideologia no discurso, concebendo-a como um sistema de representações que produz o assujeitamento ideológico que se materializam em nosso dizer. As autoras também destacam que, ao considerar que as formações imaginárias intervêm nas formações discursivas, Pêcheux, Haroche e Henry apontam uma versão reformulada de enunciação, onde “o ‘sujeito falante’ toma posição com relação às representações das quais ele é suporte” (MALDIDIER, NORMAND E ROBIN, 2014, p. 99), representações essas que retornam em forma de pré-construído no enunciado.

É importante destacar que as fronteiras entre uma formação discursiva e outra não são fixas, o que permite a inscrição inconsciente de um sujeito em uma formação discursiva ou outra, ou até em mais de uma, conforme fora dito anteriormente. Trata-se do que Pêcheux chamou de “tomada de posição”. Nos termos do autor,

...a *tomada de posição* resulta de um retorno do “Sujeito” no sujeito [...] O “desdobramento” do sujeito – como “tomada de consciência” de seus “objetos” – é uma reduplicação da identificação, precisamente na medida em que ele designa o engodo dessa impossível construção da exterioridade *no próprio interior do sujeito* (PÊCHEUX, 2009a, p. 160)

Dito de outro modo, é pela tomada de posição que o sujeito se identifica com seus pares e com a forma-sujeito, a qual organiza os saberes de uma Formação Discursiva – processo referido pelo autor como reduplicação da identificação. No entanto, esse “ideal homogêneo” tanto no que concerne o sujeito quanto no que concerne às formações discursivas são novamente problematizadas por Pêcheux ao longo de suas reflexões em *Semântica e Discurso*. A concepção de um sujeito dividido, clivado, cindido em relação a si mesmo aparecem materializados nas tomadas de posição frente às formações discursivas. Isso leva o autor a propor modalidades de tomada de posição, as quais são nomeadas como identificação, contraidentificação e desidentificação.

A primeira modalidade – a identificação – corresponde ao que Pêcheux chamou de discurso do *bom-sujeito*, dada a “obediência do sujeito” ao *sujeito universal*/instância reguladora. Ao explicar essa modalidade, Indursky argumenta que “remete ao que Pêcheux designou de superposição entre o sujeito do discurso e

a forma-sujeito” (2007, p. 167). Podemos dizer que o processo de identificação ocorre quando há o livre assujeitamento à determinação da FD, contudo, vale observar que esse livre assujeitamento pode falhar, pois a identificação nunca é total.

Ao passarmos para a segunda modalidade, temos a contraidentificação. Indursky, retomando Pêcheux (2009), nos diz que essa modalidade corresponde ao “discurso do ‘*mau sujeito*’, discurso em que o sujeito do discurso, através de uma ‘*tomada de posição*’, se contrapõe à forma-sujeito” (2007, p. 167). Nesse processo, o sujeito entra em conflito com a formação discursiva a qual é filiado, por meio do questionamento, da incerteza, da negação ao que é dito pela forma-sujeito. Indursky afirma ainda que, pelo processo de contraidentificação, instaura-se a resistência e, por conseguinte surge o discurso-outro.

Sobre a terceira modalidade, a desidentificação, Pêcheux destaca que essa “constitui um trabalho (transformação-deslocamento) da forma-sujeito” (2009a, p.201-202). Isso porque, através desse processo, o sujeito desidentifica-se plenamente com a forma-sujeito com a qual se identificava e passa a filiar-se a outra. Nos termos de Pêcheux, o “efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com organizações ‘de tipo novo’*” (2009a, p. 202).

A partir das reflexões sobre as modalidades de tomada de posição, somos levados a compreender que as formações discursivas são espaços heterogêneos marcados pela contradição. Sobre essa questão Indursky afirma que

... se a ideologia não é idêntica a si mesma, a formação discursiva, por idênticas razões, também é, a um só tempo, idêntica e dividida. Isto significa que seu domínio de saber comporta identificação, isto é, reduplicação da identificação, mas também diferença e divergência, ou seja, a contraidentificação sendo, pois, a contradição o que se instaura aí em lugar da igualdade e unicidade. (2007, p. 169)

Ou seja, no campo do discurso, a contradição como princípio que constitui a heterogeneidade não é apenas uma característica inerente ao interdiscurso, ela também está presente na formação discursiva e na forma-sujeito, uma vez que estamos diante de posições-sujeito diversas. Ainda sobre as modalidades de *tomada*

de posição, convém refletir sobre o que Indursky afirma com base no anexo III de Pêcheux, de que a

... falha no ritual remete para uma falha na interpelação do sujeito, ou seja: é porque o ritual é sujeito a falhas que o sujeito pode se contra-identificar com os saberes de sua formação discursiva e passar a questioná-los. Da mesma forma, é porque o ritual está sujeito a falhas que o sujeito do discurso pode desidentificar-se com a FD em que estava inscrito para identificar-se com outra FD (INDURSKY, 2007, p. 171).

É, pois, pensando as modalidades de *tomada de posição* como um espaço profícuo de “resistência – de revolta – de revolução”, encerramos essa etapa com as palavras do mestre: “...se [...], a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico” (PÊCHEUX, 2009a, p. 279).

#### 2.2.2. O pré-construído: de Henry a Pêcheux

No artigo *Construções das relativas e articulações discursivas* (1990), Paul Henry, discutindo o estatuto das subordinadas relativas, destacou que a classificação das orações no formato proposto pela gramática tradicional colocava pensamento<sup>53</sup> e discurso<sup>54</sup> em lugares diferentes, sem relação entre si, isso porque sob o ponto de vista tradicional, a relação língua- exterioridade é da ordem do impossível. Desse modo, sob a lógica das dicotomias pensamento – discurso; língua – fala, Henry apontou dois funcionamentos para as relativas. O autor colocou de um lado as orações explicativas, como ilustração do que está supostamente posto no discurso – aquilo que é visível ao pensamento –, e de outro lado, as orações restritivas como um trabalho designativo – o qual faz referência a algo que é exterior ao nível do enunciado. Lembrando que o enunciado é o objeto do discurso.

Segundo o autor, a oração relativa explicativa, ao enunciar uma particularidade (posto no dizer), não intervém no discurso. Isso ocorre devido ao caráter independente da oração. Em outras palavras, uma vez construída a partir de

---

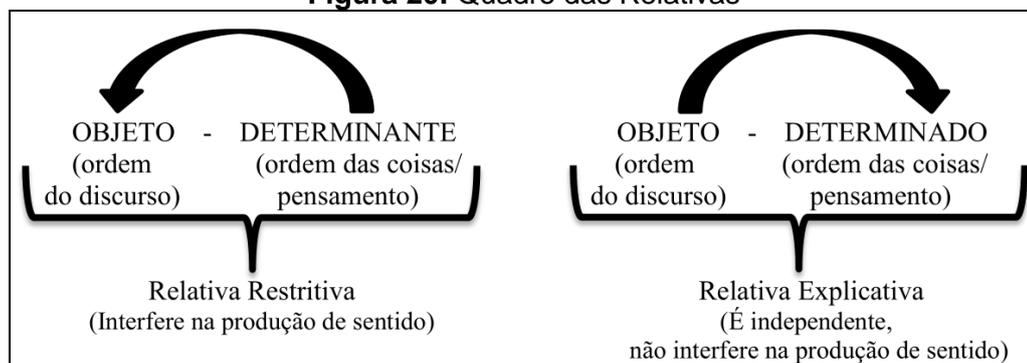
<sup>53</sup> Entenda-se por pensamento – de acordo como Curso de Linguística Geral – o valor, isto é a língua enquanto estrutura. Na perspectiva saussuriana, a língua resume-se a constituição de uma ideia organizada na matéria fônica. Nas palavras do autor, “quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, [...]. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são” (2012, p. 164).

<sup>54</sup> Conforme Pêcheux, discurso é o efeito de sentido entre interlocutores.

um sintagma nominal antecedente, a relativa explicativa é identificada na “ordem das coisas ou dos pensamentos” (HENRY, 1990, p.43).

Seguindo essa linha de raciocínio, Henry trabalhou com duas concepções contraditórias entre si. A primeira concepção concerne à identificação de um objeto do discurso, dada a partir da relação entre as unidades, em que temos a relativa como determinante e o elemento antecedente como determinado. Enquanto, na segunda concepção, a identificação do objeto independe da relação entre as unidades devido ao seu caráter independente, isto é, a relativa é o elemento determinado, enquanto, é o antecedente o elemento determinante, conforme podemos acompanhar pelo diagrama a seguir.

**Figura 20:** Quadro das Relativas



Fonte: a autora da tese.

Em suas reflexões sobre as relativas, Henry apontou estudos de Chomsky sobre a noção de referência, como uma possibilidade de solução para o problema da relação entre as partes do discurso. Em síntese, Henry defende que a referência do antecedente da restritiva depende da restritiva, enquanto a referência do antecedente da explicativa é independente.

No entanto, o que parece simples, foi novamente problematizado. De acordo com Henry (1990), Milner questionou sobre a posição de alguns substantivos (com função de adjetivos) no enunciado, os quais podiam ou não apresentar autonomia referencial. Nesse sentido, o fato de ter ou não autonomia referencial poderia ser um dos critérios de classificação das relativas, a questão é que esse critério só funcionava quando associado a um nome próprio, não se estendendo a outros casos.

Dado o novo impasse, Henry (1990) percebeu que as gramáticas tradicionais e gerativas consideravam tanto no funcionamento sintático, quanto no funcionamento semântico, o caráter de determinação. Desse modo, o autor passa a estudar “a oposição entre relativas restritivas e relativas explicativas” (1990, p. 53), pondo em jogo a determinação. Nesse ponto, Pêcheux, ao refletir sobre a afirmação de que “nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio, por excelente razão de que o nome próprio [...] é resultante, precisamente, da operação de determinação ‘levada ao extremo’” (2009a, p. 90), propõe que a não possibilidade de determinação aplicada ao nome próprio implica a existência de termos (que não são nomes próprios) sobre os quais expressões parafrásticas lhes sejam correspondentes por determinação.

Posto o impasse sobre a questão da determinação, Henry (1990) recorreu a Chomsky em busca de respostas e observou que nem Chomsky, nem a gramática tradicional de Port Royal apresentavam diferenças entre língua e discurso (especialmente os processos de significação, característicos do discurso).

Assim, enquanto, as gramáticas gerativas detinham-se ao estudo da estrutura sintática das relativas (desprezando diferenças na interpretação), Henry (1990) partiu para uma proposta de trabalho sobre os efeitos de sentido, do ponto de vista discursivo. E foi nesse estudo que o autor deparou-se com o caráter de ambiguidade presente em quase todas as formas de determinação.

Henry analisou então, a proposta de Drubig (1972), a qual defendia a ideia de que as orações relativas “são derivadas por uma transformação de conjunção de duas estruturas profundas” (HENRY, 1990, p. 56). Como podemos perceber, há um deslocamento de aspectos unicamente sintáticos para um enfoque em estruturas profundas, as quais abarcam a ordem sequencial das estruturas.

Em Dubois (1970), Henry destacou a importância do SP (sintagma preposicional) como elemento opcional na constituição do S (sintagma). Henry explicou que Dubois associava a restritiva ao SN (sintagma nominal), na fórmula  $S = SN + SV$ , e a explicativa ao SP (sintagma preposicional), na fórmula  $S = SN + SV + SP$ . A questão era que tal raciocínio cabia para alguns verbos, mas não para todos. Henry não negou a importância do acréscimo SP (onde se inclui a categoria de

adjetivo) ao modelo tradicional, até o momento em uso, mas destacou que as contribuições apresentadas davam conta de uma teoria de determinação, de nível puramente sintático.

Segundo Henry (1990), foi Milner que, ao sugerir a substituição de termos como solução para o impasse, apontou o caminho para uma perspectiva semântica. Nas palavras de Milner, “sustentar que o real da língua é representável é fatalmente o passo inicial de toda gramática: consiste em reconhecer o impossível próprio da língua naquilo que ele tem de repetível” (2012, p. 30). Essa repetição/substituição, como objeto do discurso é a paráfrase, compreendida como noção discursiva que remete à Formação Discursiva – FD. Nessa perspectiva, a produção de sentido está ligada às formações ideológicas, elemento matriz do materialismo histórico, conceitos que serão desenvolvidos ao longo desta escrita.

De acordo com Fuchs (1985), “a paráfrase é hoje constantemente invocada em linguística; mas o emprego comum do termo mascara, de fato, importantes divergências na própria concepção do fenômeno” (p. 129). Isso porque segundo a autora, tanto na perspectiva lógica, quanto na sinonímia lexical – adotada pelos gramáticos tradicionais, a paráfrase refere-se a proposições “equivalentes” para uma mesma frase, apresentando um caráter homogêneo. A autora ressalta ainda que, a paráfrase é no plano do discurso, “uma atividade efetiva de reformulação pela qual o locutor restaura (bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não) o conteúdo de um texto-fonte sob a forma de um texto-segundo” (1985, p.133), a partir disso, a autora sinaliza três questões que merecem nossa reflexão: 1º - a paráfrase como reformulação depende de uma interpretação prévia do texto-fonte; 2º - o processo de interpretação do texto-fonte pressupõe também um gesto de interpretação do texto a produzir, conduzindo a uma espécie de apagamento de sua alteridade e, nesse caso uma dupla possibilidade: reprodução simples ou “deformação” do sentido; e, 3º - a reformulação por estratégia metalinguística.

Como podemos perceber, fazia-se necessário, um estudo da determinação que pusesse em jogo ambos os níveis: sintático e semântico. Nas palavras de Henry:

Por fatores sintáticos entendemos os efeitos de sentido da sintaxe à medida que ela é uma das manifestações do que pode chamar de

autonomia relativa da língua. A noção de autonomia relativa da língua caracteriza a independência de um nível de funcionamento do discurso em relação às formações ideológicas que nele se articulam, nível de funcionamento relativamente autônomo de que a linguística faz teoria (1990, p 58).

A afirmação do autor refere-se à dupla determinação do dizer, isto é, em todo discurso há o funcionamento simultâneo das formações ideológicas e das formações discursivas, por essa razão, convém nesse ponto explicitar nosso entendimento sobre o conceito de formações ideológicas.

Pêcheux e Fuchs valem-se da concepção althusseriana de ideologia (objeto do materialismo histórico) quando definem as formações ideológicas. Segundo os autores, “Num dado momento histórico, as relações de classes (a luta de classes) se caracterizaram pelo afrontamento no interior mesmo destes aparelhos de posições políticas e ideológicas” ([1975] 1997, p. 166). Essas posições políticas e ideológicas constituem um “conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’, nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente” (PÊCHEUX e FUCHS [1975] 1997, p. 166), criando um efeito de evidência, com as quais o sujeito, ao identificar-se, é interpelado, reproduzindo discursivamente determinados saberes. É pois, o conjunto de saberes que recebe a denominação de formações ideológicas.

Vale retomarmos que as formações discursivas comportam as formações ideológicas à medida que:

...determinam o que pode e deve ser dito (articulando sob a forma de uma harena, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX e FUCHS [1975] 1997, p. 166-167)

Desse modo, sendo o discurso o lugar da materialidade ideológica e a língua “o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido” (HENRY, 1990, p. 59), os sentidos podem sempre ser outros, não há sentido pré-definido, porque os sentidos não são dados a priori, mas construídos no momento da enunciação e da leitura, levando em conta as condições de produção do dizer. É com base nisso que Henry defende que a “noção de paráfrase discursiva é uma noção ‘contextual’” (1990, p. 59).

Assim, se a paráfrase discursiva é uma noção contextual que depende das condições de produção e interpretação, formulações diferentes não podem ser consideradas paráfrases, a menos que essas formulações sejam produzidas nas mesmas condições de produção – caráter específico da ordem do discurso – dada a autonomia da língua.

Henry ressalta que, nos casos em que há retomada e/ou reformulação, “uma sequência relaciona-se com ela própria” (1990, p. 59), produzindo o que o autor chama de noção de saturação. De acordo com o autor, uma formulação será denominada saturada se estabelecer relação com outra formulação, esteja ela na mesma sequência discursiva, ou não. Dadas as duas possibilidades, Henry denomina as relações entre formulações na mesma sequência como relação intra-sequência e as relações entre duas formulações distintas, seja na mesma sequência, seja em sequências discursivas diferentes, como relação inter-sequência. O autor, então, define as orações relativas a partir das relações intra e inter-sequenciais, as quais podem aparecer simultaneamente em uma formulação, sem que sejam identificadas como tais. De acordo com Pêcheux e Fuchs,

A distinção entre as duas modalidades de comparação das RB<sup>55</sup> (inter-discurso, apenas, ou inter e intra-discurso) abre caminho, ao que parece, para importantes pesquisas para a caracterização da repetitividade, da estereotipia de um *corpus*, estudando em que medida ele se reproduz parcialmente a si próprio. Não se exclui que esta problemática tenha uma ligação com o discurso do outro no interior mesmo do discurso do locutor (1997, [1975], p. 213);

Como podemos observar no dizer dos autores, todo dizer tem sua origem antes e em outro lugar, nesse sentido é que os dizeres retornam ao enunciado. Esse retorno, por sua vez pode ocorrer por duas vias: a primeira via inconsciente, visto que outra parte do sujeito “pensa” num outro lugar, estruturado como linguagem; e, a segunda, via ideologia, uma vez que o sujeito é determinado ideologicamente pelas formulações discursivas com as quais se identifica. Daí a afirmação de que o enunciado não vem do sujeito, mas nele se constitui. Em *Ferramenta Imperfeita*, Henry afirma que:

Tudo que se passa no registro do imaginário é assujeitado ao inconsciente. No indivíduo, isso pensa fora dele. Ele é apenas

---

<sup>55</sup> Entenda-se por RB - Relações Binárias.

suporte de um sujeito do qual uma parte lhe é visível para sempre e que ele só pode conhecer através de uma experiência intersubjetiva, que é necessariamente uma experiência de discurso (2013, p. 163).

Henry (1990) acrescenta ainda que o retorno da formulação-outra via inconsciente e ideologia corresponde às zonas contraditórias de “esquecimento nº 1 e nº 2”, engendradas por Pêcheux e Fuchs (1997[75]). Para os autores, a zona de esquecimento nº 1 é constitutiva da subjetividade, uma vez que corresponde ao processo de interpelação ideológica do sujeito – regulando a relação do dito com o não-dito. Trata-se, pois, de um processo inconsciente que faz o sujeito identificar-se com uma ou outra FD, reproduzindo saberes. Já a zona de esquecimento nº 2 corresponde ao processo de enunciação, isto é, à ilusão que o sujeito tem de estar no controle dos sentidos que emanam de seu dizer.

As reflexões de Henry (1990) levaram-no a concluir que, do ponto de vista sintático, não há diferenças entre o funcionamento das relativas. As diferenças existem do ponto de vista semântico-discursivo. Convém, entretanto, destacar que na perspectiva de Collinot e Mazière, “o pré-construído só pode ser analisado pela sintaxe” (2014, p. 197). Isso se explica pelo fato de que o pré-construído é, segundo Pêcheux, tudo aquilo que “é pensado antes, fora e independentemente disso que está contido na afirmação global da frase” (1997[75], p. 99). Assim, um dizer já estruturado como frase irrompe no enunciado de maneira opaca, sem que o sujeito perceba. Nesse sentido, portanto, é que Pêcheux aponta a constituição do pré-construído como um “efeito discursivo ligado ao encaixe sintático” (2009a, p. 89).

No processo de construção de uma teoria materialista do discurso, o pré-construído, segundo Maldidier (2003), configura-se como elo decisivo. Elo porque é a noção de pré-construído que fornecerá “a ancoragem linguística da tomada do interdiscurso” (MALDIDIÉ, 2003, p. 34). Ainda segundo a autora, tanto para Henry quanto para Pêcheux, a relação entre sintaxe e semântica (essa última desprezada na teoria linguística estruturalista) situa-se no mesmo lugar em que língua e discurso se articulam. A partir disso, Maldidier explica que foi em uma noite, ao sair do seminário de Culioli que:

Michel Pêcheux propõe o termo pre-construído. A teoria do discurso acabava de receber um novo conceito: despojado de qualquer sentido lógico, o *pre-construído* constitui a reformulação de

pressuposição no novo terreno do *discurso*. Ele permite pensar e apreender o interdiscurso, o conceito-chave, ainda não formulado, o mais difícil, mas sem dúvida o mais fundamental de toda a construção teórica de Michel Pêcheux (2003, p. 36).

Ainda segundo Malidier (2003), no artigo 37 da Revista *Langages*, Fuchs e Pêcheux ao mesmo tempo em que problematizam o discurso por meio da articulação entre sujeito e sentido, base da teoria, mesmo sem utilizar o termo, descrevem o pré-construído como traço que, no próprio discurso, fornece por meio de discursos anteriores “a ‘matéria prima’ da formação discursiva, à qual se cola” (MALDIDIER, 2003, p. 40), constituindo assim um efeito de evidência para o sujeito. Dito de outro modo, Pêcheux parte da problematização da questão lógico-linguística das relativas, “leitura ‘materialista’ de Frege e da reflexão crítica sobre os trabalhos de Ducrot”, nos termos de Malidier (2003), para relacioná-lo às contradições ideológicas desenvolvidas na/pela língua para dizer que o pré-construído é um processo discursivo, isto é, um tipo de funcionamento do interdiscurso.

Nessa acepção, Pêcheux trabalha o pré-construído como “o elemento de um domínio” que “irrompe num elemento outro” (2009a, p. 89). Para melhor ilustrar a afirmação de Pêcheux retomamos a construção apresentada em *Semântica e Discurso*:

“...aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu” (Pêcheux, 2009a, p. 88).

Note-se que em “que salvou o mundo morrendo na cruz” temos uma oração relativa restritiva que pertence a um domínio de pensamento, o cristão. Enquanto que em “aquele [...] nunca existiu” temos a oração principal que pertence a outro domínio de pensamento, o ateu. Essa é a discrepância apontada por Pêcheux, pois algo que é independente e pensado antes em outro lugar (FD cristã) surge como “conteúdo de pensamento” e é posto lado a lado com um saber que constitui a FD atea. O autor destaca que a discrepância se dá por meio de um desnível enunciativo, isto é, “retorno do estranho no familiar” (2009a, p. 142), trata-se do princípio da contradição, elemento constitutivo de todo e qualquer discurso. Daí a importância do conceito de pré-construído para os estudos do discurso, pois segundo Pêcheux, o efeito de pré-construído constitui-se como contradição à medida que funciona “*como modalidade discursiva da discrepância pela qual o*

*indivíduo é interpelado em sujeito [...] ao mesmo tempo em que é ‘sempre-já sujeito’* (2009a, p. 142 [grifos do autor]).

Sobre o processo de interpelação do indivíduo em sujeito convém ressaltar que se trata de um funcionamento subjetivo, isto é, o sujeito é constituído por sua identificação com a formação discursiva que o domina, sem que disso tenha consciência. Segundo Pêcheux, o interdiscurso é constituído por formações discursivas que “*determinam a dominação da formação discursiva dominante*” (2009a, p. 151 [grifos do autor]), é, pois, nesse sentido que o pré-construído corresponde ao sempre-já-aí da interpelação ideológica, impondo seu “sentido” sob a forma de um elemento que todo mundo já sabe, que é “universalmente” conhecido.

É importante destacar que, embora o ponto de partida para o estudo e a construção do conceito de pré-construído estivesse nas reflexões acerca da pressuposição, segundo a lógica de Frege e no funcionamento das orações relativas restritivas e seu caráter designativo na acepção de Henry, o pré-construído é tomado como aquilo “que todo mundo já sabe/conhece”, e que, ao irromper na linearidade discursiva – intradiscurso – não o faz, somente, sob a forma de orações restritivas, mas também, sob outras formas. Nosso argumento baseia-se em reflexões de Pêcheux, levantadas no texto *Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em Francês* – publicado originalmente em 1981. Nele, o autor problematiza a ambiguidade presente na interpretação das construções relativas (explicativa/restritiva) e o(s) efeito(s) discursivo(s) que emerge(m) do ponto de encontro entre o linguístico e o ideológico. Isso posto, vale reforçar que, segundo Pêcheux (apud MALDIDIER, 2003, p. 85) a afirmação de que: “A presença-ausente de um ‘não-dito’ atravessa o ‘dito’ sem fronteira assinalável” é o que melhor define a noção de pré-construído.

### 2.2.3. O discurso transversal

Ao iniciar nossa reflexão sobre o discurso transversal, optamos em começar com a afirmação de Michel Pêcheux de que “nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior” (2010, p. 56), isso significa dizer que a memória não se limita a saberes fixos e absolutos, mas configura-se no lugar em que os saberes sofrem reformulações, dissensões e apagamentos. Dito de outro modo, pensar sobre o

discurso transverso é pensar o funcionamento da memória, como aquele que se realiza por meio de elementos pré-construídos os quais oferecem suporte à enunciação, conectando entre si objetos do interdiscurso no intradiscurso.

É importante lembrar que Pêcheux (2009a), ao discutir sobre os processos de interpelação ideológica, explica que os indivíduos são interpelados por um processo de identificação com formações discursivas que são representações das formações ideológicas, na linguagem. É por meio desse processo de identificação ou, em outros termos, é por essa tomada de posição que o indivíduo “assume-se” sujeito (representação da “forma-sujeito” para o outro). Ou seja, é por esse processo de assujeitamento que o pré-construído “impõe seu sentido”, ora por encaixe (como vimos na seção anterior) ora por articulação – discurso transverso. Em outros termos, aquilo que pode e deve ser dito numa dada formação discursiva é percebido por intermédio da linearidade discursiva uma vez que ela põe em conexão o dito (linearizado) com o não-dito, evocando via memória saberes que constituem “o ‘sempre *já-lá*’ da interpelação ideológica” (PÊCHEUX, 1997, p. 164), decorrendo daí a afirmação de que o discurso transverso como funcionamento do interdiscurso é aquele que atesta sua presença-ausente à medida que a reconstrói.

Ao pensarmos sobre o funcionamento do discurso transverso, é imprescindível pensarmos a memória e também o esquecimento, pois a memória está para o esquecimento assim como o esquecimento está para a memória. Em seu artigo *O material do esquecimento*, Milner afirma que, “se existe esquecimento, então há outra coisa além do fantasma da memória: [...] um real, como acontecimento singular e contingente” (2017, p. 84). Para o autor, o esquecimento é “um signo endereçado ao sujeito: signo do real como acontecimento singular e contingente” (2017, p. 85). Em outros termos, Freud afirma que o real é um acontecimento passível de esquecimento. (cf. MILNER, 2017)

Mas como pensar o real produzindo sentido, se o real é da ordem do impossível? Primeiramente, lembremo-nos da afirmação de Lacan o “inconsciente é estruturado como linguagem”. Isso abre espaço para que Milner também possa pensar que “a linguagem toca o real”, posto que o inconsciente é formado pela relação inextricável entre real, simbólico e imaginário, conforme os pressupostos da teoria lacaniana. Contudo, vale ressaltar que o real como instância inatingível, não

pode ser simbolizado, como bem afirma o psicanalista, isso porque conforme ele mesmo defende, o sujeito não suportaria as consequências desse encontro. Dando continuidade às reflexões de Milner, encontramos a seguinte assertiva: “se a linguagem toca o real, então, em algum ponto ela toca a matéria e o acontecimento” (2017, p. 89), matéria, aqui, compreendida como tudo aquilo de que se esquece. Em outro trecho do mesmo artigo, o linguista, ao afirmar que, “todos os materialismos modernos são doutrinas de esquecimento e todas as doutrinas de esquecimento são materialismos” (2017, p. 86), está assumindo uma posição frente a relação matéria – acontecimento.

De acordo com Pêcheux, a organização de filiações históricas em memórias e de “relações sociais em redes de significantes” (2008, p. 54) é o que possibilita a ligação, identificação e transferência entre o *outro* da história e o *outro* da linguagem. Para o autor, falar sobre a relação desses *dois outros*, não é tratar “de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento” (2008, p. 54). Nos termos do autor,

...todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço (2008, p. 56).

Em outras palavras, quando de modo contingente, o fato linguístico do equívoco opera na ordem do simbólico (estrutura) e, nessa operação, há “pega”, conforme terminologia apresentada por Althusser (1982), surge o acontecimento. Daí a afirmação de Pêcheux de que o acontecimento define-se pelo “encontro de uma atualidade e uma memória” (2008, 17).

Voltemos, então, para nossa reflexão sobre o real na qualidade de elemento que não pertence nem ao simbólico, nem ao imaginário, como ordem da significação. Daly, ao referir-se a esse não-pertencimento ou negação, afirma que

O Real persiste como uma dimensão eterna de falta, e toda construção simbólico-imaginária existe como certa resposta histórica a essa falta básica. O Real sempre funciona de modo a impor limites de negação a qualquer ordem significativa (discursiva), mas, – pela própria imposição desses limites – serve, simultaneamente, para constituir tal ordem (2006, p. 15).

Assim, se a falta, enquanto elemento constitutivo do real, opera no nível da negação, ao seu preenchimento são impostos limites, impedindo que esse real, enquanto lugar do trauma seja acessado, ou seja, ao sujeito só é dado a saber aquilo que pode ser simbolizado e que constitui as ordens do simbólico e do imaginário. Daly acrescenta ainda que, o “Real intangível funciona como ‘ponto de fuga’, isto é, como algo que não pode ser representado, mas, mesmo assim, é constitutivo da representação” (2006, p. 16); dito de outro modo, o real é aquilo que mesmo estando presente, não se mostra simbolicamente, produzindo sentido no *non-sens*. Pêcheux, ao refletir sobre o real, afirma ainda que, “um real é constitutivamente estranho à univocidade lógica”, pois se trata de “um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo seus efeitos” (2008, p. 43). E o autor ainda explica,

... “o sentido” é produzido no *non-sens* pelo deslizamento sem origem do significante, [...] esse deslizamento não desaparece sem deixar traços no sujeito-ego da “forma-sujeito” ideológica, identificada com a evidência de um sentido (2009a, p. 277).

Diante disso, podemos pensar no processo de interpelação ideológica como um processo sujeito à falha, como o próprio autor destaca, quando afirma que “não há ritual sem falhas” (2009a, p. 277). Ora, se não há ritual sem falhas, é preciso que estejamos atentas aos sinais, pistas deixadas na materialidade significativa, as quais revelam a presença de discursos-outros, como é o caso dos pré-construídos.

Convém destacar que, tendo como ponto de partida os conceitos de interdiscurso (como o todo complexo das formações discursivas) e intradiscurso (como fio do discurso), Pêcheux define discurso-transverso como um modo de assujeitamento do sujeito àquilo que fora dito sob a forma de articulação no nível interdiscursivo. Seguindo essa linha de raciocínio e lembrando que nosso objeto de pesquisa é formado pela conjunção do texto verbal com o não-verbal, torna-se relevante memorar que “se a FD determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 1995), por óbvio que ela também determina o que pode e deve ser visto” (ERNST-PEREIRA & QUEVEDO, 2013, p. 330). À vista disso, vale também ressaltar que falar em articulação é falar de dizeres/saberes do interdiscurso que retornam ao intradiscurso apontando, simultaneamente, a formação discursiva - FD e a posição-sujeito assumida por quem enuncia, incidindo na materialidade significativa (verbal

e/ou não-verbal). No que tange a relação interdiscurso – discurso transverso, Pêcheux afirma que:

O interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita (2009a, p. 154).

De acordo com os pressupostos da teoria psicanalítica, é como se o sujeito se identificasse consigo mesmo e com os demais sujeitos apagando os limites entre o que é dito e “aquilo a propósito do que isso é dito” (PÊCHEUX, 2009a, p. 155). Diante disso, podemos dizer que a coexistência de saberes diferentes em FIs e FDs revela posições que contrastam (ou não) com outras, sob a forma de evidência. Tal fenômeno ocorre devido ao caráter heterogêneo do discurso. Para Indursky, a heterogeneidade discursiva é o que possibilita a repetição de um discurso, o qual é da ordem do já-dito e que se encontra disperso na complexidade do todo. Nos termos da autora, significa dizer que,

...sob nossas palavras, ressoam palavras-outras, palavras de outros sujeitos, pois o discurso é da ordem do repetível e essa repetição não remete apenas àquilo que foi dito anteriormente pelo sujeito do discurso, no presente ou no passado. O repetível é da ordem de um já-dito, mais amplo e disperso, que remete para o dizer de outros sujeitos, em outros discursos, em outros espaços e em tempos diversos, que tanto podem estar inscritos na mesma Formação Discursiva do sujeito que enuncia quanto em outra Formação Discursiva, [...] o já-dito remete para o interdiscurso, para a memória do dizer (2001, p. 27-28).

Através do acima exposto, podemos observar que há uma estreita relação entre memória, repetibilidade (via pré-construídos e discursos transversos) e heterogeneidade discursiva. De acordo com os pressupostos da teoria materialista, o funcionamento da memória no discurso se faz sob a forma de repetibilidade, mas é afetada pelo esquecimento. O sujeito repete ditos já-ditos como se fosse aquele o momento de sua origem [*esquecimento nº 1* - Pêcheux (2009a)]. Ademais, vale registrar que a memória, tal qual é compreendida pela teoria, não é cognitiva, mas social. Isso implica dizer que, por meio da memória, os sentidos são retomados, repetidos e regularizados.

Sobre a memória e seu funcionamento através da repetibilidade, Pêcheux justifica que o processo não é fechado porque a memória não é uma esfera plena,

cujo conteúdo é homogêneo, ela é sim, “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (2010, p.56). Daí a possibilidade de movimento dos sentidos problematizada por Indursky. A autora destaca que a repetição “pode levar a um deslizamento, a uma ressignificação, a uma quebra do regime de regularização”, e isso decorre do fato de que “o sujeito do discurso pode contrair-se com algum sentido regularizado ou até mesmo desidentificar-se de algum saber e identificar-se com outro” (2011, p. 71).

Ainda sobre o movimento dos sentidos, Courtine destaca que há dois tipos de repetição: a repetição horizontal e a repetição vertical. Na primeira, os elementos são repetidos em sua extensão, trata-se de recortes de um discurso retomado em outro, fenômeno denominado pelo autor como efeito de uma *memória saturada*. Sobre a repetição vertical, o autor afirma que essa é da ordem do discurso político, uma vez que se faz presente e ausente, ao mesmo tempo, na série de formulações: “ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem de uma *memória lacunar* ou com falhas” (COURTINE, 1999, p.21, *grifo nosso*). Em outros termos, a presença-ausência da repetição vertical decorre de uma repetição da ordem de um “não-sabido, um não reconhecido”, nos termos do autor. A partir disso, Courtine destaca dois modos de determinação ligados ao ato de enunciação no interdiscurso:

...o interdiscurso como preenchimento, produtor de um efeito de consistência no interior do formulável e o interdiscurso como oco, vazio, deslocamento, cuja intervenção ocasiona um efeito de inconsistência (ruptura, descontinuidade, divisão) na cadeia do reformulável (1999, p. 22).

É imprescindível registrar que, seja como preenchimento, seja como vazio, as memórias *saturada* e *lacunar* se fazem presentes no discurso político (discurso sobre o qual se realiza esta pesquisa). Robin (2016), em sua obra *Memória Saturada*, apresenta inúmeros casos em que memória e esquecimento operam juntos. Para a autora, a memória saturada é construída pela “inversão dos signos, suspensão de um passado próximo, mas não pensado, não criticado, não decantado” (2016, p. 29), em outras palavras significa dizer que, alguns (não todos os) saberes são preservados, mantidos na memória coletiva pela repetição e sua consequente reiteração. Tais saberes, ao se constituírem a partir de um recorte

daquilo que pode/deve vir a saber, passam a configurar um imaginário. Dessa forma, o imaginário sustenta a memória e a memória produz um efeito de verdade, de evidência. O preenchimento da memória por saberes oriundos desse imaginário é o que constitui a memória saturada.

Sobre os saberes esquecidos, podemos dizer que, de alguma forma, eles resistem, pois não foram apagados, apenas ocupam um lugar de memória: a memória lacunar. Quanto aos saberes recalçados, aqueles que não podem/devem vir a materializar-se no dizer (por uma questão de assujeitamento do sujeito que enuncia à forma-sujeito da formação discursiva com a qual ele se identifica), podemos atestar que também encontram morada na memória lacunar. À vista disso, entendemos que é da memória lacunar (ora como saberes esquecidos, ora como saberes recalçados) que certos conhecimentos emergem no discurso, ou como lapso, ou como equívoco produzindo um efeito inesperado. Com base nisso, é que podemos pensar o lapso e/ou o equívoco como um efeito de resistência que funciona por meio do discurso transversal (e do pré-construído). Convém destacar que estamos pensando a resistência como sentido que irrompe revelando que de alguma forma está ali, permanece, pois conforme apontam Ernst-Pereira e Quevedo, ao descrever o funcionamento do discurso transversal no texto híbrido (charge de Latuff), embora o “dizer esteja aparentemente fora do que é dito (embora seja um não-dito que significa pelo efeito de sua presença-ausência), é no que é dito que esse dizer é atualizado como *echapéé*, que funciona à revelia do sujeito que o avaliza” (2013, p. 338).

### 3. A IRONIA ATRAVÉS DO PRÉ-CONSTRUÍDO E DO DISCURSO TRANSVERSO

...a língua não pode tolerar o incerto, ou dizer duas coisas ao mesmo tempo.

Gadet & Pêcheux

Neste capítulo, motivadas pelas palavras do mestre de que “a língua não pode tolerar o incerto, ou dizer duas coisas ao mesmo tempo” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p.146), somos convidadas a pensar a ironia em uma perspectiva diferente daquela adotada por estudiosos da pragmática e da semântica, para os quais a ironia coloca em jogo dois enunciados contraditórios entre si. Apresentamos, então, um estudo que se configura em uma proposta de conceito de ironia, sob o ponto de vista discursivo. Convém lembrar que nossa perspectiva de trabalho com os sentidos entende que os dois funcionamentos do interdiscurso – pré-construído e discurso transversal – emergem no discurso, também sob a forma de ironia, e é esse o funcionamento que a presente pesquisa se propõe a mostrar através da análise de algumas tirinhas de Mafalda.

No entanto, é preciso lembrar que a ironia se constitui em objeto de estudo desde a antiguidade clássica e é tema recorrente em diferentes linhas teóricas. Isso posto, e dada a importância dos estudos prévios, é de suma relevância que apresentemos uma breve retrospectiva histórica desses estudos antes de desenvolvermos nossa proposta, sobretudo porque o diálogo com tais estudos contribui para a nossa reflexão.

#### 3.1. A ironia – caminho a percorrer

A definição de ironia vem desafiando a Filosofia, a Retórica e a Linguística há muito tempo. Isso implica afirmar que não há um consenso em relação à questão, pois foram/são várias as perspectivas de compreensão desse fenômeno, bem como distintos são os *corpora* sobre os quais incidem as observações pelos estudiosos. Diante disso, propomos um estudo do caminho percorrido por eles acerca da ironia e, para isso, operamos uma divisão em três partes: na primeira, apresentamos as reflexões que levaram às duas correntes mais conhecidas na Antiguidade: a ironia

socrática e a ironia clássica; na segunda parte, intentamos algumas reflexões a partir de críticas à ironia romântica, desenvolvidas ao longo do século XIX e XX e, na terceira e última parte da seção, seguindo os pressupostos da teoria do discurso de base materialista, discorreremos sobre alguns pontos de (dis/con)cordância em relação à teoria da ironia, desenvolvida por por alguns autores, buscando uma caracterização do fenômeno na perspectiva da AD.

### 3.1.1. A ironia em dois conceitos

Chantraine (1977), no Dicionário Etimológico Grego, descreve ironia como termo originário da forma primitiva grega *εἶρων* (eíron), que mais tarde derivou para a forma substantiva *εἰρωνεία* (eironeía). Ainda segundo Chantraine (1977), o termo faz referência aquele “que finge saber ou ser menos capaz que aquele que sabe ou é, que se faz de tolo” (p. 326). É, portanto, calcada nessa definição que o termo grego passa ao latim e às demais línguas românicas, incluindo a Língua Portuguesa.

Alba (2014), retomando Ballart [1994], aponta que a ironia teve sua origem semântica e conceitual construída a partir das representações do teatro grego, principalmente na comédia, onde as personagens cujas características eram opostas (um detentor de conhecimento *versus* um tolo) entravam em uma disputa de poder através da língua e de práticas (o primeiro ridicularizava o segundo) e, foi aí que entrou o caráter cômico da ironia. O fato de um fingir ser menos do que é, em contraste com aquele que acredita ser mais, já era um fenômeno observado por Sócrates<sup>56</sup>. Nos termos de Alba,

La preminencia de Sócrates sobre su interlocutor radicaba en la sencilla posesión de una verdad superior a la que aquél poseía: era consciente de que no sabía nada y no afirmaba saberlo [...], el otro siempre aseveraba saber algo que en realidad desconocía. (2014, p. 19).

Ao comentar a premissa de Sócrates, conforme descrita por Alba (2014), Kierkegaard (1991), explica que, nos casos em que a ironia aparece de forma indireta (por meio de uma relação de oposição dando preferência às pessoas mais limitadas), seu efeito é zombar dos sábios.

---

<sup>56</sup> De acordo com Kierkegaard, “o conceito de ironia fez sua entrada no mundo com Sócrates” (1991, p. 23).

Alba (2014) destaca ainda que o estudo da ironia verbal, materializada na escrita e na oralidade, recebe um tratamento privilegiado em relação à ironia situacional (manifesta por meio de ações contraditórias) e que a primeira definição de ironia de que se tem conhecimento é a definição de ironia socrática (ou dramática). Machado (1994) explica que a ironia socrática veio a ser conhecida por meio de Platão, que expõe o método socrático a partir do exercício da arte. Segundo a autora, nessa perspectiva, “a ironia se revela então pela inversão semântica, pelas interrogações falsamente admirativas e também como visão do mundo própria de Sócrates (1995, p. 304)”. Ainda de acordo com a autora, a ironia para Aristóteles pode ser uma marca de um estilo elegante, ou então, fazer parte da estratégia de dissimulação, já que, uma vez materializada na língua, produz um sentido dúbio. Convém ressaltar ainda que Aristóteles, juntamente com os gramáticos da Antiguidade, foi responsável pela definição da ironia-tropo<sup>57</sup> – trabalho com os sentidos opostos. Essa que, mais tarde, é retomada para pensar uma figura de linguagem - a antífrase.

Machado (1994) também explica que é Cícero quem estabelece a distinção entre ironia e antífrase. A primeira é definida como ato de zombar, em que o sentido do que se diz é diferente daquele que é pensado, enquanto a segunda implica dizer o contrário do que se pensa. Machado (1994) afirma também que Cícero trabalha a ironia como efeito de dissimulação, uma vez que a caracteriza a partir do jogo entre o “ser verdadeiro” e o “estratégico”.

O grande passo no que concerne a construção de um conceito de ironia, no entanto, foi dado mais tarde, segundo Alba (2014), por Quintiliano, quando esse

... deja entrever una ironía presente en un discurso sin la necesidad de sujetarse a la mera oposición semántica, con lo cual se abre la puerta a que la ironía viaje de una serie de palabras que “digan lo contrario” (Trifón de Alejandría) a lo que “se pretende decir” (Anaxímenes de Láampsaco), o que se trate de una “expresión que alude veladamente a lo contrario” (Trifón) (2014, p. 23).

Ou seja, Quintiliano compreende a ironia como alegoria e explica que isso se dá porque, na ironia, é preciso estar atento ao “tom da enunciação, a pessoa que a está empregando, a natureza do tema, enfim, a defasagem ou desacordo que há

---

<sup>57</sup> Segundo Alba, ironia-tropo é a ironia baseada na oposição semântica (2014, p.22).

entre um desses elementos e as palavras pronunciadas” (MACHADO, 1994, p. 305). Vale ressaltar que, ao atentarmos para essa explicação, podemos perceber que Quintiliano é o primeiro a pensar a ironia como fenômeno enunciativo, ou seja, a ironia começa a ser vista como processo que coloca em jogo o que está além daquilo que é posto no nível do sintático. Além disso, Quintiliano também observa os movimentos distintos da ironia enquanto alegoria, tais como sarcasmo, asteísmo, antífrase e burla.

Machado (1994) salienta que é Quintiliano quem classifica a ironia como figura de pensamento e para indicar isso, “ele preocupa-se mais em mostrar como a ironia-figura é diferente da ironia-tropo: para ele, o tropo é mais descoberto do que a figura e não tem um sentido ‘fingido’” (p. 305), ou seja, enquanto a ironia-tropo é “mais evidente”, mesmo quando dizemos algo diferente do que pensamos, na ironia-figura, o que fica evidente é que há uma intenção sendo acobertada.

Como podemos observar a partir do que dizem os autores até aqui, Quintiliano pensa a ironia tanto em um modo mais amplo através da sua aplicação na sentença, quanto em sua função estratégica, segundo a qual se limita a inversão de palavras. Tanto em um caso, quanto em outro, não há interesse em discutir atitudes filosóficas no funcionamento da ironia.

As reflexões sobre os caminhos da ironia na Antiguidade mostram que os filósofos da época convergiam no que se refere ao caráter contraditório como elemento-base do fenômeno, seja a ironia percebida no seu aspecto mais restrito, seja em seu aspecto mais amplo. É de suma relevância destacar que, embora as contribuições de Quintiliano sejam bastante inovadoras para a época, essa percepção é abandonada pela gramática clássica e pela retórica, por um longo período até ser novamente retomada.

### 3.1.2. A ironia a partir do séc. XIX

É, no início do século XIX, segundo Alba (2014), que o caráter retórico e linguístico da ironia cede lugar ao caráter filosófico e cognitivo, com Friedrich Schlegel (1772-1829). Em outros termos, Schlegel resgata valores, entre os quais

está a questão da subjetividade, já percebidos na ironia-socrática<sup>58</sup>, só que dessa vez, com o propósito de aplicá-la em análises literárias. E é o caráter subjetivo, tal qual é compreendido por Schlegel, que se torna alvo das críticas racionalistas de Hegel. Schlegel, sob influência da filosofia de Fichte, desenvolve o conceito de ironia romântica, como princípio do Romantismo em Estética.

Benjamin (2018) explica que o caráter dialético de Fichte, devido a sua combinação com o conceito de reflexão, não atinge a mesma expressão completa e característica em Hegel. Nos termos do autor, para Fichte

...o Eu vê como sua essência uma ação infinita que está no pôr. Isso se passa da seguinte maneira: o Eu põe-se (A), contrapõe-se na imaginação um Não-Eu (B). A “razão intervém [...] e a determina a acolher B no A determinado (no sujeito): mas então o A, posto como determinado, tem de ser mais uma vez delimitado por um B infinito, com o qual a imaginação procede exatamente como acima; e assim prossegue, até a determinação completa da razão (aqui teórica) por si mesma, quando não é mais preciso na imaginação nenhum B delimitante fora da razão, isto é, até a representação do representante (2018, p. 33).

Em outros termos, temos, na dialética de Fichte, o que o autor chama de relação cíclica em que o Não-Eu reconduz ao Eu e conduz ao infinito. Em sua dupla função, isso significa que o Não-Eu é obtido no Eu, por um processo inconsciente. Nesse sentido, Benjamin ainda explica que “a faculdade da atividade que volta para si mesma, a capacidade de ser o Eu do Eu é o pensar. Este pensar não tem outro objeto que não nós mesmos” (2018, p. 45). A partir disso, Schlegel assim como os demais românticos compreendem que a limitação da reflexão é efetuada pela vontade consciente e recuam com horror diante da possibilidade de uma limitação via inconsciente. Para Schlegel, toda reflexão funciona como célula da ideia de arte, ou seja, funciona como célula da Estética.

Benjamin (2018) também explica que Schlegel não se opôs ao sistema, mas buscou compreendê-lo como filosofia cíclica. Em outros termos, Benjamin mostra que “o pensamento de Schlegel é absolutamente conceitual, isto é, língua. A reflexão é o ato intencional de compreensão absoluta do sistema, e a forma adequada da expressão deste ato é o conceito” (2018, p. 55).

---

<sup>58</sup> De acordo com Kierkegaard, “a ironia é a primeira e a mais abstrata determinação da subjetividade. Isso aponta para aquela virada histórica em que a subjetividade pela primeira vez apareceu, e assim nós chegamos a Sócrates” (1991, p. 229)

Outro elemento importante na concepção romântica e que merece nossa atenção é a relação entre sujeito e objeto do conhecimento. Segundo Benjamin (2018), essa relação não desempenha nenhum papel em relação ao autoconhecimento, ou seja, o autoconhecimento se dá no sujeito, sem o objeto, e isso se explica porque segundo o autor,

...todo conhecimento é um nexos imanente no absoluto, ou, se se quiser, no sujeito. O termo “objeto” não designa uma relação no conhecimento, mas uma carência de ligação, e perde seu sentido sempre quando uma relação de conhecimento vem à luz (2018, p. 68).

A partir disso, a ironia romântica é compreendida como a coincidência dos dois lados: do objetivo e do subjetivo do conhecimento, uma vez que, nessa perspectiva, o conhecimento é um processo que faz do objeto aquilo que é conhecido. Nesse sentido, “a crítica, que para a concepção atual é o que há de mais subjetivo, era para os românticos o regulador de toda subjetividade, casualidade e arbitrariedade no surgimento da obra” (BENJAMIN, 2018, p. 87), pois o conceito de ironia em Schlegel em seu significado central não estava na ligação entre determinados fatos e um sentido teórico, mas no alinhamento intencional que não visava um fato, mas

...estava posto como exteriorização de uma oposição sempre viva contra as ideias dominantes, e, amiúde, como máscara de seu desamparo com relação a elas. Assim, o conceito de ironia pode ser facilmente sobrevalorizado não em seu significado para o indivíduo Schlegel, mas para sua imagem de mundo (BENJAMIN, 2018, p. 89).

Isso implica dizer que para a teoria da arte, a ironia tem duplo significado: um deles é a expressão de puro subjetivismo e o outro consiste em uma “formulação exaltada” que a poesia faz de seu poeta ou de sua criação, a partir de uma declaração positiva. Em ambos os casos, vale destacar que o sentido está no gesto interpretativo, pois a ironia subjetiva, tal qual é compreendida, configura-se como o trabalho consciente e lúdico do artista sob a matéria.

Benjamin (2018) ressalta que o que move Schlegel em direção à valorização da comédia está no jogo criativo que ela estabelece consigo mesma, um estado estético que a ilusão não pode destruir. Nesse sentido, a ironia da forma que consiste na tentativa paradoxal de construir conformações por meio da demolição é aquela que é objetiva e positiva, enquanto a ironia da matéria, aquela que “repousa

numa reflexão subjetiva, jocosa, do autor” (2018, p. 92) é, além de subjetiva, também negativa. Decorre daí que a ironia da matéria aniquila a ironia da forma. Segundo Benjamin, o sentido de aniquilar

...indica a refutação indireta do nulo via silêncio, via sua exaltação irônica ou através do enaltecimento do bom. A mediatez da ironia é, no sentido de Schlegel, o único modo sob o qual a crítica se permite confrontar diretamente o nulo (2018, p. 89).

O autor explica ainda que,

...através da destruição da forma determinada de exposição da obra, na ironia, a unidade relativa da obra singular é remetida de modo mais profundo à unidade da arte como obra universal, ela se torna sem se perder, totalmente correlata a esta (2018, p. 92).

Daí a importância em compreendermos o duplo conceito de “forma”. A forma-de-exposição, aquela que determinada na obra “torna-se vítima da destruição irônica” (2018, p. 93) e a ideia das formas ou ideia absoluta, a qual “atesta a sobrevida da obra que extrai desta esfera sua existência indestrutível” (2018, p. 93).

Dupuy (1999) afirma que a crítica hegeliana ao conceito de ironia romântica de Schlegel refere-se justamente ao contraste entre a determinação de uma subjetividade e o que seria uma ironia estrutural (da forma). Nos termos da autora, “la crítica hegeliana a la ironía así entendida es, por lo tanto una crítica a ese tipo de consciencia cosificada que se considera a sí misma como absoluta” (p.24). A autora explica que a compreensão de subjetividade como absoluta está vinculada ao ponto de vista da moralidade: o sujeito crê ter alcançado a liberdade, mas, na verdade, é “escravo da arbitrariedade” (essa é a contradição no sentido hegeliano), pois, sob o ponto de vista da moralidade, subjetividade e liberdade ocupam lugares diferentes. A crítica ao modo como Schlegel aproxima os dois conceitos de ironia (o seu e o de ironia socrática) é firmada principalmente quando,

Hegel cierra su discusión de la ironía socrática con una distinción que subraya y aclara lo dicho anteriormente. La ironía específica y concreta de Sócrates es más un "modo de conversación, un intercambio agradable", carente de burla o de hipocresía, y no esa relación negativa con todo, característica de la ironía romántica. Por otra parte, la ironía trágica de Sócrates consiste en el contraste entre sus reflexiones subjetivas y la eticidad imperante (DUPUY, 1999, p. 29).

A autora completa ainda que uma crítica à modernidade como “supremacia de uma subjetividade desenfreada” já vinha sendo objeto da crítica hegeliana. Assim, o estudo de Schlegel chega como organização teórica daquilo que Hegel rechaça. De acordo com Jankélévitch, enquanto

Sócrates plantea un problema práctico y cívico que al menos 1802, Schegel se jacta de menospreciar; de una ironía a la otra hay tanta distancia como del “moralismo” al diletantismo estético y al nihilismo libertario. Schegel se concede la libertad, pero una libertad sin responsabilidad, una libertad sin otro motivo que el placer de ejercerla (2015, p. 19).

Como vimos, o caráter subjetivo como Schegel pensa a ironia na Literatura é polêmico e objeto de crítica de diferentes pensadores. Já em Solger, temos uma ironia “exaltada” e “ambiciosa”, nos termos de Jankélévitch. O autor atribui a Solger uma ironia que “no sirve para conocer, ni para descubrir lo esencial debajo de la retórica, sirve para planear sobre el mundo y para despreciar las distinciones concretas” (JANKÉLÉVITCH, 2015, p. 20), em outros termos, em Solger, encontramos uma ironia de caráter dedutivo, pois busca a verdade das coisas, em seu sentido mais pessimista.

Dando continuidade às reflexões sobre a ironia, chegamos ao final do século XX com a teoria das Máximas Conversacionais, em que Grice (1989) parte do conceito de ironia como o trabalho com os opostos (sentido próximo ao de ironia-tropo), o que, na concepção de Wilson & Sperber (2004), é descrito como algo irracional. É, pois, a partir dessa refutação que os linguistas propõem o “uso interpretativo” e o “uso ecoico” como procedimentos para uma Teoria da Relevância, teoria que olha para a ironia como um funcionamento possível, uma vez que, pela categoria das Máximas Conversacionais, ela sempre viola a máxima da qualidade ou sinceridade, como alguns a referem.

Segundo Wilson & Sperber (2004), o uso interpretativo, conhecido como estilo indireto, ocorre quando “un enunciado puede ser usado de modo interpretativo para (meta)representar outro enunciado o pensamento que se asemeje en contenido” (p. 263), já o uso ecoico seria o caso em que um enunciado

... alcanza la mayor parte de su relevancia no mediante la expresión de las propias opiniones del hablante, ni informando de los

enunciados o pensamientos de otro, sino expresando la actitud del hablante hacia las opiniones que atribuye tácitamente a otro (p. 263).

A proposta de usos de Wilson & Sperber (2004) atende a uma demanda de uma teoria psicológica cognitiva, a qual trata a interpretação dos enunciados como processo cognitivo. Nessa perspectiva,

...la ironía supone una habilidad metarrepresentacional de un orden superior al de la metáfora. Según la teoría de la relevancia [...] la interpretación de enunciados ecoicos en general supone la habilidad para reconocer que el hablante está pensando, no directamente en un estado de cosas, sino en otro pensamiento o enunciado que atribuye a alguien más (2004, p. 265).

Como podemos observar, a proposta de Wilson & Sperber (2004) recupera o papel dos interlocutores, ou seja, a produção dos sentidos na teoria da relevância envolve ambos, falante e ouvinte, mesmo numa perspectiva estritamente comunicativa, enquanto que, na concepção refutada, o sentido da ironia como trabalho com os sentidos opostos coloca a ironia no lugar daquela que sempre viola a máxima da qualidade, segundo Grice (1989).

### 3.1.3. A Ironia em *Hutcheon* – pontos & contrapontos

Hutcheon (2000), ao desenvolver seus estudos, busca compreender “o como” e “o porquê” do uso da ironia como prática/estratégia discursiva, sendo que a concepção de “discursivo” para a autora está ligada à pragmática. Em seu estudo, a autora preconizou o que chamou de ironias verbais e estruturais em sua complexidade semântica, compreendendo o funcionamento da ironia como produção que se realiza em “comunidades discursivas”. Daí a terminologia utilizada pela autora: ironia como “cena social e política” (p. 19). A autora explica que as comunidades discursivas são formadas pela sobreposição das condições de produção e das condições de interpretação, ou seja, ela propõe o agrupamento do contexto circunstancial (campo enunciativo: emissor – mensagem- receptor), ao textual (ambiente textual imediato da obra) e ao intertextual (modalidades de percepção), incluindo alguns sinais, tais como “aspas, abrandamento e menção ecoante em marcadores de ironia” (2000, p. 220).

Isso posto, o primeiro ponto que gostaríamos de discutir é o objetivo do estudo. Hutcheon (2000) investiga o uso da ironia como prática/estratégia discursiva,

numa acepção diferente da nossa, pois buscamos compreender como se dá o funcionamento da ironia a partir da materialidade significativa, ou seja, buscamos compreender como a ironia produz sentido no texto verbal, na imagem, em seu conjunto, através de sua relação com os elementos interdiscursivos. Assim, tendo em vista que nosso olhar sobre o objeto é distinto, passemos às nossas reflexões.

Quando pensamos no conceito de “comunidades discursivas”<sup>59</sup>, conforme proposto por Hutcheon (2000), não podemos deixar de pensar em dois conceitos muito caros à Análise de Discurso de filiação francesa: o conceito de “formações discursivas”, inicialmente proposto por Michel Foucault (2013), e o conceito de “condições de produção”, desenvolvido por Courtine (2009), que dele diferem. Quanto ao conceito de formações discursivas, já discutido no segundo capítulo deste trabalho, temos o conjunto de saberes agrupados os quais determinam o que pode/deve ser dito. Entendemos que ambas fornecem juntas os elementos necessários ao processo de interpretação da materialidade, visto que são constructos teórico-analíticos que permitem compreender os efeitos de sentidos produzidos entre os interlocutores, conforme propõe Pêcheux (2009a).

No que concerne à ideologia, valemo-nos da oportunidade para refletir sobre o que Hutcheon (2000) chama de política transideológica. A autora retoma Walker (1990) para afirmar que “a natureza transideológica da ironia significa que ela é frequentemente usada como uma arma de culturas dominantes para manter as subservientes em seu lugar” (Hutcheon, 2000, p. 56). Em outro momento, a autora acrescenta que “a política transideológica da ironia [...] pode funcionar de várias maneiras<sup>60</sup>” (2000, p. 260).

Em que pesem as diferenças entre o ponto de vista teórico de Hutcheon e o da Análise de Discurso, concordamos que a possibilidade de a ideologia funcionar de variadas maneiras. E ela funciona através do processo de interpelação ideológica que rege e organiza as formações discursivas, determinando o que é e o que não é

---

<sup>59</sup> As comunidades discursivas, diferentemente das formações discursivas, têm um outro estatuto teórico, pois pertencem a filiações teóricas distintas da Análise de Discurso, concebendo os conceitos de língua e sujeito, entre outros, numa outra perspectiva. Constituem-se em redes sócio-retóricas que se organizam em torno de um conjunto de objetivos comuns, considerando a busca de comunicação.

<sup>60</sup> Segundo Hutcheon (2000), “a ironia, quando vista como uma estratégia de oposição, pode funcionar para problematizar a autoridade, inclusive aquelas suposições modernas sobre estruturas de museus e formas de autoridade histórica” (p. 260), contudo, em se tratando de uma política transideológica as possibilidades de trabalho da ironia estão para além do trabalho de oposição.

possível de ser dito nesta ou naquela FD. Dito de outro modo, sujeitos vinculados a formações discursivas diferentes produzirão e interpretarão discursos de acordo com suas filiações, pois o sentido não está preso à materialidade, ele é determinado nas Formações Discursivas por meio das formações ideológicas, conforme aponta Pêcheux (2009a). Desse modo, um mesmo dizer pode funcionar como instrumento de opressão se produzido numa FDX e funcionar como resistência se produzido/lido numa FDY não só no discurso irônico, mas também em todo e qualquer dizer.

Outros dois pontos que mereceram a reflexão de Hutcheon (2000) são: a intenção e a atribuição. Podemos dizer que são essas duas considerações que constituem o ponto chave da discussão que aqui propomos. Segundo a autora, “toda ironia acontece intencionalmente, quer a atribuição seja feita pelo codificador, quer pelo decodificador” (p. 171). Para darmos início a discussão sobre a intenção, propomos pensar o lugar do sujeito produtor do discurso a partir do que nos diz Pêcheux (1997[69]) sobre a constituição do sujeito e as formações imaginárias. Segundo o autor,

... o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações) (p. 82).

Dito de outro modo, o sujeito ideologicamente constituído (sempre *já*-sujeito), por meio do processo das formações imaginárias, constrói uma imagem de si e de seu interlocutor, sem que se dê conta disso, pois vive a ilusão de estar no controle, e de ser origem do seu dizer. É, pois, em torno dessas imagens (de si e do outro) que o sujeito produz “seu” discurso e acredita que teve intenção ao dizer x ou y, dessa ou daquela maneira. Lembrando que, a representação “consciente”, tal qual Pêcheux (2009a) compreende, é produto de um pré-consciente que não é autônomo, mas determinando pelo trabalho do inconsciente, por isso o fenômeno é chamado de *ilusão*. O fato é que, todo o dizer é da ordem de um *já*-dito que se atualiza no momento da enunciação por meio de uma memória discursiva, produzindo no sujeito-enunciador do discurso, um efeito de intenção.

O mesmo acontece quando pensamos em atribuição, outro conceito de Hutcheon (2000) em que a autora também descreve alguns marcadores aos quais refere como funções, são eles: função metairônica (funciona como gatilho para a interpretação de significados possíveis); função estruturadora (base semântica relacional, inclusiva e diferencial); gesticulatórios (em caso de movimento e imagem), fônicos; e, gráficos (sinais de pontuação). Esses marcadores, na perspectiva discursiva que trabalhamos, são os elementos que funcionam como pistas para o analista trabalhar seu gesto de leitura. Além dessas funções, a autora também sugere cinco categorias relacionadas à estrutura da ironia: mudança de registro (um termo/título inesperado para uma obra, por exemplo); hipérbole e litotes; contradição; tornar literal o figurativo e a repetição. Podemos observar que, assim como os marcadores, essas categorias podem também funcionar como pistas no processo que busca compreender o funcionamento discursivo da ironia em sua materialidade significativa.

Como vimos, ao longo do desenvolvimento de sua teoria, Hutcheon (2000) rebate a posição adotada por muitos pesquisadores que tratam a ironia como o trabalho com sentidos ambíguos ou opostos. Ela defende

... que a ironia se forma por meio de uma relação entre pessoas e também entre significados – ditos e não ditos – [...] isso envolveria uma percepção oscilante e, contudo, simultânea de significados plurais e diferentes” (2000, p.102).

Ela ainda descreve três características semânticas para o significado irônico: a. **relacional** – aquela que opera o dito com o não-dito e os interlocutores; b. **inclusiva** – aquela em que o dito e o não-dito formam um terceiro significado, e para exemplificar, a autora apresenta uma imagem que pode ser interpretada como coelho ou pato e, c. **diferencial** – em que “a solução semântica, mantém em suspenso o dito mais alguma coisa diferente dela e em acréscimo a ela que permanece não dito” (p. 97-98).

Embora estejamos de acordo com a compreensão da autora no que concerne à disputa entre o dito e o não-dito na produção da ironia, parece-nos contraditório o fato por ela destacado de que a ironia “acontece”, isso porque com base em Pêcheux (2009a), pensar o sentido como efeito de um “acontecimento” é o mesmo que o ponderar como efeito de um processo ideológico, cujo controle é da ordem da

ilusão. Seguindo essa linha de raciocínio, nossa compreensão é a de que o sentido da ironia está condicionado à relação que se estabelece entre sujeitos interlocutores, podendo ou não ser bem-sucedida.

Apresentamos, a seguir, um quadro, contendo os conceitos de ironia construídos ao longo do tempo e seus respectivos autores, a fim de que possamos visualizar uma síntese das diferentes perspectivas de estudo antes da apresentação da nossa proposta, qual seja, a da ironia na perspectiva discursiva de filiação pècheuxtiana.

**Tabela 7:** Quadro dos conceitos de ironia

<b>Filósofo</b>	<b>Conceito de ironia</b>
<b>Sócrates</b>	Ironia Socrática ou Dramática = inversão semântica.
<b>Aristóteles</b>	Ironia como dissimulação e ironia-tropo como trabalho com os sentidos opostos.
<b>Cícero</b>	Ironia como ato de zombar, ou seja, como efeito de dissimulação.
<b>Quintiliano</b>	Ironia como alegoria. Ironia como fenômeno enunciativo. Ironia como figura de pensamento.
<b>Schlegel</b>	Ironia Romântica (Literatura), isto é ironia como princípio do Romantismo em Estética (coincidência de dois lados: objetivo e subjetivo do conhecimento).
<b>Schlegel, segundo Benjamin</b>	Ironia como destruição da forma, com conseqüente conformidade à unidade da arte.
<b>Solger</b>	Ironia de caráter dedutivo em busca da verdade das coisas.
<b>Grice</b>	Ironia como o trabalho de opostos.
<b>Wilson &amp; Sperber</b>	Ironia como habilidade metarepresentacional de uma ordem superior à metáfora.
<b>Hutcheon</b>	Ironia como prática/estratégia discursiva, ou seja, como cena social e política.

Fonte: quadro adaptado a partir do texto da seção 3.1

### 3.2. Ironia em AD – da contradição ao efeito de dissonância

Como vimos, o caminho percorrido por diferentes pesquisadores acerca da ironia, ao longo do tempo, apresenta uma série de convergências e divergências, principalmente porque cada estudioso que se dedicou a pesquisar a ironia o fez segundo pressupostos teóricos distintos (na retórica, na literatura, por exemplo). O fato é que, até o momento, os estudos sobre ironia, na teoria materialista do discurso, são parcos<sup>61</sup>. Frente a esse desafio oferecemos uma proposta de trabalho com a ironia como efeito de dissonância entre formações discursivas diferentes, antagônicas, (como ocorre nos sentidos produzidos na negação polêmica, segundo o estudo desenvolvido por Indursky [1990] a partir de Ducrot [1987]). Em outros termos, estamos pensando a ironia como efeito produzido, sobretudo pelo embate entre o dito e o não-dito, entre o explícito e o implícito, materializados sob as formas de pré-construído e/ou de discurso transversal. Diante disso, partimos de algumas reflexões sobre a ironia enquanto lugar de contradição, em seguida, refletiremos sobre a ironia como disputa de sentidos até chegarmos à compreensão de ironia como efeito de dissonância.

#### 3.2.1. A ironia como lugar da contradição

Jankélévitch (2015), ao descrever ironia, faz uma retomada dos escritos de Alexander Blok [1908]. O autor destaca que, para Blok, “ironizar é ausentar-se”, no sentido em que a ironia como movimento “se despega de la vida, aleja la inminencia del peligro, deja de adherirse a las cosas y las desplaza hasta el horizonte de su campo intelectual” (p. 22), e assim, suspensa, a ironia figura como uma pergunta à espera de uma resposta e não encontrando onde “agarrarse [...] juega con la propia conciencia” (2015, p. 27). Nesse ponto, o autor faz uma pausa para questionar o lugar do consciente, conforme proposto por Blok (1908). Segundo Jankélévitch, “la conciencia no es consciente del todo si se engaña a sí misma, si su ridícula

---

<sup>61</sup> Levando em consideração a ironia na perspectiva da AD de filiação francesa, temos o trabalho de Orlandi (2012), em que a autora problematizou a ironia a partir da destruição dos sentidos; temos Baldini (2012), que trabalhou a relação discurso irônico – cinismo; Garcia (2000) que trabalhou em sua Dissertação de Mestrado, o funcionamento da comparação no discurso irônico de Luís Fernando Veríssimo; e Machado (2000) que, em sua Dissertação de Mestrado sobre o funcionamento discursivo das charges políticas, mobilizou os conceitos de ironia e humor.

gravedad la expone a la ironía foránea, pues la gravedad la vuelve vulnerable, lo cual es un síntoma de inconsciencia<sup>62</sup>” (2015, p. 26).

De acordo com Pêcheux (2009a), o vínculo entre as representações consciente e inconsciente procede da identificação simbólica, em que o simbólico (aquilo que é verbalizado) domina as identificações imaginárias se revestindo de um sentido evidente. Nos termos do autor,

...o pré-consciente caracteriza a retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), chegando à formação de uma nova representação, que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja inconsciente. É esse vínculo entre as duas representações verbais em causa que é restabelecido na discursividade, na medida em que ambas podem ser unidas à mesma formação discursiva (podendo, então, uma remeter à outra por reformulação parafrástica ou por metonímia) (2009a, p. 163).

A partir do que foi exposto, podemos afirmar que Jankélévitch e Pêcheux convergem no que concerne à relação entre consciente (simbólico) e inconsciente, mas Pêcheux vai além, sobretudo, quando explica que esse vínculo ocorre na formação discursiva e é a partir disso que o autor afirma que “todo discurso é ocultação do inconsciente” (2009a, p. 164).

Ao pensarmos no caráter simbólico da ironia, não podemos negar também seu caráter lacônico. Segundo Jankélévitch, “el silencio, la reticencia y la alusión pone notra cara en la ironía” (2015, p. 90), ou seja, a incompletude no discurso irônico é mais evidente do que em outros discursos. Esse caráter impossível da ironia pode ser relacionado ao fato de que “la conciencia irónica se articula de acuerdo con las distinciones y las pluralidades de lo real” (2015, p. 94), ou seja, a ironia enquanto “consciência” se forma no inconsciente de onde deixa escapar elementos do real, pois o real da língua, segundo Gadet & Pêcheux “não é costurado nas suas margens como uma língua lógica” (2004, p. 55), mas é cortado por falhas através do lapso, do *Witz* e de séries associativas. E é pensando a ironia

---

<sup>62</sup>Na acepção lacaniana, o sintoma seria a atualização da historicidade no processo de interlocução, por meio da linguagem. Desse modo, a metáfora funciona como meio pelo qual o sujeito lacaniano organiza aquilo que não consegue verbalizar, ou seja, a metáfora nesse sentido é a materialidade do sintoma.

como uma ‘série associativa’ que atribuímos a ela um caráter incógnito. Para Jankélévitch,

..., la ironía obliga a que las falsas verdades se desarrollen y se profundicen, que exhiban todo su equipaje, que revelen ciertas taras que de lo contrario nadie advertiría. Hace estallar sus sinsentidos, induce a la auto refutación de la absurdidad, es decir que le exige al mismo absurdo que suministre la prueba de su imposibilidad, le hace hacer al absurdo todo lo que el absurdo puede hacer por sí mismo (2015, p. 98).

O autor leva-nos a pensar na ironia como disputa de sentidos que são da ordem do absurdo – o mais fiel exemplo da contradição. Contradição que também é objeto da crítica de Hegel a Schegel, conforme vimos.

Nesse ponto da discussão, é importante retomarmos as reflexões propostas por Gadet & Pêcheux (2004), quando ambos tratam sobre os jogos de absurdo que circulam entre o *Witz* judeu e o *joke* anglo-saxão. Os autores destacam que, se por um lado esses dois modos têm em comum uma maneira bem particular de contato com a exterioridade, com a diferença e com a adversidade, por outro lado, a semelhança para aí, pois o espaço ideológico em cada um desses jogos, tem uma forma diferente de constituir-se, ou seja, as relações entre as línguas, por serem diferentes, produzem relações políticas diferentes, e isso é materializado no modo de dizer de cada um dos jogos de absurdo (*Witz* e *joke* anglo-saxão).

Voltando à questão da ironia, podemos dizer que, nela também, o modo de dizer reflete um espaço ideológico em que os sujeitos ocupam lugares distintos, refletindo relações de poder através da língua (ou de seu silêncio). Um exemplo disso podemos ver na ironia socrática, em que, em uma dada época, foi compreendida como “‘oración silenciosa’ que evade las trampas de la *loquela*. El quietismo irónico elude los falsos problemas no refutando sino volviendo a plantear las preguntas mal planteadas” (JANKÉLÉVITCH, 2015, p. 88). Na prática, podemos pensar no funcionamento das reticências (como espaços de dizer) e do próprio silêncio (como lugar de significação, conforme aponta Orlandi [2007]) como recursos no processo de constituição da ironia.

Ainda para Jankélévitch, “la ironía es separación: muestra que la duplicidad es realmente doble y el equívoco realmente equívoco” (2015, p. 120). Essa

afirmação nos faz pensar no efeito da ironia como irrupção do equívoco que afeta o real da história, pois “o equívoco aparece exatamente como ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se a contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 64). Decorre daí a concepção de língua na perspectiva discursiva como o trabalho do político/histórico, que a todo tempo se revela contraditória.

### 3.2.2. A ironia como disputa de sentidos

A ironia como sítio da contradição também se desdobra na disputa de/pelos sentidos. Para que possamos pensar sobre essa disputa, partiremos de Ducrot (1987), embora a perspectiva teórica do autor seja a língua em uso, as reflexões por ele desenvolvidas sobre a ironia, são para nós, bastante pertinentes. Entre as ideias defendidas pelo autor, gostaríamos de destacar aquela em que ele trata sobre a relação entre ironia e negação polêmica. Segundo Ducrot (1987), a ironia, assim como os casos de negação polêmica, trabalha com polaridades, em que certos pontos de vista são, por assim dizer, rejeitados. Nos termos do autor, “o locutor declara inadmissível no próprio momento em que coloca em cena o enunciador que o sustenta” (1987, p. 206). Ducrot não considera o sujeito no processo de enunciação. Para ele, as figuras do enunciador e do locutor são "personagens" do discurso e não estão vinculadas a pressupostos ideológicos. Nesse ponto, vale destacar que, na concepção que assumimos, o sujeito é histórico, ideologicamente constituído – sempre já-sujeito.

Contudo, é o trabalho de Ducrot (1987) que, ao estabelecer uma relação entre ironia e negação polêmica, nos motiva a retomar o que foi desenvolvido por Indursky (1990), sobre o funcionamento da negação polêmica no campo do discurso. Como vimos, a autora fundamenta que a negação polêmica é produzida no discurso, quando há o confronto entre posições de sujeito identificadas com formações discursivas antagônicas, ou seja, o embate é estabelecido por um processo de identificação ideológica do sujeito sem que ele perceba esse assujeitamento. A partir disso, propomos pensar no processo de produção da ironia como efeito de dissonância entre formações discursivas, como veremos mais adiante.

Assim, enquanto Indursky (1990) descreve o funcionamento da negação polêmica como o trabalho que confronta formações discursivas antagônicas, nós defendemos que, na ironia, há o trabalho com sentidos filiados a formações discursivas que divergem entre si, e que podem ou não ser antagônicas. Daí a importância de considerarmos a heterogeneidade constitutiva do discurso como elemento fundamental no processo de construção da ironia.

Ducrot (1987) também sustenta que a ironia é produzida quando “o locutor ‘faz ouvir’ um discurso absurdo, mas que o faz ouvir como discurso de um outro, como um discurso distanciado<sup>63</sup>” (p. 198), ou seja, o autor admite a diferença entre aquele que produz o dizer, o locutor (L) e o enunciador (E<sup>1</sup>, E<sup>2</sup>...). Nesse sentido, para o autor, o falar irônico é a verbalização da posição de um enunciador X por meio de um locutor que vai funcionar como mero porta-voz do dizer. Nesse processo, e num primeiro momento, o autor destaca que a posição do enunciador não é assumida pelo locutor, já que esse a considera “absurda”.

Assim, o autor defende que o processo de interpretação da ironia pelo alocutário requer que esse assimile pelo menos duas pessoas diferentes na enunciação. No entanto, o autor se contradiz e a assume essa contradição, quando aponta o funcionamento da “auto ironia”. Segundo ele mesmo, nesse caso, a assimilação envolveria alguém diferente do alocutário. Seria o caso em que o locutor, ao produzir um dizer em que zomba de si mesmo, assimila para si a posição do enunciador. Como solução para o impasse, Ducrot sugere que se aceite a distinção entre o “locutor enquanto tal” (L) e o “locutor enquanto ser do mundo” ( $\lambda$ ), que seriam reciprocamente o responsável pela enunciação e a origem do enunciado. Nos termos do autor,

A posição claramente insustentável que o enunciado supostamente manifesta aparece por assim dizer “no ar”, sem sustentação. Apresentado como o responsável por uma enunciação em que os pontos de vista não são atribuídos a ninguém, o locutor parece então exterior à situação de discurso: definido pela distância que estabelece entre si e sua fala, ele se coloca fora de contexto e adquire uma aparência de desinteresse e desenvoltura (1987, p. 200).

---

<sup>63</sup> Ao trabalhar com a ironia como discurso distanciado, Ducrot está recuperando o pensamento defendido por Alexander Blok [1908] e retomado por Jankélévitch (2015).

As palavras do autor apontam uma necessidade de identificação dos dizeres, uma preocupação com a origem e não tanto com seus efeitos. Na perspectiva teórica adotada nesta pesquisa, nossa preocupação está voltada para os efeitos de sentidos produzidos por sujeitos identificados com uma ou outra(s) formação(ões) discursiva(s) – FDs, desde que não antagônicas entre si, para um mesmo sujeito. Entendemos que a origem do enunciado pouco ou nada contribui no processo discursivo, visto que, sujeito como origem/fonte do dizer constitui uma ilusão conforme aponta Pêcheux (2009a) ao descrever o esquecimento nº 1. Resta ainda salientar no que se refere à “origem” do dizer que, a cada produção enunciativa, dizeres já ditos são ressignificados pelo processo de historicidade, o que reforça ainda mais a irrelevância de se pensar um sentido dado, fechado.

O que, entretanto, se configura como um desafio a ser pensado em cada processo analítico ainda é o efeito que a interpelação ideológica como geradora de práticas produz no sujeito e no sentido, uma vez que o processo de assujeitamento ao dar-se pelo discurso do Outro, remete ao sujeito da psicanálise, que é um sujeito dividido, clivado e sujeito a falhas.

Pêcheux (2009a), retomando alguns conceitos desenvolvidos ao longo da teoria do discurso, entre eles o do processo de produção dos sentidos, faz uma autocrítica em que aponta a necessidade de se compreender o que falha tanto nos processos psicanalíticos quanto nos processos ideológicos. Contudo, essas reflexões continuaram defendendo que o lugar de produção dos sentidos é o *non-sens* do inconsciente. Para o autor,

...o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, *nunca é inteiramente* recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto, porque o tempo da produção e o do produto não são sucessivos como para o mito platônico, mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma “pulsção” pela qual o *non-sens* inconsciente não para de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar (2009a, p. 276).

Isso implica dizer que o processo de interpelação ideológica por não ser um processo pleno está sujeito a falhas. O autor destaca ainda que o ponto em que se dá a falha pode manifestar-se sob as formas de lapso, *Witz*, ato falho e séries

associativas, conforme já colocado. De acordo com Pêcheux & Gadet, o equívoco afeta o espaço do repetível (próprio da língua):

...o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos (2004, p. 55).

E é aqui, como já dissemos, que acreditamos ser também o lugar da ironia, uma série associativa que põe em jogo o dito e o não dito, o explícito e o implícito, mas também ditos contraditórios entre si. Desse modo, entendemos que a ironia também pode ser uma forma de resistência – manifestação da “causa daquilo que falha” (J. Lacan) –, o ponto de fuga no *non-sens* em que a interpelação falha dando lugar a produção de um sentido outro, ou seja, o sujeito se contraidentifica com a FD que o domina, mas a ela permanece assujeitado. A sustentação para essa contraidentificação do sujeito encontramos em Pêcheux (2009a), quando o autor diz que “esse *deslizamento não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da ‘forma-sujeito’ ideológica, identificada com a evidência de um sentido” (p.277).

Nesse ponto, é válido retomarmos a reflexão sobre a relação inconsciente-ideologia, proposta por Hartmann (2003), a partir do caminho aberto por Pêcheux (2009), quando assume que o assujeitamento nem sempre é total. Hartmann sugere, com base em Heidegger e Arendt, que essa relação (inconsciente-ideologia) pode ser pensada entre o sujeito e o objeto causa do desejo sob o ponto de vista fantasmático, pois “o sujeito se liga à ideologia pelo desejo, e aí está toda a dificuldade de mudarmos algumas relações sociais” (p. 03). Žižek (1996b) explica ainda, que a realidade social e as atividades por ela guiadas fazem parte de uma ilusão ou em outros termos, fazem parte de uma inversão fetichista. Essa ilusão inconsciente é que estrutura nossa relação com a realidade, relação essa, designada por Žižek como “fantasia ideológica”.

Assim, nessa relação ilusória, sob o ponto de vista da teoria lacaniana, o objeto  $\alpha$  – causa do desejo –, ocupa o lugar de falta, lugar esse constitutivo do sujeito em sua relação com a linguagem. Hartmann destaca ainda que, “a relação do sujeito com mundo, a partir dessa perda, vai se dar sempre via discurso” (2003, p.03), ou seja, via linguagem.

A ironia é uma forma de dizer que pode deixar escapar o desejo, aquilo que não pode/deve ser dito em uma dada formação discursiva. Nesse ponto, podemos encontrar algumas características que são compartilhadas/comuns ao chiste<sup>64</sup> e à ironia<sup>65</sup>, entre elas, a brevidade. De acordo com Lipps,

Um chiste diz o que tem a dizer, nem sempre em poucas palavras, mas sempre em palavras poucas *demais*, isto é, em palavras que são insuficientes do ponto de vista da estrita lógica ou dos modos usuais de pensamento e de expressão. Pode-se mesmo dizer tudo o que se tem a dizer nada dizendo (LIPPS 1898, p. 90 apud FREUD, 1996, p. 21, grifo do autor).

A aproximação que propomos entre o funcionamento da ironia e dos chistes está baseada na contradição que sustenta o efeito de pré-construído como modalidade discursiva da discrepância, conforme Pêcheux (2009) aponta. Dito de outro modo, o autor sugere que a ‘contradição apreendida e exibida’ se materializa sob a forma de ironia. Podemos dizer então que, na ironia, o desejo recalcado emerge como algo que escapa, que resiste, mas que não deixa de sofrer a pressão de um discurso dominante, de um discurso do outro. Assim, partindo do princípio de que a ironia surge do embate, da divergência, da disputa entre saberes de formações discursivas diferentes, as quais colocam em jogo o que pode e o que não pode ser dito (podendo também constituir um lugar de resistência, conforme já discutimos), é que pensamos a relação entre a ironia e o político.

### 3.2.3. A ironia como efeito de dissonância

Partindo da premissa de que sujeito, linguagem e mundo são inseparáveis, conforme aponta Orlandi (2012c), e que, na prática discursiva, a ironia não está nem no locutor, nem no ouvinte, nem no texto, mas na relação que esses três estabelecem entre si, possibilitando que até o que não parece irônico possa sê-lo é

---

<sup>64</sup> Para Freud (1996), o chiste pode ser definido como “contraste de ideias”, “sentido no *nonsense*” ou ainda “desconcerto e esclarecimento” (p.19). Segundo Lipps (1898, p. 87 apud Freud,1996, p.19), o contraste entre ideias está relacionado ao sentido e a falta de sentido das palavras. Freud acrescenta ainda que o chiste é involuntário e está muito mais para um raciocínio falho. Outra questão importante sobre o chiste é destacada por Christian Dunker no vídeo “O chiste e o inconsciente”, segundo o psicanalista, o chiste surge da emergência de um desejo recalcado, assim, o prazer se dá pelo processo de identificação com o outro, pois o gozo é sempre do outro, daí a necessidade de um laço social para que o efeito do chiste seja possível. Fonte: <https://youtu.be/dgPJIEee3P8>

<sup>65</sup> De acordo com Jankélévitch, a ironia é a agudeza, a fina ponta que nos faz esperar o irreversível (2015, p. 162), ou seja, a ironia é aquela que esconde uma ‘verdade’ sob a transparente aparência de seriedade; por meio do jogo com os sentidos deixa escapar (simbolizar) a ‘verdade’ que estava presa no real.

que discorreremos sobre a ironia como um tipo de discurso que, dado seu caráter polifônico, permite um jogo discursivo específico em que emergem pré-construídos e de discursos transversos.

Orlandi (2012c), ao descrever os tipos de discurso, afirma que o discurso irônico é um processo de cristalização resultante de uma “atividade estruturante determinada” que servirá como quadro de relevância para o discurso. Seguindo essa linha de raciocínio, entendemos tipologia como funcionamentos discursivos diferentes. A autora destaca ainda que uma particularidade da ironia é beneficiar-se da dúvida; tal particularidade, para nós, é de extrema relevância, pois é através da dúvida que o sujeito enunciador tem a ilusão de estar eximindo-se da responsabilidade do/pelo dizer, ou seja, frente a dúvida gerada pela ironia, o sujeito acredita que não está se comprometendo com o dito.

Outra característica que merece destaque em nosso estudo sobre a ironia na perspectiva discursiva é, segundo Orlandi (2012c), a capacidade de aproximação de elementos “insólitos” (os quais pertencem ao universo cultural, ideológico e que desafiam o senso-comum) e “incongruentes” (aquilo que estabelece a ruptura, a *destruição do sentido* – expressão utilizada por Benjamin (2018) e recuperado pela autora. Segundo Orlandi (2012c), a aproximação de elementos incongruentes (polissêmicos) postos em conjunto por meio da paráfrase é o que produz a dissonância na ironia – assim, “essa *dissonância* pode ser observada em relação à cultura e a ideologia” (2012c, p. 31). Isso posto, podemos dizer que a ironia desafia simultaneamente dois níveis: o intra e o interdiscursivo, constituindo, enquanto processo linguístico, não só a destruição do sentido, mas sua reconstrução.

Orlandi (2012c), ao tratar a ironia, trabalha a relação “destruição – construção” dos sentidos. Nós, diferentemente, entendemos que construção compreende um processo que tem como ponto de partida somente a matéria-prima, enquanto a *reconstrução* (termo adotado nesta pesquisa) supõe um processo em que “pedaços” ou “partes” daquilo que foi destruído é mesclado com o novo (matéria-prima) e, juntos: o “velho” e o “novo” se fundem para formar um objeto – o objeto reconstruído. Assim acontece com o processo de reconstrução do sentido via ironia: um determinado sentido é destruído e da junção de seus fragmentos (sentidos dados) com elementos-outros (condições de produção, por exemplo), um

sentido novo toma forma e se materializa no dizer produzindo um efeito, o efeito que aqui denominamos discurso irônico.

Para Orlandi (2012c), a ruptura com sentidos estabilizados é produzida pela ironia. Dito de outro modo, a autora afirma que “a ironia como ruptura no nível dos princípios” questiona a natureza da linguagem, o senso comum, o funcionamento da ideologia e a própria constituição da significação, “destruindo os sentidos” e, conseqüentemente, possibilitando a abertura para a irrupção do implícito e do equívoco.

Pêcheux (2010), ao destacar que é no espaço da memória que o jogo de força de uma “desregulação” provoca a perturbação da rede de implícitos, nos possibilita pensar que a ironia como lugar da contradição e da disputa dos sentidos também é responsável pelo efeito de opacidade no/do discurso, pois conforme nos diz o autor,

Esse efeito de opacidade (correspondente ao ponto de divisão do mesmo e da metáfora), que marca o momento em que os “implícitos” não são mais reconstruíveis, é provavelmente o que compele cada vez mais a análise de discurso a se distanciar das evidências da proposição, da frase e da estabilidade parafrástica, e a interrogar os efeitos materiais de montagens de seqüências, sem buscar a princípio e antes de tudo sua significação ou suas condições implícitas de interpretação (2010, p. 53-54).

Entendemos que a ironia é possivelmente o que há de mais opaco enquanto discurso, pois joga com sentidos de duas ordens de forma simultânea, gerando o que aqui nomeamos como efeito de dissonância. A ironia ou discurso irônico, tal qual estamos entendendo, se constitui como produto da disputa entre sentidos cristalizados e sentidos-outros (aqueles que rompem com a ordem da determinação) e que, dada sua natureza contraditória produz, na opacidade discursiva, um efeito de dissonância entre formações discursivas distintas. A partir disso, defendemos que tanto o pré-construído quanto o discurso transversal emergem, de forma particular, via ironia, e enquanto categorias teórico-analíticas, tais quais apresentadas por Pêcheux (2009a), permitem o acesso ao interdiscurso e a possibilidade de estabelecer as relações necessárias tanto para a destruição quanto para a (re)construção dos sentidos.

#### 4. A LEITURA DA IRONIA EM MAFALDA

A ironia afirma o diferente (a polissemia) jogando sobre o mesmo (a paráfrase) e vice-versa.

Eni Orlandi

Ao passarmos para o trabalho com o *corpus* de análise, vale registrar, em primeiro lugar, que é o próprio *corpus* que aponta os elementos para a construção da metodologia de análise que utilizamos. Também é necessário lembrar que a constituição de um *corpus* em AD se dá a partir de um recorte, e esse recorte segue critérios preestabelecidos pelo analista. Estamos falando de critérios que estão longe de serem neutros, pois enquanto sujeitos analistas somos ideologicamente interpelados. Diante disso, convém explicar quais foram os critérios utilizados na seleção do recorte e o porquê. Nosso *corpus* de análise é composto por cinco tirinhas as quais trabalham a relação de Mafalda com governos golpistas/*militares* e, uma tirinha (que apresenta a relação entre Mafalda e um policial<sup>66</sup>) a partir da qual, uma cena, dela recortada, deu origem a um pôster. Esse pôster circulou em diferentes espaços e, dadas as condições de produção diferentes, foi objeto de efeitos de sentido, também distintos.

A escolha do tema não se deu de forma aleatória, ela foi motivada pela pergunta de pesquisa, a qual busca compreender o funcionamento do discurso irônico de Mafalda em dizeres, cujos temas versam sobre democracia e direitos humanos e que, ao emergirem sob a forma de pré-construído ou de discurso transversal, produzem resistência ao movimento de censura característico dos golpes de estado (1966, 1970 e 1971).

Assim, neste capítulo, apresentaremos as sequências discursivas, a partir das quais observaremos as formulações verbais e visuais, buscamos atestar os efeitos de sentido irônico produzidos no discurso, assim como a filiação do “sujeito”, enquanto efeito-sujeito, a uma ou outra formação discursiva (FD) e sua identificação

---

<sup>66</sup> Essa tirinha não soma às outras seis porque conforme desenvolveremos na descrição/interpretação da materialidade, policial e militares – na Argentina – não são considerados sinônimos. Embora ambos, militares e polícia, façam parte do que Althusser (1983) definiu como Aparelho Repressor de Estado, há particularidades entre as duas categorias que não nos permite agrupar em um mesmo conjunto. Tais particularidades são objeto da análise que desenvolveremos na sequência.

com uma determinada posição-sujeito, elementos fundamentais para a compreensão dos efeitos de memória, em termos de pré-construídos e de discursos transversos. As sequências discursivas estão organizadas em subseções e recebem uma designação que corresponde ao tema abordado na tirinha.

#### 4.1. O efeito da tensão entre voz<sup>67</sup> e poder

A primeira tirinha que analisamos foi publicada no diário *El Mundo* em 6 de abril de 1966<sup>68</sup>, mais precisamente três meses antes do golpe que destituiu o presidente legitimamente eleito – Illia – para colocar no lugar o General Onganía. Como vimos em capítulo anterior, o golpe de Onganía foi resultado de um longo trabalho da mídia impressa, como bem descreve Mazzei (1997). A partir disso, julgamos relevante realizar uma pesquisa sobre as notícias/matérias que circulavam no jornal, na mesma época em que a tirinha, objeto desta análise, foi publicada. Nessa busca, uma página inteira do jornal nos chamou atenção. Nela há três textos que versam sobre o mesmo tema: um representa a voz das Forças Armadas, o segundo representa a voz de uma outra província/estado que se manifesta contra os rumores de um golpe de estado e o terceiro reflete a indignação de uma indústria que se vê caluniada pelo governo, já que esse aponta estar sendo objeto de conspiração. Passemos aos textos.

O texto principal tem como título “Sale el ejército al Paso de los Rumores con un enérgico Documento” (*El Mundo*, 2/4/66, p. 5<sup>69</sup>) e visa esclarecer a sociedade que as três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica) são a favor da Constituição Federal e contra as intervenções militares. Ainda de acordo com o texto, o esclarecimento se fez necessário porque havia rumores de que um novo golpe estava por vir e, de fato estava. É interessante observar que o texto traz como subtítulo a expressão “*El comunicado*”, um modo de dizer que, em nosso gesto de

---

<sup>67</sup> Salientamos que estamos utilizando o termo “voz”, segundo acepção de Vinhas (2014), que, retomando Piovezani (2009), diz-nos ser a voz “fragmento de uma subjetividade e da instituição: assujeitamento e resistência convivem na voz como materialidade (da ideologia e do desejo)” (p. 81).

<sup>68</sup> A imagem da tirinha de Mafalda, publicada no caderno *Mundo Femenino* do jornal *El Mundo*, encontra-se no anexo 16.

<sup>69</sup> A capa do jornal, bem como os textos da publicação de *El Mundo*, sobre os quais discorreremos, encontram-se na íntegra, nos anexos 14 e 15 respectivamente.

leitura, se configura como característica de um discurso autoritário. Passemos a um fragmento do “comunicado”:

El ejército, como institución consciente de su grave responsabilidad frente a la nación, hace saber a la opinión pública:

1. Que ha luchado para lograr el imperio de la Constitución y de la ley y que está dispuesto a defenderlas;
2. Que **no cree en el “gobierno militar”** como solución para los problemas argentinos;
3. Que la experiencia ha demostrado que el Ejército en función de gobierno se convierte en una institución deliberativa y se corrompe la disciplina, lo que conduce a la anarquía, destruyendo lo que tantos desvelos y sacrificios ha costado a la institución;
4. Que sus actuales mandos, que son los mismos que combatieron para lograr la vigencia de la Constitución, único instrumento capaz de regir la vida de una sociedad civilizada, **respetan la verticalidad jerárquica y no conspiran ni pretenden cogobernar al país;** (*El Mundo*, 2/4/66, p. 5, grifo nosso.).

A transcrição aponta a presença de duas formas de negação “no cree” e “no conspiran”, em que há dois implícitos, referentes às afirmações que lhes são subjacentes: “cree” e “conspiran”. Nesse sentido, o discurso funciona pelo objeto negado e não pela afirmação. Soma-se a isso um discurso que reitera o papel do exército como distinto do papel de governar a nação.

Passemos aos outros dois textos, também muito sintomáticos. O segundo texto, produzido em Córdoba, cujo título é “Vesco: No hay golpe” trata de um rechaço aos rumores de que as Forças Armadas estivessem preparando um novo golpe, já o outro que tem como título “Afirma Concepción que hay una campaña Sistemática de Injúrias” apresenta a defesa da indústria em relação às manifestações do governo. Conforme o último texto, o governo estaria acusando grupos não identificados de estarem desprestigiando-o com o propósito de criar um “clima propício a la ruptura da orden institucional” (*El Mundo*, 2/4/66, p. 5). Entendemos que, nesse contexto, a ruptura de uma ordem institucional é um outro modo de dizer *intervenção militar*.

Como vimos, temos em uma mesma página, três textos produzidos por sujeitos que ocupam lugares sociais<sup>70</sup> distintos. Diante do efeito marcado tanto na

---

<sup>70</sup> Ao tratarmos de lugar social é importante esclarecer que estamos compreendendo-o como “efeito da prática discursiva” (GRIGOLETTO, 2007, p. 130-131). Ainda segundo a autora, o lugar social só se legitima na prática discursiva “pela inscrição do sujeito num lugar discursivo. E o lugar discursivo, por sua vez, só existe discursivamente porque há uma determinação do lugar social que impõe a sua

forma (através de três textos que ocupam quase que a totalidade da página) quanto no modo de dizer de cada um, na medida em que defendem a Constituição e rechaçam os governos interventores/militares, observamos que há nos três textos um discurso que funciona por oposição ao que reiteradamente afirma.

Vejamos, então, como se dá o funcionamento da ironia na primeira sequência discursiva.

**Figura 21:** Sequência discursiva 1 - Militares X Presidentes



Fonte: QUINO. *Diário El Mundo*, 06/04/1966, p.14<sup>71</sup>.

A sequência apresenta questionamentos sobre as relações de poder. Podemos notar que a primeira e a segunda formulações verbais respeitam uma lógica: uma minoria tem poder/manda enquanto a maioria a ela se submete/obedece. O efeito de sentido produzido pelo discurso, no entanto, é de dissonância com essa lógica que não parece justa para os sujeitos-personagens. É interessante destacar que a formulação produzida por Felipe protagoniza o discurso de inconformidade natural das crianças, enquanto a de Mafalda protagoniza a denúncia das diferenças/desigualdades sociais. A partir disso, podemos dizer que há uma tomada de posição pelos dois sujeitos-personagens, ou seja, eles assumem a posição de que o justo é que a maioria tenha voz, seja ouvida e possa opinar/contribuir com as decisões tomadas. Esse é um implícito da ordem de um discurso transversal, pois rege a formulação produzindo um efeito de sentido que põe em jogo uma relação de causa e efeito: a maioria tem que ter voz, logo as crianças (no caso do discurso de Felipe) e os pobres (no caso do discurso da Mafalda) deveriam estar em posição de poder. No entanto, observamos que o discurso produzido por Mafalda e Felipe é dissonante com o discurso de Susanita, como veremos a sequência.

inscrição em determinado discurso” (2007, p. 129).

<sup>71</sup> A tradução da tira encontra-se no anexo 09.

O processo de desconstrução pela ironia vai-se estabelecendo de forma gradual e, a partir da terceira cena quando a personagem Susanita abre os braços num gesto pela tomada da palavra, seus interlocutores são levados a uma tomada de posição-outra, marcada, sobretudo pelo movimento das personagens no quadro. Esse movimento (linguagem não-verbal) segue no último quadro quando temos de um lado Felipe e Mafalda e de outro, Susanita. No que concerne a formulação linguística, o discurso protagonizado por Susanita vale-se da mesma lógica anterior, descrevendo as relações entre militares e presidentes, e assim vai se consolidando. Nesse processo, alguns elementos chamam atenção, entre eles, a expressão de concordância marcada na/pela expressão facial de Susanita, seguida das reticências presentes no enunciado “¡Claro!... y también hay más militares que presidentes sin embargo mandan los presidentes”. Nesse discurso, há a assunção de uma posição marcada no intradiscurso pela imagem no campo visual e, nas reticências e na expressão "y también" no campo linguístico, os quais funcionam como se fossem um elemento de contrajunção, introduzindo uma posição-sujeito em desacordo com a anterior, manifestada nos enunciados de Felipe e Mafalda. Podemos dizer ainda que o efeito de sentido, ligado a essa posição, aparece reiterado na posição das figuras imagéticas no último quadro e, no enunciado seguinte “Bueno,... ¿Qué diablos les passa?”. Em outros termos, o discurso vale-se da lógica que naturalizou o fato de que poucos detêm o poder e a maioria tem que a eles se submeter, sentido esse que é produzido como evidência – sentido estável, consolidado e irrefutável.

Como podemos observar, a ironia é construída a partir do discurso transversal, materializado sob a forma de não-ditos na última cena da tirinha, ou seja, o silêncio materializado nas expressões faciais de Felipe e Mafalda produzem no discurso a leitura do pré-construído que, sob a forma de implícito (discurso transversal), dá sustentação e naturaliza o sentido de submissão aos que detêm o poder.

Em relação às formações discursivas, temos a partir da observação da materialidade, duas FDs distintas: a FD do Estado Democrático e a FD do Estado Autoritário. Isso nos leva a afirmar que a posição assumida pelos sujeitos protagonizados por Felipe e Mafalda é de quem está filiado a FD do Estado Democrático, a qual compreende que o poder é resultado de uma construção social; no entanto, ressoa transversalmente na materialidade discursiva, sustentando o

efeito de sentido irônico, um discurso outro, aquele da FD do Estado Autoritário, segundo a qual, o poder é visto como controle de Estado.

No que concerne, pois, a disputa de poder entre militares e presidentes, tema do terceiro quadro, podemos notar que, há uma quebra na ordem (maioria dominada X minoria dominante). Em outros termos, o saber de que há mais militares que presidentes, mas que, nesse caso, são os militares que exercem o poder, produz um efeito de sentido que se constitui a partir de uma inversão na ordem social pela qual o país estava passando no momento da enunciação (movimentos de construção do golpe de 66 pela mídia impressa). Esse não-dito, por sua vez, ocupa lugar em outra FD, a qual denominamos FD do Estado Autoritário (modelo autoritário, repressivo e, por vezes, violento). Diante disso, podemos afirmar que a ironia é produzida nessa relação de discrepância entre FDs antagônicas.

É, pois, por meio do estudo do funcionamento da ironia que podemos observar a emergência do discurso transverso. Entendemos que o discurso produzido na página cinco do diário *El Mundo* do dia 2 de abril dá-se sob a forma de discurso transverso, o que lhe dá sustentação, na medida em que, na tirinha, o discurso estabelece uma relação de causa-efeito: o justo é a maioria ter voz e poder, portanto não é justo que a minoria os tenha. Essa tomada de posição pela incidência do discurso transverso no enunciado gera a tensão com o que está naturalizado e "evidente", esse jogo entre duas ordens de forma simultânea é o que produz o efeito de dissonância, que pode ser traduzido como um movimento de resistência no interior do discurso irônico.

#### **4.2. O efeito do “governo forte” no discurso da repressão**

Sobre as condições de produção circunstanciais da segunda sequência, podemos dizer que estas são bem diferentes das condições de produção da tira anterior. Em 1971, já havia acontecido o sequestro e a morte do ex-presidente ditador (1955-1958) General Aramburu por montoneros<sup>72</sup> e Onganía – presidente golpista – já havia sido destituído do cargo por outro militar – General Levingston (1970-1971).

---

<sup>72</sup>Os montoneros assumiram a autoria do sequestro e da morte do General Aramburu e justificaram o ato como resposta às ordens do General (quando ainda presidente) que resultaram na morte de vários companheiros da luta, que eram peronistas.

Soma-se aos fatos, outro sequestro, o do general – Julio Alsogaray – e, a renúncia do presidente do Banco Central – Ricardo Grüneisen. Na ocasião, o ex-presidente do BC justificou a renúncia calcado nos seguintes motivos: o governo seria desorganizado, despreparado e sobretudo irresponsável, pois não estava conseguindo conter os movimentos que vinham ocorrendo em diversas províncias, entre elas, o *Cordobazo* e o *Rosariozo* (movimentos marcados por extrema violência, dado o confronto entre manifestantes e militares); Grüneisen chega a comparar a situação da Argentina com o Brasil, mas explica que, no país vizinho, o governo não teve grandes dificuldades para enfrentar os “grupos terroristas” porque além de serem grupos menores, não podiam contar com sindicatos, já que esses eram despolitizados.

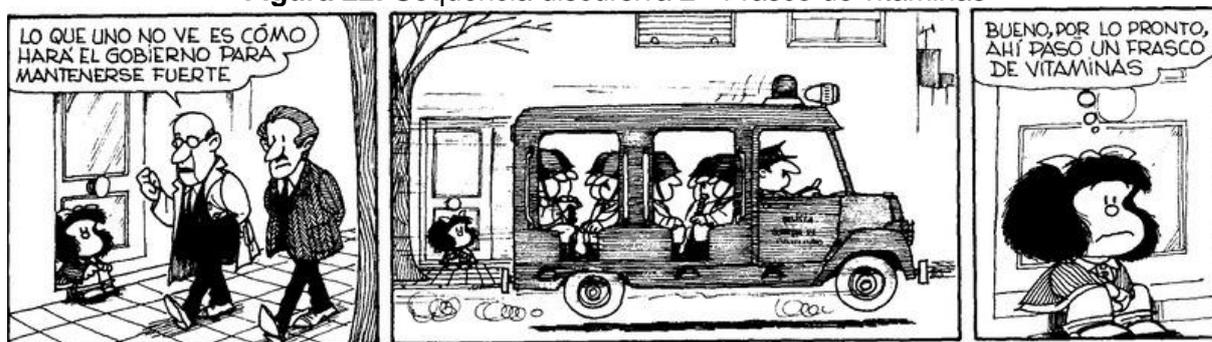
Outro acontecimento noticiado no mesmo dia da publicação<sup>73</sup> da tirinha e que, de alguma maneira, constitui as condições de produção situacionais é o protesto de estudantes da Faculdade de Engenharia. O motivo do descontentamento teria sido a recusa do diretor da faculdade em receber o grupo representante do curso para discutir o cumprimento de um plano. Os estudantes exigiam: 1. Expulsão da polícia interna da Faculdade; 2. Liberdade de expressão e organização estudantil; 3. Revogação do plano de ciclo básico e 4. Anulação das sanções e de atos sumários que haviam iniciado havia um mês e meio.

Como podemos observar, a Argentina vivia um período de conflitos, cujos protagonistas não eram somente o governo e sua oposição, outras instituições, como a Faculdade de engenharia, por exemplo, configuravam-se como espaços de luta, de disputas internas e reivindicações. É em meio a esses conflitos que a tirinha que compõe a segunda sequência discursiva foi produzida.

---

<sup>73</sup> A capa da revista, bem como a página com as principais matérias, seguida da página em que a tirinha, objeto desse estudo encontra-se originalmente publicada encontra-se nos anexos: 17, 18 e 19, respectivamente.

Figura 22: Sequência discursiva 2 - Frasco de vitaminas



Fonte: QUINO. Siete Dias 23/08 a 29-08-1971, Año 5, Nº 223, p.79<sup>74</sup>.

Essa tirinha é organizada em três quadros de tamanhos diferentes, ou seja, a estrutura gráfica aponta uma assimetria (quebra do padrão estabelecido pela norma que determina como deve ser a construção gráfica dos quadros que compõe o gênero tirinha). Essa quebra de padrão na forma como a tirinha é apresentada por Quino aponta um processo de ruptura com a estrutura (estável) que vinha sendo reproduzida desde a criação do gênero, nos EUA. Entendemos que a apresentação de quadros de tamanhos diferentes estabelece entre eles uma hierarquia e essa hierarquia está diretamente ligada ao processo de produção dos sentidos.

Assim, como já antecipamos, analisaremos cada quadro (cena) da sequência discursiva. Na primeira cena, notamos que Mafalda é representada como espectadora, ou seja, ela assiste/acompanha o que passa, em silêncio. A falta do traçado da boca, assim como sua posição – sentada com as mãos sobre os joelhos – produzem um sentido de passividade e impotência frente aos fatos que presencia.

Enquanto isso, no mesmo quadro, dois adultos, homens brancos maduros e bem vestidos protagonizam um diálogo sobre a necessidade de um governo “forte” para enfrentar os problemas (político-administrativos) da época. O gesto – punhos cerrados – do homem que está à esquerda é um elemento importante e chama atenção pelo sentido que é reforçado, ou seja, o sentido de que a solução para os problemas argentinos é o poder aliado à força (força que é duplamente marcada, pois se materializa na imagem dos punhos fechados e na formulação verbal), discurso esse que era o da classe média na época. Adamovsky (2012), ao descrever a classe média, argumenta que, nas décadas de 50 e 60, o desejo comum às pessoas era deixar de pertencer à classe operária para ocupar um lugar na classe

<sup>74</sup> A tradução da tira encontra-se no anexo 10.

média. As pessoas acreditavam que essa era a condição mínima que necessitavam para ter respeito frente aos demais membros da sociedade. Assim, quando por uma razão ou outra a pessoa não cumpria, algum dos requisitos (ter boas condições econômicas ou ter um conhecimento cultural minimamente aceitável), a obsessão pela “aparência exterior y por parecer ‘educado’” (ADAMOVSKY, 2012, p. 116) era a forma que esses indivíduos encontravam de ocupar o lugar almejado. É com base nos estudos desse autor sobre a classe média que desenvolvemos nossa leitura sobre a figura dos dois homens que compõem a primeira cena da tirinha.

O segundo quadro da tira é o que ocupa maior espaço na diagramação, além de ocupar a parte central do todo. Nele não há linguagem verbal, ou seja, o sentido é produzido a partir do silêncio do sujeito frente ao que assiste, frente ao elemento que surge: o camburão. Também há ausência do traçado da boca da personagem, característica que reforça o sentido de impotência e do “silêncio necessário”, imposto pela censura. É, pois na segunda cena, que a figura do camburão em movimento e lotado de militares produz o sentido de que eles não estão nos quartéis, mas nas ruas e atuando. Podemos observar ainda que o discurso produzido nos dois primeiros quadros é o discurso dominante, aquele que estabiliza o sentido de que a força militar é a solução para os problemas que o governo enfrenta.

Na terceira e última cena (a menor da composição gráfica) é que o sujeito-personagem, Mafalda, se manifesta. Podemos dizer que é no terceiro quadro que o processo de ruptura se dá. Isso porque a formulação verbal trabalha a partir de uma relação com a cena anterior, relação denominada por Indursky como anáfora discursiva. Segundo a autora,

A anáfora discursiva constrói-se, pois, sobre um *dito* retomado na *superfície textual* e sobre um *já-dito* retomado na *exterioridade do texto*. [...] é sobre o segundo que se ancora a *referência do dizer atual e a coerência discursiva*. É ainda em relação a este segundo laço coesivo que o sujeito do discurso toma posição. (1995, p. 07, grifo da autora).

Dito de outro modo, a cena em que Mafalda aparece observando o movimento do camburão, lotado de militares, funciona como um pré-construído, sobretudo, porque ele faz funcionar sentidos já-dados de que um governo forte é aquele que o exerce o poder por meio do autoritarismo, trabalho do aparelho repressor de Estado, segundo os termos de Althusser, [1983]).

É importante atentar que a tomada de posição do sujeito, protagonizada por Mafalda dá-se apenas no último quadro, em que o efeito de sentido é materializado sob a forma de “balão do pensamento”, recurso gráfico utilizado em quadrinhos/tirinhas para expressar que a personagem está pensando e não verbalizando um saber. Nesse conjunto, o discurso produzido é de que, embora algo não seja enunciado verbalmente, produz o efeito de sustentação do discurso, funcionando de forma lateral, como discurso transverso, na medida em que se estabelece uma espécie de ligação através do elemento "força". O termo vitaminas do discurso médico que dá vigor físico e saúde a um possível paciente – qualquer um sabe – liga-se transversalmente à força militar do regime autoritário.

Observamos, nesse funcionamento referente ao enunciado: “Bueno, por lo pronto, ahí pasó un frasco de vitaminas”, que isso ocorre através da metaforização, funcionando na construção da ironia. No campo linguístico, notamos que, na impossibilidade de dizer de uma forma, acontece a substituição por uma outra, mediante o trabalho com os sentidos que une, no caso, dois campos discursivos: o político e o da saúde. Isso torna-se possível pelo cruzamento de dois enunciados implícitos: "a força é necessária para manter a integridade política do país" e "a força é necessária para manter a integridade física do indivíduo". O primeiro, constituído regionalmente na formação discursiva de uma classe média argentina que apoiava os golpes, rege a fala da personagem do primeiro quadro; o segundo que tem um caráter universal (afinal, todos sabem que devemos manter a saúde) rege o "pensamento" de Mafalda. A discrepância entre esses dois domínios, um regional e político, outro universal e referente à saúde física, provoca a ironia.

Dito de outro modo, ao enunciar o termo “vitaminas”, dois sentidos são mobilizados no/pelo discurso: um que se diz solução para os problemas de saúde, e outro que produz o efeito de sentido de força física bruta para a manutenção do quadro de violência. Podemos então dizer que, quando enunciado pelo sujeito protagonizado por Mafalda, o termo “vitaminas” produz o efeito de sentido de veneno, uma vez que está associado à imagem do camburão que funciona como um pré-construído produzindo um sentido e não outro, o de que os militares fortalecem as forças do governo, no entanto, essas forças é que geram/alimentam a violência, em outros termos, são as forças militares do estado que mantêm a violência.

Como vimos, as condições de produção circunstanciais e históricas revelam a existência de conflitos em diferentes espaços e Mafalda toma uma posição frente a esses conflitos, o de que a violência alimentada pelo estado não é a solução. Essa posição-sujeito pode ser interpretada a partir do dêitico “ahí” (presente na formulação verbal), ou seja, a posição-sujeito assumida no discurso de Mafalda é distinta da posição-sujeito do estado. O dito produzido na enunciação constitui um conjunto de saberes dizíveis de uma FD do Estado Autoritário, ou seja, são saberes com os quais o “sujeito” produtor do dizer se desidentifica.

Há duas formações discursivas em disputa, em que uma é constituída pelos saberes/dizeres do estado como sinônimo de ordem/controle exercidos por meio da força repressiva/violenta – FD do Estado Autoritário e, a outra formação discursiva comporta os dizeres silenciados com os quais o sujeito protagonizado por Mafalda se identifica. Em outras palavras, estamos diante de um processo discursivo irônico em que o sujeito-personagem assume a posição de quem percebe o caráter contraditório das práticas policiais/militares, uma vez que observa que a violência gerada pelos órgãos repressores não produz outro efeito senão gerar mais violência.

Trata-se, pois, de uma ligação transversa que opera o efeito de sustentação daquilo que é dado a ler no discurso em pauta. Por meio de uma evocação lateral, daquilo que se sabe por outra via, estabelece-se a articulação entre enunciados. Interfere, nessa articulação, o processo de metaforização cujo elemento substituível participa da constituição irônica desse discurso.

#### **4.3. O efeito da dissonância no discurso da denúncia**

Em 29 de maio de 1969, ainda durante o governo golpista do General Onganía, acontecia um dos maiores e mais violentos confrontos entre trabalhadores/estudantes e as forças militares. Na ocasião, a CGT havia convocado os trabalhadores para uma greve geral para o dia 30 de maio, mas o vândorista Elpidio Torres propôs que a parada começasse quatorze horas antes. Assim, cerca de cinco mil trabalhadores e estudantes ocuparam as ruas de Córdoba em um

protesto que duraria 48 horas. Em entrevista ao *La Izquierda Diario*<sup>75</sup>, o historiador Leonidas Ceruti afirmou que,

El movimiento obrero industrial se hizo cargo de ese liderazgo social y arrastró al pueblo todo a la lucha antidictatorial. Se retomó la vieja tradición, que cuando fueron agredidos los trabajadores en todo el mundo han respondido tomando en sus propias manos, y organizando su defensa.

As palavras do historiador deixam claro: o objetivo do movimento era lutar contra a ditadura instaurada pelo General Onganía, bem como contra sua política. Nesse ponto, convém ressaltar a importância desse movimento, porque foi ele que deu início a uma série de outros movimentos conhecidos como “azos”, todos com o mesmo propósito – combater os governos autoritários. Nesse cenário, vale lembrar que diferentes partidos políticos se uniram, dos radicais aos nacionalistas e, claro a esquerda de raiz marxista, a qual agregava à luta comum de enfrentamento aos governos autoritários, o desejo de formar uma revolução de liberação social e nacional, em prol de uma sociedade socialista.

Chama-nos atenção que a revista *Siete Dias*<sup>76</sup> não publicou nenhuma explicação sobre as motivações que geraram o confronto – Cordobazo –, mas imagens<sup>77</sup> impactantes da destruição nas ruas da cidade de Córdoba, bem como imagens do grupo de trabalhadores detidos pela polícia<sup>78</sup>, entre eles o líder do movimento – Elpidio Torres – que rapidamente foi condenado pelo tribunal militar a cumprir uma pena de quatro anos e oito meses pelo “crime” de incitação à rebelião, nos termos publicados na revista. Podemos perceber que a posição assumida pela revista é clara: ela está do lado do governo e não dos trabalhadores e suas demandas. Tanto é que dedicou uma página inteira à voz de Onganía. O texto sob título “Los ecos del Cordobazo”<sup>79</sup> explica que o presidente precisou valer-se dos meios de comunicação – rádio e TV – em 4 de junho, para informar a renúncia de todo o seu gabinete; a troca do comando das pessoas que o assessoravam (a pedido das Forças Armadas); e, a aprovação de uma nova lei (mais severa) contra

---

<sup>75</sup> A entrevista concedida ao Jornal online *La Izquierda Diario* pelo historiador Leonidas Ceruti, está disponível para consulta em <<http://www.laizquierdadiario.com/Que-fue-el-Cordobazo-y-cuales-fueron-sus-consecuencias>>

<sup>76</sup> A capa da revista *Siete Dias* do período de 09 a 16 de junho de 1969 encontra-se no anexo 20.

<sup>77</sup> Imagens da cobertura do conflito, segundo o viés ideológico da revista encontra-se nos anexos 21,22 e 23.

<sup>78</sup> A imagem dos trabalhadores detidos, entre eles, o líder do movimento, encontra-se no anexo 25.

<sup>79</sup> A página da revista em que consta a matéria, na íntegra, encontra-se no anexo 24.

comunistas. Em vários trechos da matéria, a revista reporta fragmentos da fala de Onganía enquanto discursava em cadeia nacional, entre eles, destacamos:

“No todo lo hecho en estos últimos años está bien hecho”, [...] “pero habría que rastrear mucho en la historia para encontrar otros tres años tan llenos de realizaciones”;

“No habrá retroceso ni debilidades, no habrá flaquezas”;

“Las Fuerzas Armadas se encuentran, hoy más que nunca, unidas al servicio de los objetivos señalados el 28 de junio de 1966” (1969, p. 13).

É possível observar que em sua fala, o presidente golpista reafirma o poder de seu governo pela força militar em prol da manutenção de uma Revolução Argentina – motivo que o levou a intervir e impedir que o mandato do presidente Illia fosse concluído a seu tempo, ou seja, ele não demonstra qualquer declinação ao diálogo com os manifestantes, revelando-se ainda mais prepotente e autoritário do que antes. E, é em meio a esses acontecimentos que a tirinha<sup>80</sup>, que compõe a terceira sequência discursiva desta pesquisa, foi produzida.

**Figura 23:** Sequência discursiva 3 - Crescimento truculento



Fonte: QUINO. Siete Dias 08 a 14-06-1969, Año 3, Nº 109, p.32<sup>81</sup>.

A tirinha, formada por quatro quadros, novamente apresentados de forma assimétrica foi publicada, poucos dias depois do conflito *Cordobazo* (que ocorreu na cidade de Córdoba, capital do estado que leva o mesmo nome), na edição da revista que trata sobre o acontecimento. Vale salientar que o *Cordobazo* não foi somente um acontecimento histórico, mas também um acontecimento discursivo<sup>82</sup>, nos

<sup>80</sup> A tirinha original encontra-se publicada na página 32, da revista *Siete Dias* de 08 a 14-06-1969, conforme o anexo 26.

<sup>81</sup> A tradução da tira encontra-se no anexo 11.

<sup>82</sup> Lembrando, conforme já fora dito em capítulo anterior: a afirmação de que o *Cordobazo* se constitui como um acontecimento discursivo sustenta-se na teoria materialista, posto que, segundo Pecheux, o acontecimento discursivo ocorre “no ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (2008,

possibilitando inúmeras reflexões. Isso posto, faremos uma análise atentando para cada elemento (formulação verbal e visual) que compõe a terceira sequência discursiva desta pesquisa.

Na primeira cena, temos ao centro, a figura da protagonista que, ao caminhar pelas ruas da cidade portenha, passa por dois homens brancos e bem vestidos que, assim como em análises anteriores, refletem a imagem da classe média argentina. Notamos que, enquanto os homens conversam, Mafalda apenas os observa atentamente. A imagem da protagonista já aponta de antemão um sentido de preocupação frente ao dizeres dos sujeitos que representam uma parcela da sociedade argentina – a classe média. Quanto ao enunciado produzido por uma das figuras “¡Hay que darle tiempo al país! En algunas cosas, poco a poco, se nota un desarrollo”, podemos identificar que há o funcionamento de um discurso transversal, na medida em que se estabelece uma relação de causa e efeito entre tempo despendido e desenvolvimento econômico, em outras palavras. Dizeres já ditos antes em outro lugar, portanto, retornam no discurso produzido pelos interlocutores ouvidos por Mafalda. O último enunciado, produzido por Mafalda, é marcado ironicamente pelo discurso do autoritarismo que, para "manter a ordem", utiliza-se da força. Situa-se no eixo parafrástico, remetendo a já-ditos pelo presidente durante seu pronunciamento em rede nacional: “No todo lo hecho en estos últimos años está bien hecho”, [...] “pero habría que rastrear mucho en la historia para encontrar otros tres años tan llenos de realizaciones”<sup>83</sup> (Onganía *apud* Siete Dias, 1969, p. 13).

Podemos dizer ainda que, no processo de produção do dizer dos interlocutores observados pela protagonista há um efeito claro do trabalho da ideologia conforme explica Žižek, quando o autor diz que

... a ideologia não é simplesmente uma "falsa consciência", uma representação ilusória da realidade; antes, é essa mesma realidade que já deve ser concebida como "ideológica": “*ideológica*” é uma

---

p. 17), “inaugurando um novo dizer”, uma nova prática. Sobre o fato em questão, o acontecimento histórico que ocorreu em Córdoba, em 1969, deu início a uma série de eventos que ficaram conhecidos como “el ciclo de azos”, cujo objetivo comum mantinha-se no enfretamento a governos autoritários. Vale registrar que do ponto de vista linguístico o acréscimo do sufixo – azo ao nome da cidade onde o movimento foi organizado pela primeira vez: Córdoba, é o que marca discursivamente o acontecimento, dando origem a outras formações que seguem a mesma lógica, como por exemplo, o Vitorazo e o Rosariazo, entre outros.

<sup>83</sup> O trecho do discurso de Onganía poder ser assim traduzido: “Nem tudo o que foi feito nestes últimos anos está bem feito, [...] no entanto, temos que rastrear muito na história para encontrar outros três anos tão cheios de realizações”.

*realidade social cuja própria existência implica o não-conhecimento de sua essência por parte de seus participantes, ou seja, a efetividade social cuja própria reprodução implica que os indivíduos “não sabem o que fazem”. “Ideológica” não é a “falsa consciência” de um ser (social), mas esse próprio ser, na medida em que ele é sustentado pela “falsa consciência” (1996b, p. 305-306).*

A partir disso, podemos afirmar que ambos: o presidente enquanto sujeito e a personagem (homem branco) enquanto efeito-sujeito, são interpelados ideologicamente pelo mesmo saber e, por meio do funcionamento do discurso transversal, o dito produzido pelo sujeito-presidente retorna no eixo parafrástico do dizer do interlocutor na tira, produzindo um efeito de sentido estável, aquele que reafirma que o governo está no caminho certo e que por isso é preciso paciência por parte da população.

A passagem para a segunda cena, nos mostra que o sujeito protagonizado por Mafalda continua caminhando, ela está em movimento enquanto observa a figura de um policial que está parado, de costas e com as mãos postas para trás. O sentido produzido pela imagem do policial é um sentido de vigilância passiva, visto que teoricamente ao policial argentino compete a função de manter e zelar pela segurança da população. No entanto, convém observarmos que o fato de a figura ter sido retratada de costas produz um sentido de passado ou seja, o clima de paz e tranquilidade é algo que não corresponde mais ao tempo presente. Podemos notar, ainda, que a imagem vista em segundo plano, não apresenta um cenário urbano, mas uma espécie de cenário retrô, composto apenas por uma nuvem e um galho com folhas. Nesse sentido, reafirmamos, a cena produz um efeito de sentido que rememora um passado.

É, pois, na passagem do segundo para o terceiro quadro que podemos observar o processo de construção dos sentidos que promove uma ruptura. Principalmente, porque há uma mudança brusca na composição da cena. O terceiro quadro traz em segundo plano, um cenário urbano, sentido produzido a partir de marcas imagéticas, tais como: construções residenciais, cerca de madeira e árvore sem folhas (sem vida). Chama-nos atenção, a mudança na forma como a árvore aparece nessa cena, pois ela produz um duplo efeito: o de que o tempo passou e o de que tempos difíceis estão por vir (esse sentido apoia-se na própria natureza das estações do ano, em que o outono como estação de transição, é prenúncio de

tempos difíceis – o inverno –, ritual que se materializa pelo cair das folhas, já secas e sem vida). Mafalda também compõe o segundo plano da imagem. Graficamente produzida em tamanho ainda menor que o normal, a protagonista se depara com a figura de um militar (figura diferente daquela retratada na cena anterior). Mafalda se vê diante da figura de um militar em posição de combate, sentido produzido pelo gesto de segurar um bastão proporcionalmente maior que o comum e pela indumentária em que o sapato dá lugar às botinas e o *cap* dá lugar ao capacete (usado em situação de confronto e/ou de guerra). Ainda compondo a imagem temos a parte traseira do camburão – veículo que se encontra parado – e produz o sentido de que o militar não se encontra só, ele conta com o apoio de outros militares. Notamos que diante dessa cena, a expressão de Mafalda também muda. A expressão inicial de reflexão e preocupação dá lugar a um misto de medo, decepção e tristeza.

Podemos ainda observar que somente no quarto e último quadro que o sujeito protagonizado por Mafalda produzirá “um dizer”, o qual se materializa sob a forma de pensamento “Y en otras, de golpe y porrazo, un crecimiento”<sup>84</sup>. O dito é contraditório se pensarmos a relação “desenvolvimento”-“crescimento” X crescimento da violência. Notamos que é, na segunda opção, que o efeito de sentido de “crescimento”, quando enunciado pelo sujeito protagonizado por Mafalda, reside, já que se trata de um desenvolvimento que se dá às custas do crescimento da violência ou, em outros termos, um desenvolvimento que só é possível mediante um controle autoritário regido por práticas de violência e de opressão, sentido sustentado pela análise do funcionamento da ironia.

Isso posto, passamos a compreensão da ironia como efeito de dissonância, como lugar da contradição e da disputa de sentidos. Para tal, voltemos à formulação verbal: “Y em otras, de golpe y porrazo, un crecimiento”. Nela, há pelo menos três elementos sobre os quais nossa atenção se volta para desenvolver essa reflexão: *golpe*, *porrazo* e *crecimiento*. Podemos pensar, primeiramente o termo *golpe* como um elemento de referência que se faz recuperável pela relação que estabelece com a segunda cena (que contém a imagem do policial que mais parece um civil, dada sua tranquilidade). Se remontarmos a história, veremos que o General Onganía,

---

<sup>84</sup> Traduzido conforme o anexo 11, como: “E em outras, um crescimento truculento”

durante o período que participou da construção das condições junto à mídia impressa para o golpe de 66, também refletia uma imagem de tranquilidade, ou seja, as características agrupadas na figura do policial correspondem ao conjunto de características de Onganía, antes do golpe. Sua retórica reforçava a urgência na retomada do desenvolvimento e do crescimento da Argentina. No entanto, sabemos que após a tomada de poder, via golpe, até mesmo seus aliados viram-se surpresos com tom autoritário que deu ao seu governo.

Assim, ao observarmos os dois quadros, percebemos a mudança na forma como o policial é retratado no segundo e a forma como aparece o militar no terceiro (de passivo a agente; de passado a presente), as duas imagens apontam para o processo de militarização da polícia. Transformação que coincide com a que ocorreu com o governo argentino (antes de 66; depois de 66). Além disso, não podemos ignorar outra “coincidência”: a da escrita do vocábulo *porrazo*, o qual nos faz, imediatamente recuperar, via memória, o acontecimento discursivo marcado pelo **Cordobazo**.

Frente ao exposto, somos autorizados a dizer que o discurso irônico, como efeito de dissonância entre sentidos em disputa, toma forma a partir da relação que os elementos da última formulação verbal (golpe e porrazo) estabelecem como já-ditos que retornam no intradiscorso (segunda e terceira cenas da tirinha) sob a forma de pré-construídos, mais especificamente nas figuras do policial e do militar. Dito de outro modo, por meio de uma anáfora discursiva o linguístico (golpe - porrazo) retoma no visual (policial - militar) elementos de saber que são da ordem da memória de dizeres – do interdiscorso.

Com base nisso, podemos pensar em duas formações discursivas distintas para a materialidade significativa, uma FD do Estado Democrático e outra opressora – a FD do Estado Autoritário, para as quais os termos “desenvolvimento” e “crescimento” são elementos de saber comum, mas que, uma vez produzidos por formações discursivas diferentes produzem sentidos, também, diferentes.

Frente ao exposto na análise podemos concluir que o sujeito protagonizado por Mafalda, nessa tira, enuncia um dizer que produz um sentido de denúncia da violência de estado, ou seja, o sujeito vale-se de uma expressão comum às duas

FDs, mas que associada à “golpe” e “porrazo” revelam o lugar onde o sentido é produzido – FD do Estado Autoritário. Nesse caso, a resistência se dá por meio da ironia, pois o sujeito protagonizado por Mafalda joga com os sentidos de duas ordens de forma simultânea, gerando um efeito - o efeito de dissonância.

#### **4.4. O efeito de “regar” no discurso irônico**

A quarta sequência discursiva corresponde a uma tirinha publicada em um período em que a Argentina tinha como presidente o Comandante do Exército Alejandro Agustín Lanusse (1971-1973), o terceiro militar interventor a assumir o poder desde a derrubada do último presidente legitimamente eleito.

Nessa época, a onda de protestos e manifestações atingia os profissionais da saúde. Na mesma edição<sup>85</sup> em que a tira foi publicada, a revista também apresentou uma matéria sob o título “La rebelión de los galenos”<sup>86</sup>. Nesse título chamou-nos atenção o modo de dizer produzido na revista: “rebelião”. Nossa leitura não consegue passar despercebida pelos sentidos que esse termo mobiliza. Sentido negativo, pejorativo e que remete à desobediência, à desordem, à infração e ao delito. Assim, mais uma vez a revista revela por meio da linguagem, sua tomada de posição – posição afim a do governo autoritário.

Passemos então, para o conteúdo da matéria. O texto trata de uma paralisação, seguida de uma marcha, em que cerca de quarenta e cinco mil profissionais da saúde saíram em caminhada até a praça da Constituição. Entre as reivindicações do grupo estava a crítica à lei de número 19.337, que trata das políticas de saúde. A revista informa que segundo o Secretário da Federação de Médicos residentes (Alfredo Otalora), os hospitais estariam sendo transformados em empresas e os pacientes sendo divididos entre aqueles que podem pagar pelos serviços e aqueles que não tem condições de arcar com os custos dos procedimentos médicos. A partir dessa realidade, o grupo grevista apresenta como reivindicação a garantia do tratamento igualitário e gratuito para todos. Nos termos

---

<sup>85</sup> A capa da revista da qual foi recortada a quarta seção discursiva desta pesquisa encontra-se no anexo 27.

<sup>86</sup> A matéria completa sobre o embate entre profissionais da saúde e o governo encontra-se no anexo 28.

de Otlora: “Queremos uma medicina gratuita, igualitária y pagada por el Estado” (Siete Dias, 1972, p. 11).

Além dos problemas envolvendo a saúde pública, a Argentina também vivia a tensão pela volta de Perón, exilado havia 18 anos. Sobretudo porque existia previsão de eleições para o ano de 1973 e, para que Perón pudesse concorrer ao seu terceiro mandato à presidência, teria que voltar antes de 25 de agosto daquele ano. E, é nesse sentido que a tensão só aumentava, embora o governo militar seguisse afirmando que o retorno de Perón nada mudaria em relação às políticas adotadas no momento. Dadas as condições de produção, passemos ao trabalho de análise da quarta sequência discursiva.

**Figura 24:** Sequência discursiva 4 - O caminhão



Fonte: QUINO. Siete Dias 31/7 a 06/08/1972, Año 6, Nº 272, p.98<sup>87</sup>.

Diferentemente das anteriormente, nesta tirinha temos maior simetria entre os quadros da composição e maior exploração da linguagem verbal.

Logo na primeira cena, temos a imagem de um veículo militar parado, com um soldado no banco da frente (carona) e outro do lado de fora, disposto na parte de trás do veículo. Diferentemente da sequência discursiva analisada anteriormente, nesta, o militar não se encontra em ação, nem utiliza o capacete de combate. Por outro lado, também não se parece com o policial, também da sequência anterior. A postura ereta, com as mãos para trás e o uso de *cap* no lugar de capacete produz um sentido de vigilância e controle. Vale lembrar que a presença do militar e do veículo por si só já produzem um sentido de intimidação para a população. Ainda compondo a primeira cena, temos outras duas personagens Mafalda e Guille (apelido do irmão caçula de Mafalda - Guillermo). Ambos estão passando pelo militar e o veículo, quando a imagem desperta a atenção de Guille.

<sup>87</sup> A tradução da tira encontra-se no anexo 12.

A passagem para o segundo quadro da composição nos permite notar que as duas personagens param a caminhada e observam, sobretudo a mangueira do camburão, objeto que provoca a curiosidade do irmão menor. O enunciado “¿Y éste camión con mangueda?”, remete ao recurso muito utilizado pelos militares, para dispersar os grupos em manifestações e protestos. Entendemos que, diante dos últimos acontecimentos (manifestações e protestos referidos pela revista como rebelião), sobretudo aquelas organizadas pelos profissionais da saúde, a imagem do veículo com a “mangueda” soa como um sinal de alerta e ameaça aos partícipes dos movimentos de resistência às políticas do Estado.

Já na terceira cena, o que predomina é o enunciado do sujeito protagonizado por Mafalda e a expressão facial do militar (olhos esbugalhados como reflexo do que acabara de escutar). Sobre o enunciado “Es por si hay sembrada violencia, Guille. Para arrancarla de raíz, apenas aparecen brotes estos señores van y los riegan”<sup>88</sup>, podemos dizer que o sentido produzido a partir da metáfora é o de que a contenção da violência se dá por meio da violência legitimada pelo poder do Estado e marcada na materialidade pela figura do militar que emerge como um pré-construído. Dito de outro modo, a imagem do militar funciona como o elemento de saber do interdiscurso, segundo o qual o discurso dominante é o de que a ordem e a segurança são garantias do poder do estado materializadas na figura do policial militar. Frente a esse cenário, é interessante ressaltar que a organização sintática no enunciado verbal, construída como condição, nos leva a entender (no nível mais evidente de leitura) que as forças repressoras só irão intervir, caso surja algum episódio violento. (In)diretamente, a responsabilidade pelos atos é dirigida aos sujeitos que protestam e se manifestam contra o poder estatal. Entendemos que se trata de um modo de dizer em que o sujeito protagonizado por Mafalda denuncia a violência do Estado através do discurso irônico. Outra observação importante diz respeito ao lugar social do sujeito, ou seja, a voz que denuncia é a voz feminina de uma criança, e é sobretudo por esse fato que entendemos que a reação do militar é minimizada, através do gesto de surpresa.

No que tange ao quarto e último quadro, temos não só a continuação do enunciado – “como método agrícola es algo contradictorio, pero hay tantas cosas

---

<sup>88</sup> Traduzida no anexo 12 como: “É para o caso de ter violência semeada, Guile, para arrancá-la pela raiz, mal aparecem os brotos esses homens os regam”.

contradictórias que no vale la pena preocuparse” – como também, a imagem de um militar que desfaz sua postura (suas mãos não estão mais para trás, mas “caídas” ao longo do corpo). Nossa leitura compreende o discurso irônico é produzido através da disputa de sentidos marcada no gesto do militar ao reconhecer que, de fato, o seu trabalho torna-se contraditório à medida que, com violência visa acabar com a violência.

Ainda sobre o último enunciado, é importante atentarmos para o trabalho da denegação discursiva, em que o sentido produzido pelo dito “não vale la pena preocuparse” é o seu revés, ou seja, SIM, é preciso preocupar-se com a violência que gera violência. Contudo, notamos que o modo como esse dizer foi produzido também revela a “auto-regulação” no processo de produção desse dizer, pois há saberes que não podem/devem ser ditos e por isso surgem como negação. E, é com base nessa análise que entendemos o funcionamento da ironia como um trabalho da relação entre o dito e não-dito.

É possível perceber que o que é dito pelo sujeito configura os saberes dizíveis da Formação Discursiva do Estado Autoritário (FD Autoritária): “regar” é algo positivo, assim como “não se preocupar”, contudo os sentidos produzidos pelos enunciados apontam um processo de desidentificação do sujeito com esses saberes. Isso ocorre porque o lugar ocupado pelas formações discursivas além de constituir um espaço heterogêneo, também é marcado pela contradição. Dito de outro modo, na sequência analisada, o trabalho com os sentidos filiados a formações discursivas antagônicas entre si é o que constrói o discurso irônico. Diante disso, podemos dizer que nessa sequência, o processo de interpelação falha, ou seja, o sentido não está no que é dito, mas no que não está dito. Como dissemos no capítulo anterior, a ironia põe em jogo o dito e o não-dito, o explícito e o implícito, assim como os ditos contraditórios entre si, de modo que resiste sem deixar de sofrer a pressão do discurso dominante.

#### **4.5. O efeito de resistência na metáfora das “vitaminas”**

A quinta sequência discursiva trata de uma tirinha publicada em uma edição especial da revista Siete Dias. Essa edição apresenta como subtítulo: “Um documento histórico – El regreso”, seguida de uma imagem de Perón que ocupa,

praticamente toda a extensão da capa<sup>89</sup>. Quanto ao conteúdo da revista, podemos encontrar a cobertura, por meio de imagens, da chegada de Perón no aeroporto de Morón e imagens da multidão (aproximadamente três milhões de pessoas) que o aguardava em um espaço montado para o tão aguardado pronunciamento de retorno do ex-presidente. A multidão era heterogênea. Havia grupos, identificados pelas faixas, de distintos partidos políticos, no entanto, pareciam estar lá movidos por um único objetivo: a esperança de reviver a primeira fase do governo peronista. A matéria relata que algumas pessoas haviam chegado dois dias antes da data do evento e, em meio ao frio da estação, organizavam-se em pequenos acampamentos. Uma estrutura com 27 sanitários e acesso a água potável fazia parte da estrutura montada especialmente para esse evento. Caravanas de todas as partes do país chegavam durante a noite e o dia.

A matéria também conta que um grupo de jovens da Juventude Sindical Peronista tomou a iniciativa de montar um cordão próximo ao palco de onde Perón discursaria, como uma espécie de isolamento. Assim, outros grupos como Juventude Trabalhadora Peronista, Juventude Peronista e, militantes das Forças Armadas Revolucionárias (FAR), das Forças Armadas Peronistas (FAP) e de montoneros acabaram ficando em posições menos favoráveis. Ainda de acordo com a matéria publicada na revista, o confronto entre os grupos teria iniciado a partir da disputa de vozes que gritavam: “Perón, Evita. La patria socialista” contra “Perón, Evita. La patria peronista”.

O fato é que houve um grande confronto, a segurança atirou nos manifestantes e o número de pessoas feridas e mortas é, até hoje, um mistério. Assim, o dia 20 de junho ficou conhecido como o dia do retorno de Perón e o dia do massacre em Ezeiza<sup>90</sup>. Sobre o retorno de Perón, Rouquié explica que a Argentina vivia o caos no que concerne a questão da violência e

Muchos de aquellos que habían deseado durante veinte años su desaparición de la escena política esperaban entonces todo de él y solo de él. Extraña inversión onotable hazaña política: nunca Perón había sido tan popular (1986, p. 297).

---

<sup>89</sup> A capa da revista – edição especial, encontra-se no anexo 30.

<sup>90</sup> A denominação “La masacre de Ezeiza” faz referência ao lugar onde toda a estrutura para receber o ex-presidente havia sido montada, arredores do aeroporto internacional de Ezeiza, em Buenos Aires.

E, é em meio a esses acontecimentos e expectativas de reconstrução e tempos melhores que, a tirinha que vamos analisar – última produção inédita de Quino, da série de tirinhas da Mafalda – foi construída.

Figura 25: Sequência discursiva 5 - Vitaminas



Fonte: QUINO. Siete Dias 25/06 a 1º/07/1973, Año 7, Nº 319, s/p.

Graficamente elaborada em três quadros assimétricos, a materialidade que constitui nossa quinta sequência discursiva é construída, predominantemente pela linguagem não-verbal, o que é muito significativo ao considerarmos os acontecimentos históricos (retorno de Perón e o massacre em Ezeiza) que constituem as condições de produção da tira e a regulação do que pode/deve ser dito.

Assim, iniciamos nosso processo analítico pela primeira cena, nela podemos observar que Mafalda, ao passar em frente a porta que dá acesso ao banheiro, constata que alguém mexeu no armário e deixou um frasco de medicamento aberto e aparentemente vazio. Diante disso, o efeito de sentido produzido é semelhante aquele que se constrói por meio do funcionamento discursivo da interrogação<sup>91</sup> (como injunção à interpretação), ou seja, o sentido de expectativa criado pela situação funciona como injunção à interpretação por parte do sujeito leitor/analista.

Na cena seguinte, uma vez que o conteúdo do frasco (vitaminas) é “desvendado”, somos imediatamente movidos a observar a cena posterior. Nela, o que figura é a imagem da tartaruga chamada Burocracia na posição de quem puxa o carrinho com Guille. Essa tartaruga foi um presente da personagem Liberdade para o irmão caçula de Mafalda, e o nome Burocracia foi dado por Liberdade no momento em que entregou o presente. Segundo Azcurra, o nome dado à tartaruga funciona

<sup>91</sup> Na Dissertação de Mestrado, Martins (2015) ao trabalhar sobre o funcionamento discursivo da interrogação em tirinhas da Mafalda, explica que “a interrogação convoca o sujeito à interpretação e a uma tomada de posição” (p. 93).

como uma metáfora e faz referência ao caráter “inservível e inútil” (2014, p. 11) da própria burocracia e das instituições que representa. Contudo, dadas as condições de produção da tira, os efeitos de sentido produzidos pela presença da tartaruga em sua composição como um todo, produzem sentidos outros. Dito de outro modo, no processo de produção dos sentidos, entendemos que há uma relação metafórica em que Perón é substituído pela “tartaruga”. Ao tratar de metáfora discursiva ou efeito metafórico, nos termos de Pêcheux (2008), estamos tratando do fenômeno que permite a ligação entre língua (equívoca) e história<sup>92</sup>. Assim, considerando que a tartaruga é o animal que tem maior expectativa de vida entre os seres vivos e, tendo em vista a história política e idade avançada de Perón como características comuns, temos, nessa substituição, uma possibilidade de resistência no/do dizer.

Seguindo a análise, torna-se necessário refletirmos sobre os efeitos de sentido envolvidos na utilização do ponto de interrogação. Entendemos que o ponto de interrogação materializa o discurso da falta<sup>93</sup>, pois por uma questão ideológica, certos sentidos não podem/devem ser produzidos. A partir disso, conforme aponta Martins (2015), o sinal de pontuação (?) funciona discursivamente convocando “o sujeito à interpretação e a uma tomada de posição” (MARTINS, 2015, p. 92) frente a pelo menos duas possibilidades: a primeira corresponde à compreensão de “vitaminas” como solução para os problemas político-sociais que o país vinha enfrentando, pois, conforme vimos, o retorno de Perón alimentava a esperança de um povo por tempos melhores (para muitos argentinos, o retorno de Perón significava a solução/“remédio” para a nação); quanto a segunda, a relação estaria no próprio quadro de saúde do ex-presidente (com 77 anos e problemas cardíacos sérios), ou seja, o sentido poderia estar na incapacidade física de corresponder ao anseios da população.

Contudo, é no segundo quadro da sequência discursiva que temos o trabalho da memória produzindo o retorno de sentidos já-dados. O frasco que não

---

<sup>92</sup> Quando falamos em equívoco, estamos tratando do funcionamento da ideologia, ou em outros termos, de uma presença-ausente (o termo “tartaruga” encobre a presença de Perón) no discurso permitindo que o efeito de sentido seja produzido e não interdito pela censura.

<sup>93</sup> Sobre a falta, é preciso lembrar que estamos entendendo-a segundo a acepção de Ernst (2009) quando a autora explica que omissão de dizeres no intradiscurso constitui “um lugar em que são criadas zonas de obscuridade e incompletude na cadeia significativa com fins ideológicos determinados”, ao passo que a omissão de elementos no nível interdiscursivo “cria um vazio que visa, na maioria das vezes, encobrir pressupostos ideológicos ameaçadores” (p. 04).

corresponde a qualquer medicação, mas sim às vitaminas, remete-nos a outra tirinha, (segunda sequência discursiva trabalhada nesta pesquisa), aquela cujo sentido estabelece que “as vitaminas são para o corpo o que os militares são para a nação” – a “solução”, segundo a formação discursiva dominante. Em outros, termos, o retorno dos sentidos produzidos na sequência discursiva anterior ecoa como uma relação de causa-efeito em que o frasco vazio ao funcionar como metonímia de camburão vazio produz o sentido de que os militares estão atuando.

Isso posto, podemos dizer que o sentido da ironia se constrói na relação que a segunda cena, sob a forma de pré-construído produz ao ser retomado pela cena seguinte. Ou seja, o irmão sendo puxado por uma tartaruga remete metonimicamente ao sentido de uma sociedade sendo governada por um político que já não tem a mesma “saúde e energia” para conduzir a nação e que por isso se vê necessitando de “vitaminas”, no caso, as vitaminas funcionam como metáfora do aparelho repressor de estado. Isso posto, a posição-sujeito assumida por Mafalda é aquela que se revela descontente seja com militares, seja com Perón no poder.

Diante disso, ao pensarmos sobre a relação entre efeito-sujeito e formações discursivas, podemos dizer que a posição-sujeito assumida por Mafalda é de quem se identifica com a FD do Estado Democrático. Nesse sentido, podemos reafirmar que a heterogeneidade constitutiva do discurso é o que possibilita a construção da ironia como dissonância, como contradição e como disputa de sentidos produzidos a partir, no caso, de formações discursivas antagônicas entre si, em que temos de um lado a FD do Estado Democrático e de outro a FD do Estado Autoritário (aquela em o conceito de governar aparece lado-a-lado com o exercício do poder opressor). Notamos, ainda, que o segundo quadro ao funcionar como pré-construído produz no discurso irônico um efeito e uma tomada de posição de resistência frente aos fatos/acontecimentos que constituem as próprias condições de produção do discurso.

#### **4.6. O efeito do gesto como resistência**

A sexta sequência discursiva que constitui nosso *corpus* foi publicada na revista *Siete Dias* de outubro de 1969, durante o governo de Onganía, e poucos meses depois do Cordobazo. À vista disso, vale destacar algumas notícias que

compõem a edição de número 127. O conjunto de notícias e reportagens da referida edição produzem um discurso que funciona como advertência para toda e qualquer manifestação que venha a tecer críticas ao governo. Entre as notícias veiculadas, destacamos três, dada a relevância das mesmas no processo de constituição das condições de produção da tirinha, objeto desta análise. A primeira delas é a que compõe a manchete da capa, trata sobre reuniões e encontros entre o ministro Dagnino Pastore e sindicalistas para discutir a “nova política salarial”<sup>94</sup>, que inclui congelamento de salários por pelo menos dois anos.

Na sequência, e em destaque logo nas primeiras páginas, temos reportagem que cobre o lançamento do primeiro avião anti-guerrilha<sup>95</sup> produzido na América Latina. A peça construída na sede da Força Aérea Argentina (em Córdoba) é, segundo pronunciamento do presidente Onganía, o primeiro de uma série de outras máquinas semelhantes que, uma vez produzidas servirão para combater o terrorismo e os comunistas na América do Sul. A matéria inclui imagens do avião e detalhes do equipamento, explicações que são dadas por especialistas envolvidos no projeto.

A terceira notícia, mas não menos importante, trata da cobertura do sequestro<sup>96</sup> da primeira aeronave argentina. A ação, segundo informações da equipe de reportagem da revista, foi realizada por um estudante universitário argentino e de esquerda (denominação utilizada pelos autores do texto). Segundo informações da equipe de reportagem, a referida ação tinha como objetivo prestar uma homenagem a Ernesto Che Guevara pela passagem de dois anos de sua morte. O texto conta ainda que essa ação não foi isolada, pois fazia parte de um conjunto de práticas que ocorreram no mesmo dia e horário, com destaque também para o sequestro de um avião na Guiana. A ação na aeronave argentina durou cerca de uma hora (entre o anúncio do sequestro e o desfecho) e, segundo consta na matéria, ninguém ficou ferido.

Como podemos observar, o país passava por tensões, geradas sobretudo por divergências político-ideológicas que pareciam longe de um desfecho.

---

<sup>94</sup> A matéria que trata sobre as discussões entre governo e sindicalistas, sobre as mudanças salariais e a estabilidade financeira do país encontra-se no anexo 36.

<sup>95</sup> A reportagem sobre a produção da avião anti-guerrilha encontra-se no anexo 35.

<sup>96</sup> A reportagem sobre o sequestro da aeronave argentina encontra-se no anexo 34.

Trabalhadores eram oprimidos pelo sistema que não os valorizava e os punia por iniciativas de enfrentamento como greves e paralisações. Os sindicatos, desarticulados pelo governo não conseguiam responder aos anseios dos trabalhadores. Por outro lado, o governo não media esforços ao investir pesado em tecnologia com vistas a aprimorar os equipamentos utilizados pelas Forças Armadas. Feitas as considerações iniciais sobre as condições de produção da tira, daremos prosseguimento à análise.

**Figura 26:** Sequência discursiva 6 - O "palito" de apagar ideologias



Fonte: QUINO. Siete Dias 13 a 19/10/1969, Año 3, Nº 127, p.53<sup>97</sup>.

Primeiramente, vale registrar que a sequência discursiva trabalha com os sentidos produzidos a partir das relações de sujeitos com dois aparelhos, objetos de estudo de Althusser (1983): o Aparelho Repressivo de Estado – ARE (que funciona na base da violência e pertence ao domínio público, formado basicamente pela força militar) e os Aparelhos Ideológicos de Estado – AIE (que funciona por meio das ideologias, é privado e formado por instituições, tais como: igreja, escola, família, partido político, sindicato, imprensa, entre outros).

Assim, nosso primeiro olhar volta-se para a figura contraditória do policial que se faz presente nas cinco cenas da tirinha, de modo a constituir o espaço urbano como aquele que vigia e zela pela segurança e pelo patrimônio público e privado. Diferentemente das sequências discursivas anteriores, podemos notar que o policial retratado nesta tirinha não apresenta características de quem está em combate (como por exemplo: usando botas no lugar de sapatos e capacete no lugar de cap/boina, bem como segurando armas potentes), ou seja, na sequência que estamos analisando a força da imagem policial não está em aparatos, mas na autoridade adquirida pelo *status* de estar representando a ordem e o controle do estado “apenas” por sua presença no espaço urbano.

<sup>97</sup> A tradução da tira encontra-se no anexo 13.

É interessante observar que Mafalda rompe os limites do que é considerado tolerável ao aproximar-se do policial e literalmente agarrar o bastão, enquanto enuncia que aquele instrumento é “o bastão de apagar ideologias”, para Miguelito, seu “único” interlocutor. Nesse quadro da tira, o discurso de resistência explicita-se, visto que na “realidade” a nenhum de nós seria permitido tal aproximação e menos ainda tocar o objeto. Contudo, vale destacar que a ousadia do gesto é encoberta pela regulação do dizer, visto que a transcrição do enunciado verbal aparece na imagem, de forma parcial, sendo recuperada pela repetição (expressa em forma de pensamento pelo próprio policial, na última formulação verbal). Vale lembrar que a recuperação do dito só é possível porque a construção do texto como um todo permite a recuperação da palavra por meio de uma relação catafórica. Diante disso, os sentidos produzidos pelas cenas são de que, em dadas condições de produção, há ditos que são interditados, ou seja, nem tudo pode/deve ser dito numa dada formação discursiva, como aponta Pêcheux (2009a).

Assim, ao pensarmos sobre o processo de desconstrução pela ironia, temos no quarto quadro, a expressão e o gesto do policial vinculados a um pré-construído que é da ordem do funcionamento do interdiscurso como discurso transversal, ou seja, todo mundo (re)conhece a necessidade de policiais nas ruas (com armas) para garantir a ordem aos "cidadãos de bem". Dessa forma, a ironia resulta do atravessamento desse pré-construído no discurso de resistência colocado no enunciado de Mafalda "El palito de abollar ideologias" e retomado, de forma insegura e desorientada, pelo policial no último quadro.

A tomada de posição pela incidência do discurso transversal na última cena mostra uma tensão em relação ao dito interditado na segunda cena que, ao desnaturalizar o "evidente" (a polícia reprime com violência as ideologias que não estão filiadas a FD dominante – FD do Estado Autoritário), produz o discurso da resistência.

#### **4.7. O efeito de “apagar” e a memória que resiste**

Nossa próxima e última sequência discursiva é constituída por um cartaz produzido a partir da tirinha analisada anteriormente. O referido cartaz originalmente circulou na Argentina, depois de 73, quando as tirinhas inéditas já não eram mais

produzidas. A proposta de análise do cartaz, surge da necessidade de compreendermos o funcionamento da ironia como sítio contraditório em que os sentidos estão em constante disputa, principalmente se considerarmos as condições de produção em que a materialidade significativa circula e que, neste caso, será a casa paroquial onde residiam três padres e dois seminaristas da Congregação dos Palotinos<sup>98</sup>. Os religiosos foram vítimas de um fuzilamento que ocorreu na madrugada de 3 de julho de 1976<sup>99</sup>. Os corpos, na imagem, estão na casa paroquial de San Patricio, em Belgrano<sup>100</sup> e, sobre um deles encontra-se o cartaz (construído a partir da tirinha analisada anteriormente). Segundo Cosse (2014), os religiosos foram mortos como resposta ao atentado que havia matado 18 policiais, 1 civil e ferido 66 pessoas no prédio da Superintendência da Polícia Federal argentina, alguns dias antes. A autora aponta que o assassinato dos religiosos também teve outra motivação: a suspeita de que estivessem envolvidos com algum movimento comunista, pois faziam parte do MSTM (Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo). Cose (2014) afirma que a sigla foi traduzida pelo Estado como Movimento Sindicalista de Trabalhadores Montoneros<sup>101</sup>.

Isso posto, passemos à análise que se dividirá em dois momentos. No primeiro, analisamos o cartaz e os deslizamentos de sentido produzidos pela “adaptação” de um gênero para outro (de tirinha para cartaz) e, em seguida, passamos à sequência discursiva, foto do local do crime, em que a imagem do cartaz está posta sobre um dos corpos.

Passemos à análise do cartaz:

---

<sup>98</sup> Palotinos era o nome de uma Congregação formada por padres imigrantes católicos, vindos da Irlanda e da Alemanha.

<sup>99</sup> É importante registrar que a Ditadura na Argentina (período marcado pela repressão, violação dos direitos humanos e violência extrema), teve início em 24 de março de 1976, quando o ditador Jorge Videla tomou o poder destituindo a presidenta María Estela Perón (última esposa de Perón). Ela havia assumido o poder após a morte do marido em 1974. A ditadura na Argentina teve duração de 7 anos e 7 meses, terminando com as eleições que elegeram Raul Alfonsín em 30 de outubro de 1983.

<sup>100</sup> Imagens da Igreja de San Patricio, bem como imagens do memorial em homenagem aos religiosos encontram-se no anexo 38.

<sup>101</sup> Montoneros era o nome de uma organização guerrilheira de esquerda que funcionava na Argentina.

**Figura 27: O cartaz**



Fonte: <http://www.sonria.com/wp-content/uploads/2016/04/palito-de-abollar-ideologia.jpg>

As duas personagens em fila: o policial a frente e Mafalda atrás – com a mão esquerda disposta atrás de seu corpo, enquanto o dedo indicador da mão direita aponta o bastão – produz num primeiro momento, um sentido de ordem, pois quem está no comando é o policial. Antes de prosseguirmos, gostaríamos de chamar atenção para o movimento de sentidos gerado por algumas alterações que ocorreram no processo de adaptação da tirinha para o cartaz, visto que essas alterações produzem deslizamentos de sentido. A primeira diferença está no gesto da personagem, pois enquanto na tira a personagem segura o bastão com uma das mãos; no cartaz Mafalda aponta o bastão com o dedo indicador da mão direita ao mesmo tempo em que esconde a esquerda. Entendemos que a ousadia do gesto produzido na tira ao ser transformada em cartaz dá lugar a um sentido outro, ou seja, no cartaz o sentido produzido é de censura (sofrida pela esquerda). Além disso, a disposição de Mafalda (pequena e inocente) em relação ao policial produz o sentido de um “sujeito” subjugado à autoridade que ele representa. Nesse caso, o discurso produzido é de um sujeito impedido de filiar-se a uma determinada formação discursiva. De acordo com Orlandi, essa censura

...joga com o poder-dizer impondo um certo silêncio. Entretanto, como o silêncio significa em si, à “retórica da opressão” – que se exerce pelo silenciamento de certos sentidos – responde a “retórica da resistência”, fazendo esse silêncio significar de outros modos (2007, p. 85).

Em outros termos, para Orlandi, a ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de “evidência”, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como “natural” (2007, p. 96-97).

Desse modo, o efeito de “evidência” no cartaz é construído a partir do excesso marcado pela determinação de lugares na sociedade (lugar de quem manda e lugar de quem obedece) a fim de manter a ordem. Outro elemento que merece destaque é o traçado trêmulo da boca e a expressão de medo nos olhos de personagem, elementos que constroem o sentido de assujeitamento à ordem imposta. Vale lembrar que a censura também pode marcar um processo de contraidentificação do sujeito com uma dada formação discursiva. De acordo com Orlandi:

Há um trabalho histórico do sentido sobre o discurso social, pelo discurso da resistência, que produz uma espécie de reversão do discurso social, sem no entanto negá-lo. Ele passa a significar pelo avesso, por seu “duplo” (2007, p. 113).

Com base nessa afirmação, podemos pensar no funcionamento da censura na materialidade como um trabalho às avessas. Em outros termos, aquilo que é dito através da imagem não é negado, todavia, não corresponde à FD a qual o sujeito Mafalda está filiado, mas a FD com a qual o sujeito se contraidentifica, constituindo-se aí um espaço de resistência.

No que concerne a formulação “¿VEN? ESTE ES EL PALITO DE ABOLLAR IDEOLOGÍAS”, o dizer grafado em “caixa alta” configura-se em um modo de dizer diferente daquele utilizado em outra(s) tirinha(s). A grafia assim posta produz um efeito de grito, de alerta. E, a ironia põe em jogo a contradição inerente ao sujeito e ao *sentido*, desnaturalizando o que é evidente. Nos termos de Pêcheux (2009a), trata-se da contradição inerente à discrepância dada pela estranheza entre um já-dito e o sujeito, constituindo assim o sintoma dessa apreensão, o qual encontra sustentação na ironia, ou na “*contradição apreendida e exibida*”.

Ainda considerando o enunciado linguístico, vale atentarmos para o deslizamento de sentido produzido a partir da substituição de ¿VES? (na tirinha original) e ¿VEN? (no cartaz). Entendemos que o deslizamento, que no nível da

superfície revela a mudança de um interlocutor (Miguelito) para (vocês – na condição de todos os leitores), produz um efeito distinto, se na tira o sentido era romper com as evidências, no cartaz, para além das evidências há a produção de um sentido de advertência, ou seja, trata-se do Aparelho Repressor de Estado, nos termos de Althusser (1983), fazendo valer seu poder. Diante disso, passemos à sequência discursiva:

**Figura 28:** Sequência discursiva 7 - A cena do crime



Fonte: <http://4.bp.blogspot.com/-ZSRQn58VN7c/VFDbeC2VDeI/AAAAAAAAAIY/7EGpp57cimA/s1600/Quino%2BLa%2Bmatanza%2Bde%2BS.%2BPatricio%2BEI%2Bpalito%2Bde%2Babollar%2Bideolog%C3%ADas.jpg>

Segundo Cosse (2014), as tiras da Mafalda eram muito apreciadas pelos religiosos que tinham o cartaz afixado em uma das paredes da casa paroquial. O que motivou essa análise foi o estranhamento diante dos sentidos que o cartaz sobre um dos corpos está produzindo. Nesse discurso, os sentidos entram em uma disputa maior, isto é, passam a configurar-se menos como um gesto de resistência e, mais como a própria repressão. Dito de outro modo, temos o discurso irônico produzido como disputa de sentidos entre duas forças simultâneas: o sentido produzido pela força repressora (na cena de morte) lutando para encobrir o sentido de resistência à repressão produzidos pela tomada de posição de Mafalda (no cartaz que repousa sobre um dos corpos).

Podemos dizer ainda que, por meio da ironia, há um sentido político que oprime e silencia aqueles que se identificam com ideais diferentes dos ideais do

Estado. O aparelho repressor de estado apaga/mata aqueles que apresentam um posicionamento ideológico diferente daquele que é esperado por quem detém o poder. Nesse sentido, acreditamos que há um processo de deriva<sup>102</sup> de sentidos em relação ao sentido produzido antes – resistência ao sistema repressor – ou seja, os sentidos deslizam. A materialização do poder do Estado na cena do crime, nos termos de Safatle, nos leva a “compreender como o regime contemporâneo de transparência do poder é capaz de preencher exigências de validade e legitimação, transformando a contradição posta em contradição resolvida (2008, p. 94). Ou seja, os corpos imóveis, sem vida e de braços apontam a supremacia de um regime que cala aqueles que ousaram pensar diferente, “que ousaram pensar por si mesmos”, nos termos de Pêcheux (2009a).

É importante destacar ainda que, considerar como discurso irônico o processo de construção dos sentidos do cartaz sobre os corpos, é “pensar uma estranha ironia que sustentaria a efetividade ao zombar daqueles que procuram zombá-la” (SAFATLE, 2008, p. 97). A partir disso, podemos dizer que os sentidos de repressão e censura não negados por Mafalda, mas refutados através da ironia num primeiro momento, passam a significar pela evidência (o aparelho repressivo de estado mata/censura), no entanto a memória do discurso da resistência presente no cartaz emerge como um pré-construído no discurso da repressão e isso ocorre porque os sentidos não podem ser apagados sem deixar traços. Parafraseando Pêcheux (2009a), diríamos que, nesse caso, eles não podem ser apagados porque o sentido de resistência está na memória.

Em outros termos, podemos dizer ainda que a força repressora do estado, antes materializada na figura do policial, ao emergir como pré-construído produz a deriva dos sentidos (de resistência pela contraidentificação com a FD do estado repressor passamos a resistência pelo trabalho da memória). Orlandi nomeia essa deriva como efeito metafórico. Nos termos da autora, “O efeito metafórico, o deslize – próprio da ordem do simbólico – é lugar da invenção, da interpretação, da ideologia, da historicidade” (2012a, p. 105). Dado o conceito da autora, podemos dizer que, na cena de morte dos religiosos, o cartaz ali posto, por meio de um efeito

---

<sup>102</sup> Estamos entendendo *deriva* enquanto processo resultante da relação do interdiscurso com o intradiscurso. Nos termos de Pêcheux “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro” (2008, p. 53).

metafórico, instaura um deslizamento, ou seja, há a interdição no processo de filiação do sujeito à FD Democrática por uma ordem que lhe obriga a identificar-se com a FD dominante. Contudo, entendemos que apesar da interdição no processo de filiação do sujeito Mafalda, o sentido da resistência permanece, pois através do efeito de sustentação do discurso transversal temos uma memória e nessa memória reside o desejo de resistir mesmo sob ameaça do discurso dominante que insiste em reprimir.

## “PALAVRA FINAL”

É só por ilusão que se pensa poder dar a “palavra final”. O dizer também não tem um começo verificável: o sentido está (sempre) em curso.

Eni Orlandi

É..., “é só por ilusão” que pensamos poder dar a “palavra final”, contudo faz-se necessário dar uma pausa no trabalho. É preciso cumprir o protocolo! E, assim, tomada pelo sentimento de incompletude inerente ao sujeito (analista) e ao sentido, encaminhar o “fechamento” deste trabalho pesquisa. Dado o desafio, iniciamos esta etapa de escrita pelo título, como ele próprio anuncia, refletimos sobre a resistência nos processos discursivos em funcionamento na ironia, através da qual a memória opera como pré-construído e/ou discurso transversal, produzindo um efeito de retorno constante.

Assim, na dura empreitada da “destruição” e (re)construção dos sentidos, tomamos como ponto de partida a provocação de Orlandi (2012c), de que “a ironia não é o *desvio* e não é um sentido a *mais*”, e nos dedicamos a trabalhar com a ironia como fenômeno opaco e equívoco inerente à língua. E, não havendo melhor lugar para a observação do discurso político e irônico, dada nossa inquietude frente ao desalinhamento entre a tomada de posição de Mafalda e a ideologia dominante, “mergulhamos” nesse “universo enigmático” que é o mundo de Mafalda.

Como é característico do trabalho em AD, nossa pesquisa estruturou-se no batimento entre a teoria e a prática analítica estabelecendo entre elas costuras, cujos pontos visavam interligar conceitos-chave (ironia, resistência, memória, pré-construído, discurso transversal e Mafalda) na busca de respostas para o nosso problema de pesquisa: compreender como o dizer político/irônico de Mafalda, cujos temas versam sobre democracia e direitos humanos apresentam-se num discurso em que o contexto é marcado pela interrupção de governos legítimos por golpes de estado na Argentina (1966, 1970 e 1971).

Diante disso e a fim de compreender melhor o *corpus* sobre o qual o trabalho analítico se debruçaria, empreendemos nossos esforços no estudo das condições de produção da obra de Quino. Estudamos cada uma das personagens; a história e

a política da Argentina (se é que é possível separá-las), atentas às diferentes leituras históricas; além é claro dos veículos (jornais e revistas) que possibilitaram a Mafalda ser conhecida e apreciada pela sociedade até hoje.

Cumprida a primeira etapa da pesquisa: conhecer as condições de produção de Mafalda; passamos para o segundo momento do trabalho de pesquisa: o aprofundamento teórico dos conceitos que constituem as bases do nosso estudo. E foi nesse momento que o primeiro grande desafio foi posto: como explicar o processo de interpelação ideológica de um sujeito ficcional. Como vimos, ao longo trabalho, a resposta para essa questão exigiu-nos retorno à teoria, foi preciso reconstruir o caminho percorrido por Pêcheux desde a AAD-69 até sua retificação em Semântica e Discurso de forma atenta, para que pudéssemos enfim compreender que em Mafalda temos um efeito-sujeito discursivamente funcionando. A partir daí, dedicamo-nos ao estudo do funcionamento da memória. Funcionamento esse marcado pelo retorno de *já-ditos* via pré-construído e discurso transversal, como aponta Pêcheux (2009a).

Entretanto, precisávamos ainda, compreender a relação entre dois funcionamentos, o da memória do dizer e o da ironia. Com base nesse objetivo, nos dedicamos a estudar a ironia. E, para isso, foi necessário percorrer o caminho de outros estudiosos que também se viram desafiados a tomar a ironia como objeto de estudo. Diante disso, iniciamos nossas reflexões sobre a ironia, a partir do teatro grego com Sócrates (que compreendia a ironia como inversão semântica), passando por Cícero (que propõe uma distinção entre ironia e antífrase) e Quintiliano (que sugere pensar a ironia como alegoria que atenua sentidos), por Schlegel (que resgata o caráter subjetivo da ironia para pensá-la na literatura), por Wilson & Sperber (que ao refutar o sentido de ironia como o trabalho com os opostos, propõem “o uso interpretativo” e o “uso icoico” como funcionamentos possíveis para a ironia); por Hutcheon (que busca compreender a ironia como estratégia discursiva) até chegarmos a uma proposta de trabalho com a ironia na perspectiva discursiva da AD.

Assim, para o estudo da ironia em AD, valemo-nos inicialmente dos estudos de Pêcheux (2009) e Orlandi (2012c) que, em interlocução com Jankélévitch (2015), nos possibilitaram compreendê-la como sítio da contradição, da disputa de sentidos,

enfim, como efeito de dissonância, cujo funcionamento faz “atualizar” *já-ditos* esquecidos que habitam o interdiscurso. Contudo, vale uma ressalva: por tratarmos de um dispositivo teórico-metodológico, precisamos lembrar que a organização do trabalho final não corresponde à ordem empenhada na pesquisa. Dito de outro modo, foi na problematização imposta pelo *corpus* de análise, em diálogo com a teoria (como sugere o movimento circular da pesquisa-ação), que o processo foi se constituindo, entretanto, por uma questão de organização da leitura, com vistas a facilitar o trabalho do nosso interlocutor foi que optamos por apresentar a proposta teórica de trabalho com a ironia, antes da análise do *corpus*.

No que tange a escolha do *corpus* de análise, é importante destacar que, de aproximadamente duas mil tiras inéditas, publicadas entre 1964 e 1973 em três veículos distintos, foram selecionadas aquelas que levam em conta a relação de Mafalda com o Aparelho Repressor de Estado, nos termos de Althusser (1983), materializados nas figuras do policial e do militar, resultando na composição de um arquivo de sete sequências discursivas: seis tirinhas além de um cartaz (segmento de uma das tirinhas).

Acreditamos que, entre tantos desafios que uma análise discursiva impõe, talvez o trabalho com a imagem seja o mais desafiador. Diante desse desafio, buscamos empenhar um olhar equilibrado sobre as pistas linguísticas e as marcas imagéticas, nos termos de Quevedo (2012), com o intuito de compreender o funcionamento do pré-construído e do discurso transversal na materialidade significativa (aquela que trabalha ambas as linguagens – verbal e não-verbal).

E, assim, acreditamos que a presente reflexão possibilitou-nos pensar a ironia como lugar da contradição, onde os diferentes modos de dizer refletem posições-sujeito em conflito, dadas as relações de poder impostas pela luta de classes. Possibilitou-nos, também, pensar sobre o papel da memória no processo de construção do discurso irônico como disputa entre ditos e não-ditos, entre explícito e implícito. Em outros termos, foi possível compreender a ironia como uma forma de dizer, em que o que não pode/deve ser dito numa dada formação discursiva surge como elemento de saber (pré-construído/discursos transversal) que resiste ao discurso dominante.

Desse modo, ao encerrarmos formalmente este trabalho, “abrimos um parêntese” para lembrar que, se nem o discurso, nem os sentidos surgiram e findaram neste texto, é na pausa necessária, na “palavra final” que adquirimos fôlego para o debate que a partir de agora está posto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMOVSKY, Ezequiel. **Historia de la Clase Media Argentina** – apogeo y decadencia de una ilusión, 1919-2003. 5ª ed. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta, 2012.

ALBA, Marco Enrique Mancera. **Capítulo I - Historia y Teoría de la Ironía**. In: Ironía, cinismo y carnavalización: La Necromancia de Luciano de Samosata. 2014. 202f. Tesis. (Facultad Nacional de Filosofía y Letras), Mexico. Disponível em: <<http://132.248.9.195/ptd2014/agosto/0717179/Index.html>> Acesso em: 02/04/2019.

ALTHUSSER, Louis. **A corrente subterrânea do materialismo do encontro (1982)**. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/althusser/1982/mes/corrente.pdf>> Acesso em: 05/11/2017.

\_\_\_\_\_. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

AZCURRA, Martín. **Mafalda en su Laberinto**. In: *Sudestada* – Cultura, Política y Actualidad. Año 13, Nº 130, Julio, 2014, pp. 4-11.

BENJAMIN, Walter. **O Conceito de Crítica da Arte no Romantismo Alemão**. [trad.] Márcio Seligmann Silva. 3ª ed. [5.reimpr.]. São Paulo: Iluminuras, 2018.

CAZARIN, Ercília Ana. **Heterogeneidade discursiva**: relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso político de L. I. Lula da Silva. 1998. 149f. Dissertação. (Mestrado em Estudos da Linguagem) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CHANTRAINE, Pierre. **Dictionnaire Étymologique de la langue Grecque**. Histoire des Mots. Paris: Éditions Klincksiek, 1977, pp.326. Disponível em: <<https://archive.org/details/Dictionnaire-Etymologique-Grec/page/n339>> Acesso em: 31/03/2019.

CIRNE, Moacy. Capítulo IX – Mafalda – o espaço liberal. In: CIRNE, Moacy. **Uma Introdução Política aos Quadrinhos**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1982, pp. 57-61.

COLLINOT, A. & MAZIÈRE, F. A língua francesa: pré-construído e acontecimento linguístico. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Unicamp, 2014, pp. 193-206.

COSSE, Isabella. **Mafalda**: historia social y política. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

\_\_\_\_\_. **“Ese monstruito”**: Mafalda, generaciones y género en una construcción mítica. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 14 (2), 2016, pp. 1549-1561.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda & LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999, pp. 15-22.

\_\_\_\_\_. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EdUFSCar, 2009.

DALY, Glyn. Introdução – Arriscando o impossível. In: ŽIŽEK, Slavoj & DALY, Glyn. **Arriscar o impossível** – conversas com Žižek. [trad.] Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. [trad.] Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

DUPUY, Rosario Casas. Apuntes sobre la critica hegeliana de la ironía. In: **Ideas Y Valores**. Bogotá, Colombia, N° 110, 21-31, 1999. Disponível em: <<http://bdigital.unal.edu.co/24703/1/21905-75101-1-PB.pdf>.> Acesso em: 03/04/2019.

ERNST, Aracy. **A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo**. SEAD 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>.> Acesso em: 10/06/2015.

ERNST-PEREIRA, Aracy & QUEVEDO, Marchiori. **Pré-construído e discurso transverso**: ferramentas de derrisão em uma charge de Latuff. In: Desenredo - Revista do programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Volume 9, N° 2, pp. 325-339 – jul./dez. 2013. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:i9yVS99cNncJ:seer.upf.br/index.php/rd/article/view/3851+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso: 08/01/2020.

FREUD, Sigmund. **Os chistes e a Sua Relação com o Inconsciente** (1905). Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume VIII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. [trad.] Luiz Felipe Baeta. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FUCHS, Catherine. **Paráfrase Linguística – Equivalência, sinonímia ou reformulação?** Cadernos de Estudos Linguísticos, Unicamp, N° 8, p. 129-134, 1985. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3394>. Acesso em: 24/07/2016.

GADET, Françoise & PÊCHEUX, Michel. **A Língua Inatingível** – o discurso na história da linguística. [trad.] Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GAMARNIK, Cora. **La fotografía de prensa em Argentina durante la década del 1960: modernización e internacionalización** del periodismo gráfico. In: Revista Photo& Documento. Sección “Artículos Originales”. N° 2, 2016. Disponível em:

<https://www.academia.edu/download/50664801/68-215-7-PB.pdf>. Acesso: 15/06/2019.

GOCIOLO, Judith & ROSEMBERG, Diego. Mafalda “¿Dónde hay que empujar este país para llevarlo adelante?”. In: GOCIOLO, Judith & ROSEMBERG, Diego. **La historieta argentina** – una historia. 2ª ed. Argentina: Ediciones de la Flor, 2003, pp. 174-180.

GRICE, H. Paul (1989) *Studies in the Way of Words*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria C. L. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007, pp. 123-134.

GRIGOLETTO, Marisa. Parte I – Percurso teórico – Discurso e Enunciação. In: GRIGOLETTO, Marisa. **A resistência das palavras** – Discurso e colonização britânica na Índia. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002, pp. 23-60.

HARTMANN, Fernando. **Ideologia e desejo**. Texto apresentado no I SEAD na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

HENRY, Paul. **Construções Relativas e Articulações Discursivas**. [trad.] João Wanderely Geraldi e Celene Margarida Cruz. Cad. Est. Ling., Campinas, (19): 43-64, jul./dez. 1990.

\_\_\_\_\_. **Ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso**. [trad.] Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

HERNÁNDEZ, Pablo José. **Para leer Mafalda**. 2ª ed. Argentina: Editorial Precursora, 1976.

\_\_\_\_\_. **Peronismo y pensamiento nacional 1955-1973**. 2ª ed. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1997.

HUTCHEON, Linda. **Teoria e Política da Ironia**. [Trad.] Julio Jeha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

INDURSKY, Freda. **Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação**. Cadernos de Estudos Linguísticos, nº 19, jul/dez. Campinas: IEL/Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. **Da anáfora textual à anáfora discursiva**. Anais do I Encontro do CELSUL. Florianópolis, UFSC, nov. 1995.

\_\_\_\_\_. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo (Org.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001.

\_\_\_\_\_. A formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria C. L. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

JANKÉLÉVITCH, Vladimir. **La ironia**. [trad.] Carlos Schilling. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Cuento de Plata, 2015.

KIERKEGAARD, S.A. **O conceito de ironia** – constantemente referido a Sócrates. [trad.] Álvaro Luiz Montenegro Valls. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1991.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: ŽIŽEK, Slavoj (org). **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

LAMAS, Cristiane Giglio. **Pica-pau e os ideais norte-americanos**. In: Desenho animado: entretenimento, ideologia e comunicação de massa. 2012. 130f. Dissertação (mestrado) – Pós-Graduação em comunicação e cultura da Universidade de Sorocaba, Sorocaba, São Paulo. (101-112).

LEVÍN, Florencia. **Humor gráfico** – Manual de uso para la historia. 1ª ed. Argentina: Ediciones UNGS, 2015.

LUNA, Félix. **Argentina**: de Perón a Lanusse (1943-1973). [Trad.]. Glória Rodríguez. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MACHADO, Ida Lúcia. **A ironia, a retórica antiga e a retórica francesa**. Clássica, São Paulo, 1994. Disponível em: <<https://revista.classica.org.br/classica/article/view/679>> Acesso em: 26/05/2019. pp. 303-308.

MAGGIO, Marcelo. **Diario El Mundo** – PRT-ERP: prensa masiva para una política de masas. Buenos Aires: Editorial Cooperativa El Río Sueno, 2012.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (Re)ler Michel Pêcheux hoje. [trad.] Eni P.Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MALDIDIER, D; NORMAND, C; ROBIN, R. IV Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de Leitura** – da história no discurso. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, pp. 69-106.

MARTIGNONE, Hernán & PRUNES, Mariano. **Historietas a diário** – Las tiras cómicas argentinas de *Mafalda* a nuestros días. Buenos Aires: Libreria, 2010.

MARTINS, Luciane Botelho. **Mafalda**: gestos de leitura a partir do funcionamento discursivo da interrogação. 2015. 98 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. [trad.] Álvaro Pina. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MAZZEI, Daniel H. **Los medios de comunicación y golpismo**. La caída de Illia 1966. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 1997.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da Língua**. [trad.] Paulo Sérgio de Souza Júnior. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. O material do esquecimento. In: YERUSHALMI, Yosef Hayim [et al.]. **Usos do esquecimento**. [trad.] Eduardo Alves Rodrigues e Renata Chrystina Bianchi de Barros. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017, pp. 81-98.

ORLANDI, Eni. Prefácio. In: ORLANDI, Eni.(Org.). **Discurso Fundador**. Campinas: Pontes, p. 7- 9, 1993a.

\_\_\_\_\_. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni.(Org.). **Discurso Fundador**. Campinas: Pontes, p. 11-25, 1993b.

\_\_\_\_\_. **Texto e Discurso**. *Organon*, vol. 9, n. 23. 1995.  
<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29365/18055>

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**. (Re)ler Michel Pêcheux Hoje. Campinas: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. 2ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Interpretação** – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 6ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Destruição e construção do sentido**: um estudo sobre a ironia. *Web-Revista Discursividade*, Edição 09. 2012c.  
<http://discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/09.htm>

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 10ª Ed. Campinas: Pontes Editores, 2012d.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. [trad.] Péricles Cunha. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. [trad.] José Horta Nunes. Cad. Est. Ling. Campinas, (19): 7-24, jul./dez., 1990.

\_\_\_\_\_. O mecanismo do (de)conhecimento ideológico. In: ŽIŽEK, Slavoj (org). **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

\_\_\_\_\_. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F. e HAK, T (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. **O discurso** – estrutura ou acontecimento. [trad.] Eni Orlandi. 5ª ed. Campinas. SP: Pontes Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4ª ed. Campinas. SP: Editora Unicamp, 2009a.

\_\_\_\_\_. O estranho espelho da análise do Discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EdUFSCar, 2009b.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. [trad.] José Horta Nunes. 3ª ed. Campinas. SP: Pontes Editores, 2010, pp. 49-56.

\_\_\_\_\_. Metáfora e Interdiscurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux - Textos escolhidos. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2012, pp. 151-161.

\_\_\_\_\_. Questões iniciais. In: CONEIN, Bernard et. al. (Orgs.). **Materialidades Discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, pp. 17-19.

PÊCHEUX, Michel & GADET, Françoise. A língua inatingível. [Trad.] Sérgio Augusto Freire de Souza. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux - Textos escolhidos. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2012, pp. 93-105.

QUEVEDO, Marchiori Q. de. **Do gesto de reparar a(à) gestão dos sentidos**. Um exercício de análise da imagem com base na Análise do Discurso. 2012. 253 f. Dissertação. (Mestrado em Letras Linguística Aplicada) Universidade Católica de Pelotas. Pelotas.

QUINO. **Toda Mafalda**: da primeira à última tira. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Mafalda Inédita**. São Paulo: Martins Fontes, 2013a.

\_\_\_\_\_. *Toda Mafalda*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2013b.

RANCIÈRE, Jacques. 4. Seé preciso concluir que a história é ficção. Dos modos de ficção. In: RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. [trad.] Mônica Costa Neto. São Paulo: Exo Experimental org. Ed. 34, 2005. pp. 52-62.

ROBIN, Régine. **Memória Saturada**. [trad.] Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. [Trad.] Edmundo Barreiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

ROUQUIÉ, Alain. **Poder Militar y Sociedad Política en la Argentina II**. Buenos Aires: Hyspamérica Ediciones Argentina S.A., 1986.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

STEIMBERG, Oscar. **Leyendo historietas** – Textos sobre relatos visuales y humor gráfico. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2013.

TRILLO, Carlos & SACCOMANO. **Historia de la Historieta Argentina**. Argentina: Ediciones Record, 1980.

VINHAS, Luciana Iost. **Discurso, corpo e linguagem**: Processos de subjetivação no cárcere feminino. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

VITALE, Alejandra. **¿Cómo pudo suceder?** Prensa escrita y golpismo en la Argentina (1930-1976). Ciudad de Buenos Aires: EUDEBA, 2015.

WILSON, Deirdre & SPERBER, Dan. **La teoría de la relevancia**. Revista de Investigación Lingüística. Vol. VII, 2004, pp. 233-282. Disponível em: <<https://revistas.um.es/index.php/ril/article/view/6691>> Acesso em: < 20/04/2019.

ZAROWSKY, Mariano. Introducción y Capítulo 1. Peronismo y cultura de masas: Jaime Rest. In: ZAROWSKY, Mariano. **Los Estudios en Comunicación en la Argentina** – Ideas, intelectuales, tradiciones político-culturales (1956-1985). Ciudad de Buenos Aires: EUDEBA, 2017, pp. 11-43.

ŽIŽEK, Slavoj. Introdução: O espectro da Ideologia. In: ŽIŽEK, Slavoj (org). **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a, pp. 7-38.

\_\_\_\_\_. Como Marx inventou o sintoma?. In: ŽIŽEK, Slavoj (org). **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996b, pp. 297-331.

## ANEXOS

ANEXO 1: AVÓ - TRADUÇÃO .....	173
ANEXO 2: MELHOR PAI - TRADUÇÃO.....	174
ANEXO 3: O PAÍS - TRADUÇÃO.....	175
ANEXO 4: VESTIDO X CULTURA - TRADUÇÃO .....	176
ANEXO 5: A VIDA AOS QUARENTA - TRADUÇÃO.....	177
ANEXO 6: QUEM, DEUS MEU? - TRADUÇÃO .....	178
ANEXO 7: QUE IMPORTA? - TRADUÇÃO .....	179
ANEXO 8: DESPRESTÍGIO - TRADUÇÃO .....	180
ANEXO 9: SEQUÊNCIA DISCURSIVA 1 - MILITARES X PRESIDENTE - TRADUÇÃO .....	181
ANEXO 10: SEQUÊNCIA DISCURSIVA 2 - FRASCO DE VITAMINAS – TRADUÇÃO .....	182
ANEXO 11: SEQUÊNCIA DISCURSIVA 3 - CRESCIMENTO TRUCULENTO – TRADUÇÃO.....	183
ANEXO 12: SEQUÊNCIA DISCURSIVA 4 - O CAMINHÃO – TRADUÇÃO .....	184
ANEXO 13: SEQUÊNCIA DISCURSIVA 6 - O "PALITO" DE APAGAR IDEOLOGIAS – TRADUÇÃO	185
ANEXO 14: CAPA DO JORNAL EL MUNDO DE 02/04/1966 .....	186
ANEXO 15: PÁGINA 05 DO JORNAL EL MUNDO DE 02/04/1966 .....	187
ANEXO 16: CADERNO FEMENINO - EL MUNDO DE 06/04/1966 .....	188
ANEXO 17: CAPA DA REVISTA SIETE DIAS - 23/08 A 29/08/1971 .....	189
ANEXO 18: PÁGINA 17 DA REVISTA SIETE DIAS DE 23/08 A 29/08/1971.....	190
ANEXO 19: MAFALDA EM SIETE DIAS DE 23/-8 A 29/08/1971, P. 79 .....	191
ANEXO 20: CAPA DA REVISTA SIETE DIAS DE 09 A 16 DE JUNHO DE 1969 .....	192
ANEXO 21: COBERTURA DO CORDOBAZO - REVISTA SIETE DIAS, PÁGINA 06 E 07.....	193
ANEXO 22: COBERTURA DO CORDOBAZO - REVISTA SIETE DIAS, PÁGINA 08 E 09.....	194
ANEXO 23: COBERTURA DO CORDOBAZO - REVISTA SIETE DIAS, PÁGINA 10 E 11.....	195
ANEXO 24: REPORTAGEM SOBRE ONGANÍA, PÁG. 13 .....	196
ANEXO 25: TRABALHADORES PRESOS NA MANIFESTAÇÃO, PÁG. 14 .....	197
ANEXO 26: MAFALDA EM SIETE DIAS DE 09 A 16/06/1969, P. 32.....	198
ANEXO 27: CAPA DA REVISTA SIETE DIAS DE 31/07 A 06/08/1972 .....	199
ANEXO 28: MÉDICOS X GOVERNO .....	200
ANEXO 29: MAFALDA EM SIETE DIAS DE 31/07 A 06/08/1972, P. 98.....	201
ANEXO 30: CAPA DA EDIÇÃO ESPECIAL DA REVISTA SIETE DIAS – RETORNO DE PERÓN...	202
ANEXO 31: MASSACRE EM EZEIZA.....	203

ANEXO 32: MAFALDA EM SIETE DIAS DE 25/06 A 1º/07/1973, S/P.....	204
ANEXO 33: CAPA DA REVISTA SIETE DIAS DE 13 A 19/10/1969 .....	205
ANEXO 34: REPORTAGEM - PRODUÇÃO DE AVIÃO ANTI-GUERRILHA .....	206
ANEXO 35: REPORTAGEM SOBRE SEQUESTRO DA AERONAVE ARGENTINA .....	207
ANEXO 36: MUDANÇAS SALARIAIS E ESTABILIDADE FINANCEIRA .....	208
ANEXO 37: MAFALDA EM SIETE DIAS DE 13 A 19/10/1969, P. 53.....	209
ANEXO 38: IGREJA SAN PATRÍCIO E MEMORIAL EM HOMENAGEM AOS RELIGIOSOS ASSASSINADOS.....	210

Anexo 1: Avó - tradução



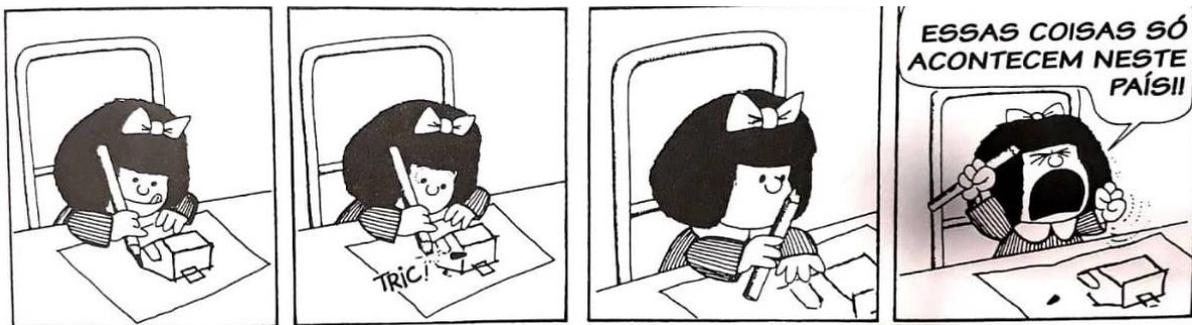
Fonte: QUINO. Toda Mafalda, 2010, p. 201.

## Anexo 2: Melhor pai - tradução



Fonte: QUINO. Mafalda Inédita, 2013a, p. 17.

Anexo 3: O país - tradução



Fonte: QUINO. Mafalda Inédita, 2013a, p. 17.

#### Anexo 4: Vestido X cultura - tradução



Fonte: QUINO. Toda Mafalda, 2010, p. 40.

Anexo 5: A vida aos quarenta - tradução



Fonte: QUINO. Toda Mafalda, 2010, p. 156.

## Anexo 6: Quem, Deus meu? - tradução



Fonte: QUINO. Toda Mafalda, 2010, p. 117.

### Anexo 7: Que importa? - tradução



Fonte: QUINO. Toda Mafalda, 2010, p. 118.

## Anexo 8: Desprestígio - tradução



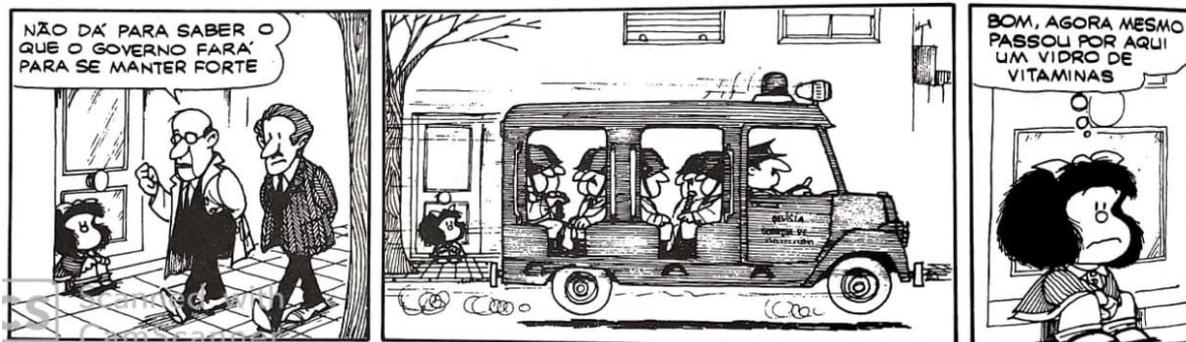
Fonte: QUINO. Mafalda Inédita, 2013a, p. 28.

### Anexo 9: Sequência discursiva 1 - Militares X presidente - tradução



Fonte: QUINO. Mafalda Inédita, 2013a, p. 42.

## Anexo 10: Sequência discursiva 2 - Frasco de vitaminas – tradução



Fonte: QUINO. Toda Mafalda, 2010, p. 338.

**Anexo 11: Sequência discursiva 3 - Crescimento truculento – tradução**



Fonte: QUINO. Toda Mafalda, 2010.p. 244.

Anexo 12: Sequência discursiva 4 - O caminhão – tradução



Fonte: QUINO. Toda Mafalda, 2010.p. 371.

Anexo 13: Sequência discursiva 6 - O "palito" de apagar ideologias – tradução



Fonte: QUINO. Toda Mafalda, 2010.p. 260.



# Salte el Ejército al Paso de los Rumores con un Energico Documento. Advertencia

UN enérgico llamado a la reflexión formuló anoche la Secretaría de Guerra frente a las versiones circulares sobre la posibilidad de que esa institución estuviera en actitud subversiva. Al desmentir tales rumores, insiste en la necesidad de consolidar las instituciones republicanas y el imperio de la Ley y la Constitución. El comunicado dado a conocer sigue a las reuniones que, en forma separada, mantuvieron los altos mandos de las tres armas en los últimos días, en los que se analizaron problemas específicos de cada una de ellas, como asimismo el panorama político, económico y social del país. En esa deliberación se refirió el propósito de jefes y oficiales de resguardar el orden constitucional.

## El Comunicado

"Una ola de rumores de inusitada intensidad, cuyo origen no interesa aclarar por el momento, los desbordes de imaginación de cierta prensa periodística y las presiones sopladas procedentes de los más diversos sectores, pretenden hacer aparecer al Ejército en una actitud prácticamente subversiva y al borde de un golpe de Estado.

A ello debe agregarse la desprecavida mención de los nombres de señores generales en actividad, como vinculados con hechos de este tipo, lo que constituye un agravio hacia los mismos. El Ejército, como institución consagrada de su grave responsabilidad frente a la nación, hace saber a la opinión pública:

1. Que ha luchado para lograr el imperio de la Constitución y de la ley y que está dispuesto a defenderlas.
2. Que no cree en el "gobierno militar" como solución para los problemas argentinos.
3. Que la experiencia ha demostrado que el Ejército en función de gobierno se convierte en una institución deliberativa y se corrompe la disciplina, lo que conduce a la anarquía, destruyendo lo que tantos desvelos y sacrificios ha costado a la institución.
4. Que sus actuales mandos, que son los mismos que combatieron para lograr la vigencia de la Constitución, único instrumento capaz de regir la vida de una sociedad democrática y no conspiran ni pretenden gobernar al país.
5. Que considera oportuno advertir a todos los sectores de la ciudadanía la irresponsabilidad que significa pretender quebrantar el orden institucional, atentando así contra los derechos y las garantías individuales establecidas por la Constitución Nacional, con riesgos y consecuencias imprevisibles, que solo se oponen a los intereses y que se encuentran en perjuicio de quienes, irreflexivamente, intentan soluciones fuera de la ley.

Lo expresado no significa que la institución sea insensible a los problemas que afectan al país, y es así que sus mandos siguen con honda preocupación

los problemas económicos de la República, los perjuicios de todo orden que producen las huelgas, el drama de las inundaciones, para cuya solución en la emergencia y la difícil tarea de la reconstrucción no escatima esfuerzos, el clima de desconfianza y de recelos que se alimentan diariamente en perjuicio de la paz y del trabajo fecundos, los actos que producen un deterioro y desmoronamiento en las instituciones de la República, la incertidumbre del futuro electoral, y los problemas que afectan a la provincia de Tucumán.

## En la Aeronáutica

El Consejo Superior de Aeronáutica, presidido por el titular de esa arma, el señor Mario Romaneli, deliberó ayer con la asistencia de 26 brigadieres en actividad y cuatro en retiro, entre ellos el subsecretario, Amílcar San Juan; el director de Aviación Civil y el presidente y vicepresidente de Aeronáutica Argentina, brigadieres Roberto Gilbert, Roberto Federico García Baltar y comodoro Federico Müller, respectivamente. La presencia de los dos mencionados en último término, cuya asistencia a la reunión no correspondía, fue prueba evidente de la preocupación existente por el conflicto en Aeronáutica.

Si bien este tema no habría sido el central en las deliberaciones fue tratado exhaustivamente y, por lo trascendente, se desprende que en el transcurso de la conversación se concretaron algunas medidas de fondo para normalizar el funcionamiento de la empresa, ya que el estado imperante había afectado directamente la función de mando y el mínimo de disciplina que debe imperar en un organismo que si bien es civil, está bajo la dependencia directa de la Secretaría de Aeronáutica.

Los otros temas tratados que fueron analizados oficialmente se refirieron al presupuesto de las Fuerzas Armadas, en especial al rubro que corresponde a la Aeronáutica Militar y el reequipamiento de la Fuerza Aérea. Trascen-

dió, asimismo, que se habló también sobre la situación institucional y nacional, sealando los mandos de completo acuerdo para resguardar el orden constitucional, en total armonía y conciliencia con lo ya expresado en ese sentido por Ejército y Marina.

## Reunión Conjunta

En la Secretaría de Guerra tuvo lugar ayer, a partir de las 10, una reunión de la que participaron los tres secretarios militares, general Castro Sánchez, vicecomandante Pita y brigadier Romaneli, respectivamente, y los subsecretarios de las tres armas, general Laprida, capitán Vera y brigadier San Juan. La reunión finalizó a las 21,5, sin que ninguno de los intervinientes informara a los periodistas de los temas tratados en las prolongadas deliberaciones. Sin embargo, pudo saberse que fue considerada la posición fijada por las tres fuerzas, de las que da cuenta el comunicado de la Secretaría de Guerra en lo que respecta al Ejército, y los trascendidos sobre los reñimientos de los mandos de Marina y Aeronáutica. Asimismo, se supo que es probable que como resultado de esta deliberación se dé a conocer oportunamente una declaración conjunta.

Cabe señalar que con posterioridad a esa reunión, mantuvieron una prolongada conferencia el comandante en jefe del Ejército, teniente general Pisarini, y el comandante de Operaciones Navales, el comandante Varela, no trascendiendo lo tratado.

## Despido a Almirantes

En la secretaría de Marina tuvo lugar ayer, a las 12, el acto de despedida de los almirantes que han pasado a retiro absoluto durante el año pasado.

A la reunión, convocada por el titular del arma, vicealmirante Manuel A. Pita, asistieron el subsecretario, capitán Vergara; el comandante de Operaciones Navales, almirante Varela; y la mayoría de los oficiales superiores de esa rama en actividad.

En esta ocasión el vicealmirante Pita pronunció un discurso, en el que manifestó, entre otras cosas: "La Armada Argentina ha querido conmemorar en esta reunión el estado que por mi intermedio les heicita llegar a fines de diciembre pasado, con miras de vuestro pase a retiro efectivo".

# Afirma Concepción que Hay una Campaña Sistemática de Injurias

El secretario de Industria, doctor Alfredo Concepción, dijo ayer un comunicado en relación con manifestaciones que le fueron atribuidas a raíz de fabricaciones de automotores sobre publicidad de esas empresas en órganos periodísticos que preparan rumores contra la obra de gobierno. El comunicado expresa textualmente:

"El secretario de Industria considera que la publicación de esos textos de prensa carecen información política, ponen sus columnas al

servicio del rumor difundiendo e inventando y atribuyendo a funcionarios, magistrados, miembros de las Fuerzas Armadas o simples ciudadanos, supuestas manifestaciones, injurias sistemáticamente a quienes gozan los poderes, públicos e intentan a la rebeldía en síntesis, estas publicaciones que no crean ni objetan con seriedad ni rigor técnico la obra de gobierno, ni también se dedican preferentemente a denostarse por las instituciones con el propósito de crear un clima

propio a la ruptura del orden institucional, merecen ser calificadas de subversivas. Avísas o no en ellas es cuestión que incumba directa y únicamente a quienes hacen publicidad. Las injurias de la Secretaría de Industria serán siempre tomadas conforme con la ley y la justicia, y es absolutamente innecesario que se haya "comunidad" de manera alguna a quienes a cada cual se le aplicaron las normas según correspondiera y de acuerdo a estricto derecho."

# Doce Estudiantes en Libertad

SE pronunció el juez Federal, doctor Miguel Ángel Inchausti, sobre la situación de los estudiantes detenidos durante los disturbios producidos el viernes de la semana anterior al finalizar un acto realizado en la Facultad de Ciencias Exactas por la Federación Universitaria Argentina. La policía afirmó que varias de ellas llevaban bombas "molotov". Durante los hechos ocurridos en la zona céntrica de la ciudad un transeúnte resultó herido en un brazo, por un disparo, y fue atendido en un hospital por los que participaron en los hechos.

Al dar término a la primera parte de la investigación, el juez doctor Inchausti dispuso la libertad de Néstor Abel Meinoldi, Eduardo Funes, Julio Armando Sverli, Alberto Siergoria, Manuel Eduardo Bolioni, Carlos Alberto Iglesias Briceño, Juan José Jurezak, Juan Alberto Álvarez Héctor Ramón Gaidonbe y Víctor Leonardo Coan, Aldo José Rodríguez y Eduardo Alcides Galvetti, sin perjuicio de la prosecución del proceso. Se les levantó la incommunicación y constituyen ordenados solamente los estudiantes Oscar Luis Rescia y Ruben Homacio Rojas Bruñ.

# Informarán a Illia

TRASCENDIÓ en los días previos a la publicación de este artículo que el presidente Illia se reuniría con los tres secretarios militares, general Castro Sánchez, vicecomandante Pita y brigadier Romaneli, respectivamente, y los subsecretarios de las tres armas, general Laprida, capitán Vera y brigadier San Juan. La reunión finalizó a las 21,5, sin que ninguno de los intervinientes informara a los periodistas de los temas tratados en las prolongadas deliberaciones. Sin embargo, pudo saberse que fue considerada la posición fijada por las tres fuerzas, de las que da cuenta el comunicado de la Secretaría de Guerra en lo que respecta al Ejército, y los trascendidos sobre los reñimientos de los mandos de Marina y Aeronáutica. Asimismo, se supo que es probable que como resultado de esta deliberación se dé a conocer oportunamente una declaración conjunta.

SOLICITADA

## CONVOCATORIA A ELECCIONES RENOVACION DE LAS COMISIONES EJECUTIVAS DE RAMAS, SECCIONALES Y DELEGACIONES

VISTO: Que el artículo 10 de la Ley N.º 13.000, de fecha 11 de febrero de 1956, establece que el Consejo Directivo de las Comisiones Ejecutivas de Ramas, Seccionales y Delegaciones, deberá ser renovado en su totalidad por el Consejo Directivo de la Unión Ferroviaria, en el mes de marzo de cada año.

CONSIDERANDO: Que, de acuerdo con lo establecido en el artículo 10 de la Ley N.º 13.000, de fecha 11 de febrero de 1956, el Consejo Directivo de la Unión Ferroviaria, deberá renovar en su totalidad, en el mes de marzo de cada año, el Consejo Directivo de las Comisiones Ejecutivas de Ramas, Seccionales y Delegaciones.

Que, con fines de dar cumplimiento a lo establecido en el artículo 10 de la Ley N.º 13.000, de fecha 11 de febrero de 1956, se convocan a elecciones para la renovación de las Comisiones Ejecutivas de Ramas, Seccionales y Delegaciones.

**POR ELLO:**

**EL CONSEJO DIRECTIVO EN FUNCIONES DE COMISION ELECTORAL**

**RESUELVE:**

- Art. 1.º Convocar a elecciones para la renovación de las Comisiones Ejecutivas de Ramas, Seccionales y Delegaciones, en el mes de marzo de cada año.
- Art. 2.º Que las elecciones se celebren el día 15 de marzo de cada año.
- Art. 3.º Que las elecciones se celebren en forma pública y con el voto secreto.
- Art. 4.º Que las elecciones se celebren en forma pública y con el voto secreto.
- Art. 5.º Que las elecciones se celebren en forma pública y con el voto secreto.
- Art. 6.º Que las elecciones se celebren en forma pública y con el voto secreto.
- Art. 7.º Que las elecciones se celebren en forma pública y con el voto secreto.
- Art. 8.º Que las elecciones se celebren en forma pública y con el voto secreto.
- Art. 9.º Que las elecciones se celebren en forma pública y con el voto secreto.
- Art. 10.º Que las elecciones se celebren en forma pública y con el voto secreto.

EL DIRECTOR GENERAL DE LA UNIÓN FERROVIARIA

EL SECRETARIO GENERAL DE LA UNIÓN FERROVIARIA

# Vesco: No Hay Golpe

CORDONA (10). — Rechazo de pleno la posibilidad de que se dé un golpe de Estado, expresó el doctor José Luis Vesco, actual y futuro gobernador de Córdoba, frente de periodistas que se congregaron en un repartido, publicado por un respetado diario.

ADEVA - FIAT ADEVA - FIAT



Anexo 17: Capa da revista Siete Dias - 23/08 a 29/08/1971



## El proteccionismo de Nixon desconcierta a los liberales

"El gobierno nacional está preparando todas las decisiones necesarias (tenencia de divisas, deuda externa, posición con otras monedas, activación del comercio exterior) a fin de que la economía se adapte positivamente al ritmo del nuevo proceso mundial." Estos términos, vertidos el miércoles 18 por Juan Quiñici —un desarrollista moderado que pilota el Ministerio de Hacienda y Finanzas—, fueron la primera manifestación oficial luego de las detonantes declaraciones de Richard Nixon de hace dos semanas, que acabaron con la convertibilidad del dólar.

Al mismo tiempo, los sectores ultraliberales de la Argentina contemplaban aledados cómo los Estados Unidos, uno de sus modelos predilectos, adoptaban medidas del más puro corte proteccionista, algo que los liberales siempre han caratulado como "nacionalismo xenófobo y estatizante".

En las antipodas de los defensores de la "economía de mercado" se halla la Confederación General Económica; su presidente, José Gelbard, recomendó: "Si los responsables de la conducción económica de la Argentina adoptasen siempre decisiones que contemplen exclusivamente el interés nacional (como hizo

el gobierno de los Estados Unidos), la mayoría de los problemas existentes habrían desaparecido o estarían muy atenuados". Es que la CGE aglutina a los pequeños y medianos empresarios que tratarán de presionar al gobierno para que adopte medidas proteccionistas. Obvio: un retorno a la política kriegeria —ahora definitivamente imposible, debido al derrocamiento de Ricardo Gruneisen— provocaría el colapso de los maltrechos integrantes de las pequeñas empresas nativas.

Es que la previsible revaluación general de divisas —ya Nixon solicitó a Japón que lo haga con el yen— provocaría un aumento de la deuda externa argentina en unos 260 millones de dólares. Si a esto se agrega el deterioro de las reservas del Banco Central, habría que computar otros 20 millones de pérdida.

Previendo tales peligros, los tres "grandes" de América latina (México, Brasil y Argentina) iniciaron urgentes reuniones en Washington. Motivo: evitar que los aranceles proteccionistas del país del Norte hagan disminuir las exportaciones de sus socios menores. La Argentina, por ejemplo, podría ver reducidas a la mitad sus ventas de carne, lo que provocaría una pérdida de 30 ó 40 millones de dólares anuales.

## Movimiento estudiantil: otra vez tomatazos y ocupaciones

La semana pasada, en la Facultad de Ingeniería, los estudiantes quebraron la bonhomía que se había apoderado de los universitarios porteños durante los últimos cuarenta días. El miércoles 18, varios centenares de alumnos motorizaron un tumultuoso acto que culminó con una masiva andanada de huevos, tomatos y harina contra la puerta del decanato.

El episodio se produjo ante la negativa del almirante-decano Antonio Marín de recibir a una delegación estudiantil. "Ibamos a exigirle el cumplimiento de nuestro plan —explica Alberto Romero (20, activista

independiente)— que consta de cuatro puntos: expulsión de la policía interna de la Facultad; libertad de expresión y organización para el estudiantado; derogación del plan de ciclo básico; anulación de las sanciones y sumarios iniciados hace un mes y medio."

Los aprendices de ingenieros se movilizan especialmente tras cuatro tendencias: el Frente Estudiantil Nacional (FEN), la Tendencia Universitaria Popular Antiimperialista Combativa (TUPAC, maoístas), el Frente de Agrupaciones Universitarias de Izquierda (FAUDI, comunistas revolucionarios) y el Movimiento de Orien-

tación Reformista (MOR, vinculado al Encuentro de los Argentinos).

"El propósito del acto es denunciar el Gran Acuerdo Nacional, que en la facultad representa el ingeniero Enrique Fleitas (reemplazante de Marín). Fleitas es profesor en la Escuela Superior del Ejército", concuerdan militantes del FEN y del FAUDI.

Pese a esta coincidencia, no soplan vientos de unidad: el FEN proclama que "el eje de toda lucha pasa por el pueblo peronista"; por eso, los izquierdistas los acusan de "sectarios que ni siquiera participaron en la preparación del acto". Con todo, los manifestantes se unieron para romper muebles y escritorios de la Comisión Organizadora de Viajes de Estudiantes de Ingeniería. "Repre-

casa. La tentativa no tuvo éxito, pero constituye el antecedente más importante de lo que ocurrió después.

"En los cuatrimestrales —acusa Jorge Sabella (23)—, la profesora Conti aplazó a 20 de sus 24 alumnos. Poco antes había declarado su admiración por la Falange Española y sus contactos con la SIDE, y aseguró que Guernica (la ciudad vasca arrasada por la aviación hitleriana durante la Guerra Civil española) fue dinamitada por los asturianos republicanos. La situación se hizo intolerable —memora— y el martes 10 declaramos la huelga, buscando el apoyo de las restantes divisiones de la escuela. Esto se logró cuando las autoridades dejaron libre a toda nuestra división."



Los izquierdistas y los peronistas codo con codo en los disturbios.

senta los intereses de las clases dominantes en la facultad", rugieron.

Al filo de la semana se trataba de constituir una Comisión de Lucha, algo difícil de lograr a menos que los activistas independientes ganen la dirección. De no ser así, marxistas y peronistas continuarán sus eternas discusiones.

Entre tanto, un núcleo de estudiantes secundarios también se lanzó hacia la rebeldía: el jueves 12 ocuparon el colegio Juan José Paso: "Todo comenzó cuando cuestionamos a la profesora Josefina Conti —relata el alumno Mario Giménez (20)—, una persona que, además de no estar habilitada para dictar su materia (Estudios Económicosociales de la República Argentina), nos exigió como libro de texto un apunte del doctor Santoro, que es acientífico, antiindigenista, antinacional y antipopular. Nosotros hablamos con las autoridades, exigiendo su destitución —se encrespa—, pero aunque el vicerrector, Diógenes Cosmel Ibáñez, manifestó estar de acuerdo en los cargos formulados a la Conti, no demostró en los hechos su apoyo verbal".

Sin embargo, es evidente que la ocupación de un colegio obedece a motivos más importantes que las discrepancias con una profesora: meses atrás, los inquietos jóvenes trataron de estructurar un centro de estudiantes en el que estuvieran representados los 250 alumnos de la

"El jueves 12, entonces, todo el alumnado tomó la escuela a las ocho en punto de la noche —clama Francisco Gómez, otro alumno—. Oblígamos a las autoridades y a los celadores a salir por la ventana, pues habíamos bloqueado la puerta, y no acatamos la orden policial de desalojar la escuela. Pasada la medianoche llegó Juan Carlos Civile, inspector de Enseñanza Secundaria del Ministerio de Educación. Tras largas discusiones, Civile aceptó nuestras condiciones: levantamiento de las sanciones, sumario a la profesora Conti y a las autoridades que permitieron la entrada de las fuerzas de represión en la escuela. De todos modos —lamenta— el problema no ha concluido: en la ceremonia del 17 de agosto la profesora Conti estuvo presente, como si nada hubiese ocurrido."

Los disturbios en el colegio Paso —unidos a los del Nacional Buenos Aires (ver SIETE DIAS 221)— no son estallidos aislados, sino brotes de un inquietante proceso que se viene desarrollando en el estudiantado secundario porteño. Algo similar a lo que ocurre en el interior, donde los chicos son mucho más rebeldes: participaron activamente en los "provinciazos" y periódicamente manifiestan contra el gobierno. A comienzos de agosto, por ejemplo, los secundarios tucumanos apedrearon a la policía en sucesivas "jornadas de lucha".

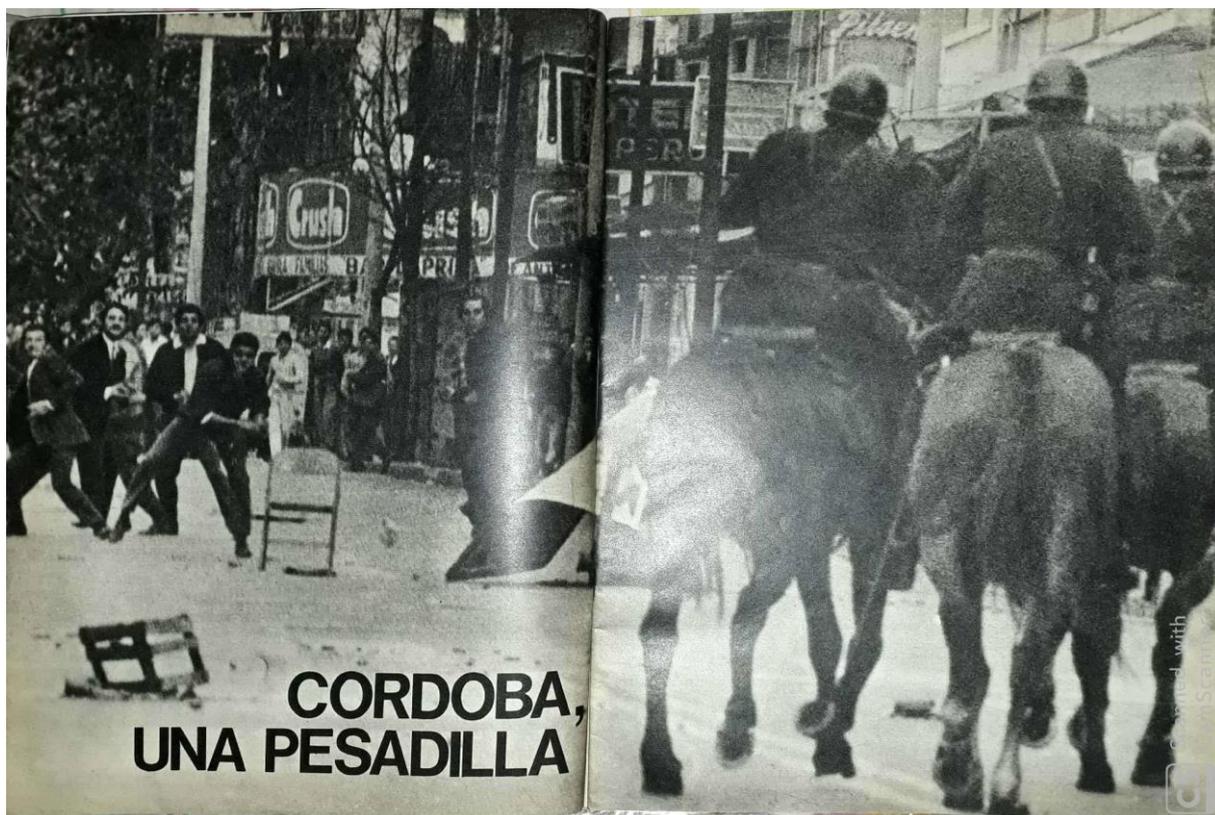
El miércoles 18, un brote rebelde en la Facultad de Ingeniería.







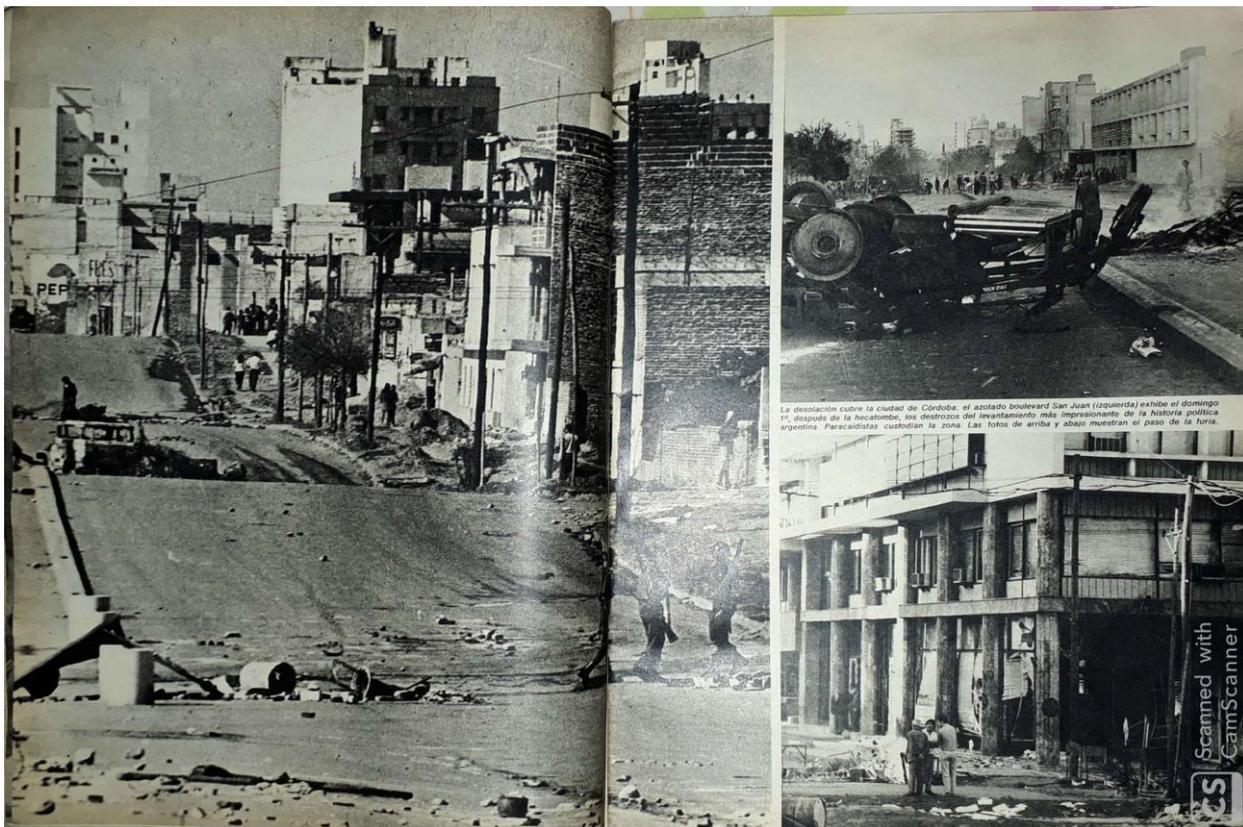
Anexo 21: Cobertura do Cordobazo - revista Siete Dias, página 06 e 07



## Anexo 22: Cobertura do Cordobazo - revista Siete Dias, página 08 e 09



Anexo 23: Cobertura do Cordobazo - revista Siete Dias, página 10 e 11



# LOS ECOS DEL CORDOBAZO

Como corolario de la crisis que sacudió al país en las últimas semanas, y en medio de un clima de honda expectativa, el presidente Onganía anunció, el miércoles cuatro, la apertura de una nueva etapa y la renuncia de todo el gabinete

Fue necesario que Juan Carlos Onganía hiciera temblar las radios de todos los rincones del país, en la noche del miércoles 4, para que la población tuviera una verdadera idea de la magnitud de la crisis desatada en las entrañas de la Revolución Argentina. Altivo, como si estuviera arengando a sus camaradas de armas, la voz del jefe del Estado mantuvo en suspenso al país, tal vez como no lo había hecho presidente alguno en la última década. No sólo eso. Un segundo después de terminada la alocución, su voz aún flotaba en el aire, en innumerables discusiones e interpretaciones: crepitanas contra el desencanto de quienes habían esperado obtener del discurso la prueba del derrumbe total del presidente.

En lugar de ello, el país le oyó decir: "No todo lo hecho en estos tres últimos años está bien hecho", para después afirmar: "pero habría que rastrear mucho en la historia para encontrar otros tres años tan llenos de realizaciones". En ese frase, que a primera vista pareció una contradicción, tal vez esté contenida la esencia de la nueva etapa que inicia el gobierno: reconocimiento de los errores, pero firme determinación de no volver al pasado.

La arenga presidencial reconoció tres etapas: exposición, desarrollo, reexposición. "Las estructuras caducas que no buscan otra posibilidad que la violencia, los intereses que ven perder su control sobre el destino argentino, y los descontentos que nunca faltan, todos contribuyeron al clima para el estallido", advirtió, en el desquite del discurso. "La Revolución no pide venganza, pero hace justicia... no habrá argucia legal que los redima", continuó. Unas horas antes, el gobierno había dado a conocer una nueva ley anticomunista, mucho más severa que la anterior.

A esa altura, muchos pensaron que Onganía había resuelto erigirse en cabeza de una dictadura abierta. Pero pocos párrafos después, en la zona intermedia del discurso, y después de proclamar que "los problemas no se resuelven a balazos" (un lenguaje desusado en los discursos presidenciales), el jefe del Estado reconoció las culpas del gobierno en las causas de la crisis y anunció lo esperado por todos: la renuncia del gabinete en pleno. Entonces, si algunos observadores se atrevieron a conjeturar que el presidente había accedido, por fin, a una reclamación del ejército, hubo quienes se aventuraron a sostener que, ese día, 4

de junio, concluía el ciclo del poder unipersonal inaugurado el año último con la destitución de los tres comandantes en jefe.

¿Hizo en realidad concesiones el presidente? En la misma parte de su discurso, cuando censuró a "unos pocos dirigentes" (gremiales), se encargó de reafirmar el propósito revolucionario de alentar una CGT unida y que esa tarea corre por cuenta de los trabajadores mismos; proclamó, además, que los hechos últimos no allerrarán la convocatoria a las comisiones paritarias, prevista para septiembre. No fue una concesión. Esa convocatoria se conoció oficialmente en diciembre pasado; por lo tanto, estaba prevista. No obstante, Onganía prefirió reafirmarla, tal vez porque intuyó la necesidad de desarticular el frente obrero-estudiantil generado durante los disturbios.

En la parte final, Onganía reexpuso las ideas cardinales del principio de la alocución: "No habrá retrocesos ni debilidades, no habrá flaquezas". Unos segundos antes había deslizado una frase crítica: "Las Fuerzas Armadas se encuentran, hoy más que nunca, unidas al servicio de los objetivos señalados el 28 de junio de 1966". Pero esos objetivos exigieron un sacrificio: cambiar los hombres que secundan al presidente, un reclamo de las FF. AA. que se intensificó a medida que se agravaban los acontecimientos.

## DIFERENCIARSE ES VIVIR

La noticia de que la remoción total del gabinete era inminente voló por radiograma a todas las guarniciones del país, desde la sede del Comando en Jefe del ejército, en la madrugada del pasado martes 3. Dieciocho horas después, los cinco ministros, secretarios de Estado y colaboradores, cumplieron (cada uno por separado) con el acto formal de hacerle llegar la renuncia al presidente. Para entonces, el general Alejandro Cano Lanusse podía ufarse de haberse convertido en árbitro de la crisis, asumiendo ostensiblemente la posición del Ejército frente al gobierno. Pero antes que todo eso, el comandante en jefe aparecía como indiscutido precipitador del cambio. Le sobraban razones más que los sucesos que conmoveron al país en las últimas tres semanas y cambiaron la imagen del gobierno (un tema que desarrollará SIETE DIAS en el próximo número; ver página 22), lo grave —a esa altura— era que el Ejército se había transformado en política de una conducción ineficaz. Y



Onganía, el miércoles 4: hacía una nueva imagen de la Revolución.

ello reporta un inevitable precio político: el cogobierno militar con vistas a transformarse en gobierno si los acontecimientos lo requieren.

—Sin embargo, lejos de proyectarse hacia el cuestionamiento global del gobierno, la actitud de Lanusse apuntó claramente a respaldar la tesis presidencial de que la Revolución tiene objetivos, no se ajusta a plazos (discurso en el Colegio Militar el jueves 29, Día del Ejército). Vale decir que por encima de la crisis, el Ejército permanece como custodio de un proceso que se considera irreversible: la Revolución Argentina. En la reunión con los altos mandos del lunes 2, Lanusse se ocupó de definir los contenidos que él atribuye a dicho proceso: "Sin desarrollo —dijo— no habrá cohesión y sin cohesión no habrá seguridad nacional". Dicho de otro modo: para el comandante en jefe, la virulencia puesta de manifiesto en las explosiones de protesta no responden solamente a la acción de agentes subversivos; expresan, además, el descontento popular por el retraso en el despegue de la Revolución, por el estancamiento del desarrollo.

Pero, al mismo tiempo, el modo de operar frente a los disturbios evidenció la actitud eminentemente política del ejército de erigirse en el factor resolutorio de la crisis, en el verdadero dueño de la situación. La demora de Sánchez Lahoz en sacar sus tropas para controlar la rebelión cordobesa constituye una clara muestra de ello. Con lo que se logró:

1) Que el descontento se explícara con creces demostrando hasta qué punto existe el deterioro y se impone "modificar el rumbo"; 2) que el participacionismo —al menos como fue propiciado hasta ahora— es un fracaso sin entidad política real; y 3) que el ejército tuvo que actuar ante la impotencia del gobierno civil. De ahí que en la noche del jueves 29 las usinas de acción psicológica intensi-

fican el rumor de que parecía inminente un golpe de Estado. Era una versión antojadiza: antes que nada se imponía la restitución del orden; y a ello se habían abocado las FF. AA. Pero la amenaza quedaba flotando para el futuro.

El viernes 30, el gobierno tuvo que soportar una especie de referéndum sin convocatoria: el mayor paro sindical de la última década. A partir de entonces comenzó a desplegarse en la propia cúspide del poder una tensa batalla por dirimir responsabilidades. ¿Quién habla sido el blanco principal de la protesta: el sector político o la conducción económica? Los analistas políticos del oficialismo esgrimieron el programa levantado por los gremios para demostrar que lo que se cuestionaba eran las rigideces de una política económica "antipopular"; los liberales, en cambio, responsabilizaron al equipo político por sus veleidades negociadoras con un gremialismo que no trepidaba en enfrentar al gobierno hasta el punto de hacer peligrar los logros económicos de la Revolución Argentina.

La disputa no apuntaba sólo a delimitar lo inmediato: de ello pasaba a depender la composición del nuevo gabinete. Para tal emergencia, las huestes nacionalistas vieron engrosados sus efectivos con el apresurado arribo al país del coronel Juan Francisco Guevara (actual embajador en Colombia) y el general Roberto M. Livingston (representante argentino ante la Junta Interamericana de Defensa). Mientras el liberalismo trataba de embretar al gobierno entre la explosión de protesta y la exigencia de reprimirla, los nacionalistas concluían que si bien la extrema izquierda y los agitadores de toda laya se habían introducido para sacar partido del caos, el signo principal de las expresiones callejeras era marcadamente nacional; ya sea a nivel sindical como en gran parte del radicalizado movimiento estudiantil —según los estrategas del

Anexo 25: Trabajadores presos na manifestação, pág. 14



Cordobeses detenidos. Onganía dijo: "La Revolución no pide venganza pero hace justicia."

Scanned with CamScanner

equipo político— la exigencia no es otra que "realizar una revolución que hasta ahora se ha frustrado". Es lo que advirtió Arturo Frondizi, quien en la noche del lunes 2 emitió una extensa declaración de desusado tono partidista. "Hoy 3 ahora, en este momento preciso, impone un replanteo profundo de la más alta conducción revolucionaria. Una política nueva que quiere para su realización hombres nuevos", ofreció.

Los liberales, por su parte, cosecharon el respaldo de importantes órganos de la prensa internacional como el estadounidense *New York Times*, el *Financial Times*, de Londres, y diarios latinoamericanos; el más directo fue el brasileño *Ultima Hora*, que en su edición del martes 3 escribió: "La raíz de la crisis argentina debe buscarse en el hecho de que el gobierno de ese país quiera apartarse por completo de la democracia".

Sea como fuere, la suerte del grupo encabezado por Guillermo Bonino quedó echada desde el mismo instante que el Ejército tomó a su cargo el control de los acontecimientos en la madrugada del jueves 22, luego de los sangrientos disturbios de Rosario. A partir de ese momento la deliberación política de los modos castrenses volvió por sus fueros. El radiograma de Lanusse del martes 3 apuntó precisamente a aliviar la tensión que alcanzó su punto culminante luego de los sucesos de Córdoba.

**EL ENDURECIMIENTO Y EL CAMBIO**

Una polarización parecida a la que tensaba las corrientes internas del oficialismo, se registraba en los sectores de oposición. La búsqueda de coincidencias se propagó a lo largo de la semana en una voragine de reuniones y cabildos políticos. Las falanges que pululan a la vera de José Colón convergieron el miércoles por la noche en un departamento céntrico, para constituir una "comisión centralizada que refleje la dimensión real de los acuerdos que existen". Allí concurren (además de los cegetistas, que vieron disminuidos sus efectivos con la prisión de Raimundo Ongaro, Ricardo Luca, Floreal Lencinas y Pedro Avellaneda, titulares del Consejo Directivo) la Mesa de Agrupaciones Políticas y Sindicales Peronistas, que lidera el farmacéutico Jorge Di Pasquale, el Movimiento de la Juventud Radical, la Democracia Cristiana Argentina, y las tendencias estudiantiles nacionales FEN y UNE. No es probable que el cónclave fructifique en un frente. El esfuerzo apuntaba a "dejar en claro que la alternativa no es Onganía o golpe libertario sino continuidad del régimen".

**TIEMPO D**

¿Quiénes son los francotiradores? Mientras observaban, en la Plaza Colón, los despojos chamuscados de decenas de comercios y automotores, esa pregunta abrumó a los corresponsales, el domingo 1º; y como todos los interrogantes políticos, tuvo pocas respuestas.

Anexo 26: Mafalda em Siete Dias de 09 a 16/06/1969, p. 32



Anexo 27: Capa da revista Siete Dias de 31/07 a 06/08/1972



## Anexo 28: Médicos X gobierno

MEDICOS VERSUS GOBIERNO

# LA REBELION DE LOS GALENOS

*Distintos sectores médicos y el ministro de Bienestar Social polemizan acerca de la auténtica motivación del conflicto que los enfrenta y desnudan entretelones poco conocidos del pleito*



Pérez Vázquez: "Los problemas de la falta de comunicación"

Asamblea de la Coordinadora de Trabajadores de la Salud Mental, uno de los núcleos que más duramente se enfrentaron con el gobierno

"Cuando dice que nos descontarán del sueldo los días de huelga para darles leche a los chicos, el Ministerio de Bienestar Social se olvida de señalar que con la plata gastada en solicitadas podría haberle regalado una vaca a cada pibe". El comentario, efectuado por un médico psiquiatra del porteño Hospital Moyano, fue recibido por un murmullo de aprobación de sus colegas. Ese día —viernes 21— dos millares de asistentes acudieron al llamado de la Coordinadora de Trabajadores de la Salud Mental (psiquiatras, psicopedagogos, psicólogos) y de la Federación de Médicos Residentes, y realizaron una marcha desde el Hospital Moyano, en pleno barrio de Barracas, hasta Plaza Constitución. El acto coronó las movilizaciones, asambleas y actividades de propaganda que ese sector de profesionales orquestó a lo largo de las 72 horas de paro que finalizaron en la misma medianoche del viernes.

Pero si la huelga fue cumplida por gran parte de los 45 mil galenos que se reparten en todo el país, las críticas a la política sanitaria del gobierno se orientan desde ángulos diferentes. Isaac Pérez Vázquez (57, cirujano, secretario de Prensa de la Confederación Médica Argentina) lamentó ante Siete Días la "falta de comunicación entre el gobierno y la Confederación Médica, pese a los cinco pedidos de audiencia que efectuamos —sin éxito— al presidente Lanusse. Esta falta de comunicación se arrastra desde el inicio mismo de la autodenominada Revolución Argentina. De todos modos, seguimos dispuestos al diálogo y a discutir con el gobierno la legislación en materia de salud; si nos hubiesen consultado se habría evitado la promulgación de las nuevas disposiciones, tan nocivas para el correcto tratamiento asistencial.

Para la Federación de Médicos Residentes, en cambio, las medidas oficiales responden a motivaciones más graves. "La política sanitaria —declaró a Siete Días Eduardo Wainer (27, secretario general de los residentes)— refleja la política económica, social y política del Gran Acuerdo Nacional. Por medio de las recientes disposiciones adoptadas en materia sanitaria el gobierno trata por un lado de cubrir su déficit en inversiones rentables como la salud, tal como exige el Fondo Monetario Internacional; por otra parte las medidas implementadas intentan lograr el manejo de los fondos de las obras sociales. Nosotros —agregamos— queremos como alternativa una salud gratuita, igualitaria, a cargo del Estado y al servicio del pueblo.

### LAS LEYES Y COMO ATACARLAS

Una de las leyes que los médicos cuestionan es la 19.537



Anexo 30: Capa da edição especial da revista Siete Dias – Retorno de Perón







Anexo 33: Capa da revista Siete Dias de 13 a 19/10/1969



# Anexo 34: Reportagem - Produção de avião anti-guerrilha



En sólo 18 meses, los ingenieros destacados en el Area Material Córdoba proyectaron y controlaron la construcción del AX-2, especialm

## CORDOBA EL NACIMIENTO DEL AX-2

El primer avión antiguerrillero elaborado en América latina ha sido concebido y realizado por técnicos y operarios de la Fuerza Aérea Argentina. El exitoso vuelo experimental fortalece los planes de fabricarlo en serie a partir de 1972



Se usó en la reparación de guerrillas rurales y urbanas.



El avión tiene 14 metros de largo y capacidad para dos tripulantes.

Cuando el viernes 10 el presidente Juan Carlos Onganía sus ministros, una treintena de periodistas y numerosos invitados asistieron a la inauguración de la joya mecánica, muy pocos argentinos oyeron en la cuenta de que en ese momento la industria aeronáutica nacional jugaba una de sus cartas más comprometidas: estaba jugando con vertiginosa rapidez, el flamante prototipo del avión antiguerrillero AX-2 —modelo único en América latina que puede convertirse en codificado artículo de exportación— ensayaba su levante de fango. Durante la semana que precedió al vuelo inaugural, un redactor y un fotógrafo de SILET, DIAS conversaron en Córdoba con los técnicos que probaron el AX-2, uno de los aviones de ataque más ágiles del mundo. Esa estadía les permitió confeccionar un primer ensayo del proceso que culminó con la gestión del moderno aparato. Pero el resultado no fue un simple beneficio tras la estallada guerra de aviación: disminuyó sus creadores, un reconocido equipo de científicos para los que la palabra "monocultural" ha sido eliminada de su vocabulario.

ATER, EL GUARANI  
El AX-2 no es el primer aparato que fabricaron en Córdoba: adscribió a SILET, DIAS el comodoro Horacio Guerra (42 años hijo), jefe del Area Material Córdoba, hombre que identifica al complejo industrial que la Fuerza Aérea Argentina administra en las afueras de la ciudad provincial. "Muchos se sorprenden al

enternarse que estamos produciendo un avión íntegramente argentino —añade—, pero sería bueno recordar que entre 1962 y lo que va de 1969 salieron de fábrica 100 máquinas Desura (fabricadas bajo licencia) y 18 aparatos Guaraní. La producción no era gratuita: pocos argentinos conocen la existencia del Guarani, una moderna máquina a cargo de SILET, DIAS subió —en apenas una hora y veinte minutos— la distancia que media entre la Base aérea de El Palmar, en Buenos Aires, y la ciudad de Córdoba. Este aparato tiene capacidad para diez pasajeros y es el primer "turboturbina" fabricado en Sudamérica, a pesar de que su eficacia no está muy difundida, ya recibió medallas de honor en el XXV Salón Aeronáutico

de París (1965), y recientemente un grupo de empresarios sudamericanos y franceses realizaron propuestas para adquirir muchos stocks. El AX-2 también se usó con un éxito rotundo la trayectoria de su hermano mayor y de parientes más jóvenes (unos cincuenta aparatos, entre prototipos, aviones controlados a tierra y proyectos en ejecución) que desde 1970 cobraron forma en las instalaciones cordobesas. En realidad, la industria de la industria aeronáutica argentina nació en septiembre de 1912, cuando el ingeniero Américo Tarasini construyó una fábrica vecina del gimnasio Espinoza Arenas. Durante la década del treinta, la industria nacional produjo un vigésimo más al llegar a

reconstruido SILET, DIAS

## Anexo 35: Reportagem sobre sequestro da aeronave argentina



El Betelgeuse, un Boeing 707 de Aerolíneas, parte hacia Cuba, luego de ser reabastecido en el aeropuerto Pudahuel de Chile

### AEROLINEAS ARGENTINAS **DE REPENTE, A LA HABANA**

Por primera vez, y en el segundo aniversario de la muerte de Ernesto "Che" Guevara, fue secuestrado en pleno vuelo un avión argentino

Exactamente a las 20.37 (hora argentina) del miércoles 8, el gigantesco Boeing 707-320 de la empresa Aerolíneas Argentinas, con 67 personas a bordo, se posó con precisión en el aeropuerto internacional José Martí de La Habana, Cuba. Se trataba de un secuestro aéreo perpetrado por el universitario argentino Enrique Ignacio Ugarteche, 22 años. Era evidente —también— que el estudiante ejecutor del atraco actuó de acuerdo a un plan perfectamente orquestado: ese día, precisamente, se cumplía el segundo aniversario de la muerte del líder guerrillero Ernesto "Che" Guevara.

La historia (casi un lugar común, a excepción de la empresa argentina, que nunca había sufrido un secuestro semejante) comenzó ese día a las 9.52, cuando desde el aeropuerto internacional de Ezeiza la aeronave iniciaba su vuelo 360, con 12 tripulantes y 55 pasajeros a bordo, para cumplir el trayecto entre Buenos Aires y Miami, EE.UU., con escalas en Santiago de Chile y Lima, Perú. Para el veterano Aníbal Aguirre —comandante de la máquina— el tour era casi un juego: en la empresa está considerado como uno de los pilotos de mayor experiencia, y cinco días antes —el viernes 3— había festejado sus 46 años. De estatura más bien baja, sensiblemente ciego, Aguirre se había desempeñado en su juventud como

mecánico de cosechadoras en su pueblo natal, Tapalqué, provincia de Buenos Aires. No obstante la dramática de la situación, Aguirre desplegó un resto de humor cuando, al sobrevolar Lima, comentó a la torre de control del aeropuerto de esa ciudad: "Nunca pasé por esta pista con tanto combustible en el tanque".

Es que a las 11.56 (hora argentina) la máquina había sido obligada a aterrizar en el aeropuerto Pudahuel, en Chile, para reabastecerse de combustible. Aproximadamente una hora antes, cuando la aeronave sobrevolaba la cordillera de los Andes, aún en territorio argentino, el estudiante Ugarteche comenzó a actuar: luego de encerrar en uno de los baños a cuatro niños que integraban el pasaje, se dirigió directamente a la cabina de mando y obligó a Aguirre a punta de pistola a descender en el aeropuerto chileno. Antes, el comandante había rogado a la torre de control: "Por favor, les encarezco que no hagan nada; un joven armado ha tomado el aparato y amenaza al pasaje. Vamos a reaprovisionarnos de combustible; les rogamos que no se acerquen porque es una persona muy agresiva". Trascurrieron algunos minutos hasta que Amadeo Pérez, gerente de Aerolíneas Argentinas en Santiago, se hizo presente



El embajador de Suiza en la Argentina, Antonio Janner, sale de la Cancillería. Su país atiende los intereses argentinos en Cuba

en la torre para comunicarse con Aguirre: "¿Cómo están las cosas por ahí? —interrogó el gerente—. Le ruego mantenga calma; no queremos derramamiento de sangre, y menos la de niños". El comandante debió esforzarse para convencer al general Héctor Herrera (jefe del operativo militar que los chilenos desplegaron para pasar el aparato a sus legítimos dueños) para que no se realizara ningún acto represivo con el secuestrador. Es que los cuatro niños seguían encañonados.

Finalmente, a las 12.49 (hora argentina) el Betelgeuse —tal el nombre de la máquina— decoló rumbo a La Habana.

Casi simultáneamente a este operativo, una máquina Caravelle de la

compañía Cruzeiro Do Sul, con 50 personas a bordo, era obligada a aterrizar en el aeropuerto de Georgetown, Guyana. El secuestro había sido realizado por seis personas que exigieron que la aeronave fuera reabastecida y se suministrara alimentos, pues de lo contrario harían estallar el avión y dañarían los edificios del aeropuerto con bombas que decían tener en su poder. La máquina partió poco después de mediodía hacia San Juan, Puerto Rico, donde los secuestradores hicieron otra escala para reabastecer la máquina antes de dirigirse a Cuba.

De esa manera, grupos latinoamericanos de izquierda recordaron el segundo aniversario de la muerte de Ernesto "Che" Guevara. ■



CamScanner

# Anexo 36: Mudanças salariais e estabilidade financeira

## EL MATCH DE LOS SALARIOS

La decepción que embargó a los sindicalistas al conocerse la nueva política salarial, anunciada por el ministro Dagnino Pastore en la noche del Jueves 9, pareció que desembocaría en otro recrudecimiento de tensiones. Objetivo del gobierno: mantener la estabilidad pero no al costo de arriesgar la paz social

A partir del levantamiento del paro que amenazaba descargarse sobre el país el 17 y 18 de octubre, el eje de la incógnita política se desplazó desde la conducción sindical a la Casa Rosada. Más precisamente, Juan Carlos Onganía volvió a ser el dueño de las definiciones. Pero como ocurre en toda situación de crisis, el triunfo arribó a un callejón sin salida. El día que había autorizado al sector de la huelga, Onganía se dio cuenta de que el camino por el cual se había comprometido a avanzar no conducía a un callejón sin salida. Por eso, el día 13 de marzo de 1967, Onganía volvió a revertir los acuerdos, volvió por su clásico leonismo medio.

De ahí que después del alivio provocado por la decisión obrera de levantarse el paro la tensión tendió a recrudecer súbitamente cuando trascendieron hacia la tibia del martes 7, los montos de los aumentos salariales dispuestos por el gobierno. Una tensión que, en algunos casos, adquirió características insuperables. Por ejemplo, la escusa protagonista por el gremio Juan Nicolás Rachini, uno de los miembros de la tripulación concedida al gobierno por el Ministerio de Economía con sus pares de la flota de Compañía de los 20, Rafael Cornejo (Lanús), Vicente Itzopa (Madresen)



Dagnino Pastore: Aumento de salarios con acuerdo del FM.

Unión Industrial, José Enquist, declaró que el diálogo había sido "humanamente satisfactorio". Apenas un día antes, el martes 7, el consejo directivo de esa central empresaria había celebrado una nerviosa reunión durante la cual, ante la posibilidad de que el gobierno dispusiera aumentos superiores a un 20 por ciento, se decidió presentar energéticamente para abortar esa propuesta: el primer paso fue solicitar una urgente audiencia con Onganía, que se concretó 24 horas después. A la satisfacción de la Unión Industrial se sumó una actitud parecida de la Confederación General Económica, su presidenta el rosarino Pedro Cristófil, calificó a la medida de "muy positiva" y adelantó que los aumentos dispuestos serían absorbidos por los empresarios. Durante el procedimiento cónclave de Orlino Onganía se



Lanusse en Washington con Westermarland. Antes habló por Telstar.

solo en la expansión de los industrias básicas y del mercado interno.

Cinco días, cuando el ministro de Economía José María Dagnino Pastore, partió hacia Washington, donde de la tarde a la noche el Fondo Monetario Internacional —FMI— ya había en sus congresos un seminario típicamente centrista que, en el fundamento del Fondo para un aumento salarial limitado. La idea de Dagnino Pastore —conocida por el presidente— era garantizar en Estados Unidos la promoción de la política económica basada en la estabilidad, a cambio de lo cual España ha que el ente financiero diese su visto bueno a un tipo de incrementos salariales superior a ese nivel.

El triunfo de esa tesis se decidió en el mismo momento en que el FMI aprobó la creación de una moneda internacional, el papel, que reemplazaría al dólar en las futuras operaciones de la entidad. De esa manera, Estados Unidos podía pagar a los bancos, empresas, al capital, con una mayor liquidez monetaria, podía aumentar sus inversiones en América Latina. En el



En Córdoba, la Secretaria de Planificación víctima del terrorismo.

caso de la Argentina, tales inversiones no se volarían a las industrias básicas, sino a las obras públicas, siempre que se mantenga la política de estabilidad económica. Un suceso ocurrido entre Dagnino Pastore y Paul Schweitzer, director general de la CIEL, determinó que esa entidad, luego de evaluar la conveniencia de una cierta legislación del mercado para favorecer las firmas inversoras, prestara su acuerdo para un aumento de hasta un 16 por ciento, dividido en dos etapas. Inmediatamente, el ministro argentino comunicó la novedad a Buenos Aires y recibió por respuesta una comunicación de la Secretaría General de la Presidencia ordenándole interrumpir su permanencia en Estados Unidos y regresar al país. Tal regreso se produjo el domingo 5, esa misma noche, Dagnino se reunió con Onganía y Orlino, y a partir de ahí, una reunión de conculcación anegó los despachos oficiales. Finalmente, en una reunión de gobierno electu-

das el martes 7, Onganía terminó por desatarse propuestas más generosas defendidas por el ministro de Bienestar Social, Carlos Cornejo, el secretario de Trabajo, Pedro San Sebastián, y el secretario de Difusión y Turismo, Luis Máximo Premoli: la tesis de Dagnino Pastore, respaldada por el FMI, fue la aprobada.

Venticuatro horas antes, a las 5 de la tarde del lunes 6, la ciudad de Washington volvió a estar en el centro de la política nacional, esa día, por vía satelital, la Argentina conoció los conceptos vertidos por el comandante en jefe del Ejército, Alejandro Lanusse, en una conferencia de prensa que congregó a una multitud de periodistas norteamericanos. Después de negar que el gobierno aspire a retener el poder durante 10 años, el jefe militar puntualizó de una manera categórica, su inclinación por una salida política basada en la Constitución y las elecciones: "cuando antes", fue la tajante respuesta a un periodista argentino que preguntó si el gobierno se inclinaba por saber cuándo se produciría esa salida. Casi un segundo, Lanusse calló, sin responder. El presidente del Banco Mundial, Robert Mc Namara, "Algunas instituciones —añadió— parecen más inclinadas a intervenir en el desarrollo de un país que nosotros". Más pregunto enton-

ces el para ser atendido hay que recibir el caso". En otra entrevista, se refirió concretamente a la Argentina: "La información que poseo de lo que está sucediendo en el país me lleva a sentirme muy confortado y muy satisfecho acerca de lo que existe ahora, pero también me preocupa porque el gobierno mantiene su posición de abstención a las negociaciones del pueblo y mantener la Revolución".

DESOLUCIONES. Lanusse regresó al país el jueves 10. Ese día se tuvo una sesión plenaria del cuerpo de ministros, con la presencia de los ministros de Economía y Bienestar Social, Carlos Cornejo y Juan Nicolás Rachini, y el secretario de Difusión y Turismo, Luis Máximo Premoli. En esa reunión se decidió que el gobierno se comprometiera a pagar los salarios por el término de diez días, a contar desde el día anterior, no se le concedió aumento. Tales cifras determinaron que Onganía regresó por no formular el presupuesto —pero no acordado con la tesis de los ministros de Economía y Bienestar Social—. Finalmente, en el mismo momento, los sindicatos generalistas rechazaron la propuesta, re-

chazaron y amenazaban con descargarse, entre más, el populista. Algo que a los ministros no parecía presionar en un conclave secreto que congregó en la tarde del jueves, a un grupo de los 20 con el coronel Luis Máximo Premoli en un departamento de la calle... Los ministros, por lo tanto, se deshicieron antes que la elaboración de grandes concretos para el futuro. No obstante, muchos de ellos ya tenían posición tomada, realizar un paro general, muchos de características pacíficas. Cuáles algunos: la sublevación verbal fueron los indicados. Dejando de lado los indolentes, el ex diputado Raúl Alfonsín se animó a pronunciarse, el domingo 5, durante una reunión celebrada en Mar del Plata. La Prensa se negó a publicar una solicitud de Alfonsín que el comité nacional de la UCRP en la cual, aparentemente, se efectuaba un llamado a la abstención. Objetivo del cuartelazo: gobierno provisional y posterior llamado a elecciones. Pero lo más desconcertante fue un editorial publicado en esa misma edición del semanario "Clarín". Declarando una actitud caustica a partir de la afirmación predecible de que el país debía encaminarse hacia una "democracia social"



Empresario Pedro Cristófil: la CGE apoya la política salarial.

Anexo 37: Mafalda em Siete Dias de 13 a 19/10/1969, p. 53



### Anexo 38: Igreja San Patrício e Memorial em homenagem aos religiosos assassinados



Foto da Igreja de San Patrício



Fotos da lateral da Igreja, onde está um altar e cinco pedras, as quais representam cada um dos religiosos assassinados no local.



Foto do memorial em homenagem aos cinco religiosos assassinados na casa paroquial da Igreja San Patrício. Cobertura do Cordobazo - revista Siete Dias, página 06 e 07 Cobertura do Cordobazo - revista Siete Dias, página 06 e 07

